



Programa de Pós-Graduação em Psicologia

PPGPSI

Universidade Federal da Bahia

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
Instituto de Psicologia – IPS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI
MESTRADO ACADÊMICO

LUCAS VEZEDEK

**ENTRE CORRES E CORES: FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA
ADOLESCENTES E JOVENS LGBT+ EM SITUAÇÃO DE RUA**

Salvador – BA

2023

LUCAS VEZEDEK

**ENTRE CORRES E CORES: FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA
ADOLESCENTES E JOVENS LGBT+ EM SITUAÇÃO DE RUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia do Desenvolvimento

Linha de Pesquisa: Transições Desenvolvimentais e Processos Educacionais

Orientadora: Prof.^a Dra. Juliana Prates Santana

Salvador – BA

2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Vezedek, Lucas

V597 Entre corres e cores: fatores de risco e proteção para adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua / Lucas Vezedek, 2023.
217 f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Juliana Prates Santana

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia, Salvador, 2023.

1. Adolescentes homossexuais. 2. Jovens homossexuais. 3. Violência contra adolescentes.
4. Jovens desabrigados. I. Santana, Juliana Prates. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Psicologia. III. Título.

CDD: 155.53



Programa de Pós-Graduação em Psicologia

PPGPSI

Universidade Federal da Bahia

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
Instituto de Psicologia – IPS
Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI
MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

TERMO DE APROVAÇÃO

**ENTRE CORRES E CORES: FATORES DE RISCO E PROTEÇÃO PARA
ADOLESCENTES E JOVENS LGBT+ EM SITUAÇÃO DE RUA**

Lucas Vezedek Santana de Oliveira

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Juliana Prates Santana (Orientadora)

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Prof.^a Dra. Suely Aires Pontes

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Salvador, 13 de dezembro de 2023.

Dou fé

Prof.^a Dra. Juliana Prates Santana

Ao pássaro azulão que vive comigo, na façanha de escapar de destinos. A você que passando me viu, Passarinho!

Dedico este trabalho à coragem vibrante e amorosa que embala as existências de quem lutou antes, quem caminha lutando hoje e quem ainda virá e seguirá lutando. À potência movente de todas as crianças, adolescentes e jovens desse mundo. Às ruas e sua força enérgica de chacoalhar as respostas acabadas, de abrir-se em encruzilhadas que ensinam ‘perguntas’ e (re)inauguram a vida a cada movimento.

À circulação dos saberes, encantarias e fundamentos.

Laróyè Èṣù Onon! Mo júbà!

AGRADECIMENTOS

Nessa vida, caminho em boa companhia, por isso saúdo meu **Orí**, minha cabeça, que me ensina a ser grande; a amorosidade, acolhimento e bênçãos de bàbá **Oxalá**, iyámi **Iemanjá** e todos os **Orixás** e **Voduns**. Assim, registro aqui os agradecimentos aos **Encontros de Águas** que movimentam o rio que corre em mim, por onde circula vida, em sua mais engenhosa e surpreendente artesanaria.

À mainha, **Célia Dantas de Santana**, por me educar assim, para o mundo; a meus irmãos e irmãs: **Everton Silva** (*in memoriam*), **Francisco Neto**, **Talbert Igor**, **Samuel Vezedek**, **Júlia Cajaíba**, **Marycélia Vezedek**, **Marystela Vezedek** e **Charles Vezedek**; à toda minha família e à **Caldas de Cipó/Ba**, cidade do meu interior, das águas quentes que brotam da fundura da terra; à **Dora Andrade**, **Tallyta Gabryelle** e **Laerte Santana**, família que também escolhi. Agradecido por cada movimento de vida compartilhado.

À minha orientadora, Professora **Juliana Prates Santana**, pela partilha gentil e amorosa em tantos anos de parceria e amizade; por acreditar nesta pesquisa e ser parte de um movimento sensível de reinauguração de acontecimentos; por me ensinar a ser um infancialista e a navegar o mundo com leveza, na fé de que viajar alimenta a alma (e deveria ser um direito humano básico). Vida longa ao **GEIC/UFBA** (Grupo de Estudos Interdisciplinares Infâncias, Crianças e Contextos), que tem abraçado existências potentes pelos caminhos, em especial, a **Adriel Marcos Mendonça** e **Fayola Caucaia** com quem pude construir uma experiência significativa de tutoria/orientação em pesquisa e extensão.

À Professora **Suely Aires** e ao Professor **Alex Pessoa** por aceitarem examinar esta dissertação, por todo cuidado, gentileza e generosidade nesse processo. Aproveito o ensejo para agradecer às Professoras **Dóris Rabelo**, **Victor Nascimento** e **Sandra Silva** pelas leituras e contribuições no percurso de qualificação da pesquisa.

A **todas as professoras(es)** que me educaram nos interiores da Bahia (Biritinga, Serrinha e Caldas de Cipó) e na capital, Salvador, pelas movências ao desejo de saber, à substância encantada da educação. Agradeço à **UFBA**, que se tece potente como uma grande e diversa Comunidade, casa que me fez calouro, residente universitário, extensionista, pesquisador, psicólogo e agora mestre. Vivas à educação pública, gratuita e de qualidade!

Aos **amigos** e **amigas** que tenho a alegria de (re)encontrar pela vida, em especial: **Maiara Kelly**, **Maísa Jones**, **Tina Melo**, **Tatiane Cardoso**, **Ana Pedrosa**, **Dóris Dias**, **Joana Ladeira**, **Anne Bittencourt**, **Mozer Ramos**, **Maurício Xavier**, **Ihago Alech**, **Saulo de Tasso**, **Andreia Costa**, **Djean Ribeiro**, **Dhara Teixeira**, **Lívia Mendes**, **Bruno Cruz**,

Cláudia Lima, Bruno SCerqueira, Matheus Pereira e Igor Fadigas. Abraços carinhosos em vocês e em todos os afetos que não citei nominalmente, mas que dançam nas memórias vibrantes do coração!

À minha analista, **Ania Aragão**, pelas intervenções certeiras como as flechas dos encantados das matas, caboclos e caboclas de cura. Agradecido por me auxiliar na passagem da “escrítica” para a escrita e me ajudar a “desver o mundo para encontrar nas palavras novas coisas de ver”, como o menino do mato de Manoel de Barros.

À toda minha família de axé do **Okú Lay Lay da Kakunda de Yayá Ilê Axé Ogunjá Tiluaiê Orubáia**, na linda e preciosa existência de **Doté Balbino do Carmo Cabral**, pelo acolhimento e expansão dos significados de Família e Comunidade, por me ensinarem a cada gesto e movimento sobre a potência ancestral do cuidado e da ética amorosa do bem viver. Agradeço ainda meu pai pequeno **Júnior Moraes** e minha mãe pequena **Iara Reis**, pela generosidade e carinho. E aos meus irmãos de axé **Leandro de Carvalho e Fábio Souza** pelas conversas e gentilezas que ampliaram as angulações desse processo de escrita.

Ao **Projeto Axé**, por ter acolhido esta pesquisa, na pessoa do Coordenador de Arteducação, **Marcos Antonio Candido Carvalho** (*in memoriam*), que se encantou dia 27 de março de 2023, mas que segue inspirando o legado da Pedagogia do Desejo junto a tantos outros e outras que são exemplos éticos de defesa da vida e dos direitos humanos, como **Maria Lúcia dos Santos Pereira** (*in memoriam*) e **Cesare de Florio La Rocca** (*in memoriam*), duas existências que tive a honra de conviver e partilhar saberes. Agradeço imensamente a toda **Unidade de Arteducação Augusto Omolu de Dança e Capoeira, educadores(as) e educandos(as)**, na pessoa da gerente, **Cristiane Oliveira**. E toda a equipe de Ações de Fortalecimento à Família, Juventude e Comunidade pela colaboração e gentileza, na pessoa da gerente, **Elaine Lubarino**. Mulheres que muito admiro!

Às **ruas e encruzilhadas** por terem possibilitado o Encontro com o **Erê** que provocou o desejo de saber, causa de existência desta pesquisa. A rua dá passagem! Laroyê! Bejiróó!

Aos **adolescentes e jovens** que participaram desta pesquisa: **Kobicha, Iris, Turquesa, Rosa Choque, Dourado, Urucum, Ébano, Oliva, Terracota e Esmeralda**. *Adupé* por confiaram a partilha de seus corres e cores, de suas histórias de vida, sem as quais esse trabalho jamais ganharia o mundo para cumprir seu *odu* (caminho) de oferecer outros discursos, imagens e práticas das pessoas que vivenciam as diversas situações de rua em nosso Brasil.

Que assim seja! *Axé, Indáloimi, Kolofé, Motumbá, Mo jubá, Makuii, Aó...*

Vai, vai, vai
Mais forte vai, vai
No seu caminho
Pra cima deles
passarinho.
Deles passarinho

Vai, vai, vai
Mais longe vai, vai, vai
Mudar teu ninho
Pra cima deles passarinho
Deles passarinho

Sei que você (flor alada)
De tanto existir (coisa amada)
Deixasse de ser
E agora passeia nos fios

Pedra lançada
Na terra das cercas de arame
Sua dor é também dor do mundo
Semente brilhante no ar

Plumas
Flor brava
Profundas arcas
Pequena sombra
No grande caminho
Pra cima deles passarinho
Deles passarinho
Deles

Pra Cima Deles Passarinho ou Semente Brilhante

Viagem ao Coração do Sol (2018)

Cordel do Fogo Encantado

RESUMO

Vezedek, L. (2023). *Entre corres e cores: fatores de risco e proteção para adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia.

Esta pesquisa analisou os fatores de risco (FR) e proteção (FP) para o desenvolvimento de adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua. Para tanto, utilizou a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano para verificar as reverberações de experiências ligadas às diversidades sexuais e de gênero nas trajetórias de vida dos(as) participantes, considerando as relações estabelecidas nos microssistemas da rua, família e instituições/projetos sociais. Trata-se de um estudo descritivo qualitativo do qual participaram dois adolescentes e oito jovens negros(as), com idades entre 16 e 22 anos e experiências de rua anteriores e/ou atuais em Salvador/Ba. São quatro mulheres cis, uma mulher trans, três homens cis e duas pessoas não-binárias, com orientações sexuais diversas, sendo três lésbicas, três gays, três bissexuais e uma heterossexual. As entrevistas reflexivas realizadas foram analisadas através da técnica de Análise Temática, sendo mobilizados referenciais, como a teoria do Estresse de Minoria. Numa perspectiva interseccional dos marcadores sociais da diferença (gênero, sexualidade, raça/etnia, classe social, dentre outros) o estudo considerou que o público pesquisado é exposto a riscos específicos relacionados ao preconceito direcionado ao *status* de minoria sexual e de gênero. A LGBT+fobia é apontada como um dos motivos de ida para a rua, sendo esse microssistema fundamental para a socialização, expressão e vivência da sexualidade e do gênero dissidente, implicando tanto dimensões de risco quanto de proteção. A família, apesar das adversidades vivenciadas, ainda se constitui como um microssistema significativo de referência. Já os contextos institucionais, sobretudo, o projeto social que participam, apresenta-se como diferencial na vida dos(as) participantes, promovendo participação e engajamento em atividades artísticas e culturais, convivência familiar e comunitária, além de acolher e oferecer suporte às diversidades sexuais e de gênero, com destaque para os efeitos protetivos da representatividade LGBT+. Os FR identificados apontam para diferentes vitimizações, rejeições e ausência de suporte social e afetivo. Já os FP englobam o acolhimento e respeito às diversidades sexuais e de gênero nos diferentes contextos, incluindo a questão fundamental do acesso a oportunidades educativas, de trabalho digno, associadas a projetos de vida e projeções de futuro. Ademais, a pesquisa reitera que os FR e FP são variáveis dinâmicas e relacionais, que envolvem aspectos individuais e contextuais, além de não serem universais, sendo fundamental a promoção de contextos que acolham as diversidades sexuais e de gênero e promovam processos de resiliência.

Palavras-chave: adolescentes e jovens LGBT+; situação de rua; fatores de risco; fatores de proteção; teoria bioecológica do desenvolvimento humano

ABSTRACT

Vezedek, L. (2023). *Between “corres” and colors: risk and protective factors for LGBT+ street connected adolescents and youth*. Master’s Thesis. Graduate Program in Psychology, Institute of Psychology, Federal University of Bahia.

This research investigated the risk factors (RF) and protective factors (PF) for the development of LGBT+ street connected adolescents and youth. To this end, it used the Bioecological Theory of Human Development to analyze the reverberations of experiences linked to sexual and gender diversity in the life trajectories of the participants, considering the relationships established in the micro-systems of the street, family and social institutions/projects. This is a qualitative descriptive study in which two adolescents and eight young black people took part, aged between 16 and 22 and with previous and/or current street experiences in Salvador/Ba. There are four cis women, one trans woman, three cis men and two non-binary people, with different sexual orientations: three lesbians, three gays, three bisexuals and one heterosexual. The reflective interviews were analyzed using the Thematic Analysis technique, mobilizing references such as the theory of Minority Stress. From an intersectional perspective of the social markers of difference (gender, sexuality, race/ethnicity, social class, among others), the study considered that the public surveyed is exposed to specific risks related to prejudice directed at sexual and gender minority status. LGBT+phobia is pointed out as one of the reasons for taking to the streets, and this microsystem is fundamental for socialization, expression and experiencing sexuality and gender dissent, implying both risk and protection dimensions. The family, despite the adversities experienced, is still a significant microsystem of reference. The institutional contexts, above all the social project in which they participate, is a differential in the lives of the participants, promoting participation and engagement in artistic and cultural activities, family and community life, as well as welcoming and offering support for sexual and gender diversity, with emphasis on the protective effects of LGBT+ representation. The RF identified point to different forms of victimization, rejection and lack of social and emotional support. The FP, on the other hand, encompasses welcoming and respecting sexual and gender diversity in different contexts, including the fundamental issue of access to educational opportunities, decent work, associated with life projects and future projections. Furthermore, the research reiterates that RF and PF are dynamic and relational variables that involve individual and contextual aspects, as well as not being universal, and that it is essential to promote contexts that welcome sexual and gender diversity and promote resilience processes.

Keywords: LGBT+ adolescents and youth; street connected adolescents and youth; risk factors; protective factors; bioecological theory of human development

RESUMEN

Vezedek, L. (2023). Entre “corres” y colores: factores de riesgo y protección para adolescentes y jóvenes LGBT+ que viven en la calle. Tesis de Máster, Programa de Posgrado en Psicología, Instituto de Psicología, Universidad Federal de Bahía.

Esta investigación analizó los factores de riesgo (FR) y de protección (FP) para el desarrollo de adolescentes y jóvenes LGBT+ que viven en la calle. Para ello, utilizó la Teoría Bioecológica del Desarrollo Humano para verificar las reverberaciones de las experiencias vinculadas a la diversidad sexual y de género en las trayectorias de vida de los participantes, considerando las relaciones establecidas en los microsistemas de la calle, la familia y las instituciones/proyectos sociales. Se trata de un estudio cualitativo descriptivo en el que participaron dos adolescentes y ocho jóvenes negros, con edades entre 16 y 22 años y con experiencias previas y/o actuales de calle en Salvador/Ba. Son cuatro mujeres cis, una mujer trans, tres hombres cis y dos personas no binarias, con diferentes orientaciones sexuales: tres lesbianas, tres gays, tres bisexuales y una heterosexual. Las entrevistas reflexivas fueron analizadas utilizando la técnica de Análisis Temático, movilizandoreferencias como la teoría de la Minority Stress. Desde una perspectiva interseccional de los marcadores sociales de la diferencia (género, sexualidad, raza/etnia, clase social, entre otros), el estudio consideró que el público encuestado está expuesto a riesgos específicos relacionados con el prejuicio dirigido a la condición de minoría sexual y de género. La LGBT+fobia es señalada como una de las razones para salir a las calles, y este microsistema es fundamental para socializar, expresar y vivenciar la sexualidad y el género disidente, implicando tanto dimensiones de riesgo como de protección. La familia, a pesar de las adversidades vividas, sigue siendo un microsistema de referencia importante. En cuanto a los contextos institucionales, sobre todo el proyecto social en el que participan, es un diferencial en la vida de los participantes, promoviendo la participación y el compromiso en actividades artísticas y culturales, la convivencia familiar y comunitaria, así como la acogida y el apoyo a la diversidad sexual y de género, con énfasis en los efectos protectores de la representación LGBT+. Los FR identificados señalan diferentes formas de victimización, rechazo y falta de apoyo social y emocional. La PF, por su parte, abarca la acogida y el respeto a la diversidad sexual y de género en diferentes contextos, incluyendo el tema fundamental del acceso a oportunidades de educación, trabajo digno, asociado a proyectos de vida y proyecciones de futuro. Además, la investigación reitera que la FR y la PF son variables dinámicas y relacionales que involucran aspectos individuales y contextuales, además de no ser universales, y que es fundamental promover contextos que acojan la diversidad sexual y de género y promuevan procesos de resiliencia.

Palabras clave: adolescentes y jóvenes LGBT+; personas sin hogar; factores de riesgo; factores de protección; teoría bioecológica del desarrollo humano

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Aplicação do modelo Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT) da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) para adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua	35
Figura 2. Mapa temático da pesquisa com adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua com seis temas e 18 subtemas identificados	105
Figura 3. Tema 1 - Encruzilhadas identitárias (raça/etnia, sexualidade e gênero)	106
Figura 4. Tema 2 – Implicações do status de minoria sexual e de gênero e subtemas	109
Figura 5. Tema 3 – Microssistemas de desenvolvimento e subtemas	122
Figura 6. Tema 4 – Vivências afetivas e sexuais e subtemas	141
Figura 7. Tema 5 – Rede de apoio social e afetivo e subtemas	150
Figura 8. Tema 6 – Projetos de vida e subtemas	154
Figura 9. Fatores de risco para adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua	161
Figura 10. Fatores de proteção para adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua..	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Características dos(as) participantes do estudo	95
Tabela 2. Apresentação pessoal dos(as) participantes do estudo	96
Tabela 3. Tema 1 – Encruzilhadas identitárias (raça/etnia, sexualidade e gênero)	108
Tabela 4. Tema 2 – Implicações do status de minoria sexual e de gênero – Subtema 2.1 “experiências de acolhimento e suporte”	112
Tabela 5. Tema 2 – Implicações do status de minoria sexual e de gênero – Subtema 2.2 “vitimização e estratégias de enfrentamento/sobrevivência”	120
Tabela 6. Tema 3 – Microssistemas de desenvolvimento – Subtema 3.1 “arranjos e qualidade das relações familiares”	127
Tabela 7. Tema 3 – Microssistemas de desenvolvimento – Subtema 3.2 “conexões com a rua”	133
Tabela 8. Tema 3 – Microssistemas de desenvolvimento – Subtema 3.3 “projetos sociais e outros contextos institucionais”	139
Tabela 9. Tema 4 – Vivências afetivas e sexuais – Subtema 4.1 “experiências sexuais”	142
Tabela 10. Tema 4 – Vivências afetivas e sexuais – Subtema 4.2 “apaixonamentos, relacionamentos e características desejáveis de parceiros(as)”	146
Tabela 11. Tema 4 – Vivências afetivas e sexuais – Subtema 4.3 “sexo transacional / exploração sexual”	149
Tabela 12. Tema 5 – Rede de apoio social e afetivo	152
Tabela 13. Tema 6 – Projetos de Vida	157

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APA – *American Psychological Association*

AT – Análise Temática

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPS-AD – Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas

CAPSI – Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil

CASR – Crianças e Adolescentes em Situação de Rua

CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas

CECA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CIAMP – RUA – Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Municipal, Estadual e Nacional)

CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde

CIESPI/PUC-RIO – Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

CMDCA – Conselho Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CPDD-LGBT/BAHIA – Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBT da Bahia / Casarão da Diversidade

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRIA - Centro de Referência Integral de Adolescentes

CT – Conselho Tutelar

DSM – Manual Diagnóstico de Doenças Mentais

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EM – Teoria do Estresse de Minoria

GEIC – Grupo de Estudos Interdisciplinares Infâncias, Crianças e Contextos

GGB - Grupo Gay da Bahia

HIV – *Human Immunodeficiency Virus*

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPSYNET - *International Psychology Network for Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Intersex Issues* / Rede Internacional de Psicologia para assuntos Lésbico, Gay, Bissexual, Transgênero e Intersexuais (LGBTIQ+)

IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LGBT+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros dentre outras diversidades sexuais e de gênero a partir do símbolo “+”

OIT – *Organización Internacional del Trabajo*

OMS – Organização Mundial da Saúde

OPN – Associação Beneficente O Pequeno Nazareno

OSCs – Organizações da Sociedade Civil

PEP – Profilaxia Pós-Exposição ao HIV

PPCT – Processo, Pessoa, Contexto e Tempo

PPGPSI/UFBA – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Bahia

PREP – Profilaxia Pré-Exposição ao HIV

PROJETO AXÉ – Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente

PSR – População/Pessoas em Situação de Rua

RAPS – Rede de Atenção Psicossocial

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SPMJ – Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude

SPAs – Substâncias Psicoativas

STF – Supremo Tribunal Federal

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TBDH – Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UAI – Unidade de Acolhimento Institucional

UAO – Unidade de Arteducação Augusto Omolu de Dança e Capoeira

UAP – Unidade de Arteducação do Pelourinho

UC – Unidade Central

UFBA – Universidade Federal da Bahia

WHO – *World Health Organization*

SUMÁRIO

Sobre os cores e as cores	17
Introdução	20
Capítulo 1. (Com)posições teóricas	25
1.1 Sexualidade, gênero e Psicologia do Desenvolvimento Humano	26
1.2 Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano aplicada ao estudo das experiências de adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua	33
1.3 Gênero, sexualidade e racialidade: interseções no balaio das diferenças	38
1.4 Teoria do Estresse de Minoria em pessoas LGBT+	53
Capítulo 2. Adolescentes e jovens LGBT+ e a situação de rua	64
2.1 A rua como contexto de desenvolvimento de adolescentes e jovens	65
2.2 Adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua: enfoques e especificidades	84
2.3 Fatores de risco e proteção e processos de resiliência	88
Capítulo 3. Caminhos e encruzilhadas metodológicas	94
3.1 Objetivos e delineamento da pesquisa	94
3.2 Participantes	94
3.3 Procedimentos de construção dos dados	98
3.3.1 Instrumentos e materiais	98
3.3.2 Orientações éticas e procedimentos para realização das entrevistas	98
3.4 Procedimentos de análise dos dados	101
Capítulo 4. Resultados e discussão	104
4.1 Temas e subtemas	104
4.2 Fatores de risco e proteção para adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua ..	159
Capítulo 5. Considerações finais	170
Referências	178
Apêndices	206
Apêndice A. Roteiro de Entrevista Reflexiva Semiestruturado	206
Apêndice B. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Jovens	207
Apêndice C. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Responsável	209
Apêndice D. Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) – Adolescentes	211
Apêndice E. Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	213

Sobre os corres e as cores

Nutro verdadeira afeição por mosaicos. Suas multiplicidades de cores, tamanhos e texturas me contam da possibilidade de narrar outras histórias, escapar de destinos, da façanha movente de (re)inventar-se, escolher-se, cuidar-se nos detalhes. Antes de falar dos “corres” e das “cores”, preciso contar a história que fez existir esta dissertação. Assim, “iniciarei pelos cacos, por aquilo que em meio aos escombros permanece vivo” (Rufino, 2019, p.5).

A escrita deste trabalho é uma inquietação que me acompanha desde o início da graduação em Psicologia na UFBA. Em 2013 fui pela primeira vez ao encontro de crianças, adolescentes e jovens nas ruas de Salvador como estudante de iniciação científica no Grupo de Estudos Interdisciplinares Infâncias, Crianças e Contextos (GEIC-UFBA), coordenado pela Professora Juliana Prates Santana. Lembro das surpresas, angústias e questionamentos registrados nos longos diários de campo, em especial, dos escritos sobre um menino de “quase 12” anos, que chamaremos aqui de Erê, palavra em língua iorubá que significa “brincar”. Tinha a pele preta retinta, como o céu noturno que tanto gostava. Era uma “*bicha mesmo*”, “*bem feminina*”, “*pequena e braba*”, como costumava dizer. A despeito de tantas adversidades que vivia era bem-humorado e amava sorrir, um dos sorrisos mais bonitos e brilhantes que já vi.

Nos nossos encontros semanais, Erê me narrava suas experiências nas ruas e falava da sua sexualidade, dos enamoramentos e do seu desejo de liberdade de “*viver minhas coisas*”, de ser quem era, “*uma criança gay*”. Afirmava-se orgulhosamente e tinha uma apropriação tamanha de si, que eu, um jovem de 19 anos, igualmente atravessado pelas dissidências de sexualidade e gênero, nem me autorizava. Aprendi muito com ele, sobretudo nesse aspecto. Sua história de vida era marcada por muitas violações de direitos: pobreza, fome, racismo, condições insalubres de moradia, relação conflituosa com a família “*bem crente*” e um quadro de saúde que incluía diabetes e questões respiratórias. Eram frequentes os relatos de ameaças e surras para “*tomar jeito e virar homem*”, de fugas/expulsões de casa. Erê tinha relações sexuais constantes, com alta rotatividade de parceiros, em sua maioria jovens com idade acima de 18 anos e, em alguns casos, homens adultos mais velhos. Ao passo que detalhava as relações sexuais durante suas andanças pelas ruas, Erê custava reparar e significar muitas dessas experiências como violências sofridas.

Seguimos caminhando, encontrando outros pares, conversando e trocando histórias e saberes, fazendo juntos a pesquisa, produzindo cuidados possíveis e afetações mútuas. Erê é um daqueles participantes de pesquisa que nos marcam profundamente. Ele fazia presença nos

meus pensamentos, não só porque eu via outras crianças e adolescentes como ele, com a mesma cor e performatividade, mas, sobretudo, por conta das identificações com sua história de vida. Foram muitas supervisões e sessões de análise. As instâncias de proteção estavam lá presentes como podiam: conselho tutelar, escola, família, projetos sociais, mas eu sentia que algo escapava ali. Diante de tantos riscos decidimos produzir um cuidado relacionado a educação em saúde e ao cuidado de si.

Um dos grandes desafios foi conversar e orientar Erê sobre redução de danos, seja no uso de substâncias psicoativas, seja no tocante a práticas sexuais seguras, o uso de camisinhas, por exemplo. Quando passou a adotar o uso de preservativo, lembro dele ter comentado que pedia um amigo mais velho para pegar camisinhas no posto porque se fosse ele a pedir sempre negavam, testagem então, fora de cogitação. Erê sempre falava com chateação que ouvia das pessoas que ele não podia ser gay porque era criança. Evidente que não podemos deixar de considerar as implicações disso com seriedade e criticidade, mas chamo atenção aqui para a fala de um sujeito atravessado por inúmeras violências e violações, reivindicando o direito de ser escutado e considerado em sua singularidade. Esses foram os cuidados possíveis: uma escuta atenta e acolhedora, orientações em saúde que diminuíram efetivamente a exposição a riscos de infecções sexualmente transmissíveis, bem como a situações de violência, sobretudo em se tratando de parceiros adultos (exploração sexual). Numa das nossas conversas ele me disse que antes não sabia que podia barrar essas relações e, para tanto, passou a adotar estratégias como fazer amizade com outros adultos, sobretudo mulheres trans e travestis que também estavam em situação de rua, *“Elas me adotaram e agora ninguém mexe comigo”*. A última vez que o encontrei ele ia completar 14 anos. Soube que tinha “fugido” da casa de dois cômodos que morava com mais cinco pessoas de sua família. Com isso também saiu do projeto social onde nos conhecemos e, assim perdemos contato.

O primeiro escrito acadêmico que rascunhei a partir dos encontros com essas crianças, adolescentes e jovens tratava justamente das questões relacionadas à sexualidade, gênero e as reverberações dessas experiências nas suas relações e nos seus contextos de vida. Naquele momento, queria conversar com meus pares sobre histórias como a de Erê. Quantos desafios, tabus, falta de dados. Na primeira tentativa de apresentar essas ideias num evento científico amarguei uma negativa. O ano era 2014, o parecer dizia que o trabalho era original e pertinente, mas que não se adequava ao tal evento que tratava de infâncias, assim mesmo no plural. Talvez precisasse mesmo “amadurecer” a discussão antes da partilha.

Vencida essa frustração, segui pensando, lendo e encontrando Erê e os outros nove adolescentes e jovens com sexualidades dissidentes acompanhados(as) pela referida pesquisa.

Foram eles(as), sobretudo, Erê, que me encorajaram a sustentar o desejo de realizar esse estudo, de poder reafirmar essas potências; de, finalmente, falar *com* e *sobre* esses silenciamentos, essas histórias de vida. Digo sustentar o desejo, pois fui aprovado no PPGPSI/UFBA com outro projeto e somente quando estava dentro, pude finalmente assumir o que realmente gostaria de pesquisar. Ah, os armários da vida! Brincadeiras à parte, aqui registro meu mais sincero agradecimento à minha orientadora e amiga, Professora Juliana Prates Santana, por ter incentivado, apoiado e me acompanhado nessa jornada.

Dito isto, vamos aos *corres* e às *cores*. Em Salvador o termo êmico “CORRES” diz sobre o que se faz para viver, é sobre trabalho, movimento, como quem diz “vou dar meus *corres*”. Se dermos ouvidos é algo que facilmente se escuta no dizer das pessoas, sobretudo, da classe trabalhadora, nas ruas da cidade. “Corres” é o significante que acredito bem representar a dinâmica da vida na rua e das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros dentre outras diversidades sexuais e de gênero, em seus movimentos de produção e manutenção da vida a despeito de todas as adversidades que encontram pelos caminhos. Já as “CORES” aqui aparecem como um símbolo polifônico, aludindo tanto a luta das diversidades sexuais e de gênero, representada pela famosa bandeira do arco-íris (que atualmente expandiu suas cores), quanto da população negra, uma vez que preta, em variados tons, do mais escuro ao mais claro, é a cor que marca a tez de uma parte significativa das pessoas em situação de rua, reverberações do sistema social racista em que vivemos. Assim, “entre *corres* e *cores*” se coloca como uma provocação para aguçar o desejo de saber mais sobre as trajetórias de vida desses adolescentes e jovens LGBTQ+ que vivem situações de rua.

Desejo que esse *ebó*, palavra que em sua acepção na língua iorubá significa “trabalho”, possa servir ao seu propósito de fazer ecoar vozes e experiências de sujeitos que insistem e resistem; que contribua para desarmar os empreendimentos de morte que enfrentamos todos os dias. Que seja movimento e partilha de VIDA, não dívida; um sopro de encantaria a favor das aberturas e construções de outros imaginários que possam efetivamente reconhecer as representações polifônicas e dialógicas das diferenças e suas interseccionalidades. Nessa encruzilhada, enlaço aqui o chamamento de Audre Lorde (2019) – quando nos diz que “precisamos reaprender a prática de que diferenças não são necessariamente ameaçadoras” –, com os ensinamentos do Professor Renato Nogueira, que nos lembra que Exu é aquele que reinventa o passado e nos ensina que as coisas podem ser reinauguradas a qualquer momento.

Este *ebó* é *Ori Okan* (cabeça e coração)!

Introdução

A existência de pessoas em situação de rua é um fenômeno complexo e histórico que está diretamente ligado a constituição do projeto de nação brasileira, marcado fortemente por opressões, violências, exploração, colonização e escravização de pessoas negras e povos originários (Schwarcz & Starling, 2015). A situação de rua é considerada um subproduto do sistema socioeconômico vigente, o capitalismo neoliberal, que prevê uma produção de riquezas como proporcional e equivalente à produção de desigualdade social, “na qual muitos acumulam miséria e alguns acumulam riqueza, sendo que os acumuladores de miséria são aqueles que geram a riqueza que lhes é expropriada (Tiengo, 2018, p. 140). Dessa forma, as pessoas em situação de rua (PSR) representam uma contradição gritante “de uma sociedade que tem a seguridade social como direito constitucional e que assegura saúde como direito de todos e dever do Estado (Paiva et al., 2016, p. 2596).

Trata-se de um fenômeno presente desde a constituição das primeiras cidades brasileiras (Carvalho, 2019), que tem “características gerais, porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta” (Silva, 2006, p. 95). Nessa direção, a heterogeneidade das PSR é demarcada nos parâmetros legais, assim como os diferentes motivos que podem levar as pessoas considerarem a rua como uma possibilidade de sobrevivência e/ou moradia, seja de modo permanente ou intermitente (Brasil, 2009b). Tendo isto em vista, cabe destacar que as PSR, assim como qualquer cidadão, são constituídas e atravessadas por diferenças de gênero, sexualidade, raça/cor/etnia, classe social, geração, deficiência, dentre outros (Brasil, 2016b).

Nas pesquisas brasileiras que tem como foco contar, estimar e caracterizar as PSR há dois grupos específicos que não recebem destaque e aprofundamento nas produções de dados: as crianças, adolescentes e jovens (Brasil, 2009a, Natalino, 2016; Rizzini et al., 2010) e o público LGBT+ (Garcia et al., 2010). Podemos observar algumas exceções em pesquisas específicas com crianças e adolescentes (Projeto Axé, 1990; 1993), assim como mudanças graduais no cenário de estudos com as PSR como um todo, que cada vez mais tem considerado variáveis relacionadas à diversidade geracional, sexual e de gênero, com mais ou menos detalhamento (Associação Beneficente O Pequeno Nazareno [OPN] / Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro [CIESPI/PUC-Rio], 2020; Carvalho, Santana, Pereira & Vezedek, 2017; Carvalho, Santana & Vezedek, 2017; Distrito Federal, 2022; Fortaleza, 2021; Rio de Janeiro, 2023; São Paulo, 2021).

Ao levar isto em consideração, este estudo se interessou justamente pela intersecção entre esses dois grupos, tendo como propósito analisar as experiências vividas por adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua, considerando os fatores de risco e proteção para o desenvolvimento. Através de uma abordagem qualitativa buscou-se verificar as reverberações dessas experiências em suas trajetórias de vida e na própria relação estabelecida nos diferentes contextos de desenvolvimento em que se encontram, como a rua, a família e as instituições/organizações. O processo investigativo da pesquisa teve ainda como objetivos específicos: 1) identificar os motivos de ida para a rua de adolescentes e jovens LGBT+, verificando as possíveis relações com os campos da sexualidade e do gênero; 2) verificar, avaliar e analisar os fatores de risco e proteção para o desenvolvimento de adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua; 3) identificar as redes de apoio social e afetivo de adolescentes e jovens LGBT+ com trajetórias de rua; e, 4) descrever as expectativas em relação ao futuro e os projetos de vida de adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua.

O interesse por essa temática decorre justamente da constatação da invisibilidade de experiências de adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua nas produções científicas brasileiras, que, na maioria das vezes, não consideram as variáveis gênero e sexualidade em sua diversidade e complexidade, insistindo no uso de categorias normativas e binárias que fazem supor a olhares desatentos que todos os sujeitos pesquisadores são cisgêneros e heterossexuais. Dessa forma, ao mobilizar a literatura específica sobre infâncias, adolescências e juventudes em situação de rua nesta pesquisa, consideramos a existência de pessoas LGBT+ dentro desses grupos sociais pesquisados, ainda que elas continuem invisibilizadas como grupo de análise. Nessa direção, tem-se como intento o reconhecimento das diversidades sexuais e de gênero no complexo “balaio de diferenças” que nos constituem humanos, bem como dos demais marcadores sociais que se interseccionam como a diversidade étnico-racial, as condições de letramento, características físicas, classe social, crenças, religiosidades, dentre outros.

É oportuno enfatizar que o presente trabalho adota o uso da sigla LGBT+, visando contemplar especificamente as identificações de gênero e sexualidade referidas pelos adolescentes e jovens que participaram do estudo. Trata-se de uma decisão metodológica que, em nenhuma hipótese, pretende desconsiderar movimentos e lutas políticas por visibilidade de grupos e identidades. Nesse sentido, observamos o uso atual da sigla LGBTQIAPN+ para se referir as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais/transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, agêneros, pansexuais, polisssexuais, plurisssexuais, pessoas não-binárias e o símbolo + para englobar outras identidades de gênero e sexualidade. Nesse

caminho, destacamos que não há um consenso sobre o uso restrito de uma sigla específica para se referir as pessoas que não se identificam com a cisheteronormatividade, podendo haver variações (LGBTIA+, LGBTQ+, dentre outras) de acordo com o contexto político e regional, bem como as pautas de luta dos movimentos sociais.

Neste estudo, compreende-se que as experiências de adolescentes e jovens LGBTQ+ nos campos das sexualidades e gêneros podem ser um elemento diferencial na experiência de vida na rua. Dessa forma, a rua, aqui entendida como um contexto de desenvolvimento (Neiva-Silva e Koller, 2002; Santana et al., 2018; Santana & Vezedek, 2019), tanto pode envolver riscos quanto fatores protetivos.

Assim, por um lado, a rua pode ser considerada pelo público LGBTQ+ como um contexto possível para vivenciar experimentações nos campos da sexualidade e do gênero, sendo que o acolhimento e o respeito às diversidades sexuais e de gênero podem se estender ou não a diferentes situações em instituições, projetos sociais e serviços que atuam com o as PSR. Por outro, a situação de rua e seus desdobramentos podem se constituir como um fator de risco em decorrência do preconceito, discriminação e violência contra as diversidades sexuais e de gênero. Trata-se de algo que nos leva à hipótese de que a rua seria mais violenta e, por consequência, ofereceria mais riscos para pessoas LGBTQ+, tendo em vista que o Brasil é o país que mais registra violências e homicídios contra esse público, sobretudo contra pessoas trans (Brasil, 2016b; Michels, 2019).

As experiências e vivências relacionadas às sexualidades e gêneros dissidentes se apresentam como um dos motivos de ida para rua, além de causa de preconceito, discriminação e até de expulsão da família e de outros contextos como a escola, projetos sociais e instituições de acolhimento institucional. Soma-se a isso um conjunto de violações de direitos que expõem o público LGBTQ+ a situações de vulnerabilidade e risco diversos, que reverberam negativamente em diferentes dimensões da vida como saúde, educação, trabalho, relações sociais, dentre outros (Meyer, 2003).

Cabe destacar que o termo guarda-chuva “sexualidades/gêneros dissidentes” engloba as sexualidades e gêneros que de maneira intencional, ou não, fogem/escapam/não se enquadram na normatividade heterossexual e cisgênera. Sendo assim, “dissidência” tenta contemplar todas as possibilidades de afastamento das normas sociais esperadas da sexualidade e gênero, incluindo lugares, roupas, posturas corporais e experiências de gênero, assim como o desempenho de papéis sexuais (Díaz-Benítez & Figari, 2009).

Isto posto, para atender ao seu propósito, esta dissertação foi organizada em cinco capítulos que orientam os caminhos e encruzilhadas com a temática que se propõe estudar.

Com isso, possibilitam uma abertura e uma sensibilização para o encontro com os diferentes sujeitos que colaboraram para sua realização, adolescentes e jovens negros(as), LGBT+ e com experiências de vida nas ruas.

O *Capítulo 1*, nomeado de *(Com)posições teóricas*, inicialmente se debruça sobre a sexualidade e o gênero no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento Humano, enfatizando conceitos e teorias que são utilizadas para estudar essa dimensão fundamental da vida. Destaca-se o detalhamento da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) (Bronfenbrenner, 1979/1996; 1989; 1995; 1999; 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998), que é utilizada como arcabouço teórico e metodológico para analisar as experiências de vida dos adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua, uma vez que entende o desenvolvimento como sendo fruto de um processo de interações contínuas e recíprocas entre a pessoa e os diferentes contextos de desenvolvimento vivenciados por ela ao longo do tempo.

Em um segundo momento, com o intuito de “colorir” e “encruzilhar” a discussão sobre o fenômeno estudado, são mobilizadas ainda no primeiro capítulo perspectivas teóricas interdisciplinares que visam explorar definições de gênero, sexualidade, racialidade e suas intersecções, como os conceitos de marcadores sociais, interseccionalidade, dispositivo de racialidade, minorias sexuais e de gênero, dentre outros. Também são apresentadas as bases que estruturam o preconceito, discriminação e violência contra a diversidade sexual e de gênero, além de detalhar os pressupostos da Teoria do Estresse de Minoria (EM) (Meyer, 1995; 2003; 2015; Meyer & Frost, 2013), utilizada nesta pesquisa como uma potente ferramenta de análise dessas dimensões, principalmente em termos de indicadores psicossociais de saúde desse público.

No *Capítulo 2*, intitulado *Adolescentes e jovens LGBT+ e a situação de rua*, são detalhadas as definições conceituais relacionadas ao fenômeno da situação de rua de adolescentes e jovens. Apresenta-se uma revisão da literatura específica que contempla os enfoques e especificidades do público LGBT+ em situação de rua, no cenário internacional e nacional. Ao final do capítulo são descritos ainda os conceitos de fatores de risco e proteção, assim como de processos de resiliência, que implicam em estratégias de enfrentamento individuais e coletivas diante das adversidades decorrentes de experiências e vivências de sujeitos LGBT+, sobretudo, em contextos de vulnerabilidade como pode ser a rua.

O *Capítulo 3* consiste na descrição metodológica da dissertação, na qual são apresentados inicialmente os objetivos e delineamento da pesquisa, além dos(as) participantes e suas características sociodemográficas. Em seguida são detalhados os procedimentos de construção dos dados, que inclui informações sobre o contexto de realização da pesquisa e a

estratégia de acesso utilizada, a saber, a Inserção Ecológica (Koller et al., 2016); os instrumentos e materiais utilizados para realização das entrevistas reflexivas (Pessoa et al., 2019) e as orientações éticas envolvidas. Ao final são apontados os procedimentos adotados para construção da análise dos resultados da pesquisa, a partir do detalhamento da técnica utilizada, a Análise Temática (AT) (Braun & Clarke, 2006; 2013).

Já no *Capítulo 4* são descritos os resultados do estudo, a partir da apresentação e discussão dos seis temas e 18 subtemas gerados pela análise temática das entrevistas realizadas, sendo estes: 1) “encruzilhadas identitárias (raça/etnia, sexualidade e gênero)”; 2) “implicações do status de minoria sexual e de gênero”, com dois subtemas “experiências de acolhimento e suporte” e “vitimização e estratégias de enfrentamento/sobrevivência”; 3) “microssistemas de desenvolvimento”, com sete subtemas “arranjos e qualidade das relações familiares”, “conexões com a rua” (“trajetória de rua” e “estratégias de proteção”) e “projetos sociais e outros contextos institucionais” (“participação e engajamento” e “representatividade positiva da diversidade sexual e de gênero”); 4) “vivências afetivas e sexuais”, com três subtemas “experiências sexuais”, “apaixonamentos, relacionamentos e características desejáveis de parceiros(as)” e “sexo transacional/exploração sexual”; 5) “rede de apoio social e afetivo”, com quatro subtemas “amigos/pares”, “familiares”, “arteducadores (projetos sociais)” e “grupos / movimentos e serviços de referência LGBTQ+”; e, 6) “projetos de vida”, com dois subtemas “aspirações pessoais e projeções de futuro” e “capacidade de realização”. Ademais, são sistematizados também os fatores de risco e proteção para os adolescentes e jovens LGBTQ+ em situação de rua identificados, avaliados e analisados pelo estudo.

Por fim, no *Capítulo 5* são tecidas as considerações finais da dissertação, de modo a refletir sobre as implicações éticas e políticas das discussões produzidas e mobilizadas sobre o fenômeno de adolescentes e jovens LGBTQ+ em situação de rua. Nessa direção, este último capítulo ainda que aponte para o desfecho de um trabalho acadêmico, mira a abertura de sentidos e caminhos possíveis, ensejando a produção e circulação de outros saberes, práticas, imagens e discursos sobre a temática pesquisada.

Ainda que esta pesquisa trate de assuntos espinhosos que dão notícias de discriminações, preconceitos e violências contra minorias sexuais e de gênero, que se interseccionam com outras minorias etárias, raciais e econômicas, acreditamos que sua força motriz está justamente nos movimentos de vida produzidos pelos sujeitos participantes, nas estratégias de resistência e insistência individuais e coletivas, nas inventividades artísticas que fazem vibrar as cores do bem-viver. Desejamos uma leitura interessada e interessante, que estimule sensibilidades e movências. Axé!

Capítulo 1. (Com)posições teóricas

Os olhares e as contribuições da Psicologia sobre os estudos da sexualidade e suas interseccionalidades se mostram necessárias e importantes na contemporaneidade, conforme aponta Assis (2018). Ainda mais, se considerarmos os processos históricos das ciências ocidentais de gerenciamento de corpos e subjetividades numa perspectiva natural, homogênea e patologizante (Narvaz, 2009; Rose, 2011). Trata-se de uma história que hoje sabemos, durante muito tempo se pretendeu única¹, universal e, por isso, perigosa.

A primeira seção do presente capítulo sistematiza as principais conceituações e modelos teóricos no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento Humano implicados no estudo da sexualidade. Destaca-se os limites etários da infância, adolescência e juventude, além de alguns aspectos sobre a sexualidade considerando esses diferentes momentos do ciclo vital. Também nessa seção é descrito o arcabouço teórico e metodológico utilizado que embasa a análise das experiências de vida dos adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua, a saber, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) (Bronfenbrenner, 1979/1996; 1989; 1995; 1999; 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998).

A segunda seção mobiliza referências teóricas sobre gênero, sexualidade, racialidade e suas intersecções, com referência, sobretudo, aos estudos feministas e transfeministas, de modo a evitar possíveis essencialismos dessas categorias analíticas (Jesus, 2014; Sousa Filho, 2009). Nesse sentido, são mobilizados conceitos como sexo biológico; identidade de gênero; orientação sexual; expressão de gênero; siglas e nomenclaturas relacionadas às diversidades sexuais e de gênero; cisgênero/cisgeneridade; heteronormatividade; heterossexualidade compulsória; matriz de inteligibilidade; heterocentrismo; ciscentrismo; performatividade; heterossexismo; homonegatividade; homofobia/lesbofobia/bifobia/transfobia; minoria social; construtos psicológicos como preconceito, atitude, estigma, estigmatização, rótulos, estereótipos e discriminação; marcadores sociais da diferença; interseccionalidade, raça/etnia; racismo; dispositivo de racialidade; e, branquitude.

Já na terceira seção desse primeiro capítulo são demarcados alguns avanços no reconhecimento e respeito às diferenças, que contemplam o debate sobre a despatologização de orientações sexuais e identidades de gênero, além das recomendações para a atuação profissional da psicologia, no sentido do acolhimento e respeito às diversidades sexuais e de gênero. Também são apresentados dados de pesquisas sobre violência, discriminação e

¹ Referência ao pensamento da feminista e escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (1977-).

preconceito contra minorias sexuais e de gênero e as reverberações nos indicadores de saúde e bem-estar desse público. Ao final da seção são descritos os pressupostos da Teoria do Estresse de Minoria (EM) (Meyer, 1995; 2003; 2015; Meyer & Frost, 2013) e os efeitos estratégicos de sua aplicação para compreender as condições de saúde da população LGBT+.

1.1 Sexualidade, gênero e Psicologia do Desenvolvimento Humano

As discussões e produções teóricas sobre gênero e sexualidade podem ser consideradas recentes em várias áreas de estudo, sendo que o gênero passou a ser debatido em termos de desenvolvimento humano a partir dos estudos sobre gênero e escola, crianças e gênero, transidentidades e orientação sexual, conforme afirma Cerqueira-Santos (2021). O autor aponta, ainda, a incipiência de estudos empíricos realizados, sobretudo, em contextos diversos no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento, algo que contribui significativamente para a manutenção de discursos normativos e conservadores, a exemplo dos principais manuais da área.

Numa perspectiva psicológica mais recente sobre a sexualidade humana, destaca-se a ampliação da noção de sexualidade através da proposição de novos contornos, modelos teóricos e linhas de pesquisa (Cacciatore et al., 2019), algo que se constitui um avanço já que as pesquisas em psicologia, salvaguardada a ampliação conceitual promovida pela psicanálise, por exemplo, têm focado historicamente em aspectos referentes a prática sexual e seus desdobramentos (Van Der Doef & Reinders, 2018). É oportuno salientar a compreensão de que as vivências e experiências que constituem o desenvolvimento sexual humano implicam uma interação de processos desenvolvimentais e inserções em grupos sociais, como defende Cerqueira-Santos (2021), uma vez que, para o autor, os “aspectos biológicos da sexualidade não podem ser pensados longe da dimensão social e cultural” (p.20).

Nesse sentido, interessa aqui o reconhecimento da característica multideterminada da sexualidade apontada por Lehmilller (2017), que inclui diferentes aspectos de ordem biológica, cognitiva, cultural e subjetiva. A sexualidade se constitui como uma esfera indispensável da vida, que se manifesta numa constância ao longo do ciclo vital, do nascimento até a morte (Cerqueira-Santos, 2021). Assim, é fundamental concebê-la como um repertório amplo de comportamentos de saúde psicológica que, simultaneamente, envolve e também exerce influência sobre os pensamentos, os sentimentos, as atitudes, as relações interpessoais e o sentir-se saudável física e psicologicamente (O’Sullivan et al., 2006).

Para Cerqueira-Santos (2021) os componentes utilizados para classificar e nomear dimensões da sexualidade humana são diversos e precisam ser cuidadosamente analisados, sendo observadas as suas distinções e especificidades. Nesse sentido, o autor elenca como componentes distintos socialmente construídos da sexualidade:

Sexo biológico (*ser macho, fêmea* ou *intersexual* anátomo-fisiologicamente), orientação sexual (atração por pessoas de gênero diferente ou do mesmo gênero, isto é, *ser heterossexual, bissexual* ou *homossexual*), identidade de gênero (*ser mulher, homem* ou *travesti*, por exemplo) e papel de gênero (comportar-se de forma *feminina, masculina* ou *andrógina*). (Cerqueira-Santos, 2021, p.20)

O conceito de papel sexual (Lehmiller, 2017), que se refere às práticas sexuais e modos de inserção e posição na relação sexual (forma ativa, passiva ou versátil) também se inclui nessa lista. Nesse sentido, tanto Baum (2006) quanto Cerqueira-Santos (2021) apontam para o fato de que, seja na infância seja na adolescência e juventude, há uma expectativa e um movimento para que os sujeitos produzam um saber no tocante a um “sobre e como” da sua própria sexualidade, isto é, sobre seus corpos, regras sociais, responsabilidades pessoais e sociais, limites e padrões éticos. Esse processo envolve um nível complexo de aprendizagem que é atravessado por normas, valores e práticas sociais (Meira et al., 2006), sendo que, para as autoras, os sujeitos são submetidos a um conjunto de atravessamentos exercidos por diferentes pessoas e contextos, seja a família, amigos e grupos religiosos, seja a mídia no geral, os livros, revistas, e atualmente a internet, dentre outros. Estão englobadas aqui ações diretas e indiretas, conscientes ou não, que são carregadas de sentidos e ideologias que influenciam as condutas e os valores diante das questões diversas que envolvem a sexualidade (Meira et al., 2006).

Cabe observar que a demarcação de categorias, componentes e termos relacionados a sexualidade aqui se justifica pela sua utilidade prática e dialógica. Contudo, é preciso ter em vista que este é um movimento que requer uma análise contextual, teórica e crítica sobre pressupostos essencialistas e biologicistas que frequentemente subjazem a essas categorizações, considerando, sobretudo, as relações entre esses diferentes elementos, como estão conceitualizados, bem como estes são construídos em diferentes lugares e momentos histórico-políticos. Essa discussão será aprofundada na terceira seção deste capítulo.

A sexualidade não se restringe apenas ao ato sexual e demais aspectos reprodutivos, sendo um elemento fundamental para a formação da identidade na adolescência (Macedo et al., 2013). Dessa forma, para as autoras, a sexualidade envolve também práticas e desejos

associados à satisfação, à afetividade, aos sentimentos, ao exercício da liberdade, à saúde e a dimensões diversas dos relacionamentos interpessoais.

Nessa direção, a Organização Mundial da Saúde (OMS) também ressalta a influência que a vivência da sexualidade exerce sobre a saúde humana. Isso se sustenta tanto por ela possibilitar que as pessoas expressem suas afetividades e obtenham experiências de prazer (OMS, 2014), quanto por abarcar dimensões diversas do desejo, erotismo, emoções, intimidade, autocuidado, valores e crenças, assim como as dimensões das identidades e expressões de gênero.

Antes de tratar especificamente das dimensões da sexualidade na adolescência e juventude, público com o qual esse trabalho foi desenvolvido, é importante destacar alguns aspectos relacionados ao desenvolvimento sexual na infância, sobretudo, no que se refere a três importantes teorias que influenciaram o estudo da sexualidade no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento. O primeiro trata da proposição psicanalítica de Freud (1905/1996) que parte de uma noção de desenvolvimento psicosexual com diferentes fases: oral, anal, fálica e genital. Este é um texto de importância histórica no qual Freud reconhece a sexualidade como inerente à condição humana, sendo que a sexualidade infantil, atravessada pelas pulsões sexuais, teria uma importância fundamental por toda a vida do sujeito, passando de um autoerotismo para a busca por um objeto de satisfação sexual ao longo do ciclo vital.

Cabe salientar que no âmbito da psicanálise existem embates contundentes em relação às questões de gênero e sexualidade. Nesse sentido, estas dimensões se constituem verdadeiros territórios de disputas teóricas e críticas, que oscilam entre leituras que enfatizam dimensões normativas e conservadoras do campo psicanalítico (Cunha, 2016) e leituras que destacam o pioneirismo e o caráter subversivo das formulações psicanalíticas sobre os temas em questão (Lima & Vorcaro, 2020).

O segundo campo teórico que influenciou o estudo da sexualidade no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento se refere a teoria do apego de Bowlby (1969/1990) que considera a influência da vinculação afetiva com a figura de apego na infância como algo que exerce impactos na capacidade de manutenção de relações futuras gratificantes, ainda que possam ocorrer mudanças (Bowlby, 1979/2001). Trata-se aqui da influência dessas relações no processo de constituição de padrões de apego e modelos internos que orientam as emoções, os pensamentos e as percepções individuais.

Nesse processo, a teoria de Bowlby (1969/1990) considera o apego como uma forma de sobrevivência e como uma característica inata da criança (Palombo et al., 2009) que influencia os relacionamentos afetivos ao longo do ciclo vital da pessoa. Podemos estender

essa influência aos relacionamentos sexuais, visto que a afetividade se apresenta como uma das dimensões da sexualidade humana, como veremos mais adiante.

Já o terceiro campo teórico consiste na teoria psicossocial do desenvolvimento humano de Erik Erikson (1950), que se ancora na ideia de que o desenvolvimento se dá em estágios contínuos que se relacionam e se influenciam. Apesar de alterar o enfoque da sexualidade para o problema da identidade e das crises do ego, a teoria de Erikson considera as premissas freudianas do desenvolvimento psicossocial. Para a teoria psicossocial o desenvolvimento da personalidade vai se configurar como uma tarefa, sobretudo na fase da adolescência, o que implica uma demanda de amadurecimento tanto por exigências internas do ego como também externas do meio (Erikson, 1950).

Nesse sentido, uma contribuição importante de Erikson foi justamente enfatizar a relação de integração entre o social e o individual no desenvolvimento subjetivo, isto é, a consideração do contexto sócio-histórico e cultural no processo de formação de uma identidade, sendo que o ego se desenvolveria ao longo do ciclo vital de cada pessoa (Erikson, 1987). Se levarmos em conta a importância das relações sociais e do sentimento de pertença a um grupo, bem como as afiliações identitárias, as proposições do autor podem ser úteis para pensar aspectos relacionados a vivências sexuais, afetivas e no âmbito das identidades e expressões de gênero.

A sexualidade infantil como objeto de estudo da psicologia do desenvolvimento humano se apresenta como algo desafiador e seus resultados devem ser tratados de maneira crítica e cautelosa (Cerqueira-Santos, 2021), considerando, sobretudo, suas implicações éticas, políticas e culturais. A socialização de crianças para os papéis de gênero é um tema frequente nos estudos em psicologia do desenvolvimento, sobretudo, no diálogo com diferentes áreas de conhecimento (Campos et al., 2017; Silva et al., 2006). Destaca-se aqui o campo de estudo das brincadeiras infantis em diferentes contextos e culturas que informam sobre como os modos de estereotipia de gênero na infância se dão a partir da socialização e com base em conteúdos transgeracionais, que se ampliam ao passo que o sujeito acessa diferentes ambientes grupais e influencia diretamente o processo de construção social das diferenças (Menezes & Brito, 2013; Ribeiro, 2006).

Numa perspectiva de ciência ocidental, não há uma classificação única que defina os limites etários entre o que se considera como infância, adolescência e juventude (Watarai & Romanelli, 2005). Em termos internacionais, para a OMS a adolescência se subdivide em uma fase inicial (dos dez aos 14 anos) e uma fase final (dos 15 aos 19 anos) (OMS, 2014), sendo que essa última fase é considerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) (OIT,

2022) como correspondente à adolescência. A OIT circunscreve ainda a faixa dos 20 aos 24 anos como equivalente à juventude. A nível de Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) situa a adolescência entre os 12 e 18 anos incompletos (Brasil, 1990), sendo que são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade, de acordo com o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013).

Embora o aspecto etário configure com uma referência importante, conforme apontam Rossi et al. (2019), a possibilidade de vivências plurais das adolescências se torna viável uma vez que o conceito é atravessado por transformações e mudanças históricas e sociais, influenciando assim a forma como cada indivíduo se vê e é visto, isto é, aos modos como compreende seu contexto social e sua dinâmica e é compreendido por ele (Freitas, 2005; Moreira et al., 2011; Ozella, 2002). Nesse sentido, Davim et al. (2009) chamam a atenção para o fato de que as adolescências compreendem um período da vida marcado por vulnerabilidades, seja física e psicológica, seja social, implicando mudanças complexas no processo de desenvolvimento do ser humano.

A sexualidade ganha destaque na adolescência, uma vez que este é um momento do ciclo vital marcado por muitas alterações significativas, caracterizado por mudanças próprias da puberdade, incluindo transformações anatômicas, fisiológicas, psicológicas e sociais (Brêtas et al., 2011; Davim et al., 2009). Ainda que os estudos em Psicologia do Desenvolvimento que tratam da sexualidade enfatizem os aspectos do desenvolvimento biológico (Cacciatore et al., 2019), a importância das dimensões emocionais, sociais, culturais e das mudanças cognitivas não podem ser minimizadas, sendo que estas se relacionam com o desenvolvimento sexual, como enfatiza Cerqueira-Santos (2021). Nesse sentido, o referido autor afirma que as experimentações de sexo e afetividades têm papel importante na constituição da sexualidade na adolescência, sendo que estas duas instâncias podem ser, ao mesmo tempo, descoladas e complementares.

A primeira relação sexual é apontada como um acontecimento importante para a adolescência, uma vez que geralmente ocorre nesse período, com alguma variação geracional, (Cerqueira-Santos, 2021). Sobre isso, as pesquisas em desenvolvimento humano, com alguma frequência, costumam investigar fatores que se relacionam ao processo de iniciação das atividades sexuais. Geralmente esses fatores são considerados como comportamentos sexuais de risco quando associados a relações sexuais desprotegidas, a exemplo da contaminação por infecções sexualmente transmissíveis (IST), gestações não planejadas, experiências de aborto, até mesmo uso de substâncias psicoativas (SPA), dentre outros (Carleto et al., 2010; Ferreira & Torgal, 2011; Ozella, 2002; Paiva et al., 2008; Santos et al., 2015).

Outro fator de risco relacionado às primeiras relações sexuais é a presença de parcerias sexuais com pessoas mais velhas e/ou adultas, sobretudo para pessoas do sexo/gênero feminino, fator que se relaciona com mais comportamentos sexuais de risco (Avanci et al., 2007; Finer & Philbin, 2013). É fundamental observar que o estabelecimento de parcerias sexuais com pessoas mais velhas e/ou adultas também se constitui como um fator de risco no caso das pessoas do sexo/gênero masculino, inclusive, considerando uma lógica de exploração sexual em diversos contextos, como a família, instituições e a rua.

Nessa perspectiva, Cerqueira-Santos e Ramos (2019) propõem o conceito de socialização sexual para se referir aos diversos eventos próprios do desenvolvimento sexual na adolescência, que envolvem a iniciação sexual em suas implicações tanto biológicas quanto psicológicas, e que se maximizam na juventude com ênfase nas dimensões da identidade sexual e papéis de gênero. As experiências sexuais são acompanhadas de estranhamentos e ao sexo são atribuídos significados que variam a depender da identidade de gênero, orientação sexual, classe social, religião, acesso à informação, relações sociais (Cerqueira-Santos, 2021), e podemos acrescentar, ao pertencimento étnico-racial.

Se por um lado a sexualidade é considerada um aspecto da vida humana importante para a integração psicossocial, implicando autocuidado, qualidade de vida e fortalecimento de rede de apoio e suporte social, conforme apontam Branco et al. (2013). Por outro, como pontua Figueiredo (2021), os processos de repressão das práticas sexuais e das vivências de expressões e identidades de gênero, assim como condições de abstinência podem implicar repercussões negativas sobre a saúde, sobretudo, em se tratando das diversidades sexuais e de gênero, como veremos no quarto subitem desse capítulo.

No cenário ocidental podemos observar que, histórica e culturalmente, diversas relações de poder, interdições, preconceitos, discriminações, mitos e violências sempre limitaram de modo explícito as possibilidades de vivência e experiência da sexualidade (Brasil, 2006). Ainda assim, conforme assinala Melo Neto e Cerqueira-Santos (2012), há na atualidade algumas diferenças que marcam os comportamentos sexuais de adolescentes, sendo alguns exemplos disso, a pauta do sexo nos relacionamentos casuais, a diversidade de modos de relacionamentos, mudança de pensamento sobre o casamento e além de maior igualdade e fluidez nas questões concernentes ao gênero e à orientação sexual. No caso da chamada adultez emergente (Carneiro & Sampaio, 2015), ao analisar aspectos relacionados à sexualidade, Cerqueira-Santos (2021) destaca alguns dados interessante sobre essa geração de adultos jovens, como a inserção de novos elementos e formas de conhecimento, vivência e exploração da sexualidade a partir da internet (uso de redes sociais e demais aplicativos de

relacionamento e sexo); maior tempo de espera para o casamento; além de diferentes configurações de coabitação que independem da união civil em si; e, a pluralidade e fluidez dos relacionamentos afetivos.

Carneiro e Sampaio (2015) afirmam que a adulez emergente é relativamente recente e fruto de culturas industrializadas e pós-industrializadas, sendo considerada um fenômeno normativo em países desenvolvidos e crescente em países em desenvolvimento. Dito isto, não podemos deixar de problematizar de um ponto de vista interseccional, que considere os marcadores sociais da diferença, o quanto o conceito é excludente. No caso de jovens em situação de vulnerabilidade social, sobretudo negros(as), não é observável esse fenômeno de postergação da vida adulta ou da entrada no mercado de trabalho, só para citar dois exemplos relacionados com essa categoria entendida como uma nova etapa do desenvolvimento. As autoras admitem que “as características da adulez emergente, sem dúvida, variam de uma cultura para outra, principalmente no que se refere ao nível socioeconômico e ao grupo étnico” (Carneiro & Sampaio, 2015, p. 35) e informam a necessidade de mais estudos para investigar essas dimensões, mas é preciso reconhecer o quanto a extensão temporal e o status social de ser um adulto emergente se configura como um privilégio racial e de classe social.

A partir desses destaques sobre o estudo da sexualidade no âmbito da psicologia, reforça-se aqui a consideração de uma perspectiva de desenvolvimento humano que conceba a sexualidade a partir de noções mais alargadas (Cacciatore et al., 2019), tendo em vista todos os aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais envolvidos ao longo de todo o ciclo vital (Cerqueira-Santos, 2021). Cabe destacar aqui a noção de que diferentes práticas sociais e instituições podem colaborar para que indivíduos possam se constituir em um contínuo entre mulheres e homens ao longo da vida, sendo que esse processo não teria um fim definido nem apontaria para uma linearidade, progressão ou harmonia (Meyer, 2015; Meyer & Frost, 2013).

Nesse caminho, é oportuno atentar para vias de análise que pensem o desenvolvimento sexual numa continuidade, nas quais importam a compreensão relacional entre dimensões biológicas e sociais a partir de uma ótica contextualista e interacionista, conforme assinala Cerqueira-santos (2021). Para o autor, a linha teórica mais recente na psicologia do desenvolvimento humano que possibilita uma leitura mais alargada das dimensões que compõem o fenômeno da sexualidade é a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) de Urie Bronfenbrenner (1917-2005), justamente pela ênfase dada aos aspectos contextuais e à tríade biopsicossocial, o que por sua vez possibilita uma análise multifacetada dos processos desenvolvimentais (Bronfenbrenner, 1979/1996; 1989; 1995; 1999; 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998).

O detalhamento da TBDH será apresentado no próximo subitem. Contudo, ainda que esta seção descreva informações sobre a situação de rua de adolescentes e jovens LGBT+, o aprofundamento dessa dimensão em termos conceituais e dados de pesquisas será apresentado no capítulo 2.

1.2 Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano aplicada ao estudo das experiências de adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua

Para percorrer os caminhos desta pesquisa escolhemos como ponto de encruzilhada a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) de Urie Bronfenbrenner (1917-2005), uma vez que esse arcabouço teórico prioriza os aspectos contextuais e as dimensões biopsicossociais e relacionais da pessoa em desenvolvimento. Dessa forma, a TBDH se mostrou fundamental para analisar as experiências e os diferentes contextos de vida dos adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua, por permitir uma abordagem mais ampliada e contextual tanto do fenômeno da situação de rua quanto das diversidades sexuais e de gênero.

A TBDH é um modelo teórico sistêmico, no qual o desenvolvimento é entendido como sendo fruto de um processo de interações contínuas e recíprocas entre a pessoa e os diferentes contextos de desenvolvimento vivenciados por ela ao longo do tempo (Bronfenbrenner, 1979/1996; 1989; 1995; 1999; 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998). Nesse sentido, o desenvolvimento se estabelece de maneira contínua e dinâmica, numa relação de reciprocidade e inter-relação entre aspectos biológicos, psicológicos e ambientais, sendo assim, um produto e um processo (Bronfenbrenner, 2011). Assim, os efeitos, tanto a nível de indivíduo quanto a nível de contexto, devem ser considerados num contínuo dinâmico e de influência mútua, uma vez que as relações entre a pessoa em desenvolvimento e o seu ambiente se dão num arranjo marcado por uma bidirecionalidade e interdependência,

Outro pressuposto básico da TBDH é a ênfase dada ao papel ativo, interativo e de protagonismo da pessoa em desenvolvimento, entendida como um agente de mudanças e como núcleo do processo (Polonia et al., 2005). Nessa perspectiva, os adolescentes e os jovens participantes dessa pesquisa, por exemplo, são considerados como agentes ativos que constantemente atribuem significados às suas vivências e estabelecem sentidos próprios ao ambiente e aos diferentes contextos em que vivem (Petrucci et al., 2016).

Como descrito por Tudge (2008), o modelo bioecológico proposto por Bronfenbrenner é denominado Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT). A sistematização do PPCT

considera, em síntese, uma PESSOA em desenvolvimento (entendida como ser ativo e analisada a partir de suas características biopsicológicas e daquelas resultantes da interação com o ambiente, como gênero, cor/raça/etnia, aparência física, habilidades, responsabilidades, etc.) que se engaja em atividades cotidianas, processos proximais, com outras pessoas, símbolos e objetos (PROCESSO), dentro de um microsistema, em interação com outros CONTEXTOS, que inclui continuidade e mudança ao longo do TEMPO no ciclo vital.

Na dimensão do “processo” se inclui a noção de processos proximais, referidos como progressivos e recíprocos “entre um organismo humano biopsicológico ativo, em evolução, e as pessoas, objetos e símbolos em seu ambiente externo imediato. Para ser eficaz, a interação deve ocorrer com bastante regularidade durante períodos extensos (...)” (Bronfenbrenner & Morris, 1998, p. 996). Nesse sentido, os processos proximais se referem aos tipos de atividades cotidianas em que as pessoas se engajam no seu ambiente imediato, incluindo as formas de interação, que “operam por meio do tempo e constituem os mecanismos primários que produzem o desenvolvimento humano” (Polonia et al., 2005, p.77).

No que se refere a dimensão da “pessoa” destaca-se a abrangência dos atributos da pessoa em desenvolvimento, na relação entre aspectos biológicos e ambientais, sendo ela compreendida tanto como produtora quanto produto do desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1999). Assim, são destacadas três características da pessoa que interferem no seu desenvolvimento e nos seus processos proximais. A primeira é chamada de *disposições*, que incluem elementos comportamentais que podem permitir ou não os processos proximais da pessoa com o ambiente.

Já a segunda, denominada de *recursos*, interferem nos processos proximais ao longo do tempo e englobam características relacionadas a habilidades, capacidades, aspectos cognitivos e emocionais, assim como recursos sociais e materiais (acesso à boa comida, moradia, cuidado parental, oportunidades educacionais, dentre outros). A terceira corresponde as *demandas* que se referem aos atributos pessoais (idade, gênero, cor da pele, aparência física etc.) que podem aproximar ou afastar as relações no ambiente social, interferindo assim no desenvolvimento de processos proximais (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

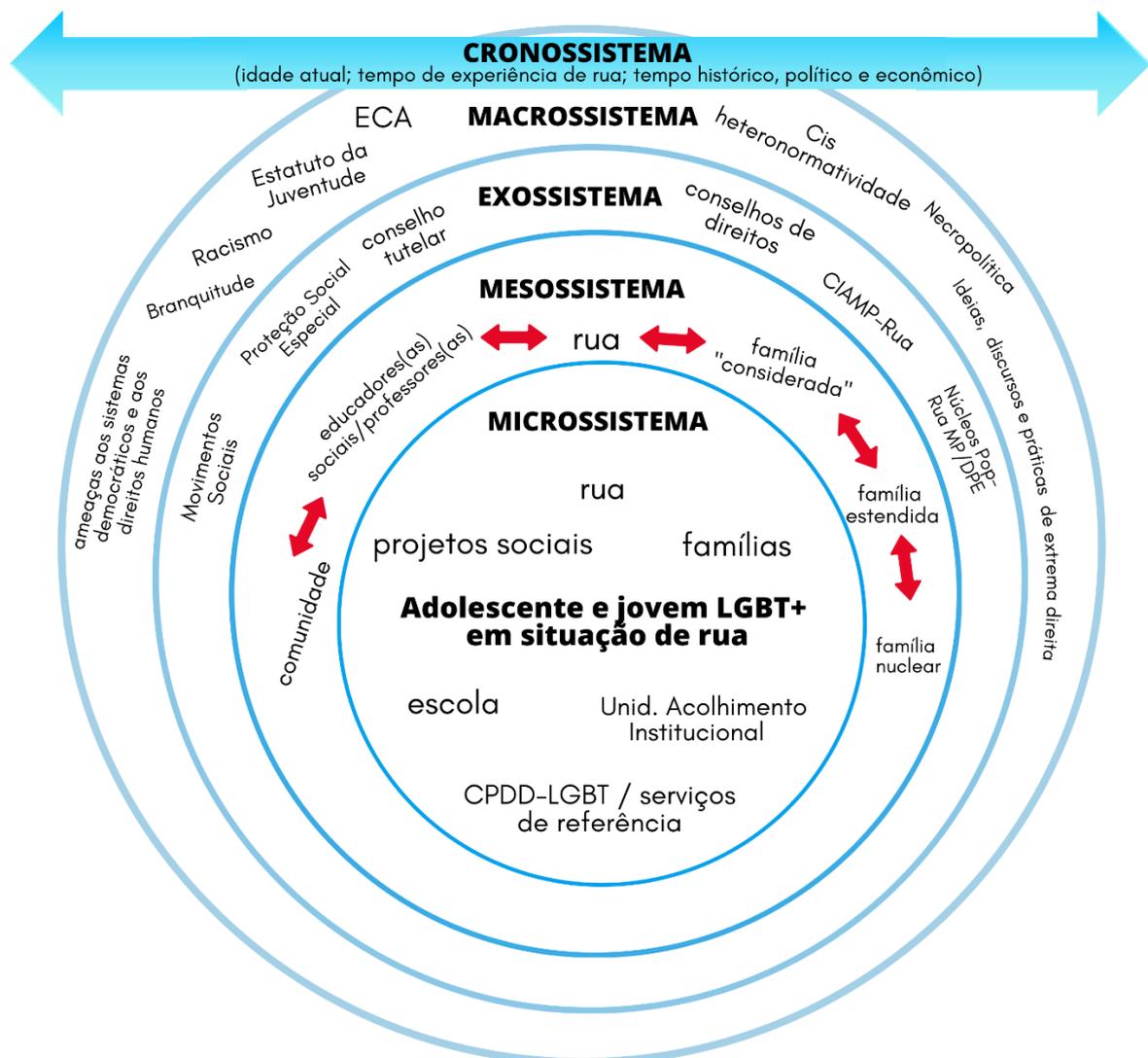
Quanto ao enfoque na dimensão “contexto”, atêm-se ao desenvolvimento do indivíduo, do ambiente e, sobretudo, da interação entre ambos. Sobre isso vale destacar os quatro níveis ambientais integrados e distintos entre si, descritos no modelo PPCT: *microsistema*, *mesossistema*, *exossistema* e *macrossistema*. Ambos incluem os contextos de relação face a face, desde ambientes físicos e sociais, até estruturas mais amplas como valores, normas e sistemas políticos (Bronfenbrenner, 1979/1996; 1989; 1995; 1999; 2011;

Bronfenbrenner & Morris, 1998). O *cronossistema* é considerado um quinto nível integrando a dimensão do tempo.

Para aprofundar a discussão do modelo PPCT construímos uma ilustração (Figura 1) de sua aplicação na análise dos diferentes contextos de desenvolvimento dos adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua, público dessa pesquisa. Em seguida são descritos os níveis ambientais e suas principais características.

Figura 1

Aplicação do modelo Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT) da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) para adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua



No *microsistema* estão incluídas as atividades, os papéis e as relações interpessoais experienciadas pela pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979/1996; Bronfenbrenner, 2011), sendo este constituído por relações face a face definido por níveis de significância e estabilidade. Trata-se assim, de contextos imediatos, no qual a pessoa em

desenvolvimento passa boa parte do tempo engajada em atividades e interações com outros indivíduos, objetos e símbolos (Tudge, 2008). No caso dos adolescentes e jovens LGBTQ+, foco do presente estudo, destaca-se como microssistemas a rua² (Santana, 2003; Santana et al., 2018), além das diferentes formas de se “estar na rua” (Santana et al., 2021) –, a família, a escola e instituições de acolhimento institucional e projetos sociais (Santana, 2003; Petrucci et al., 2016; Santana et al., 2018). O Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTQ+ da Bahia (CPDD LGBTQ+) / Casarão da Diversidade também se configura um microssistema, pois oferece serviços de orientação, oficinas, dentre outros e são frequentados, eventualmente, pelos adolescentes e jovens LGBTQ+.

O *mesossistema*, estruturado a partir das interrelações estabelecidas entre os diferentes microssistemas da pessoa em desenvolvimento, tem especial enfoque no presente estudo uma vez que se pretende compreender as relações estabelecidas entre os microssistemas da rua, da família e dos contextos institucionais nos quais os adolescentes e jovens LGBTQ+ em situação de rua tecem relações singulares, sendo relevante analisar as dimensões das diversidades sexuais e de gênero nas trajetórias de rua desses sujeitos a partir das díades Rua-Família, Rua-Instituições e Família-Instituições.

O *exossistema* é o nível integrado pelos contextos nos quais a pessoa em desenvolvimento não se faz presente de modo direto, mas que, a rigor, influenciam o seu desenvolvimento a partir dos acontecimentos ocorridos nestas esferas. No que se refere ao exossistema relacionado aos adolescentes e jovens LGBTQ+ em situação de rua, pode-se citar os órgãos que integram a rede de proteção à infância, adolescência e juventude, sendo estes: Conselho Tutelar (CT); Conselho Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/CECA); Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ); e, a rede administrativa das instituições de acolhimento institucional. Podemos citar também os órgãos e movimentos ligados à defesa de direitos tanto da população em situação de rua (Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (CIAMP-Rua), municipal, estadual e nacional; e, Núcleos Pop Rua da Defensoria Pública do Estado da Bahia e do Ministério Público), e aqueles(as) ligados à defesa de direitos de minorias de gênero, sexuais e raciais. Ressalta-se que o CPDD-LGBT, quando não é um microssistema, funciona como exossistema pela sua natureza de defesa de direitos.

² Cabe destacar a dimensão multicêntrica e fractal da rua, tanto no que se refere a organização espacial da pobreza, que delimita os acessos de cada pessoa aos espaços públicos e privados, como a distribuição da população em situação de rua pelos diferentes centros, históricos e periféricos (Canetti, 2015).

Já o nível do *macrossistema* tem em sua constituição um conjunto compartilhado de crenças, valores e ideologias que refletem a complexa organização da esfera social e influenciam de modo determinante as relações estabelecidas com os demais sistemas, no nível micro, meso e exo. A nível da pessoa em desenvolvimento, o macrossistema influencia significativamente comportamentos, experiências e modos de relação. Além disso, o macrossistema também sofre influência da esfera local em termos de cidade e país, neste caso, as características contextuais específicas da ocupação do espaço das ruas de Salvador, local de desenvolvimento do presente estudo, por exemplo. Cabe destacar, no âmbito nacional, as políticas específicas de proteção a crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e às juventudes, o Estatuto da Juventude (2013). A mudança de paradigma proposta pelo conjunto de valores expressos em ambos os documentos compõe o macrossistema e influenciam diretamente a proposição de políticas públicas para os adolescentes e jovens em situação de rua, incluindo os LGBTQ+.

Além dos marcos normativos e regulatórios, o contexto político internacional e nacional, em um sentido amplo, pode ser considerado parte integrante do macrossistema. Nessa direção, pode-se considerar que a ascensão de discursos e práticas fundamentados em ideias de extrema direita influenciam significativamente a experiência desses adolescentes e jovens, uma vez que ameaçam os sistemas democráticos e os direitos humanos (a exemplo de movimentos contrários a chamada ‘ideologia de gênero’, a educação sexual, os direitos de pessoas indígenas, negras, LGBTQ+, pobres, dentre outros) (Jacques-Neto, 2022; Lima, 2019; Miguel, 2021).

Nessa perspectiva, no que se refere aos adolescentes e jovens LGBTQ+ em especial, pode-se considerar a influência das estruturas de opressão como a cis heteronormatividade, ligada intimamente à LGBTQ+fobia e violência de gênero; e a branquitude (Carone & Bento, 2014; Schucman, 2016), entendida como sistema complexo de valores e práticas que sustenta o racismo em suas mais variadas nuances, desde crenças e práticas discriminatórias, higienistas, de criminalização e encarceramento em massa (Borges, 2019), até a chamada necropolítica (Mbembe, 2020) que tem seu ápice com o extermínio sistemático de pessoas negras, sobretudo jovens, LGBTQ+ e indígenas (IBGE, 2019; IPEA, 2019; 2020; 2021).

Por fim, o *cronossistema*, reconhecido como um quinto subsistema, integra a dimensão “tempo”. Permite examinar a influência de mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo de vida (Bronfenbrenner, 1999). Esse contexto engloba modificações e consistências das características da pessoa e a passagem do tempo no ambiente e sociedade/cultura como um todo (Tudge, 2008). Pode ser dividido em três: o *microtempo*,

incluindo a duração, continuidade e descontinuidade frente aos processos proximais, isto é, o que ocorre durante uma determinada atividade ou interação; o *mesotempo*, que engloba a frequência e periodicidade dos eventos entre grandes intervalos de tempo (dias, semanas e meses); e, *macrotempo*, referente ao período histórico, as mudanças nos eventos e nas expectativas da sociedade/cultura no geral.

Isso posto, parte-se da consideração de que para compreender as experiências de adolescentes e jovens LGBTQ+ em situação de rua é preciso considerar os diversos sistemas que compõem a vida desses sujeitos, seja o próprio contexto da rua, como o contexto familiar e institucional (instituições, organizações, projetos e ações sociais). Nessa direção, Santana (2003) chama atenção para a abertura de possibilidades de entendimento do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua a partir do modelo sistêmico da TBDH.

Para Santana (2003), esse movimento inclui desde o entendimento das crianças, adolescentes e jovens em situação de rua como pessoas em desenvolvimento, até a consideração das particularidades desenvolvimentais vivenciadas no contexto da rua, que não se limitem aos déficits quando comparados aos mesmos grupos etários em condições esperadas de desenvolvimento. Nesse sentido, o presente estudo busca enfatizar justamente as particularidades vivenciadas por esses adolescentes e jovens nesse contexto complexo e singular da rua, considerando os demais contextos com os quais se relacionam, que podem oferecer tanto riscos quanto situações protetivas, ligadas direta ou indiretamente às dimensões sexuais e de gênero.

1.3 Gênero, sexualidade e racialidade: interseções no balaio das diferenças

O gênero é considerado uma categoria analítica, sendo que, conceitualmente, refere-se “às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (Scott, 1990, p. 7), algo que aponta para a origem sociocultural das características e atributos que comumente se associam ao que é considerado da ordem do feminino e do masculino. Nessa perspectiva, o conceito de gênero é concebido como tendo natureza relacional e política, não se restringindo a bases biológicas, a exemplo do sexo (Louro, 2014; 2022; Oliveira, 1998; Scott, 1988).

Uma vez que o gênero “determina, entre os seres humanos, papéis que eles exercem na sociedade” (Jesus, 2014, p. 245), também produz e reitera um discurso que baliza as relações sociais, que “constitui identidades, constrói sujeitos de maneira que aquilo que é engendrado por processos sociais se reveste de uma aparente natureza, reforçada por instituições sociais

como a biomedicina, a religião, a psicologia” (Cardozo et al., 2017, p. 47). Dessa maneira, conforme assinalam Silva e Robinson (2021), essas noções de masculinidade e feminilidade no âmbito da sociedade ocidental organizam tanto práticas relacionais quanto os diferentes modos de existências, processo que, segundo Bento e Pelúcio (2012), impõe como exigência uma “linearidade sem fissuras entre sexo genital, gênero, desejo e práticas sexuais” (p. 572).

A pensadora transfeminista Jaqueline Gomes de Jesus (2015) nos adverte que as diferenças entre sexo e gênero ainda se concentram, sobremaneira, em compreensões demasiadamente teórico-acadêmicas, “significando isso que não foi apropriadamente absorvida e adaptada pela sociedade nos seus instrumentos legais e burocráticos” (p. 22). Para a autora é preciso observar as generalizações das concepções de mundo, típicas das sociedades ocidentais de tradição cultural-religiosa judaico-cristã, que partem da premissa de que o sexo tem natureza universal, estando restrito a uma matriz binária (macho e fêmea) e que globaliza as noções de identidades e papéis sociais (Jesus, 2015). Esse discurso universalista se torna um “recurso retórico para a manutenção de desigualdades” conforme assinala Jesus (2015, p. 23), uma vez que, para ela, tal discurso só tem funcionalidade quando há igualdade de poder entre os diferentes sujeitos de fala e quando há a retirada de privilégios.

Essa naturalização de uma lógica dicotômica do masculino em detrimento do feminino (dimorfismo sexual), que se configura a partir do século XVIII, conforme assinalam Silva e Robinson (2021), parte de uma concepção de gênero que não considera sua constituição por meio de estereótipos que são engendrados precocemente no âmbito social (Jesus, 2015). De acordo com Silva et al. (2017), a presença desse binarismo sexual e de gênero no imaginário cultural é justamente o que produz e sustenta os padrões que balizam as noções de normal e patológico no tocante à sexualidade humana. Um exemplo disso é a própria argumentação de que as pessoas trans seriam anormais e doentes que se baseia na ideia de que o gênero é algo dado, factual e natural. Esse argumento biológico configura o que Foucault (2007) denominou de biopoder, que tem relação direta com a questão do saber, uma vez que “o exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder” (Foucault, 2007, p. 80).

Com o intuito de descolar o gênero do sexo biológico, considerando as dimensões de masculinidade e feminilidade, bem como promover sua desassociação do objeto de desejo dos sujeitos, podemos recorrer ainda a teórica feminista Joan W. Scott quando argumenta que “o uso de ‘gênero’ põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (Scott, 1990, p. 7). Nesse sentido, Jesus (2015), analisa a centralidade do conceito de gênero,

ressaltando que “o primado do sexo biológico não se impõe sobre o gênero que se produz discursivamente” (p.22-23). Assim, para a autora, ao centralizar a discussão em termos de gênero, “reconhece-se que o ideal normativo do sexo é incapaz de explicar a pluralidade de identidades de gênero identificadas ao longo da história” (p. 23).

Cabe destacar que a mobilização de argumentações a partir de uma visão transfeminista é estratégica, sobretudo, por sua abertura, abrangência e compromisso na luta contra as hierarquizações de opressões e os discursos biologizantes e patologizantes sobre o gênero e a sexualidade. O transfeminismo ou feminismo transgênero pode ser considerado uma categoria do feminismo em construção, que se constitui como uma crítica teórico-política ao feminismo de base essencialista e biológica, que, como bem pontua Jesus (2014), “falha em reconhecer o gênero como uma categoria distinta da de sexo, o que reforça estereótipos sobre os corpos” (p. 243). Nessa perspectiva, a autora define o transfeminismo

como uma linha de pensamento e de prática feminista que, em síntese, rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero; mulheres cisgênero hysterectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou emasculados; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas. (Jesus, 2014, p. 243)

Segundo Bento (2006), foi a conceituação de gênero numa ótica feminista que possibilitou uma abertura para construção da noção de identidades de gênero fora de um viés biologicista, justamente por ruir a ideia de que existiria um modelo universal de homem e mulher, sendo que estes construtos passaram a ser localizados numa perspectiva histórica. Nessa direção, Jesus (2015) ressalta que “os seres humanos nascem com um sexo biológico/uma conformação genital e se tornam alguém de um gênero que corresponde ou não às expectativas sobre esse sexo/conformação genital” (p. 22). Dito isto, é oportuno nesse momento percorrermos algumas definições tanto de construtos e categorias que compõem a diversidade sexual e de gênero, quanto de dimensões relativas ao preconceito, opressão e violência contra esses grupos.

Jesus (2012) afirma que o gênero com o qual uma pessoa se identifica pode ou não estar em consonância com o gênero que lhe foi atribuído antes e depois do seu nascimento, geralmente, com base no sexo biológico. Dessa forma, para a autora, as pessoas que se

identificam com o gênero atribuído socialmente são denominadas de cisgênero. Já as pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado socialmente podem ser contempladas pelo termo guarda-chuva transgênero ou trans. Jesus (2012) destaca ainda que a mulher transsexual (mulher trans) é justamente aquela que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher; e o homem transsexual (homem trans) é aquele que reivindica o reconhecimento social e legal como homem. Nascimento (2021) argumenta que o termo trans possibilita abarcar uma diversidade de identidades não cisgêneras como transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, transmasculines e pessoas não binárias, sendo uma opção política de afirmação da autora utilizar o termo travesti, identidade feminina tal qual mulheres trans e transgêneras, fora do guarda-chuva trans, visto ser esse um grupo social historicamente marginalizado.

O *Yogyakarta Principles* (Princípios de Yogyakarta, em tradução nossa) é um documento lançado em 2007 pelo Serviço Internacional de Direitos Humanos, e contém diretrizes relativas à aplicação do direito internacional dos direitos humanos no que se refere à orientação sexual e à identidade de gênero. Trata-se de um conjunto de recomendações que marcam uma posição importante para o enfrentamento de situações de violação dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexuais e demais dissidências sexuais e de gênero. O documento em questão refere a identidade de gênero como uma

experiência interna e individual do gênero profundamente sentida por cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, a modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimentas, modos de falar e jeitos de ser/maneirismos. (*Yogyakarta Principles*, 2007, p. 6, tradução nossa³)

Já a orientação sexual é definida como sendo a “capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva e/ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e/ou sexuais com essas pessoas” (*Yogyakarta Principles*, 2007, p. 6, tradução nossa⁴). Em 2017, o documento recebeu uma atualização, na qual podemos destacar a definição de características sexuais,

³ Redação original: *Gender identity is understood to refer to each person’s deeply felt internal and individual experience of gender, which may or may not correspond with the sex assigned at birth, including the personal sense of the body (which may involve, if freely chosen, modification of bodily appearance or function by medical, surgical or other means) and other expressions of gender, including dress, speech and mannerisms.*

⁴ Redação original: *Sexual orientation is understood to refer to each person’s capacity for profound emotional, affectional, and sexual attraction to, and intimate and sexual relations with, individuals of a different gender or the same gender or more than one gender.*

referidas como “características físicas de cada pessoa relacionadas com o sexo, incluindo a genitália e demais órgãos da anatomia sexual e reprodutiva, os cromossomos, os hormônios e as características físicas secundárias que surgem com a puberdade” (*Yogyakarta Principles Plus 10*, 2017, p. 6, tradução nossa⁵). Outra definição acrescida na atualização do documento é a de expressão de gênero, descrita como sendo a

apresentação que cada pessoa faz do seu gênero através da aparência física – incluindo vestuário, penteados, acessórios, cosméticos – e maneirismos/jeitos de ser, discursos/modos de falar, padrões de comportamento, nomes e referências pessoais; sendo importante registrar que a expressão do gênero pode ou não estar em conformidade com a identidade de gênero de uma pessoa. (*Yogyakarta Principles Plus 10*, 2017, p. 6, tradução nossa⁶)

Sobre a diversidade de nomenclaturas e siglas existentes que são usadas para se referir as diversidades sexuais e gênero importa destacar, como já mencionado anteriormente, que o presente estudo adota o uso da sigla LGBTQ+, visando contemplar especificamente as identificações de gênero e sexualidade referidas pelos(as) adolescentes e jovens com experiências de rua que participaram da pesquisa. Ainda assim, a título de registro, consideramos importante detalhar brevemente algumas informações sobre esse aspecto. Para tanto, utilizaremos como referência a Declaração sobre questões LGBTQ+ da IPsyNet (2017), sigla em inglês da Rede Internacional de Psicologia para assuntos Lésbico, Gay, Bissexual, Transgênero e Intersexuais (LGBTIQ+).

Neste documento assinado por diversas organizações do campo da Psicologia ao redor do mundo, podem ser verificadas, em síntese, as seguintes definições considerando a sigla LGBTQ+: a) *lésbicas* – usado para se referir a mulheres que se sentem atraídas de maneira romântica e/ou sexual por outras mulheres; b) *gays* – termo usado para homens que se sentem atraídos, romântica e/ou sexualmente, por outros homens; c) *bissexuais* – contemplam as pessoas que se atraem, romântica e/ou sexualmente por pessoas do mesmo gênero e de outros gêneros; d) *transgênero/trans* – como já mencionado anteriormente, trata-se de um termo guarda-chuva que faz referência a uma diversidade de identidades que não se identificam com a matriz cisgênera, podendo incluir, embora não se limite, as identidades transexuais, não-

⁵ Redação original: *Sex characteristics as each person’s physical features relating to sex, including genitalia and other sexual and reproductive anatomy, chromosomes, hormones, and secondary physical features emerging from puberty.*

⁶ Redação original: *‘gender expression’ as each person’s presentation of the person’s gender through physical appearance – including dress, hairstyles, accessories, cosmetics – and mannerisms, speech, behavioral patterns, names and personal references, and noting further that gender expression may or may not conform to a person’s gender identity.*

binárias e *genderqueer*; e) *intersexual/intersex* – nomenclatura genérica que faz referência a diferentes variações das características corporais de uma pessoa, podendo ser cromossômicas, hormonais e/ou anatômicas, presentes em distintos graus; f) *queer* – termo polissêmico que pode ser significado de diferentes maneiras a depender das pessoas e contextos de uso, e é utilizado para se referir a pessoas que não necessariamente se identificam com uma orientação sexual hétero, lésbica, gay ou bissexual e que se sentem atraídas, romântica e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo ou do mesmo gênero, ou por mais de um sexo ou gênero; e, g) “+” – símbolo utilizado para englobar as diversidades sexuais e de gênero emergentes, dentre outras que não se identificam com as categorias anteriores.

Especificamente sobre as pessoas que se identificam em termos de gênero como não-binárias (ou não-binária) é preciso ressaltar que elas não costumam adotar apenas uma expressão de gênero masculina ou feminina, podendo variar com maior ou menor constância. Nesse aspecto, Jesus (2014) reitera que essas pessoas vivenciam o gênero de uma forma fluída ou neutra. A autora diz ainda que a ausência de compreensão e reconhecimento que pessoas não-binárias costumam vivenciar – com pessoas comumente cisgênero que se sentem na necessidade de nomeá-las no feminino ou no masculino –, guarda relações com a proposição de Butler (1990/2018) de que toda identidade seria, na verdade, uma identidade de gênero.

Jesus (2012) é enfática quanto a necessidade de distinção entre identidade de gênero e orientação sexual, sendo importante concebê-las como dimensões diferentes da diversidade sexual e de gênero, e que não devem ser jamais confundidas. Esta “confusão” que ocorre com frequência em diferentes contextos não é ingênua e despreziosa, visto que resulta da compreensão da heterossexualidade como uma norma social já naturalizada (Junqueira, 2010). São justamente as matrizes binárias de gênero (homem e mulher) e de sexo (macho e fêmea) que retroalimentam e tentam universalizar a construção de sujeitos essencialmente cisgêneros e compulsoriamente heterossexuais, que impõe uma naturalização da heterossexualidade como uma norma social, algo que Butler (1990/2018) denomina de matriz heterossexual.

Nesse caminho, sublinha-se que a esse sistema social hierarquizante, que elege como ‘normal e natural’ a heterossexualidade e a identidade sexual binária cisgênera, dá-se o nome de heteronormatividade (Warner, 1991). Trata-se de uma estrutura que contorna os limites do que é considerado aceitável em termos de sexualidade e identidade de gênero, como assinala Scandurra et al. (2020). Assim sendo, a heteronormatividade se constitui como um conjunto de práticas, atitudes e estruturas sociais que visam regular os corpos a partir de noções normativas de sexo, gênero e sexualidade (Lloyd, 2013), assumindo, por exemplo, uma

naturalização da subordinação das mulheres aos homens e dividindo os comportamentos tidos como aceitáveis ou inteligíveis, como bem argumenta Bourdieu (1998/2022).

A esse respeito, a poeta, ensaísta e professora estadunidense, Adrienne Rich (1980/2010), denuncia de modo contundente o fato histórico e social da heterossexualidade ser tomada como uma instituição política que retira o poder das mulheres, sendo que, para a autora, a heteronormatividade compulsória é umas das “instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas” (p. 19) junto à “maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica” e “a família nuclear” (p. 19).

Rich (1980/2010) tensiona ainda o apagamento da existência lésbica no pensamento feminista bem como no entendimento geral das relações de gênero na sociedade, assim como o transfeminismo também o faz em relação a invisibilização das especificidades das pessoas trans (Jesus, 2015). Outras argumentações levantadas por Rich (1980/2010) podem ainda ser oportunas para pensar o modo como o feminino na sua estância mais ampla e complexa é apropriado e formatado para responder as demandas do patriarcado. Uma lógica de opressão que direciona práticas e sentimentos de abjeção, controle e violência a todas as experiências de gênero e sexualidade postas como estando fora da binaridade (homem/mulher) com sexualidade monofocal (heterossexual), como sendo um outro, estranho, não natural.

Se por um lado, o conceito de heterossexualidade compulsória (Rich, 1980/2010), entendida como uma norma social e cultural que impõe a ideia de que todas as pessoas devem viver a heterossexualidade, engendra um sistema de gênero que se ancora nos polos masculino e feminino. Por outro, a argumentação empreendida por Butler (2013; 1990/2018) sobre o que ela nomeia de matriz de inteligibilidade amplia o debate em questão, uma vez que sua formulação parte da premissa de um sistema que se sustenta na compulsoriedade heterossexual, produzindo modos de existência mais inteligíveis ou até mesmo não inteligíveis. Luz (2015) ressalta o fato disso funcionar como uma forma de regulação da intensidade da violência sobre todos.

A proposição de Butler (2013; 1990/2018) aponta para uma matriz que se constitui pelas dimensões de gênero, sexo, desejo sexual e práticas sexuais, sendo que a organização dessa matriz de inteligibilidade pode resultar tanto em identidades dignas de reconhecimento quanto em outras que não gozarão desse *status*. Sobre isso, Silva e Robinson (2021) chamam a atenção para o fato de que a homossexualidade estaria operando a partir dessa matriz e não fora dela, algo que podemos estender para as demais diversidades de gênero e sexualidade. É preciso lembrar também que as orientações sexuais não heterossexuais, enquanto vivências de desejo, historicamente foram relegadas à invisibilidade e ao estigma, prática que se ancora na

ideia de superioridade da heterossexualidade e se constitui como uma crença compartilhada amplamente no âmbito social e cultural (Jesus, 2013; Silva & Robinson, 2021).

Essa ideia que supõe a heterossexualidade como superior às demais orientações sexuais compõe um conjunto de crenças que é nominado como heterocentrismo (Jesus, 2013; Silva & Robinson, 2021). Podemos traçar um paralelo ao que Jesus (2015) ressaltava sobre o reconhecimento das diferentes identidades de gênero como sendo igualmente possíveis e dignas, uma vez que o transfeminismo se opõe a hierarquizações de opressão de qualquer natureza, “principalmente das que subalternizam trans e cis (pessoas não-trans), que erigem cis acima de trans” (Jesus, 2015, p. 24). Nesse sentido, podemos considerar a noção de ciscentrismo (Gaspodini & Jesus, 2020) para se referir a crença na superioridade da cisgeneridade também existente e amplamente difundida na sociedade ocidental.

Em seu trabalho “Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista” publicado em 2019, Judith Butler nos interpela com a historicidade da construção do pensamento sobre sexo/gênero e as contribuições feministas e fenomenológicas que versam sobre “o processo pelo qual o corpo vem a assumir significados culturais” (Butler, 2019, p. 4), mas sem negar a dimensão material ou natural do corpo. Assim, a autora complexifica o processo reflexivo sobre a corporeidade humana e se põe a “examinar de que maneiras o gênero é construído por atos corporais específicos, e quais as possibilidades de transformação cultural do gênero por meio de tais atos” (Butler, 2019, p. 4).

Butler (2019) acentua que “o gênero é feito em conformidade com um modelo de verdade e falsidade que não só contradiz a sua própria fluidez performativa, mas serve a uma política social de regulação e controle do gênero” (p. 13). A autora afirma que “performar o gênero de modo inadequado desencadeia uma série de punições ao mesmo tempo óbvias e indiretas, e performá-lo bem proporciona uma sensação de garantia de que existe, afinal de contas, um essencialismo na identidade de gênero.” (p. 13-14).

Assim, Butler (2019) defende que o fato de a cultura castigar ou marginalizar prontamente quem não consegue representar a ilusão de um gênero essencialista “deveria bastar como sinal de que, em algum nível, existe o conhecimento social de que a verdade ou a falsidade de gênero são apenas socialmente impostas, e de modo nenhum ontologicamente necessárias” (p. 14). Sendo assim, para a autora, “como ação pública e ato performativo, o gênero não é uma escolha radical nem um projeto que reflete uma escolha puramente individual, mas também não é imposto nem inscrito no indivíduo” (Butler, 2019, p. 11).

Nesse percurso, é possível observar que as pessoas que não cabem no padrão heterossexual e cisgênero, podem se identificar ou serem identificadas como dissidentes em

termos de sexualidade e gênero (Díaz-Benítez & Figari, 2009). Isso por si só seria o bastante para justificar sua marginalização e as medidas discriminatórias que lhe são dirigidas, como tratamentos preconceituosos, constrangimentos, ofensas, ameaças, agressões físicas e/ou verbais e até mesmo a morte. Cabe ressaltar que essa manifestação de preconceito contra as diversidades sexuais e de gênero, seja nas formas mais sutis seja nas mais explícitas, podem se dar por meio das expressões de gênero, justamente por estas não se enquadrarem no que é considerado hegemônico em termos de performatividade (Costa, Bandeira & Nardi, 2015; Ramos & Cerqueira-Santos, 2020).

Além do heterocentrismo, mencionado anteriormente, é oportuno nos debruçarmos sobre o conceito de heterossexismo, que é definido por Herek et al. (2009) como um sistema de ideologias difundido em todos os níveis da sociedade brasileira, que dirige ações e discursos sistemáticos de negação, inferiorização e estigmatização contra qualquer comportamento, identidade, relacionamento e/ou comunidade entendida como não heterossexual. Tanto o heterocentrismo quanto o heterossexismo estão associados a eventos de violência, discriminação e vitimização contra as diversidades sexuais e de gênero (Gaspodini & Jesus, 2020; Jesus, 2013). Outro construto psicossocial que se apresenta comumente associado é o de homonegatividade, definido por atividades negativas como repulsa, nojo ou rejeição direcionadas a pessoas homossexuais (Morrison & Morrison, 2002), que podem resultar em violências físicas e/ou verbais, como assinala Herek (2004).

A homofobia também é um construto que interessa nessa discussão, tendo sido originalmente definida como “o pavor de estar próximo a homossexuais – e no caso dos próprios homossexuais, auto aversão” (Weinberg, 1972, p.8). Por um lado, a proposição do termo buscava visibilizar a discriminação sofrida por pessoas homossexuais, enfocando seu caráter patológico. De outro, configurava-se como uma forma de instrumentalização dos movimentos sociais que lutavam por direitos desse grupo, tendo assim efeitos políticos fundamentais (Costa & Nardi, 2015; Costa et al., 2013; Herek, 2004).

É inegável que tanto a criação do termo, quanto sua utilização, tem uma importância histórica, conforme argumentam Silva e Robinson (2021), uma vez que “produziu avanços em termos políticos por meio da visibilização de violências praticadas contra minorias sexuais e de gênero, possibilitando a formulação de projetos de leis e programas governamentais de combate ao preconceito em território nacional” (p. 191). Contudo, as autoras chamam a atenção para os desafios conceituais que o termo homofobia apresenta, ainda que na atualidade se observe um movimento de ressignificação e ampliação em termos conceituais e utilizações práticas.

Um desafio conceitual do termo homofobia se relaciona ao sufixo “fobia” que tem origem clínica e acepção psicopatológica. Costa e Nardi (2015) e Costa et al. (2013) criticam alguns efeitos práticos e complexos disso ao apontar situações de crimes e violências realizadas contra as diversidades sexuais e de gênero sendo justificadas como se tratando da presença de transtornos psicológicos por parte de agressores(as) ou ainda de uma homossexualidade latente reprimida, casos observados no sistema judiciário estadunidense. Isso corrobora a ideia de que a homofobia como uma doença mental diminui a responsabilidade individual para consequências do preconceito, assim como reforça uma imutabilidade e inevitabilidade do comportamento discriminatório, encorajando sua ocorrência (Costa & Nardi, 2015). Nesse sentido, Logan (1996) defende que as atividades anti-homossexualidade, isto é, homofóbicas não devem ser pensadas através de um paradigma psicopatológico, mas a partir da psicologia do preconceito.

Outro desafio relacionado a utilização do termo homofobia tem a ver como o prefixo “homo”, apontado como uma barreira para a visibilização de subgrupos que compõem as diversidades sexuais e de gênero, a exemplo de pessoas lésbicas, bissexuais e trans (Herek & McLemore, 2013; Paz et al., 2020). Assim, observamos variações do termo como lesbofobia, bifobia e transfobia, que tem efeitos políticos e visam denunciar as violências sofridas por cada subgrupo específico. Sobre isso, Silva e Robinson (2021) ressaltam que essas variações são entendidas “como preconceito contra diversidade sexual ou atitudes negativas direcionadas a homossexualidade” (p. 192), algo que podemos estender a transfobia para situar o preconceito contra a diversidade de gênero. Cabe destacar que todos esses termos se referem a uma dimensão atitudinal contra as diversidades sexuais e de gênero e contemplam as consequências nocivas do preconceito dessa natureza (Costa & Nardi, 2015; Costa et al., 2013; Costa et al., 2016).

Paz et al. (2020) afirmam que o termo homofobia é frequente nas discussões dos resultados de pesquisas acadêmicas, sobretudo, em estudos no campo das políticas públicas, uma vez que a nomenclatura integra atualmente os textos legais no Brasil. Contudo, as autoras acentuam que a literatura parece não se limitar “a sua reprodução sem uma crítica aos limites e apagamentos que produz” (p. 85), sendo assim, o conceito de homofobia, para elas, “embora perecível diante de críticas teóricas contundentes, nomeia e articula lógicas de dominação atuais, imbuídas e embutidas em nossa história” (p. 85).

Gaspodini e Jesus (2020) sugerem o uso da expressão conceitual preconceito contra as diversidades sexuais e de gênero, justamente pela sua abrangência e abertura para tratar das especificidades de lésbicas, bissexuais e pessoas trans, por exemplo, grupos que durante muito

tempo não estiveram no foco das produções acadêmicas (Gaspodini & Jesus, 2020; Paz et al., 2020). Ressalta-se que, embora seja esse o termo mais indicado, eventualmente, utiliza-se os termos homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia, assim como LGBT+fobia, considerando a importância política e analítica, sobretudo, no contexto brasileiro.

Costa e Nardi (2015) enfatizam que tanto a homofobia quanto o heterossexismo e heteronormatividade “não são excludentes e oferecem explicações e possibilidade de intervenções em níveis distintos de análise” (p. 719). Sobre isso, interessa observar a confluência dessas conceituações e nomenclaturas para a produção de pesquisas e discussões críticas que reflitam e denunciem ações, comportamentos, situações e mecanismos sociais que reforçam e perpetuam preconceitos, discriminações, estigmatizações e violências contra as diversidades sexuais e de gênero (Borillo, 2010; Costa & Nardi, 2015; Gaspodini & Jesus, 2020; Paz et al., 2020).

Em consideração a todo esse panorama sobre as diversidades sexuais e de gênero é oportuno salientar que as pessoas LGBT+ e demais orientações sexuais e identidades de gênero que estão em divergência com a matriz heteronormativa e cisgênera se constituem no que Klotzbaugh e Glover (2016) denominam de grupo social minoritário. O termo minoritário ao tratar grupos como de pessoas negras, mulheres, pessoas LGBT+, povos indígenas, dentre outros, não se refere a uma questão numérica, mas sim a uma questão de poder ou estatuto (Cabecinhas & Amâncio, 2004), isto é, de representação política, com a possibilidade desses grupos de “terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder” (Sodré, 2004, p.1). Assim, uma minoria se configura como um grupo que apresenta um conjunto de prejuízos decorrentes de estigmas que lhe são associados quando comparados a um grupo privilegiado (Stuber et al., 2008).

Se por um lado, Sodré (2004) situa o conceito de minoria como um lugar social e político fundamental, tornando-o uma ferramenta importante de análise. Por outro, Miskolci (2007) chama atenção para a armadilha discursiva que o termo minoria pode ensejar, uma vez que sua neutralidade numérica seria pretensiosa, pois “desvaloriza grupos subordinados pelos hegemônicos (propositalmente confundidos com maioria). Um exemplo claro é a incoerência de se referir às mulheres como minoria já que elas constituem numericamente a maior parte da humanidade” (p. 01).

Ainda que seja fundamental atentar para essas armadilhas conceituais, assim como no caso das nomenclaturas e do próprio conceito de homofobia, como discutido anteriormente, o presente trabalho assume e se apropria do conceito de minoria como uma ferramenta analítica. Assim, sendo um grupo social minoritário, as pessoas LGBT+ e demais orientações sexuais e

identidades de gênero que estão em divergência com a matriz heteronormativa e cisgênera podem enfrentar cotidianamente diversas situações discriminatórias, preconceituosas e violentas. Por isso, torna-se necessário a demarcação conceitual de alguns construtos psicológicos como preconceito, atitude, estigma, estigmatização, rótulos, estereótipos e discriminação.

O *preconceito* é descrito por Allport (1954/1979) como sendo atitudes adversas ou hostis direcionadas a uma pessoa pertencente a um determinado grupo social, sendo que a atitude preconceituosa é “dirigida a uma pessoa que pertence a um grupo simplesmente porque ela pertence àquele grupo, e se presume que possua as qualidades desagradáveis desse grupo” (Allport, 1954/1979, p. 7). Dessa forma, os preconceitos são constituídos por julgamentos antecipados “que têm componentes cognitivos (as crenças e os estereótipos), afetivos (antipatias e aversões) e disposicionais ou volitivos (tendências para a discriminação)” (Lima, 2023, p. 407). Dovidio et al. (2010) afirmam ainda que o preconceito, sendo uma atitude que pode ser tanto positiva quanto negativa, ao ser direcionada a um grupo e a seus membros, produz e preserva uma hierarquização e assimetria nas relações.

Já o construto *atitude* é conceituado por Eagly e Chaiken (2007) como uma tendência psicológica que se expressa em uma avaliação de alguma entidade específica, podendo ser favorável (positiva) ou desfavorável (negativa). Nesse sentido, as atitudes podem conter elementos cognitivos, referentes a uma organização relativamente duradoura de crenças a respeito de um dado objeto; afetivos, relacionados aos sentimentos, sejam favoráveis ou desfavoráveis contra um objeto definido; e, comportamentais, que contemplam tanto a intenção do comportamento quanto uma predisposição à ação (Lima & Vala, 2004; Vala & Monteiro, 2004; Vaughan & Hogg, 2013).

Pescosolido e Martin (2015) definem o *estigma* como sendo um atributo que funciona como uma “marca” referente a uma identidade social desvalorizada, sendo assim um atributo de descrédito. A *estigmatização*, por sua vez, englobaria, segundo elas, os processos sociais que se utilizam da atribuição de rótulos e estereótipos e resultam na desvalorização de uma determinada identidade social. Nessa direção as autoras, de um lado, nomeiam como *rótulos* os termos oficiais que são aplicados a condições, pessoas, grupos, lugares, organizações, instituições, dentre outros; de outro atribuem a atitudes e crenças negativas direcionadas a entidades sociais rotuladas o nome de *estereótipos*. Por fim, Pescosolido e Martin (2015) afirmam que o *preconceito* se refere ao apoio ou aprovação de atitudes e crenças negativas nos estereótipos, sendo que os comportamentos que reforçam estereótipos e prejudicam as pessoas rotuladas é nominado de *discriminação*.

Dito isto, oportunamente podemos considerar que as violências, discriminações e seus desdobramentos que recaem sobre as diversidades sexuais e de gênero são engendradas por um processo social, histórico e cultural complexo, como ressalta Pelúcio (2011). Nesse sentido, como afirma a autora, não parece possível analisar criticamente esse fenômeno sem considerar os demais movimentos violentos que se posicionam contra outros marcadores sociais da diferença como a raça/etnia, posição e classe social, capacidade, geração, nacionalidade, religiosidade, entre tantos outros. Dessa forma, é preciso se ter em vista que

o sujeito é social e culturalmente constituído em tramas discursivas nas quais gênero, raça, religião, nacionalidade, sexualidade e geração não são variáveis independentes, mas se enfeixam de maneira que o eixo de diferenciação constitui o outro ao mesmo tempo em que é constituído pelos demais. (Pelúcio, 2011, p. 79)

A concepção de marcadores sociais da diferença tem suas bases no conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 1991), fruto de um campo teórico e epistemológico vasto (Collins & Bilge, 2021), que se apresenta como uma potente ferramenta de análise neste trabalho justamente por sua abrangência e efetividade. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas, uma vez que “investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade (diferenças), bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (Collins & Bilge, 2021, p. 15). Nesse sentido, as autoras ressaltam que recorrer à interseccionalidade como ferramenta analítica significa considerar a inter-relação e capacidade de atravessamento mútuo de categorias como raça/cor/etnia, classe social, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, geração/faixa etária, dentre outros.

Collins e Bilge (2021) afirmam que, em uma definição mais prática, a interseccionalidade parte da compreensão de que as relações de poder que envolvem essas categorias e marcadores de diferenças são se posicionam como distintas e mutuamente excludentes em um determinado tempo e lugar. Pelo contrário, a interseccionalidade pressupõe uma sobreposição e um funcionamento unificado dessas categorias, sendo que “apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social” (Collins & Bilge, 2021, p. 16).

A existência dessa justaposição e interligação complexa entre os marcadores sociais de raça/cor, gênero, sexualidade, classe, dentre outros, produzem, de acordo com Gaspodini e Falcke (2018), processos de hierarquização que podem deflagrar cenários de opressões, privilégios e desigualdades. Em se tratando das diversidades sexuais e de gênero e as

implicações diversas dos sistemas sociais de controle dos corpos e condutas existentes, podemos considerar a análise interseccional como uma aliada fundamental.

Silva e Robinson (2021) chamam a atenção para as possibilidades de análises que evidenciem as diferenças entre os grupos que compõem essas diversidades, no sentido de poder “explicar o porquê um homem gay possui mais visibilidade do que uma mulher lésbica. Ou, ainda, um homem gay ou uma mulher lésbica são mais visibilizados se comparados a pessoas bissexuais” (Silva & Robinson, 2021, p. 197). Nessa rota, Jesus (2013) propõe uma esquematização didática do processo geral de violência contra minorias sociais que contempla três dimensões interrelacionadas que se retroalimentam (crenças de superioridade; práticas cotidianas de invisibilização e estigmatização; e, violência extrema). Com isso, a autora reitera que a análise crítica por uma lente interseccional explicaria, por exemplo, porque há diferenças de tratamento na sociedade para um homossexual branco em detrimento de um homossexual negro, sendo que para este último as “crenças de superioridade e práticas cotidianas de invisibilização e estigmatização serão dirigidas a pelo menos dois marcadores sociais: orientação sexual e cor de pele” (Jesus, 2013, p. 38).

Sobre as questões relacionadas ao marcador social de raça/etnia é fundamental situar alguns pontos centrais de discussão que interessam sobremaneira neste trabalho. O primeiro é o conceito de raça que tem uma importância histórica e discursiva/retórica, e é definido como um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural (...) denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada na atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza (...) tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite. (Guimarães, 1999, p.9-10)

O comportamento social que é ensejado pela noção de raça é justamente o racismo, que historicamente subordinou e violentou de maneira nefasta pessoas negras e povos indígenas, dentre outros grupos não brancos. Guimarães (1999) define o racismo como sendo “uma forma bastante específica de ‘naturalizar’ a vida social, isto é, de explicar diferenças pessoais, sociais e culturais a partir de diferenças tomadas como naturais” (p. 9-10).

A escritora, ativista e filósofa Sueli Carneiro (2023) compreende a racialidade a partir de noção relacional e uma dimensão social “que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana” (p.22). Nesse sentido, para ela, as relações raciais no Brasil produzem e articulam poderes, saberes e modos de subjetivação, processo que tem como base o

pensamento de que “ser branco e ser negro são consideradas polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos polos das racialidade” (Carneiro, 2023, p. 23).

Nesse ensejo, partindo do conceito de dispositivo de Foucault (2007), que diz respeito às relações de poder entre diversos elementos, Carneiro (2023) propõe a noção de “dispositivo de racialidade”, justamente para analisar criticamente como as categorias de raça e racismo são incorporadas e reproduzidas nas estruturas sociais, institucionais e culturais. Essa formulação compreende um conjunto de práticas, discursos, normas e representações que moldam as relações raciais em uma sociedade. Assim, parte da premissa que o racismo não é apenas um fenômeno individual ou episódico, mas se apresenta entranhado nas estruturas e instituições que perpetuam discriminações e desigualdades raciais. Essas estruturas de poder podem incluir leis, políticas públicas, sistemas educacionais, meios de comunicação, entre outros.

Carneiro (2023) argumenta que o dispositivo de racialidade não apenas mantém uma hierarquia racial, mas também serve para legitimar e justificar a opressão racial, sendo que o “branco torna-se ideal de Ser para os Outros, e a mulher branca, uma mística para os não brancos” (p.32). Vale destacar que essa inferiorização das pessoas negras em relação as pessoas brancas e seus desdobramentos nefastos é um processo intimamente relacionado com a noção de branquitude, que engloba a pertença étnico-racial da pessoa branca, podendo ser compreendida como

uma posição em que sujeitos que a ocupam foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantém e são preservados na contemporaneidade. (Schucman, 2016, p. 61).

Schucman & Cardoso (2014) esclarecem que ser branco se expressa numa corporeidade que vai além de uma dimensão fenotípica, que é reconhecida e abastecida historicamente por privilégios raciais, simbólicos e materiais. Ao se constituir no topo da hierarquia racial, a branquitude detém o poder de classificar os outros como não-brancos, imprimindo a esses outros um lugar de inferioridade (Schucman, 2016; Schucman & Cardoso, 2014). É nessa seara que “o dispositivo de racialidade, ao demarcar a humanidade como sinônimo de brancura, irá redefinir as demais dimensões humanas e hierarquizá-las de acordo com a proximidade ou o distanciamento desse padrão.” (Carneiro, 2023, pp. 31-32).

Pelúcio (2011) nos alerta que as diferenças hierarquizam sujeitos e coletividades quando são vividas como desigualdades. Para a autora, no caso dos indivíduos, “essas

desigualdades tendem a singularizar, via estereótipos, esses sujeitos” (p. 80). Já na esfera das coletividades, ela enfatiza, “o que parece perceptível é a homogeneização das singularidades, das vivências particulares, desconsiderando-se, por exemplo, que existem diferenças experimentadas lateralmente, isto é, singularizam sem necessariamente estabelecerem desigualdades” (p. 80).

Nessa linha, Pelúcio (2011) destaca as contribuições da socióloga ugandense-britânica Avtar Brah (2006) sobre a possibilidade de se pensar a diferença como um recurso analítico, uma ferramenta que tenha a capacidade de fornecer elementos que sejam mais que descritivos, que efetivamente “possam nos ajudar a articular os níveis micro e macrosocial, a fim de se pensar quais são os processos que marcam certos indivíduos e grupos como distintos, e como, a partir da experiência da diferença, enquanto desigualdade, os sujeitos se constituem subjetivamente (Pelúcio, 2011, p. 82).

Essas possibilidades de leitura são amplas e permitem tratar com a devida criticidade as especificidades relacionadas as opressões inter e intragrupos, a exemplo das mulheres negras e trans nas discussões dos feminismos, assim como as especificidades relacionadas ao grupo de adolescentes e jovens em situação de rua, ainda mais em se tratando daqueles que se identificam e/ou são identificados como LGBTQ+, tal qual veremos mais adiante. O que interessa aqui é menos uma pureza conceitual que feche sentidos e seja livre de contradições, e mais possibilidades de aberturas dialógicas, de discussões em “encruzilhadas”, e, portanto, interseccionadas, visto que “para driblar a discriminação e promover a cidadania, é preciso tomar a diferença e a diversidade como termos históricos e, por isso mesmo, políticos” (Pelúcio, 2011, p. 82).

1.4 Teoria do Estresse de Minoria em pessoas LGBTQ+

Ainda que se constitua como uma dimensão tipicamente humana, a vivência da sexualidade pode estar associada a muitos desafios quando se considera a especificidades de alguns grupos sociais (Figueiredo, 2021), a exemplo das diversidades sexuais e de gênero e suas possíveis intersecções com outros marcadores sociais como raça/etnia, classe social, saúde mental, deficiência, religiosidade, dentre outros. Conforme ressaltam Barbosa et al. (2015), é impossível garantir cuidado integral em saúde se a dimensão da sexualidade não for contemplada nos processos.

Nesse sentido, retomamos o entendimento de que as diversidades sexuais e de gênero se constituem como grupos minoritários (Klotzbaugh & Glover, 2016; Sodré, 2004), sendo

considerados assim, minorias sexuais e de gênero (Paveltchuk & Borsa, 2020) diante da cisheteronormatividade (Skinta & Curtis, 2016). Com isso, podemos assumir que a percepção social das minorias sexuais e de gênero como uma ameaça a ser combatida se dá justamente pela não adesão desses grupos aos estereótipos de gênero e sexualidade, algo lido socialmente como um desafio às normas tradicionais e, por sua vez, usado como uma forma de naturalizar discursos de exclusão e de ódio (Mole, 2016; Sloomaeckers, 2019; West, 2018).

A discriminação motivada por orientação sexual e identidade de gênero foi criminalizada no Brasil em 2019, com decisão histórica do Supremo Tribunal Federal (STF), como destacam Abraão e Rodrigues (2019). A partir disso, a criminalização da homofobia, como é normalmente nominada, ampara-se na Lei do Racismo nº 7716/1989 para punir atitudes motivadas pelo preconceito contra as minorias sexuais e de gênero (Brasil, 1989).

Outras conquistas importantes nessa seara, que contaram com intensa mobilização social de ativistas, organizações da sociedade civil e cientistas (Catelan, 2021), têm a ver com o processo gradual e histórico de despatologização da homossexualidade. Sobre isso podemos destacar dois momentos específicos: primeiro quando foi retirada, em 1970, do grupo de transtornos da sexualidade, no âmbito da segunda edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM) da *American Psychiatric Association* (Reed et al., 2016); segundo, em 1990, quando deixou de integrar a lista de transtornos mentais e comportamentais do Código Internacional de Doenças (CID) de responsabilidade da OMS (Jowett, 2020).

Catelan (2021) chama atenção para o fato das categorias diagnósticas relacionadas à identidade de gênero, ainda que tenham sofrido alterações em suas nomenclaturas, continuam presentes como disforia de gênero, no DSM-5 de 2013, e como incongruência de gênero, no CID-11 de 2019. Sobre isso, Drescher (2020) e Favero e Souza (2019) consideram um avanço a realocação da experiência transgênero para o rol das condições relacionadas à saúde sexual feita pela OMS, apesar das diversas contradições e embates de ordem científica e política.

No âmbito da psicologia podemos citar alguns documentos importantes que marcam o compromisso ético-político da profissão ensejada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Um deles é a Resolução nº 01/1999 do CFP que estabelece normas de atuação para a categoria no tocante à orientação sexual. O documento recomenda que os profissionais da psicologia não devem realizar atividades de qualquer natureza que de alguma forma favoreçam a patologização da homossexualidade, nem adotar ações coercitivas no sentido de reorientar a sexualidade das pessoas. Outros documentos mais recentes do CFP seguem essa mesma linha de promoção do respeito às diversidades sexuais e de gênero, orientando a

atuação da categoria profissional, a exemplo da Resolução nº 01/2018, em relação às pessoas transexuais e travestis; Resolução nº 08/2020, que trata das violências de gênero; e, a Resolução nº 08/2022, que se refere às bissexualidades e demais orientações não monossexuais.

Ainda que possamos reconhecer esses e outros avanços, o preconceito e a discriminação contra as minorias sexuais e de gênero se constituem como uma problemática social que incorre em graves consequências à saúde física e mental desses grupos (Fredriksen-Goldsen, Kim et al., 2013; Lucassen et al., 2017; Meyer, 2012). Nesse sentido, não podemos perder de vista que, historicamente, a Psicologia e a Psiquiatria contribuíram fortemente para o fortalecimento de discursos e práticas normativas quanto a sexualidade e gênero, reiterando a heterossexualidade e a cisgeneridade como referências de normalidade. Para tanto, corroboraram com a patologização da diversidade sexual e de gênero com a oferta de tratamentos que visavam “converter” e/ou “reparar” pessoas LGBTQ+ (Jesus, 2013). Práticas como essas ameaçam gravemente a saúde mental, o bem-estar e a vida das pessoas LGBTQ+ (OMS, 2012), mas, infelizmente, ainda ocorrem em diversos países (Shipherd, 2015), resultando em desfechos como depressão, ansiedade e ideação suicida (American Psychological Association, 2009).

Como vimos, do ponto de vista político, conseguimos produzir alguns avanços, com normativas técnicas, produção de pesquisas e movimentos por direitos sociais e políticos. Contudo, podemos observar que uma onda de discursos e práticas conservadoras em relação ao debate sobre sexualidade e gênero tem ganhado força no cenário político brasileiro, sobretudo, considerando os efeitos da última gestão do governo federal (Bolsonaro – 2019-2022) que instituiu e legitimou práticas preconceituosas e violentas contra as diversidades sexuais e de gênero, e outras minorias sociais, raciais e étnicas.

Na Psicologia isso se expressa no crescente levante de profissionais que retomam argumentos de patologização e pedem a revogação das resoluções do CFP que normatizam os parâmetros éticos quanto ao respeito a diversidade sexual e de gênero (Anjos & Lima, 2016; Novaes, 2021). Certamente, relaciona-se a isso aspectos concernentes a formação desses profissionais, uma vez que os currículos dos cursos de Psicologia ainda operam a partir de visões cis heteronormativas, dicotômicas e patologizantes da diversidade sexual e de gênero (Borges et al., 2013), principalmente os principais manuais de Psicologia do Desenvolvimento (Anjos & Lima, 2016).

Numa análise dos currículos dos cursos de psicologia realizada por Carvalho, Souza e Macedo (2020), podemos observar que visões deterministas sobre gênero, raça e etnia ainda

são presentes, apesar de estarem, gradualmente perdendo espaço, ao passo que perspectivas interseccionais tem se concentrado em componentes optativos, ainda com pouca expressão. As autoras enfatizam que ainda há grandes lacunas nos processos formativos da psicologia no Brasil, considerando temas como gênero, sobretudo, no que se refere as relações étnico-raciais, um desafio que se coloca para o desenvolvimento e avanço da psicologia como ciência e profissão.

Nesse caminho, Gaspodini (2016) chama atenção para o fato de que tanto as características pessoais dos(as) profissionais da psicologia (como crenças, religião, cor/raça, classe social etc.) quanto o desconhecimento e/ou a formação de base patologizante podem contribuir para agravos à saúde das pessoas que buscam atendimento psicológico. Isso nos mostra que, apesar das normativas técnicas e avanços políticos, ainda não conseguimos incorporar o respeito a diversidade sexual e de gênero de maneira efetiva nas práticas profissionais cotidianas. Isto é, ainda que exista uma intencionalidade de considerar as diferenças, as interseccionalidades dos marcadores sociais da diferença, ainda não nos livramos de práticas discriminatórias e preconceituosas que estereotipam as experiências humanas, produzindo violência e violações de direitos.

Dito isto, torna-se necessário percorrermos alguns indicadores psicossociais apresentados pelas pessoas LGBTQ+. E, com isso, situar a Teoria do Estresse de Minoria (EM) (Meyer, 1995; 2003; 2015; Meyer & Frost, 2013), como uma aliada importante de análise crítica e interseccional sobre as consequências negativas que ambientes sociais discriminatórios podem gerar relacionados a desfechos em saúde de pessoas LGBTQ+ (Cerqueira-Santos et al., 2020; Dunn et al., 2014; Meyer, 2003; Meyer & Frost, 2013; Petterson et al., 2017).

As práticas discriminatórias e violências contra minorias sexuais e de gênero, como já pontuado anteriormente, podem incluir desde expressões sutis de preconceito, tratamentos hostis, até maus tratos e violências explícitas, conforme argumentam Nadal et al., (2016). Trata-se assim de um conjunto de atitudes e comportamentos negativos que se baseiam em crenças nas quais apenas a heterossexualidade e a cisgeneridade são lidas como dignas de validação e aceitação, assim como aquelas crenças que estritamente defendem os papeis tradicionais de sexualidade e gênero construídos e reiterados historicamente (Duncan et al., 2017; Meyer, 2012).

De acordo com Paveltchuk e Borsa (2020), “o estigma associado às identidades lésbicas, gays e bissexuais (LGB) é o que expõe o grupo à condição de vulnerabilidade social” (p. 42), ao que podemos estender as demais identidades sexuais e de gênero. Nesse

aspecto, Herek (2009) acentua que o estigma sexual negativo se refere a crenças compartilhadas socialmente que promovem a desvalorização de qualquer identidade, expressão, relacionamento, comportamento e/ou comunidade não-heterossexual. Isso é observado em estudos comparativos, nos quais as minorias sexuais e de gênero comumente apresentam índices mais elevados de comprometimento da saúde mental quando comparados a pessoas heterossexuais (Becker et al., 2014; Bränström et al., 2016; Clark et al., 2020; D’Augelli, 2002; Meyer, 2003; Pachankis et al., 2015; Pachankis & Safren, 2019).

Nessa direção, como assinala Meyer (2003), pessoas LGBTQ+, na condição de minorias sexuais e de gênero, podem ter comprometimentos em diferentes áreas da vida, seja na saúde, seja nos âmbitos familiar, social e profissional, apresentando prejuízos sociais como discriminação e rejeição. Em relação à saúde mental, podem ser identificados altos níveis de depressão, ansiedade, ideação suicida, transtorno de estresse pós-traumático, e abuso de álcool e outras substâncias psicoativas (SPAs) (Clark et al., 2020; Dyar et al., 2019; King et al., 2008; Lucassen et al., 2017; Reisner et al., 2016; Slater et al., 2017; Valdiserri et al., 2018).

Sobre o uso abusivo de álcool e outras SPAs, chama atenção o indicativo de uso como forma de lidar com a exposição a diferentes estressores (Livingston et al., 2017). Destaca-se ainda a alta prevalência ao longo da vida de comportamento de autolesão sem intenção suicida. Especificamente 29,68% em minorias sexuais e 46,65% em minorias de gênero, tendo sido 14,57% o índice no caso de pessoas heterossexuais e/ou cisgênero, conforme demonstrado na meta-análise de estudos sobre o tema conduzida por Liu et al. (2019).

Também são reportados na literatura índices elevados de enfrentamento de problemas nos contextos da escola e família por parte de jovens, a exemplo de bullying e rejeição familiar (Espelage et al., 2016; Richter et al., 2017). Os dados relativos à população trans são alarmantes, conforme observado em estudo brasileiro desenvolvido por Chinazzo et al. (2021), que apontam altos níveis de desfechos negativos no que se refere a saúde mental das pessoas participantes, a exemplo de porcentagens como 67,20% de sintomas depressivos, 67,72% de ideação suicida e 43,12% de tentativas de suicídio.

Diante desse cenário marcado por desigualdades, iniquidades e violações de direitos podemos recorrer à Teoria do Estresse de Minoria (EM) (Meyer, 1995; 2003; 2015; Meyer & Frost, 2013), para analisar criticamente esses indicadores e construir explicações amplas, contextuais e implicadas social e politicamente; que possam assim apontar para estratégias de enfrentamento individuais e coletivas de cuidado e garantia de direitos. Nessa direção, considera-se que o “estresse de minoria” (*minority stress*) tem como premissa a ideia de que características associadas a uma dada minoria social podem atuar como estressores exclusivos

em condições sociais específicas, além de serem influenciadas diretamente por recursos de enfrentamento, podendo ser causa ou não de adoecimentos (Cerqueira-Santos et al., 2020; Meyer, 1995; 2003; 2015; Meyer & Frost, 2013).

Importa destacar inicialmente, que o modelo teórico do EM foi proposto para investigar as especificidades de lésbicas, gays e bissexuais (Meyer, 2003). Contudo, sua abrangência e perspectiva interseccional tem ampliado esse escopo, atualização apontada como necessária pelo próprio autor, uma vez que se assume que os estressores serão diferentes e específicos considerando as características de cada minoria e sua realidade social (Meyer, 2003). Assim, pode-se observar iniciativas que aplicam o modelo para estudar as especificações de outros grupos minoritários realizando as adaptações necessárias. Exemplos disso são os estudos com minorias sexuais e não-brancas e com pessoas transgênero (Balsam et al., 2011; Cyrus, 2017; Hayes et al., 2011; Hendricks & Testa, 2012; Salerno et al., 2023; Tebbe & Moradi, 2012).

A teoria do EM busca compreender os estressores específicos aos quais as minorias sociais são expostas, para além dos estressores cotidianos que, segundo Meyer (2003), independem de uma posição de vulnerabilidade social específica. Esses estressores cotidianos são referidos como todo e qualquer evento que altere o equilíbrio de um organismo e que não seja dependente da sua condição de minoria (Meyer, 2015).

Essa diferenciação de estressores relacionada ao tipo de minoria social a qual uma pessoa faz parte nos permite pensar nas especificidades das minorias sexuais e de gênero quanto aos estressores diretamente associados à sua condição de dissidência às normativas sociais de gênero e sexualidade. Meyer (2003) divide os estressores em duas categorias: *distais e proximais*.

Os *estressores distais* são aqueles que advém do ambiente social no qual as pessoas se inserem, sendo assim “eventos externos e objetivos, que não acontecem na mente de um indivíduo e podem ser vividos de forma crônica e intensa ou aguda” (Silva & Robinson, 2021, p. 196). Importa observar, conforme as autoras argumentam, que uma dada pessoa não precisa se identificar como uma minoria para experienciar esses eventos, sendo que basta apenas que a ela seja atribuído por outras pessoas um *status* de minoria. Isso significa que essa pessoa em questão, não precisaria ser LGBTQ+, necessariamente, bastaria “parecer ser”, ou performar socialmente alguma característica considerada dissidente, fora do padrão cisheteronormativo.

Já os *estressores proximais* contemplam os processos internos e subjetivos que se originam do histórico de experiências de exposição aos estressores distais. Neste caso, os indivíduos não só gozam de um *status* de minoria sexual e/ou de gênero, como também se

identificam como parte de um grupo minoritário (Silva & Robinson, 2021) ou até mesmo, de mais de um. Dessa forma, as possibilidades de experimentação de estressores proximais são influenciadas e se alteram a depender de marcadores sociais como gênero, raça/etnia, classe social, dentre outros (Meyer, 2015; Meyer & Frost, 2013).

Meyer (2003) identifica inicialmente três tipos de estressores específicos para pessoas LGB (lésbicas, gays e bissexuais). São estes: 1) experiências de vitimização, 2) homofobia internalizada e 3) expectativas de rejeição e ocultação da orientação sexual. Podemos considerar esses EM como referência para as demais minorias sexuais e de gênero, assumindo que há necessidade de adaptações para cada grupo. Por isso iremos detalhar essas três dimensões do EM a partir da discussão feita por Catelan (2021), uma vez que o autor descreve esses EM de maneira mais ampla e inclusiva, com exemplificações que abarcam as demais minorias sexuais e de gênero.

O primeiro tipo de estressor é distal e chamado de *experiências de vitimização*. Tem a ver com as vivências de preconceitos, discriminação, rejeição e outras violências implícitas e explícitas, podendo incluir

Experiências diretas de discriminação interpessoal (e.g., um homem gay afeminado sofrer deboches no trabalho, uma travesti ser xingada na rua); exclusão e rejeição familiar; exposição à violência física e sexual; e, constrangimentos públicos (e.g., uma pessoa transgênero ser chamada pelo nome de registro em uma reunião familiar). (Catelan, 2021, p.114)

Outros exemplos de experiências de vitimização referem-se à dimensão das políticas e legislações que agem de modo a restringir direitos de acesso, a exemplo de dificuldades em ter reconhecido o direito ao uso do nome social, assim como à retificação das informações como nome e sexo em documentos (certidão de nascimento, carteira de identidade, diplomas, dentre outros). Além disso, também são contemplados dentro desse grupo as situações de restrição de acesso institucional e estrutural a dimensões como emprego, educação, dentre outros (Cronin et al., 2020; Douglass & Conlin; 2020; Gonzalez et al., 2018; Rabasco & Andover, 2020).

Catelan (2021) salienta que os recursos que as minorias sexuais e de gênero dispõem para enfrentar essas experiências de vitimização podem ser escassos e limitados pelas condições dos ambientes nos quais essas pessoas estão inseridas. Nessa direção, o autor demarca que alguns estressores são compartilhados por todas as minorias sexuais e de gênero, a exemplo da “discriminação interpessoal direta, rejeição familiar e comunitária, discursos políticos opressores” (p.114). Se por um lado há estressores compartilhados, por outro,

podemos considerar que cada grupo que compõe as minorias sexuais e de gênero estão submetidos a estressores específicos de acordo com os status identitários que os constituem, como afirma Meyer (2020).

Alguns exemplos, considerando sistematização feita por Catelan (2021) com complementações, que podem ser mobilizados para ilustrar esses estressores específicos entre os grupos que compõem as minorias sexuais e de gênero são:

- a) *Lésbicas* – sofrem objetificação sexual e assédio frequentemente em festas, geralmente, por parte de homens cisgênero e heterossexuais (Tebbe et al., 2018); apresentam maior dificuldade de acesso a informações relacionadas a estratégias preventivas em relação às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) (Silveira et al., 2022)
- b) *Gays* – alta pressão estética direcionada a homens gays, relacionada a expectativas de corpo, masculinidade e performance sexual (Brewster et al., 2017); hipersexualização e/ou rejeição, no caso de homens gays negros (Balsam et al., 2011; Cyrus, 2017); e, rejeição no caso de gays afeminados (Ramos & Cerqueira-Santos, 2020);
- c) *Bissexuais* – pessoas geralmente consideradas indecisas e/ou promíscuas (Feinstein & Dyar, 2017); e,
- d) *Transgênero* – pressão por adequação visual para atender a um padrão imagético, corporal e comportamental cisgênero (passabilidade); acesso dificultado ou mesmo restrito a banheiros públicos que correspondem a sua identidade de gênero; e, postergação de modificações corporais, podendo haver variações a depender de cada identidade que integra o termo guarda-chuva em questão (Tan et al., 2019).

O segundo tipo de estressor, denominado de *homofobia internalizada*, é proximal, ou seja, da vivência subjetiva da pessoa (Meyer, 2003). Tem a ver com a internalização do preconceito contra minorias sexuais e de gênero, podendo ter variações como lesbofobia, bifobia e transfobia internalizada. Nesse sentido, a pessoa pode desenvolver ideias aversivas como emoções de ódio e vergonha (Lin et al., 2019) sobre a própria sexualidade e/ou identidade de gênero, baseadas na internalização de crenças culturais amplamente compartilhadas socialmente de que não ser cisgênero e heterossexual é anormal, errado e intolerável.

Já o terceiro tipo de estressor é chamado de *expectativas de rejeição e ocultação da orientação sexual* e faz parte da categoria de estressores proximais. Diz respeito ao processo no qual as minorias sexuais e de gênero, uma vez que cotidianamente sofrem situações de

discriminação e violência, desenvolvem uma sensibilidade à rejeição, antecipando assim o preconceito e vivenciando uma sensação eminente de que será excluído social, afetiva e sexualmente por conta da sua condição de minoria sexual e/ou de gênero. Também se inclui aqui, considerada uma consequência dessa antecipação do preconceito, o fenômeno da ocultação da orientação sexual e/ou identidade de gênero (esconder-se no armário, como referido na linguagem do senso comum), seja para si e/ou para outras pessoas (Meyer, 2003).

É fundamental evidenciar que o EM é um modelo teórico interseccional (Balsam et al., 2011; English et al., 2018). Isso porque assume que diferentes *status* de minoria de uma pessoa (como raça/etnia, gênero, orientação sexual, classe social, geração, dentre outros), isto é, os marcadores sociais da diferença que criam as identidades de minoria (Meyer, 2003; Meyer & Frost, 2013), podem se sobrepor e se acumular, incorrendo em prejuízos sociais, como visto até aqui. Nessa operação, conforme ressaltam Pachankis et al. (2015), quanto mais marcadores sociais a pessoa tiver, mais chances ela terá de ter comprometimentos em termos de saúde mental, uma vez que os estressores de minoria funcionam como adicionais aqueles com os quais as pessoas já vivem no cotidiano.

A esse respeito, podemos mobilizar como exemplo a condição de homens negros gays e/ou bissexuais que podem ser rejeitados e/ou hipersexualizados dentro das comunidades LGBTQ+ (Balsam et al., 2011; Cyrus, 2017), na medida em que não deixam de sofrer as consequências do racismo. Por um lado, não atendem aos padrões estéticos da branquitude fora da condição de hipersexualização. Por outro, estão distantes das expectativas direcionadas aos homens negros dentro da comunidade negra (Andrade, 2021). Outras características podem ser acrescidas e interseccionadas nesse exemplo, como a presença de deficiências, condição sorológica, classe social, situação de rua, dentre outros.

Além desses elementos estressores já discutidos, a teoria de EM considera fatores que podem influenciar nas respostas e reações de pessoas LGBTQ+ às experiências vividas de estigmatização, discriminação e violência que afetam suas condições de saúde mental, conforme observado por Dunn et al. (2014). Denominados de *moderadores*, esses fatores se constituem como individuais e sociais, podendo de um lado atenuar aspectos da experiência de existir como uma minoria sexual e de gênero ou, de outro, agravá-los (Meyer, 2003). Dessa forma, os desfechos de saúde mental de pessoas LGBTQ+ receberiam a influência tanto dos elementos estressores quanto dos fatores moderadores (Meyer, 2003) que devem ser observados sempre tendo em vista as condições ambientais nas quais as pessoas estão inseridas.

Sobre os fatores moderadores, Silva e Robison (2021) ressaltam que o fato de uma pessoa se identificar com sua identidade minoritária pode contribuir para que ela acesse recursos de enfrentamento aos estressores de minoria em um nível comunitário, resultando assim na possibilidade de suporte social. Muitas vezes o grupo minoritário, nesses casos, pode se constituir como uma referência de família (num sentido de uma família escolhida, que não necessariamente se estabelece por laços consanguíneos), sendo que o suporte social funciona na maior parte das vezes como uma estratégia fundamental de amenização dos efeitos negativos dos estressores de minoria, sejam distais ou proximais (Kertzner et al., 2009; Meyer, 2003; 2015; Meyer & Frost, 2013).

Nesse caminho, os fatores moderadores podem atuar como fatores de proteção quando incluem estratégias como conexão com pares e comunidade; *coping*, entendido aqui como um conjunto de estratégias utilizadas pelas pessoas para se adaptarem a circunstâncias adversas ou estressantes (Antoniazzi et al., 1998); possibilidade de abertura (“revelação”) da orientação sexual para amigos e familiares; e, suporte social (Doty et al., 2010; Mereish & Poteat, 2015; Lira & Morais, 2019). Importa salientar que o suporte social se relaciona diretamente com a redução do impacto negativo das experiências oriundas de EM (Wong et al., 2014), incluindo o risco de depressão e outros sofrimentos psíquicos (Fredriksen-Goldsen, Emler et al., 2013).

A qualidade das relações familiares, se positivas, podem desempenhar papel crucial tanto na produção de saúde como de doença (Feinstein et al., 2014; Souza, Baptista & Alves, 2008). O suporte familiar é referido como um fator que pode reduzir de maneira significativa a associação entre transtornos mentais e vitimizações que tem origem no preconceito e discriminação contra a diversidade sexual entre o público de jovens (Hershberger & D’Augelli, 1995). Ainda no caso das minorias sexuais Feinstein et al. (2014) reiteram que o suporte recebido na família pode gerar autoconfiança e sentimento de segurança nas relações, sendo que a aceitação e acolhimento nesse contexto também se relaciona a níveis elevados de autoestima e suporte social (Ryan et al., 2010), maior autoaceitação da orientação sexual, maiores níveis de bem-estar e índices elevados de abertura (“revelação”) da orientação sexual (Shilo & Savaya, 2011).

Em uma perspectiva contextual macro, as políticas de natureza inclusiva voltadas para as minorias sexuais e de gênero podem promover um clima de maior acolhimento e integração (Almeida-Segundo et al., 2021). Nessa direção, uma maior aceitação das diferenças sexuais e de gênero produzem sentimento de pertença, contato e cooperação intergrupar, influenciando de maneira positiva indicadores de bem-estar e saúde mental, por exemplo (Almeida-Segundo et al., 2021; Strayhorn, 2018; Swimelar, 2019).

É perceptível o quanto a teoria do EM possibilita leituras amplas e críticas sobre os mecanismos de produção de vitimização contra minorias sexuais e de gênero, viabilizando uma especificação de estressores de minoria que atuam de maneira interseccional entre as diferentes pessoas LGBTQ+ (Meyer, 2003; Meyer & Frost, 2013). Essas noções de estressores de minoria distais e proximais e de fatores moderadores guardam semelhanças com os conceitos de fatores de risco, fatores de proteção, e com os processos de resiliência que serão detalhados no próximo capítulo.

Ademais, podemos oportunamente estabelecer aproximações e interlocuções entre a Teoria do Estresse de Minoria (EM) (Meyer, 1995; 2003; 2015; Meyer & Frost, 2013) e a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) (Bronfenbrenner, 1979/1996; 1989; 1995; 1999; 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998), tendo em vista que ambas têm em comum o fato de considerar as influências de fatores macrossociais no desenvolvimento humano. Nesse sentido, o caráter contextualista e interacionista da TBDH e a ênfase dada a aspectos contextuais que envolvem a tríade biopsicossocial, permitem considerar a dimensão da sexualidade a partir de uma compreensão relacional entre dimensões biológicas, sociais e culturais, assim como o EM que analisa efeitos moderadores que podem impactar no desenvolvimento tanto a nível individual, quanto contextual.

As premissas da EM relacionadas aos estressores distais (externos) se aproximam da análise proposta pela TBDH sobre a dimensão do macrossistema, assim como os estressores proximais (internos) das postulações sobre as características da pessoa (disposições, recursos e demandas) e as influências dessa dinâmica para o engajamento da pessoa em desenvolvimento em processos proximais. Dessa forma, as duas teorias se articulam de maneira interessante para pensar as dimensões dos fatores de risco e proteção, bem como os processos de resiliência, uma vez que é possível englobar as intersecções das minorias sociais para pensar os recursos e as estratégias de enfrentamento individuais e contextuais.

Capítulo 2. Adolescentes e jovens LGBT+ e a situação de rua

Este capítulo contém três seções divididas apenas por motivos práticos e didáticos, uma vez que são complementares e traçam um panorama geral do fenômeno de adolescentes e jovens em situação de rua, com enfoque nas especificidades daqueles(as) que também se constituem em minorias sexuais e de gênero. Cabe destacar que no decorrer do texto serão citadas também as crianças em situação de rua, uma vez que a literatura específica com frequência engloba as infâncias e adolescências em seus estudos de maneira combinada.

Na primeira seção buscamos contextualizar o fenômeno da situação de rua de crianças, adolescentes e jovens de um modo geral. Para isso são demarcados os aspectos conceituais e legais, assim como dados de estudos que descrevem essa população em termos de trajetórias e modos de conexão com a rua, bem como os motivos de ida para esse contexto; qualidade das relações familiares; condições de saúde, incluindo relações de uso de substâncias psicoativas (SPAs); relação com ambientes institucionais, e demais dimensões do Sistema de Garantia de Direitos (SGD); e, as violações de direitos as quais esses segmentos geracionais são submetidos.

Já a segunda seção tem como foco principal apresentar e discutir as especificidades dos adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua. A partir da literatura encontrada sobre o tema descreve-se os principais indicadores psicossociais dessa população que pode ser considerada como uma tripla minoria social (adolescentes e jovens – situação de rua – LGBT+), sendo que ainda se podem incluir outros marcadores como raça/etnia, deficiências, condição sorológica, dentre outros, que os colocam em situação de extrema vulnerabilidade como veremos.

Por fim, a última seção desse capítulo apresenta conceitualmente os fatores de risco e proteção e os processos de resiliência. Assim, são descritos alguns dados de estudos que se propõem a investigar essas dimensões em populações de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua. Ainda que essa literatura específica, na maior parte das vezes, não considere as variáveis de gênero e sexualidade em sua diversidade e complexidade, consideramos fundamental situá-la, na medida em que recusamos a ideia de que todas as crianças, adolescentes e jovens em situação de rua que participem dessas pesquisas sejam heterossexuais e cisgêneros, como se faz supor. Dessa forma, consideramos a existência de pessoas LGBT+ dentro desses grupos sociais pesquisados, ainda que elas continuem invisibilizadas como grupo de análise.

2.1 A rua como contexto de desenvolvimento de adolescentes e jovens

A situação de rua é considerada como um subproduto do sistema capitalista (Tiengo, 2018) e como uma das mais graves expressões da Questão Social⁷ (Iamamoto, 2008; Silva, 2006). Trata-se de um fenômeno histórico e complexo que deve ser compreendido em suas dimensões multifatoriais e multidimensionais, por um viés que contemple os modos de reprodução das relações sociais que atravessam sua dinâmica, sem jamais recair em análises reducionistas referentes a fatores econômicos das relações de produção (Machado, 2019).

Neste estudo a rua é entendida como um contexto de desenvolvimento (Neiva-Silva e Koller, 2002; Santana et al., 2018; Santana & Vezedek, 2019). Para assumir essa premissa é fundamental a superação do paradigma maniqueísta que reduz a situação de rua a um desfecho negativo e fatalista que encerra destinos e define trajetórias de vida, como apontam Santana e Vezedek (2020). Isso significa, em última instância, renunciar à visão “dicotômica de que a rua só pode ser boa *ou* ruim. Ela é ao mesmo tempo boa *e* ruim” (Santana & Vezedek, 2020, p.116).

De acordo com Rizzini et al. (2010) a situação de rua se estabelece quando ela se constitui como um espaço de violação de direitos. Isso nos auxilia na compreensão de que a rua pode ser experienciada de diversas formas. Levando em consideração que pessoas de diferentes grupos geracionais “relacionam-se com a rua, segundo parâmetros temporais e identitários diferenciados” (Brasil, 2009b, p.3), esse contexto se torna importante para sua socialização, visto que a população em situação de rua “em comum possuem a característica de estabelecer no espaço público da rua seu palco de relações privadas” (Brasil, 2009b, p.3).

A presença de crianças e adolescentes nas ruas das grandes cidades do Brasil como forma de sobrevivência não é um fenômeno recente (Raffaelli, 2010). Nessa perspectiva, a situação de rua desse grupo geracional tem associação com diversos processos históricos de vulnerabilização e de ausência de políticas públicas de proteção, que em grande parte dos casos são anteriores a própria situação de rua (Morais, Neiva-Silva & Koller, 2010).

Salienta-se que inicialmente o termo usado para se referir a esse público era “meninos de rua”, tendo havido uma mudança importante quanto a compreensão do fenômeno e das nomenclaturas, como apontado por Rizzini & Couto (2018). De acordo com as autoras, isso

⁷ Para Yamamoto (2008), a questão social é intimamente relacionada à sociabilidade capitalista que se funda e é reproduzida amplamente pelos mecanismos de exploração do trabalho, sendo que “ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização” (p.119).

resultou da realização de diferentes pesquisas com crianças e adolescentes em situação de rua a partir da década de 1990, movimento que contribuiu para o enfoque em análises sobre os motivos geradores da situação de rua, a heterogeneidade do público e as especificidades desenvolvimentais nesse contexto marcado por vulnerabilidades.

Desse modo, conforme apontam Rizzini e Butler (2003), nomenclaturas como “*crianças e adolescentes em situação de rua*” e “*meninos e meninas em situação de rua*” passam a ganhar ênfase e adesão, com destaque para a preocupação em demarcar a questão do gênero, por exemplo. O que abre espaço para a aplicação de outras terminologias como “*em condição de rua*”, “*que vivem nas ruas*”, “*com experiências de rua*”, dentre outras, sempre demarcando o caráter de transitoriedade da situação de rua (Rizzini & Couto, 2018). É oportuno observar que a expressão “situação de rua” tem sido amplamente usada para se referir as PSR por contemplar a “possível transitoriedade e efemeridade dos perfis desta população, podendo mudar por completo o perfil, repentinamente ou gradativamente, em razão de um fato novo” (Brasil, 2016b, p.1).

A heterogeneidade das PSR é demarcada na Política Nacional para a População em Situação de Rua (Brasil, 2009b), assim como os diferentes motivos que podem levar as pessoas a considerarem a rua como uma possibilidade de sobrevivência e/ou moradia. De acordo com o documento, a PSR é definida como estando em situação de pobreza extrema, com vínculos familiares comprometidos (seja interrompido ou fragilizado) e que não acessa moradias convencionais, o que levaria essas pessoas a utilizarem “logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (Brasil, 2009b, p.1).

Trata-se de um marco legal fundamental para a garantia de direitos da PSR uma vez que reconhece diferentes possibilidades de se estar na rua, extrapolando assim “uma visão reducionista de que estaria em situação de rua apenas aqueles sujeitos que dormem/moram na rua” (Santana & Vezdek, 2019, p. 501). Contudo, o conceito presente no texto legal não especifica as heterogeneidades características da PSR, incluindo as especificidades das crianças, adolescentes e jovens, que não são mencionadas explicitamente.

Nessa direção, outro marco legal promove avanços, a Resolução conjunta Nº 1 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) (Brasil, 2016b). Podemos considerá-la uma proposição conceitual mais abrangente, uma vez que não só reconhece as especificidades das infâncias e adolescências no contexto da rua, como também descreve de maneira detalhada os

marcadores sociais que compõem as heterogeneidades desse público. Também inclui a dimensão da intermitência da situação de rua, além do caráter permanente e provisório presente no documento anterior. Dessa forma, crianças e adolescentes (e podemos certamente incluir os demais grupos geracionais) são descritas como

sujeitos em desenvolvimento com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários, prioritariamente situação de pobreza e/ou pobreza extrema, dificuldade de acesso e/ou permanência nas políticas públicas, sendo caracterizados por sua heterogeneidade, como gênero, orientação sexual, identidade de gênero, diversidade étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade, de posição política, deficiência, dentre outros. (Brasil, 2016b, p.2)

A abertura das heterogeneidades em termos de marcadores sociais descrita no texto desse marco legal promove um avanço considerável no debate sobre as diferenças e suas interseccionalidades. Outra dimensão fundamental trazida pelo documento é o reconhecimento das pessoas como estando em desenvolvimento, indicando que, a despeito de todas as iniquidades e violações de direitos que podem ser vivenciadas, a rua é sim um contexto de desenvolvimento. Por fim, é notável o quanto a resolução marca um posicionamento político fundamental de reconhecer a LGBT+fobia, bem como do racismo, sexismo e misoginia como fatores associados que podem culminar na ida para a rua.

Isto posto, é oportuno nos debruçarmos sobre alguns estudos que contribuem para a compreensão do fenômeno de crianças e adolescentes em situação de rua (CASR), incluindo também os jovens nessa condição. Nesse caminho, Neiva-Silva e Koller (2002) propõem alguns critérios utilizados para identificar CASR que podem ser adaptados aos jovens. São elementos como modos de vinculação com a rua; as atividades exercidas nesse espaço; aspectos relacionados a aparência (vestimentas e condições de higiene pessoal); os locais onde se encontram essas pessoas; e, a ausência de um adulto responsável e/ou de referência. Tendo em vista a dinamicidade do contexto da rua e as variações das condições contextuais de cada centro urbano, que culmina em particularidades territoriais (Silva, 2006), podemos acrescentar alguns elementos a esses critérios como: a atuação na rede do tráfico de drogas como um modo de “estar na rua” (Santana et al., 2021); crianças, adolescentes e jovens acompanhados(as) de suas famílias nas ruas (Lacerda et al., 2022; Vezedek et al., 2022).

Uma revisão de escopo conduzida por Alves et al., (2023), na qual foram analisados 66 estudos, publicados entre 1990 e 2022, oferece um panorama geral sobre temas e indicadores sobre a situação de rua de crianças, adolescentes e jovens no Brasil. Todas as pesquisas analisadas demonstraram que a maioria dos participantes, tinham escolaridade baixa, eram negros(as)/não-brancos e do sexo/gênero masculino. Em relação a ida para a rua, as situações de violência figuraram como principais motivos, incluindo as de ordem física, sexual, insegurança alimentar e morte/ou uso de substâncias psicoativas de familiares/responsáveis. Outro dado que chama atenção tem a ver com a manutenção dos vínculos familiares e contribuição com o orçamento familiar, incluindo atividades de trabalho para sustento de si e da família. Sobre a relação com instituições de acolhimento institucional, Alves et al. (2023) destacaram que nos estudos analisados esses contextos são referidos como locais para satisfação de necessidades básicas, como dormir, alimentar-se, tomar banho e vestir-se. Por fim, as crianças, adolescentes e jovens indicaram os policiais como principais perpetradores de violências físicas, morais e sexuais no contexto da rua.

Para melhor dialogar com a literatura específica sobre o fenômeno selecionamos e analisamos três estudos brasileiros (Distrito Federal, 2022; OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020; Santana & Vezedek, 2019) que consideram em algum grau as variáveis gênero, sexo e identidade de gênero, além de terem incluído detalhamento de dados sobre CASR (seja com informações oriundas de entrevistas diretas com eles(as) ou com seus responsáveis/pessoas de referência). Os três estudos selecionados não apresentam dados desagregados que possibilitasse especificar informações sobre jovens em situação de rua. Cabe destacar que três pesquisas em capitais brasileiras (Fortaleza, 2021; São Paulo, 2021; Rio de Janeiro, 2023) não foram incluídas nessa análise específica, pois não apresentam dados desagregados específicos nem de crianças e adolescentes, nem de jovens em situação de rua. Dito isto, apresentamos brevemente a seguir os três estudos analisados, destacando os dados sociodemográficos dos(as) participantes.

O primeiro estudo analisado foi realizado em Salvador/BA, entre os anos 2016 e 2017, tendo gerado dados oriundos de observações e 1.447 entrevistas com a PSR, a partir de uma amostragem estratificada (Carvalho, Santana, Pereira & Vezedek, 2017; Carvalho, Santana & Vezedek, 2017). Nessa oportunidade foram incluídas pessoas de todos os seguimentos geracionais em situação de rua, sendo os dados referentes a crianças e adolescentes extraídos de Santana e Vezedek (2019). A partir de 2.052 observações de CASR ocupando as ruas da cidade, foram entrevistadas 154 pessoas desse segmento geracional. *Idade*: entre sete e 17 anos (média = 13,47; DP = 2,7); *Raça/Etnia/Cor*: preta (59,1%), parda (34,4%), branca

(4,5%), amarela (0,6%) e indígenas (1,3%); e, *Identidade de gênero*: homens cis (81,8%), mulheres cis (16,2%), mulher trans (1,3%) e travesti (0,6%).

Cabe ressaltar que os dados sobre orientação sexual nesse estudo foram coletados, contudo não entraram na análise final dos dados específicos das crianças e adolescentes em situação de rua. Isso ocorreu por conta de fragilidades identificadas no processo de coleta, sobretudo, referentes a dificuldades dos(as) pesquisadores em realizar adequadamente as questões sobre essas variáveis para adolescentes mais novos. Por isso, os dados sobre diversidade sexual foram analisados apenas numa perspectiva geral da PSR, considerando os participantes que responderam esses itens, como pode ser observado em Carvalho, Santana & Vezdek (2017).

O segundo estudo escolhido se trata de um levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre crianças e adolescente em situação de rua e acolhimento institucional com trajetória de vida nas ruas, realizado entre os anos de 2018 e 2019 (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020), em 17 cidades brasileiras, incluindo Salvador/BA. Participaram 554 CASR que se dividem em dois grupos:

a) 283 que estavam em situação de rua no momento da coleta (*Grupo Rua*) – *Idade*: 7 a 11 anos (22,2%), 12 a 18 anos (62,8%) e não informou (2,1%); *Sexo*: masculino (75%) e feminino (25%); *Raça/Etnia/Cor*: parda (45%), preta (40%), branca (12%), indígena (2%) e amarela (1%); *Identidade de gênero* (para maiores de 12 anos, N=180): homem cis (122), mulher cis (27), travesti (1), mulher trans (2), andrógena (1) e não informou (7); e, *Orientação sexual* (para maiores de 12 anos, N=2): homossexual e gay (2).

b) 271 estavam em acolhimento institucional e tinham trajetória de vida nas ruas (*Grupo Acolhimento Institucional*) – *Idade*: 7 a 11 anos (16,6%), 12 a 18 anos (83,0%) e não informou (0,3%); *Sexo*: masculino (70%) e feminino (30%); *Raça/Etnia/Cor*: preta (49%), parda (40%), branca (10%), indígena (1%) e amarela (0%); *Identidade de gênero* (para maiores de 12 anos, N=225): homem cis (147), mulher cis (53), travesti (2), transgênero (4), gênero neutro (1), não se identifica com nenhuma identidade de gênero (1) e não informou (5); e, *Orientação sexual* (para maiores de 12 anos, N=7): homossexual (5) e bissexual (2).

Já o terceiro estudo foi realizado no ano de 2022, em Brasília e no Distrito Federal, através de uma contagem da PSR e entrevistas amostrais (Distrito Federal, 2022). Foram localizadas/contadas 2.938 pessoas em situação de rua, sendo que 1.767 aceitaram ser entrevistadas. Dessas entrevistas, 244 eram crianças e adolescentes: *Idade*: crianças de até onze anos (73,0%) e adolescentes (27,0%), sendo a média de idade de 7,13 anos. *Sexo*: meninas (51,6%), meninos (45,9%) e não informou (2,5%). *Raça/Etnia/Cor*: parda (37,7%),

indígena (34,0%), branca (12,3%), preta (9,4%), amarela (1,2%) e não informou (5,3%). O estudo não apresenta dados sobre identidade de gênero e orientação sexual desse grupo etário.

Após essa breve contextualização sobre os estudos analisados, destacamos a seguir algumas dimensões sobre a situação de rua de crianças e adolescentes, e sempre que possível de jovens. Organizamos esses dados e discussões em tópicos para facilitar os diálogos entre os estudos e demais referências complementares, sendo estas: a) marcadores sociais (gênero, sexualidade e raça/etnia/cor); b) modos de relação com a rua (motivo de ida, tempo de permanência e dormida); c) relação com família de origem; d) educação; e) trabalho (ocupação com atividades de geração de renda); f) condições de saúde; g) saúde sexual e reprodutiva; h) uso de substâncias psicoativas (SPAs); i) acesso a instituições e ao sistema de garantia de direitos (SGD); j) violências sofridas e principais agentes violadores de direitos; e, k) aspirações e projetos de vida.

a) marcadores sociais (gênero, sexualidade e raça/etnia/cor)

Há uma diferença de gênero explícita no contexto da rua. Isso, por um lado, é expresso no elevado número de pessoas do gênero/sexo masculino, uma média de 80% em pesquisas nacionais (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020, Brasil, 2009a) e estudos realizados em grandes centros urbanos (Carvalho, Santana, Pereira & Vezedek, 2017; Carvalho, Santana & Vezedek, 2017; Distrito Federal, 2022; Fortaleza, 2021; Rio de Janeiro, 2023; São Paulo, 2015; 2021). E por outro, pelas piores condições de ajustamento no que se refere aos indicadores psicossociais das meninas com histórico de rua (Castaños-Cervantes et al., 2017; Raffaelli, et al., 2000).

Em relação ao reconhecimento da diversidade sexuais e de gênero em termos de identidade de gênero e orientação sexual podemos considerar que estamos gradualmente avançando (em passos lentos bem verdade), uma vez que as discussões desse tema no contexto da infância envolvem calorosos debates com vieses políticos, educacionais e até biológicos, como descreve Xavier Filha (2015). Por toda a discussão que fizemos anteriormente sobre as diversidades sexuais e de gênero nesse trabalho, podemos constatar uma certa “dificuldade” das pesquisas com infâncias e adolescências em incluir variáveis como identidade de gênero e orientação sexual.

Nos dados apresentados por Santana e Vezedek (2019) as informações sobre identidade de gênero são destacadas de maneira mais condizente com as conceituações sobre o tema, registrando a presença das minorias de gênero na categoria geracional de crianças e adolescentes. O segundo estudo analisado (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020), apesar de tentar

incluir a diversidade de gênero, não o fez em consonância com as referências conceituais indicadas pela literatura. Ao questionar adolescentes com 12 anos ou mais sobre identidade de gênero, não ofereceu de modo explícito no instrumento a possibilidade de escolha entre as categorias identitárias indicadas na literatura, tendo sido as opções: homem, mulher, não respondeu, travesti e outros. Outra problemática tem a ver com o fato de a orientação sexual não ter configurado uma pergunta em separado, sendo referida dentro da opção “outros” na pergunta sobre identidade de gênero.

Como já dito anteriormente, esta “confusão” se relaciona com a matriz heterossexual e cisgênera que opera nas relações sociais (Jesus, 2012; Junqueira, 2010; Rich, 1980/2010). Ressalta-se que o estudo reconhece que “as categorias relacionadas à identidade de gênero e sexualidade ainda provocam confusões” (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020, p.49), apontando que isso ocorre por dificuldades de compreensão tanto dos(as) adolescentes e jovens em situação de rua quanto das equipes de pesquisa, além de sugerir aprofundamentos sobre o tema nos estudos com esse público.

Talvez mais importante que as afirmações identitárias seja mesmo reconhecer que crianças e adolescentes constroem suas identidades sexuais e de gênero no contato com pessoas e contextos, nesse sentido, esse grupo “se expressa sexualmente com seu corpo: sente prazer, desprazer, pergunta sobre suas teorias e dúvidas, toca seu corpo e o de outrem, busca responder às suas questões” (Xavier Filha, 2015, p. 18). Dessa forma, se expressarem características sexuais e de gênero que podem ser lidas socialmente como estando fora do padrão cisheteronormativo, terão muitas chances de experimentar diversas situações de preconceito e violência, como veremos na próxima seção desse capítulo. Por isso, precisamos ser capazes de identificar essas dimensões nesse seguimento geracional em nossas pesquisas, e integrar essas análises aos movimentos de cuidado e defesa de direitos desse público.

Sobre a dimensão da raça/etnia são flagrantes as porcentagens que indicam crianças e adolescentes negros(as) como maioria na situação de rua desse grupo geracional: 93,5% em Salvador (Santana & Vezdek, 2019), 85% (Grupo Rua) e 89% (Grupo Acolhimento Institucional) no estudo multicêntrico que contempla 17 cidades com mais de um milhão de habitantes (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020). Apesar de chamar atenção a porcentagem de CASR indígenas em Brasília (34%), ainda assim as negras continuam como maioria (47%) (Distrito Federal, 2022). Ressalta-se que esse dado pode ser observado em outras pesquisas com a PSR (Brasil, 2009a; Fortaleza, 2021; São Paulo, 2015; 2021; Rio de Janeiro, 2023).

Não podemos deixar de considerar o quanto isso se relaciona com o cenário de aguda desigualdade e racismo, legado de iniquidade do sistema escravista que vitimou pessoas

negras e povos originários no Brasil (Arantes, 2008; Schwarcz, 2001; Schwarcz & Starling, 2015). A esse respeito, Camargo et al. (2005) argumentam o quanto as infâncias e adolescências negras continuam, de certa forma, numa “roda dos expostos”, “instituições criadas a partir do século XVII para abrigar crianças abandonadas, quase sempre foi um albergue de crianças negras” (p. 611). Isso no sentido de continuarem sendo alvo de violências diversas, desde negação de direitos até a violência institucional, urbana, dentre outros. Chaves (2016) complementa essa argumentação afirmando o quanto a roda dos expostos pode ser considerada uma criação da branquitude, uma vez que não havia histórico de abandono de crianças nas populações negras e indígenas no Brasil. Trata-se de um paralelo importante neste trabalho, visto que ao figurarem como maioria racial entre as crianças e adolescentes em situação de rua são submetidas à exploração do trabalho infantil, exploração sexual, a violência na rede do tráfico de drogas, dentre outros, violências históricas com outras roupagens.

Podemos somar a isso os números de encarceramento e extermínio da juventude pobre, que segundo Waiselfisz (2015), é de maioria negra. Além disso, podemos somar também os dados que apontam o homicídio como principal causa de morte da juventude (53,6% em termos nacionais), sendo que, comparativamente, para cada pessoa não negra que morre de homicídio, 2,7 das que são mortas por essa causa são pessoas negras (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2020).

b) modos de relação com a rua (motivo de ida, tempo de permanência e dormida)

A ida para a rua está relacionada a diversos fatores. Nesse sentido, comumente são associados à situação de rua de crianças e adolescentes (podendo ser estendido aos jovens) os seguintes fatores, de acordo com a Resolução N° 1 CNAS/CONANDA:

I – trabalho infantil; II – mendicância; III – violência sexual; IV – consumo de álcool e outras drogas; V – violência intrafamiliar, institucional ou urbana; VI – ameaça de morte, sofrimento ou transtorno mental; VII – LGBTfobia, racismo, sexismo e misoginia; VIII – cumprimento de medidas socioeducativas ou medidas de proteção de acolhimento; IX – encarceramento dos pais. § 3º Pode ainda ocorrer a incidência de outras circunstâncias que levem crianças e adolescentes à situação de rua, acompanhadas ou não de suas famílias, existentes em contextos regionais diversos, como as de populações itinerantes, trecheiros, migrantes, desabrigados em razão de desastres, alojados em ocupações ou desalojados de ocupações por realização de grandes obras e/ou eventos. (Brasil, 2016b, p.1)

Em Salvador (Santana & Vezedek, 2019) os cinco principais *motivos de ida para rua* apontados pelas crianças e adolescentes foram “procurar diversão/liberdade” (43,5%), “procurar sustento para si mesmo” (36,4%), “acompanhar família nuclear ou extensa” (29,9%); “conflitos familiares” (16,9%) e “apanhava em casa” (13,6%). Esses dados dialogam com o encontrado pelo estudo multicêntrico analisado (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020) que indicou como motivos “submetido à exploração no trabalho, tráfico de drogas e/ou mendicância” (28%), a “busca por liberdade e/ou diversão” (24%) e os “conflitos familiares” (20%) no caso do Grupo Rua. Já no Grupo Acolhimento Institucional os motivos informados foram “conflitos familiares” (44%), “negligência” (27%) e “busca por liberdade e/ou diversão” (21%).

No Distrito Federal (Distrito Federal, 2022) os motivos de ida para a rua não foram explicitamente apresentados, mas o relatório da pesquisa informa que as pessoas pesquisadas indicaram a procura de trabalho (44,5%), acompanhar a família (15,2%) e buscar ajuda do governo (8,7%) como principais motivos de ida para o Distrito Federal. Considerando que quase a totalidade das crianças e adolescentes pesquisada estava acompanhada da família podemos estender esses motivos a esse grupo geracional.

A partir desses dados podemos perceber o quanto a busca por condições de sobrevivência se configura como um motivo importante gerador de situação de rua, considerando suas variações que incluem a ida só, com a família e/ou situações diversas de exploração do trabalho infantil. Chama atenção o motivo relacionado a busca por liberdade e/ou diversão, uma vez que nele podem ser incluídas situações relativas ao desejo de vivenciar aspectos da sexualidade e gênero, além de outras questões (Santana et al., 2021). Os conflitos familiares, no caso do estudo multicêntrico, aparecem de maneira expressiva no grupo acolhimento institucional, algo apontado pela pesquisa como indicativo de “ausência de políticas públicas capazes de mitigar os seus efeitos para reinserção familiar e comunitária” (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020, p.35)

A respeito do *tempo de permanência na rua*, as crianças e adolescentes de Salvador (Santana & Vezedek, 2019) informaram estar em situação de rua de um a três anos incompletos (24%), sendo que os que estão a mais de cinco anos somam um número próximo (23,4%). Houve ainda quem não soube indicar essa informação (13%). A idade de chegada na rua entre zero e 11 anos foi indicada por 64,3% dos(as) respondentes, sendo quase metade disso (31,2%) para o grupo que chegou com idade entre 12 e 17 anos. Os dados de OPN/CIESPI/PUC-Rio (2020) indicaram que quase metade das crianças e adolescentes entrevistadas estavam em situação de rua há mais de um ano (43%), sendo que 19% se

encontravam nas ruas há no máximo seis meses. No grupo rua 32% informaram estar em situação de rua por um período superior a dois anos, sendo que no grupo acolhimento institucional a maior parte no máximo até um mês nessa condição (31%). Esses dados não foram especificados no terceiro estudo analisado (Distrito Federal, 2022).

A pesquisa de Salvador (Santana & Vezedek, 2019) avaliou a frequência de *dormida na rua* das crianças e adolescentes em situação de rua no último mês em relação ao momento da entrevista, identificando os participantes em três grupos: baixa frequência para quem dormiu entre um e oito dias (18,2%); alta frequência, para 20 dias ou mais dormindo na rua (9,7%); e, média frequência no caso de quem dormiu entre nove e 19 dias (2,6%). No segundo estudo analisado 64% do grupo rua disse já ter dormido na rua alguma vez, sendo que 78% do grupo acolhimento institucional informaram o mesmo (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020). Dados não especificados no Distrito Federal (Distrito Federal, 2022).

As múltiplas causas e determinações que produzem a situação de rua de crianças e adolescentes influenciam diretamente a forma como o contexto da rua é utilizado por esse público, além da permanência nesse espaço, tendo em vista as lógicas de intermitência e provisoriedade (Santana & Vezedek, 2019). Essas duas variáveis tempo de permanência na rua e experiência de dormida nesse contexto possibilitam refletir criticamente sobre a eficácia das estratégias de cuidado que são mobilizadas no âmbito das políticas públicas, seja a abordagem social/educação de rua, seja o acolhimento institucional em si. Nesse sentido, OPN/CIESPI/PUC-Rio (2020) argumenta sobre as políticas que realmente “contribuam para a prevenção da ida para às ruas, assim como para a construção de projetos alternativos de vida” (p. 35), assim como a eficácia das medidas de acolhimento institucional para o público de CASR, “uma vez que os dados indicam que quanto maior o tempo na rua, mais difícil se torna o acolhimento de crianças e adolescentes, assim como seu retorno para sua família e/ou comunidade de origem” (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020, p. 35).

c) relação com família de origem

Na cidade de Salvador 87% das CASR mantinham contato frequente (todos os dias) com sua família de origem, sendo que apenas 4,5% disseram ter laços rompidos com seus familiares (Santana e Vezedek, 2019). No caso do estudo multicêntrico (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020), o percentual de crianças e adolescentes com manutenção diária de contato com a família foi de 66% para o grupo rua e 12% para o grupo acolhimento institucional. No primeiro grupo 67% avaliaram a relação com familiares como “boa ou muito boa”, já no segundo grupo esse percentual caiu para 42%, sendo que 33% das CASR em acolhimento

institucional afirmaram não manter nenhum tipo de relacionamento. Dados não especificados no Distrito Federal (Distrito Federal, 2022).

A ausência de atendimentos que considerem a singularidade das CASR e de suas famílias acabam por gerar afastamento e impactos negativos nas relações dos acolhidos com seus pais, familiares e/ou comunidade de origem (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020). Em relação aos altos índices de manutenção de laços familiares, Santana e Vezedek (2019) argumentam que esse dado se relaciona com os modos de ocupação da rua por parte das crianças e adolescentes. Trata-se de um contexto usado como um espaço de sobrevivência, trabalho, busca de liberdade e lazer, mas que não parece suficiente para gerar rompimento de laços.

É oportuno observar também o fato de que, em muitos momentos, famílias inteiras vivem a situação de rua e a convivência se dá nesse contexto, com vários atravessamentos (Lacerda et al., 2022; Vezedek et al., 2022). Nessa perspectiva, os laços familiares parecem resistir, apesar de todas as vulnerabilidades, riscos e demais adversidades que as famílias vivenciam (Ferreira et al., 2014; Tfouni & Moraes, 2003).

d) educação

A inserção, bem como retorno de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua ao ciclo de educação formal é um dos grandes desafios, considerando as especificidades vividas por esse grupo. A adesão às regras de funcionamento dos espaços escolares pode estar relacionada a isso (Santana et al., 2004), assim como a própria defasagem entre idade e série. A necessidade de sobrevivência, precisar trabalhar e ajudar a família também se somam a esses desafios.

Os dados de OPN/CIESPI/PUC-Rio (2020) informam que, dentre as CASR participantes das 17 cidades pesquisadas, 42% afirmaram não frequentar a escola (Grupo Rua), sendo que dentre os que afirmaram frequentar (58%), quase a totalidade, estava no ensino fundamental (90%) e outros 7% no ensino médio. Já no grupo acolhimento institucional 32% disseram não frequentar a escola, sendo que dos 66% que estavam na escola, 87% frequentavam o ensino fundamental e somente 6% o ensino médio. Em Salvador 71,2% das CASR disseram estar frequentando a escola no momento da coleta, 3,3% haviam interrompido os estudos, mas voltado a estudar e uma pequena parte disse nunca ter frequentado a escola (0,7%). Os níveis de escolaridade não são mencionados no estudo, contudo, os 27% dos participantes que interromperam os estudos informaram os principais motivos, sendo eles: “porque quis/não tinha motivação” (8,6%), “precisou trabalhar” (6,6%) e “não gostava e/ou ia mal na escola” (5,9%) (Santana & Vezedek, 2019).

No Distrito Federal 40% das CASR nunca tinham frequentado a escola, sendo que 12,7% desse grupo tinham realizado matrícula no ano anterior da pesquisa. Estavam frequentando a escola no momento da coleta 42% das crianças e adolescentes, sendo que a maior parte desses estava no ensino fundamental (14,3%) e 1,6% estavam no ensino médio. Os motivos para não frequentar estavam relacionados a “dificuldade para encontrar vaga nas escolas” (23,0%), a “distância entre a escola e o ponto de permanência da família” (8,0%) e a “falta de informação sobre como fazer a matrícula (6,9%)” (Distrito Federal, 2022).

e) trabalho (ocupação com atividades de geração de renda)

No Distrito Federal (Distrito Federal, 2022) a maioria das CASR não realiza atividades para geração de renda (86%), sendo que, entre o grupo que o faz (13,7%) a ocupação se dá com atividades de “catação de materiais recicláveis ou lixo” (50%), “venda de produtos nos sinais de trânsito” (10%) e “guarda, lava e/ou cuida de carros” (5%). O estudo também identificou que quase metade das crianças e adolescentes pesquisadas ocupa o tempo com “brincadeiras/jogos” (48,7%), “família” (13,1%) e “estudos” (10,2%). A situação desvelada pelo outro estudo analisado (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020) é praticamente inversa a esse cenário, uma vez que 72% das CASR (Grupo Rua) entrevistadas afirmaram realizar alguma atividade de trabalho, sendo essas a “venda de produtos de pequeno valor (especialmente doces e guloseimas)” (67%), seguida de “mendicância” e “expressões artísticas de rua”, ambas com 12% de afirmativas em relação a lista de atividades mencionadas. No caso do grupo acolhimento institucional, esse número é menor (17%), com destaque para a principal atividade realizada “Jovem Aprendiz” (35%), seguida de “vendedor de produtos de pequeno valor, como balas, bolos e água” (24%) e “exploração sexual comercial” (9%).

Já no caso de Salvador (Santana & Vezedek, 2019) os dados dialogam mais com o cenário descrito pelo estudo multicêntrico, sendo que 97,4% das crianças e adolescentes entrevistadas afirmaram ter realizado nas ruas pelo menos uma atividade de geração de renda nos últimos seis meses em relação ao período da coleta, dentro de uma lista de 21 itens. As cinco atividades mais referidas foram “fez bicos” (46,1%), “reciclou” (24,7%), “vigia carros/flanelinha” (23,4%), “esmolou/pediu dinheiro na rua” (23,4%) e “trabalhou como baleiro(a)” (21,4%).

Os dados presentes no estudo do Distrito Federal diferem expressivamente dos outros dois, o que sugere uma atipicidade no tocante a temática da exploração do trabalho das crianças e adolescentes em situação de rua, uma realidade histórica no Brasil (Alberto et al.,

2010). Dados de atendimento a crianças, adolescentes e jovens em situação de rua (Vezedek et al., 2022), realizados entre os anos de 2018 e 2021, corroboram a realidade apresentada. Os riscos que podem decorrer da exploração do trabalho infantil, conforme ressaltam Rizzini e Couto (2018), incluem a violência, a redução das perspectivas de estudo e os danos provocados ao desenvolvimento biopsicossocial de crianças e adolescentes.

Interessa observar que o dado de acesso à aprendizagem profissional por parte do grupo acolhimento institucional (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020) aponta para uma possibilidade de enfrentamento dessa questão, uma vez que, de acordo com a legislação que regula o Programa Jovem Aprendiz (Brasil, 2018), as CASR têm o acesso prioritário por estar em situação de vulnerabilidade e risco social. Nesse sentido, Cirino e Alberto (2009) destacam a importância do papel que as instituições podem exercer em termos de prevenção.

f) condições de saúde

As crianças e adolescentes em situação de rua, quando comparadas a outras pessoas desse segmento geracional, costumam apresentar índices mais elevados de sintomas físicos, ainda que tenham a tendência de avaliar positivamente aspectos de sua saúde e de se considerarem saudáveis (Morais & Koller, 2010). Tendo em vista as adversidades e condições de precariedade que podem ser expostos no contexto da rua, as condições de saúde representam uma preocupação constante (Santana & Vezedek, 2019).

Na cidade de Brasília e no Distrito Federal, observou-se que 88% dos responsáveis pelas crianças e adolescentes em situação de rua que participaram do estudo afirmaram que elas não tinham problemas de saúde. Dentro do percentual que afirmou haver alguma questão de saúde (10,7%) com as crianças e adolescentes, 50% referiram problemas respiratórios (asma/bronquite/pneumonia) e 18,8% alergias. Os responsáveis também informaram que 94,7% das CASR não tinham deficiência (Distrito Federal, 2022).

Em Salvador (Santana & Vezedek, 2019), as questões de saúde mais referidas pelas CASR foram “dores no corpo” (34,4%), “problemas dentários” (31,8%), “dependência química (álcool e outras drogas)” (25,3%), “fraturas (utiliza atadura, gesso, fixadores etc.)” (22,1%); “doenças de pele” (19,5%) e “doenças respiratórias” (17,5%). No estudo multicêntrico (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020) observou-se que 75% (grupo rua) e 71% (grupo acolhimento institucional) afirmaram não ter problemas de saúde. No primeiro grupo, 58% afirmaram que procura “mãe e/ou pai” em caso de problemas de saúde, sendo que para o segundo grupo, a própria instituição e seus profissionais são os mais procurados em casos de existir alguma demanda de saúde (59%).

Cabe destacar a questão dos laços com a família nuclear/de origem das crianças e adolescentes do grupo rua, como já mencionado, que são mantidos e continuam como referência para momentos de necessidade como é o caso de adoecimentos. Sobre a questão do acesso a serviços de saúde, OPN/CIESPI/PUC-Rio (2020) chamam a atenção para o fato de não existir qualquer normativa legal que impeça uma criança ou adolescente de receber atendimento em saúde por estar desacompanhada ou sem documentos.

Isso é um dado fundamental quanto a garantia do direito a saúde desses segmentos geracionais, uma vez que pode orientar a tomada de decisão de profissionais que atuam nas diferentes estratégias de cuidado à saúde no geral, sobretudo, nos serviços voltados especificamente para a PSR. Trata-se assim de um posicionamento ético-político frente a atitudes que reiteram preconceitos e violam direitos através de procedimentos burocráticos que dificultam e/ou impedem/negam o acesso ao direito à saúde e que não tem base legal. Dito de outro modo, englobam procedimentos e condutas que submetem e/ou mantêm crianças e adolescentes em situação de rua que demandam cuidados em uma situação de risco efetivo de saúde, a exemplo de infecções, acesso a vacinas, curativos, agravamento de doenças, dentre outros.

g) saúde sexual e reprodutiva

No estudo multicêntrico (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020) apenas o grupo de adolescentes a partir de 12 anos responderam questões relacionadas a vida sexual e reprodutiva. Em relação às práticas sexuais, no grupo rua (N=164), 70% afirmaram manter relações heterossexuais e 3% relações homo ou bissexuais. Já no grupo acolhimento institucional (N=219), os que mantêm relações sexuais heterossexuais somam 54% e os que mantêm relações homo ou bissexuais perfazem 10% da amostra. Nos dois grupos, mais da metade confirmaram o uso de métodos contraceptivos, respectivamente, 63% e 55%. Sobre o uso da camisinha, 90% no grupo rua e 89% no grupo acolhimento institucional assinalaram essa opção. O estudo chama atenção para esse dado, uma vez que, possivelmente, foi influenciado pelo fato da maioria dos participantes serem do sexo masculino.

O mesmo ocorre para a referência à realização de aborto, sendo que 9% disseram já ter sofrido algum. Em relação as meninas do grupo rua, 17% informaram ter sofrido um aborto, sendo esse número 22% no grupo acolhimento institucional. Na cidade de Salvador 52% das crianças e adolescentes em situação de rua afirmaram ter tido relações sexuais nos últimos seis meses no momento da coleta. Foi possível verificar que 23% dos participantes afirmaram

não ter usado camisinha na última vez que transaram. Ressaltamos que essa dimensão não aparece nos dados do Distrito Federal (Distrito Federal, 2022).

h) uso de substâncias psicoativas (SPAs)

Esta é uma dimensão frequentemente pesquisada (Bah, 2018; Embleton et al., 2013; Noto et al., 1994; 1998; Noto et al., 2004) que implica questões relacionadas a saúde das crianças e adolescentes em situação de rua, mas também aquelas atinentes a aspectos relacionais e sociais, conforme discussão feita por Santana et al. (2021), que propõem a distinção conceitual e operacional entre substâncias psicoativas (SPAs) e Drogas, sendo que

o conceito de SPAs abarca as substâncias e seus efeitos, assim como os padrões de consumo, sendo abordado prioritariamente na área da saúde. Já a discussão sobre as drogas engloba a esfera social e dos direitos, aqui compreendidas como as questões sociais que influenciam o uso: a atuação da rede do tráfico, suas repercussões na vida social e comunitária e a legislação que abarca o uso, a comercialização e a intervenção. (Santana et al., 2021, pp.1-2)

Com isso em vista, tem-se que em Salvador (Santana & Vezedek, 2019), as duas SPAs mais usadas pelo público pesquisado eram lícitas, o álcool (67,5% consumiram na vida, 53,2% no último ano e 41,6% no último mês) e o tabaco (41,6% na vida, 33,1% no ano e 26,6% no mês). A maconha foi a SPA ilícita mais utilizada e a terceira da lista geral (39,6% na vida; 33,1% no ano; 30,5% no mês), seguida pela cocaína (24% na vida, 18,1% no ano e 14,3% no mês) e pelo solvente⁸ (22,1% na vida; 17,5% no ano; 13,0% no último mês). Destaca-se que 9,1% das crianças e adolescentes disseram ter ido para rua por conta de problemas com uso de drogas, sendo que 6,5% indicaram os conflitos com a rede do tráfico de drogas como motivo.

Em relação ao estudo multicêntrico (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020), identificou-se que 53% das crianças e adolescentes em situação de rua participantes já tinham feito uso de álcool, cigarro e/ou outras drogas no grupo rua, sendo que essa porcentagem chega a 74% no grupo acolhimento institucional. No primeiro grupo, 36% disseram que ainda fazem uso de SPAs, e no segundo 42%. Os tipos de substâncias mais citadas foram maconha, cigarro e álcool, tanto nas ruas quanto em situação de acolhimento institucional. O estudo não

⁸ De acordo com o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID, 2003), os solventes ou inalantes englobam substâncias capazes de dissolver coisas e podem ser inseridas no organismo através da aspiração pelo nariz e boca, respectivamente. A maioria dessas substâncias são inflamáveis, a exemplo de esmaltes, acetona, colas, tintas, thinners, propelentes, gasolina, removedores, vernizes, dentre outros. Incluem-se nessa lista as SPAs chamadas popularmente de “loló” e “lança perfume”, além da cola de sapateiro, historicamente utilizada por crianças, adolescentes e jovens em situação de rua (Medeiros, 1999).

menciona as porcentagens de uso nem se a ordem apresentada na redação indica frequência decrescente de uso. Os dados sobre uso de SPAs no Distrito Federal (Distrito Federal, 2022) não foram especificados.

Sobre a questão do uso de SPAs por CASR é fundamental dialogar com a discussão do primeiro item dessa lista que trata dos marcadores sociais, especialmente, raça/etnia/cor. Uma vez que as crianças e adolescentes em situação de rua são de maioria negra, o uso de SPAs acaba se configurando como um fator de risco a mais, além das consequências para a saúde. Isso tem a ver com as ações sistemáticas de “combate/guerra às drogas” que ocorre no Brasil, de forte viés proibicionista, que transforma o uso numa questão de justiça e combate ao crime (Pimentel & Silva, 2020), ao invés de compreendê-lo como uma questão social e de saúde.

Especificamente no que se refere as CASR, a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2000) alerta sobre as possíveis consequências de ordem física, psicológica e social quanto ao uso de SPAs. Conforme menciona OPN/CIESPI/PUC-Rio (2020), a situação de CASR que fazem uso abusivo de SPAs é ainda mais crítica se consideramos as barreiras de acesso dessa população aos serviços e às políticas de cuidado como a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), através dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Infantojuvenis (CAPSi) e Álcool e outras drogas (CAPS-ad).

Por outro lado, o uso de SPAs ilícitas expõe as crianças e adolescentes em situação de rua à dinâmica do comércio varejista de drogas, seja no acesso através da compra, seja na atuação na rede do tráfico (Silva, 2006; Pessoa & Coimbra, 2020). Nesse sentido, Santana et al. (2021) argumentam sobre a questão da atuação na rede do tráfico como uma das formas de estar na rua, incluindo situações em que as crianças, adolescentes e jovens são expulsos(as) da sua comunidade de origem por conta de ameaças de morte associadas a essa condição. Por fim, outro agravante se relaciona a própria violência urbana e institucional, intimamente relacionada aos elevados números de encarceramento e extermínio da adolescência e juventude pobre, em sua maioria negra (IPEA, 2019; 2020; 2021; Waiselfisz, 2015), sendo um cenário também alusivo aos mecanismos da necropolítica (Mbembe, 2020).

i) acesso a instituições e ao sistema de garantia de direitos (SGD)

A pesquisa multicêntrica (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020) investigou o acesso a uma lista de instituições que incluía “abrigo ou instituições de acolhimento”, “estabelecimento para tratamento de dependência química”, “hospital psiquiátrico e instituições para o cumprimento de medida socioeducativas”. No grupo rua, mais da metade (59%) das crianças e adolescentes indicou nunca ter passado por nenhuma dessas instituições, sendo que entre os

que afirmaram ter passado por alguma, 79% indicaram a opção “abrigo ou instituição de acolhimento”. No grupo acolhimento institucional 67% disseram que nunca tinha passado por outra instituição, quanto que 70% dos que afirmaram ter passado por outra referiu a opção “instituição para cumprimento de medida socioeducativa”.

Sobre esses dados, OPN/CIESPI/PUC-Rio (2020) menciona que parte das CASR pode estar em cumprimento de medida socioeducativa ou ocupando as ruas ou ainda ocupando as ruas de comunidades mais periféricas, de origem ou arredores. Sobre isso, Santos (2013) ressalta o quanto os chamados centros urbanos têm sido reconfigurados, sendo Salvador, por exemplo, uma cidade considerada multicêntrica, isso faz com que cada vez mais a população em situação de rua como um todo se espraie pela cidade.

O estudo apontou ainda que do grupo rua, 26% disseram já terem passado por unidades de acolhimento institucional, sendo que 40% não acessaram nenhum dos serviços da lista que incluía “Centro de Convivência”, “Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)”, “Consultório na Rua” e “Outras instituições/serviços (organizações da sociedade civil (OSC), igrejas, pastorais etc.)”. Essa última opção foi a mais mencionada por 27% dos 60% que disseram ter acessado ao menos um desses serviços. O grupo acolhimento institucional, ao responder essa questão, teve 36% de crianças e adolescentes que disseram nunca ter recorrido a esses serviços. Entre os que disseram ter acessado a opção mais mencionada foi “outras instituições/serviços” (37%), seguido de 20% que mencionaram o CREAS.

No que se refere aos dados de Salvador sobre o acesso a instituições e serviços que compõem o SGD das crianças e adolescentes em situação de rua, destaca-se que 13,6% afirmaram nunca ter acessado. Dentre os que acessaram pelo menos um dos serviços, 64,3% indicaram o acesso a serviços abertos (Corra Pro Abraço e Consultório na Rua) e projetos sociais/OSCs. O restaurante popular foi o segundo mais acessado (60,4%), seguido do Conselho Tutelar (42,9%), Ministério Público (22,7%), Defensoria Pública (16,2%), Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (16,2%), Unidade de Acolhimento Institucional – UAI (14,3%), dentre outros. O estudo na capital baiana também investigou a negação/impedimento de acesso a instituições/serviços do SGD, sendo que 26,6% das CASR afirmaram ter passado por essa experiência. Dentre as negativas a mais mencionada foi a “Unidade de Saúde (hospitais, postos de saúde, CAPS, etc.)” (13,6%), “Escola” (8,4%), “Unidade de Acolhimento Institucional” (3,9%), dentre outras.

Observa-se que nos dois estudos, os serviços/instituições do SGD públicos não são procurados como primeira opção. Isso demarca a forte presença de instituições do terceiro

setor, projetos sociais e serviços abertos, que são executados em parceria com OSCs ou instituições privadas. Além disso, a negativa ou impedimento de acesso a instituições e serviços do SGD confirma o que foi mencionado no item sobre uso de SPAs, em relação as barreiras de acesso a serviços de saúde. Ressaltamos que esses dados não foram especificados no Distrito Federal (Distrito Federal, 2022).

j) violências sofridas e principais agentes violadores de direitos

Esta dimensão também não aparece nos resultados da pesquisa realizada no Distrito Federal (Distrito Federal, 2022), apenas nos outros dois estudos analisados. Dessa forma, em Salvador (Santana & Vezedek, 2019), as violências foram investigadas no contexto institucional e no contexto da rua. Dos 86,4% de crianças e adolescentes participantes da pesquisa que frequentaram instituições/serviços, 26,6% (N=41) afirmaram ter sofrido pelo menos uma das violências pesquisadas, sendo as cinco mais frequentes: “ser barrado(a) por estar descalço e/ou usando roupas rasgadas e/ou sujas” (9,7%), “agressão verbal” (9,1%), “ser barrado(a) por falta de documento” (8,4%), “receber alimentação de má qualidade e ser agredido(a) fisicamente (7,8%)” e “ameaça de morte (5,8%)”.

Já no tocante a violências sofridas no contexto da rua em Salvador (Santana & Vezedek, 2019), 78,6% das crianças e adolescentes pesquisadas (N=121) afirmaram ter sofrido pelo menos uma das dez formas de violência listadas, sendo estas: “agressão verbal” (58,4%), “agressão física” (40,9%), “ameaça de morte” (28,6%), “sofrer algum tipo de preconceito por estar sujo, trajando roupas rasgadas e/ou sujas” (24,7%), “sofrer racismo” (23,4%), “ser agredido por pessoas que passavam na rua enquanto dormia/trabalhava” (11,7%), “sofrer algum tipo de preconceito por ser gay, lésbica, travesti, transexual, etc.” (5,2%), “violência sexual” (3,2%), e, “sofrer algum tipo de preconceito por ter alguma deficiência” (2,6%). Cabe destacar que 29,2% das CASR disseram já ter passado fome na rua. As crianças e adolescentes indicaram que os principais agentes violadores de direitos/autores das violências sofridas nas ruas foram “policiais militares” (36,2%), “transeuntes” (34,9%), “pessoas em situação de rua” (32,9%), “policiais civis” (19,1%), “guarda municipal” (16,4%), e, outros agentes públicos e clientes (3,9%).

No estudo multicêntrico (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020), 42% do grupo rua marcaram a opção “te machucaram fisicamente” e 41% assinalaram “gritaram com você”. Desse grupo somente 12% disse nunca ter sofrido nenhuma violência e 25% afirmou ter sofrido algum preconceito, podendo incluir aqueles motivados por discriminação contra diversidades sexuais e de gênero, de acordo com o relatório. Já no grupo acolhimento institucional, as opções mais

frequentes foram as mesmas do grupo rua, 67% e 36%, respectivamente. Desse grupo somente 3% alegou nunca ter sofrido nenhuma violência e 32,2% afirmou ter sofrido algum tipo preconceito, podendo incluir aqueles motivados por discriminação contra diversidades sexuais e de gênero, segundo o relatório. Em relação aos principais agentes violadores de direitos, 50% das crianças e adolescentes do grupo rua indicaram “agentes de segurança pública”, enquanto no grupo acolhimento institucional, 61% indicaram “família ou responsáveis”.

Chama atenção que os principais agentes violadores de direitos, isto é, autores de violência contra as crianças e adolescentes no âmbito das ruas são os agentes da segurança pública, algo que podemos relacionar aos debates anteriores sobre o racismo e suas reverberações diversas. Nos dois estudos são mencionadas violências contra minorias sexuais e de gênero, no primeiro mais explicitamente, pois incluiu essa dimensão como uma variável. No segundo, são indicadas violências dessa natureza dentro do item “preconceito” que também pode incluir violências do tipo racial e relacionada a condição precária da situação de rua (vestimentas, higiene pessoal, dentre outros). As crianças e adolescentes em acolhimento institucional que tem trajetórias de rua, de acordo com Rizzini e Couto (2018), são mais frequentemente institucionalizados(as) por conta de conflitos e/ou negligência por parte da família, algo que dialoga com o fato da família ou responsáveis aparecerem como principais agentes violadores de direitos desse grupo.

k) aspirações e projetos de vida

No que se refere às aspirações e projetos de vida, as crianças e adolescentes em situação de rua entrevistadas na cidade de Salvador (Santana & Vezedek, 2019), mencionaram questões diversas sobre trabalho, moradia, educação, relações familiares, dentre outros. Isso se relaciona, em certa medida, com diversos direitos básicos que são violados. As oito menções mais frequentes foram: “ter uma casa própria” (71,4%), “praticar esportes” (65,6%), “fazer um curso profissionalizante” (57,8%), “conseguir um emprego com carteira assinada” (56,5%), “melhorar a relação com a família” (50,6%), “tirar a documentação” (49,4%), “ter alguma renda” (46,8%) e constituir uma família (43,5%). Já em relação às crianças e adolescentes com trajetórias de rua que participaram do estudo multicêntrico analisado aqui (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020), observou-se que aquelas integrantes do grupo rua indicaram como aspiração de melhorias significativas na vida “oportunidades de trabalho” (26,3%), “oportunidades de estudo” (21,4%) e “acesso à moradia” (17,4%). No grupo

acolhimento institucional aparecem as duas primeiras opções na mesma ordem de frequência, sendo 36,1% e 22,1%, respectivamente.

2.2 Adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua: enfoques e especificidades

No Brasil, um dos grandes obstáculos para compreender e intervir na realidade vivida por pessoas LGBT+ é a inexistência de dados oficiais. Num país com o maior número de registros de crimes letais contra esse público (Michels, 2019), a situação se agudiza quando se considera a realidade vivida por essas pessoas no contexto da rua. O cenário é ainda mais crítico, no caso de adolescentes e jovens que se identificam e/ou são identificados como minorias sexuais e de gênero, visto que a ida para rua pode estar relacionada a falta de acolhimento, ao desrespeito e às violências diversas decorrentes da LGBT+fobia (Brasil, 2016b).

Dito isto, é oportuno retomarmos aqui o fato de a PSR ser majoritariamente masculina, como já discutido nas seções anteriores, para refletir de que maneira isso pode influenciar e até mesmo tornar mais invisível as especificidades das minorias sexuais e de gênero no contexto da rua. A afirmação de que a rua seria um contexto de desenvolvimento tipicamente masculino pode ser verificada na literatura que aponta ser esse um espaço material e simbólico cujos riscos são elevados para o gênero feminino (Lucchini, 2003; Santana, 2007; 2011) e para o público LGBT+ (Edidin et al., 2012; Garcia, 2013; Garcia et al, 2010; Hein, 2011; Maccio & Ferguson, 2016; McCann & Brown, 2019; Tunåker, 2015).

Como vimos anteriormente, um adolescente ou jovem não precisa se identificar, necessariamente, com alguma identidade de gênero e/ou orientação sexual que esteja fora do padrão cisheteronormativo, basta que esta pessoa seja percebida e/ou tratada por pares e/ou pessoas adultas como uma minoria sexual e de gênero. Dessa forma, ter atribuído a si um *status* de minoria (Silva & Robinson, 2021) é o suficiente para expor esse grupo a maiores situações de vulnerabilidade e risco no contexto da rua, por exemplo.

Nesse sentido, um adolescente e/ou jovem em situação de rua do gênero masculino ao se identificar ou ser percebido como uma dissidência sexual e/ou de gênero estaria numa condição de maior risco de sofrerem uma expulsão violenta de casa e/ou violência na rua (Santana & Vezedek, 2015). Em contraponto, as adolescentes e/ou jovens do gênero feminino são mais facilmente mantidas em casa e abusadas física e/ou verbalmente (Hein, 2011; Soares, 2016). Essa diferença de tratamento relacionada ao gênero tem suas bases nos processos heteronormativos, como já discutimos, que constroem sujeitos masculinos

obrigatoriamente heterossexuais a partir da “rejeição da feminilidade e da homossexualidade por meio de atitudes, discursos e comportamentos” (Junqueira, 2010, p. 214) explicitamente preconceituosos ou não.

No âmbito dos estudos com adolescentes e jovens em situação de rua observamos que, em se tratando da temática da sexualidade, há uma ênfase na discussão sobre comportamentos sexuais de risco, idade de início da vida sexual, nas infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), gravidez, exploração e violência sexual (Luna et al., 2013; Caccamo et al., 2017, Neiva-Silva et al, 2018; Rizzini & Couto, 2018; Sicari & Zanella, 2018). Percebe-se assim, a ausência de um debate que englobe o desenvolvimento da sexualidade e não apenas as situações “problemas” de adolescentes e jovens que vivenciam gêneros e sexualidades dissidentes.

A maioria dos estudos citados investiga, exclusivamente, a variável sexo sem buscar compreender os aspectos envolvidos no desenvolvimento, na vivência e significação da sexualidade e do gênero *por e entre* estes adolescentes e jovens. Em contraponto, Cardoso et al. (2020) investigam essas dimensões, mas não incluem entre os participantes pessoas com menos de 18 anos. Destarte, o estudo conduzido por Medeiros et al. (2001) pode ser considerado uma exceção, uma vez que as autoras buscaram compreender o desenvolvimento da sexualidade na perspectiva de adolescentes em situação de rua. Outro estudo, também brasileiro, realizado por Nogueira & Bellini (2006), segue esse mesmo caminho.

Apesar da amostra reduzida, no caso do estudo de Medeiros et al. (2001) foi possível identificar que para os participantes a sexualidade é análoga ao ato sexual em si, estando o sexo ligado ao prazer, tendo espaços específicos destinados à sua prática, preferencialmente, locais reservados. Apesar das autoras não enfocarem questões referentes à orientação sexual e/ou identidade de gênero abordam as sexualidades dissidentes como práticas sexuais transgressoras, ressaltando as práticas sexuais homoeróticas, nas quais, para os meninos, “o papel passivo na relação é sinal de fraqueza e falta de masculinidade” (Medeiros et al., 2001, p. 40). Também são destacadas as trocas envolvendo “favores sexuais” [exploração sexual], tema presente na literatura, seja para conseguir dinheiro e/ou substâncias psicoativas (Carlson et al., 2006), seja por questões de segurança e autopreservação em caso de coerções e/ou ameaças e até mesmo situações de violência sexual por parte de pares e adultos, situação comumente vivenciada pelas meninas cisgênero e pessoas LGBTQ+ (Whitbeck et al., 2004; Coates & McKenzie-Mohr, 2010; Walls & Bell, 2011; Edidin et al., 2012, Duarte, 2020).

Garcia et al. (2010) apontam para a escassez de estudos no contexto brasileiro sobre a temática de adolescentes e jovens LGBTQ+ em situação de rua, com algumas exceções

(Ferreira, 2003; Garcia, 2007; 2013). No contexto internacional, especialmente nos Estados Unidos da América e Reino Unido, há um número expressivo de estudos que tratam sobre vulnerabilidades e experiências dos adolescentes e jovens LGBT+ no contexto da rua, com foco, sobretudo, em questões relacionadas à saúde física e mental (Garcia et al., 2010).

Em relação às produções estadunidenses, que abordam os riscos experienciados por jovens LGBT+ em situação de rua em comparação aos heterossexuais e cisgênero, verifica-se que os primeiros apresentam um maior número de fatores de risco, dentre eles:

- 1) *maior susceptibilidade a serem expulsos(as) ou fugirem de casa em uma idade precoce e em decorrência disso passar a viver nas ruas e/ou em abrigos, além de estarem mais suscetíveis a problemas psicológicos e a rejeição familiar* (Bidell, 2014; Durso & Gates, 2012; Hyde, 2005; Marshal et al., 2013; Newcomb et al., 2012; Ray, 2006; Rew et al., 2005; Snapp et al., 2015; Tunåker, 2015; Whitbeck et al., 2004). *Destaca-se aqui a discussão de Page (2017), que aponta uma maior suscetibilidade a situação de rua de jovens LGBT+ negros, dado que reforça a relevância de análises que considerem as interseccionalidades de raça/cor, gênero e sexualidade;*
- 2) *maior frequência de histórico de violência física e/ou sexual, seja na família de origem, seja nas ruas* (Coates & McKenzie-Mohr, 2010; Edidin et al., 2012; Marshal et al., 2013; Newcomb, et al., 2012; Snapp et al., 2015; Tunåker, 2015; Whitbeck et al., 2004);
- 3) *maior sujeição ao abuso de álcool e de substâncias psicoativas ilícitas, sendo que os jovens LGBT+ também usam mais tipos de drogas* (Caccamo et al., 2017; Cochran et al., 2002; Marshal et al., 2013; Newcomb et al., 2012);
- 4) *sofrem mais discriminação por parte dos pares e da polícia* (Milburn et al., 2006; Snapp et al., 2015; Tunåker, 2015);
- 5) *se relacionam com um número significativamente maior de parceiros sexuais* (Carlson et al., 2006; Cochran et al., 2002;); *são mais frequentemente associados à troca de atividade sexual por drogas, alimentos, abrigo e/ou dinheiro, prática conhecida como “survival sex”* (Carlson et al., 2006; McDonald, 2018; Whitbeck et al., 2004); *e tem maior sujeição ao mercado da prostituição/exploração sexual⁹* (Carlson et al., 2006);
- 6) *são mais vulneráveis à infecção pelo vírus do HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis* (Gangamma et al., 2008; Rice et al., 2013; Tucker et al., 2012; Tyler, 2013);

⁹ No caso de crianças e adolescentes (zero a 18 anos incompletos) o termo mais adequado a ser utilizado é “em situação de exploração sexual”.

- 7) *apresentam maior insegurança e incerteza quanto a perspectivas de futuro e crença de que o futuro tem estrutura e pode ser controlado* (Rew et al., 2005); e,
- 8) *sofrem com a escassez de políticas e serviços que considerem suas especificidades, sendo expostos a orientações diversas num viés heteronormativo, a exemplo de relacionamentos afetivos, relações entre pares, saúde sexual e reprodutiva, uso de espaços comuns, respeito a identidade de gênero etc., e mesmo barreiras de acesso aos serviços existentes* (Berger, 2005; Maccio & Ferguson, 2016; Shelton et al., 2018).

Na Inglaterra, Dunne et al. (2002), ao realizarem uma pesquisa com o público *homeless Youth* (jovens desabrigados, tradução nossa), observaram que estes possuíam maior histórico comum de violência na infância, abuso de substâncias psicoativas, envolvimento em atividades de prostituição/exploração sexual e interrupção da trajetória escolar relacionada, comumente, a situações de *bullying*. Mais de um terço dos participantes consideraram a questão da identidade sexual como o estopim da crise familiar e consequente saída de casa. Já em um estudo australiano realizado por Rosenthal et al. (2006), dois terços dos participantes LGBT+ indicaram os conflitos familiares como principal razão para a saída de casa.

Esses dados internacionais dialogam, em certa medida, com uma realidade pouco discutida no contexto brasileiro das pessoas LGBT+ em situação de rua, sejam jovens ou não, sobretudo as travestis e demais pessoas trans. Sobre o tema, Garcia (2007) e Ferreira (2003) em seus estudos sobre as trajetórias de vida de travestis tecem observações pertinentes sobre as intersecções entre raça, gênero, sexualidade, classe social e a ida para as ruas. Os autores observam ainda as reverberações da heteronormatividade que discrimina, violenta e expulsa meninos afeminados oriundos da classe trabalhadora do seio familiar e, conseqüentemente, da escola, do mercado de trabalho e demais espaços, reservando a essas pessoas o véu da invisibilidade social.

Os contextos institucionais nos quais adolescentes e jovens em situação de rua se inserem, muitas vezes, podem funcionar como uma extensão do caráter heteronormativo observado nas ruas, oferecendo riscos para os sujeitos que vivenciam gêneros e sexualidades dissidentes, tendo em vista atitudes e tratamentos preconceituosos, como relatado por Santana & Vezdek (2015). O livro “Una Vida ‘Normal’. Violencia Administrativa, Políticas Trans Críticas y los Límites del Derecho” (2015) do advogado, escritor, ativista trans e professor americano Dean Spade, ainda que enfoque as especificidades dos corpos trans, nos é útil num sentido mais amplo, para discutir sobre as violências implícitas nas próprias políticas de proteção no que se refere, justamente, às práticas burocráticas e administrativas nos contextos socioassistenciais.

Nessa direção, podemos pensar no quão estão mais expostas e vulneráveis as pessoas que não se enquadram nas expectativas sociais de gênero e sexualidade por serem mais expressivas, isto é, por se identificarem e/ou serem identificados como dissidentes, seja no contexto da rua, seja nos espaços institucionais (educacionais, socioassistenciais, de saúde, dentre outros). Isso porque a heteronormatividade e o heterossexismo atravessa as relações e afetam em vários níveis a vida das minorias sexuais e de gênero nesses ambientes, sobretudo em termos de mecanismos burocráticos (Raimondi et al., 2019).

As dissidências sexuais e de gênero podem ser tomadas como motivo de expulsão da família e/ou de restrição aos contextos institucionais de proteção, resultando na situação de rua de adolescentes e jovens. Além disso, como também já vimos, o contexto da rua, ainda que possa oferecer riscos, também pode se configurar como um fator de proteção, na medida em que possibilita a vivência da própria dissidência, seja ela de gênero e/ou sexualidade, e pode interromper situações de violências e violações de direitos vivenciadas no contexto familiar e/ou escolar, por exemplo. Dessa forma, de um lado, a rua pode ser permeada por potenciais fatores de risco. De outro, não deixa de ser atravessada por potenciais fatores de proteção que permitem o enfrentamento de adversidades como a discriminação e a violência.

O extenso cenário de fatores de risco associados à condição de adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua apresentado nessa seção está intimamente relacionado com a dificuldade expressa de estabelecimento e manutenção de suporte social, como vimos anteriormente, isto é, de redes de apoio familiar e comunitária (Hyde, 2005; Rew et al., 2005; Whitbeck et al., 2004), mas isso não significa que estratégias de enfrentamento não possam existir. Nesse sentido, a seguir aprofundaremos a discussão sobre os fatores de proteção que podem atuar no desenvolvimento de processos de resiliência, permitindo a amenização ou até mesmo a superação de fatores de risco.

2.3 Fatores de risco e proteção e processos de resiliência

Os fatores de risco e proteção para crianças, adolescentes e jovens em situação de rua tem sido foco recorrente de pesquisas no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento, sendo observado também um aumento do interesse pelo estudo dos processos de resiliência em populações em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social (Paludo & Koller, 2005). Contudo, a incorporação desse construto no campo das ciências psicológicas é um movimento relativamente recente, como apontam Pessoa e Koller (2020). Nesse sentido, torna-se oportuno verificarmos como esses conceitos são apresentados na literatura, além de percorrer

alguns dados de pesquisas com crianças, adolescentes e jovens em situação de rua que tratam do tema.

Os fatores de risco são descritos por Pessoa e Coimbra (2020) como variáveis de qualquer natureza, seja material ou subjetiva que, uma vez presente na trajetória de vida de um determinado sujeito, pode incorrer em interferências negativas em uma ou mais dimensões da vida. Nesse sentido, as variáveis de risco ao se manifestarem na vida de uma pessoa, de sua família e/ou comunidade podem gerar repercussões desfavoráveis aos processos desenvolvimentais, dificultando ou mesmo impedindo o desenvolvimento em termos psicológicos e sociais, expondo assim as pessoas envolvidas a condições de vulnerabilidade, risco e subalternidade (Zappe & Dell'Aglio, 2016; Morais, Raffaelli, & Koller, 2012).

Souza, Sena e Pessoa (2023) enfatizam que os fatores de risco são variáveis individuais, mas também contextuais que “têm o potencial de causar danos psicológicos, relacionais e materiais à vida das pessoas que atingem” (p. 2). Nessa direção, ainda que possam se fazer presentes em micro contextos dos sujeitos, também podem ser considerados como expressões das desigualdades sociais decorrentes do sistema capitalista (Pessoa & Coimbra, 2020).

Assim, é fundamental tomar os fatores de risco a partir de uma visão mais alargada que considere aspectos individuais, sociais e culturais, uma vez que essas variáveis “manifestam-se nas relações proximais e cotidianas, mas também nas estruturas sociais mais amplas” (Souza, Sena & Pessoa, 2023, p.2). Dessa forma, tendo em vista que a dinamicidade e variabilidade são características dos fatores de risco, devemos observar que um dado fator pode ter como consequência diferentes desdobramentos na vida das pessoas a depender de elementos como sua intensidade, duração e frequência de exposição (Poletto & Koller, 2008).

Dito isto, podemos considerar a situação de rua como um fator de risco tendo em vista as consequências negativas para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes (Paludo & Koller, 2005) e certamente podemos estender aos jovens em situação de rua, sobretudo aos que se constituem como minorias sexuais e de gênero como já discutido. Por outro lado, é preciso pontuar que a rua, pela própria dinamicidade e variância dos fatores de risco, pode também mobilizar fatores de proteção, incorrendo em diferentes desfechos desenvolvimentais “para uma mesma pessoa em momentos diferentes do seu desenvolvimento ou, ainda, pode causar determinados resultados a uma pessoa e a outra não” (Paludo & Koller, 2005, p. 188).

Os fatores de proteção são compreendidos como conceitualmente opostos aos fatores de risco, conforme sublinham Pessoa e Koller (2020), sendo assim, também envolvem

variáveis individuais e contextuais. Para os autores os fatores protetivos se constituem como “variáveis (evidentemente materiais ou subjetivas) que promovem o desenvolvimento saudável nos indivíduos” (p.19). Nesse caminho, podem atuar para atenuar ou mesmo barrar os efeitos adversos que decorrem da exposição a fatores de risco (Paludo & Koller, 2005; Sapienza & Pedromônico, 2005; Yunes, 2006), promovendo saúde mental e bem-estar (Zappe & Dell'Aglio, 2016).

É preciso atenção quanto a concepções estáticas e engessadas dos fatores de proteção, já que estes “não são universais, o que significa que algo que é considerado protetivo em uma cultura ou comunidade, pode ser compreendido como prejudicial por outros grupos” (Souza, Sena & Pessoa, 2023, p.3), sendo essa uma premissa que deve ser igualmente aplicada aos fatores de risco. Considerando isto, é interessante observar em alguns estudos sobre o tema a indicação de elementos que podem ter efeitos protetivos como o estabelecimento de relações interpessoais saudáveis no contexto da família e comunidade, participação em projetos sociais, a garantia de acesso a políticas públicas diversas, assim como expectativas e aspirações positivas sobre o futuro (Ferro, 2014; Habigzang, et al., 2006; Poletto & Koller, 2008).

Desse modo, partimos do entendimento de que a presença de variáveis protetivas é o que possibilita o enfrentamento de fatores de risco e, assim, o desenvolvimento e promoção de processos de resiliência, construto psicológico definido “como a capacidade psíquica de superação das adversidades, levando em consideração as dimensões subjetivas das pessoas” (Pessoa & Koller, 2020, p.19). Vale pontuar a ressalva dos autores de que a avaliação dos fatores de risco, que eventualmente podem atravessar as trajetórias de desenvolvimento de pessoas, famílias e comunidades, é a base dos estudos da resiliência.

Wright e Masten (2015) reforçam o caráter interacional dos processos de resiliência entre os diferentes agentes envolvidos, contemplando dimensões relacionais e intrapsíquicas. Para as autoras, a resiliência implica justamente uma série de processos que possibilitam que pessoas, famílias e comunidades, ao se depararem com situações adversas significativas, que colocam em xeque os recursos pessoais e contextuais disponíveis, possam construir respostas de enfrentamento que as fortaleçam e viabilizam a superação dessas adversidades.

Nessa perspectiva, não é adequado tratar a resiliência como um atributo da pessoa, no sentido de adjetivá-la (chamar alguém de resiliente, por exemplo), uma vez que isso restringe os processos de resiliência a um traço intrínseco de indivíduos, a uma base biológica ou genética (Souza, Sena & Pessoa, 2023). Pelo contrário, a resiliência deve ser tratada como um

fenômeno psicológico dinâmico, relacional, que contempla vivências pessoais na interação em diferentes níveis contextuais (Santos, Pessoa, Gomes & Furukawa, 2021).

Assim, os processos de resiliência se concretizam na possibilidade de uma pessoa, de algum modo, mobilizar os recursos protetivos em seu contexto ao se deparar com adversidades significativas (Pessoa, Coimbra, Noltemeyer & Bottrell, 2017; Pessoa, Coimbra, Koller & Ungar, 2018). Isso se relaciona com o que Ungar (2008) denomina de *capacidade de navegar* e *de negociar*, sendo a primeira, relacionada ao movimento de ir em direção aos recursos diversos (físicos, psicológicos, sociais e culturais) que promovem bem-estar; e, a segunda, a capacidade de negociar, nos níveis pessoal e coletivo, no sentido de viabilizar a disponibilidade desses recursos de forma culturalmente significativa.

Souza, Sena e Pessoa (2023) destacam que essas definições contemplam modelos mais analíticos dentro do vasto campo de estudos sobre resiliência, superando compreensões rígidas, estáticas e fatalistas sobre o fenômeno. Dessa forma, em acordo com Pessoa, Coimbra, Murgio, Van Breda e Baker (2018), os estudos que contemplem a investigação de processos de resiliência precisam assumir a sua relação dialética e articulada com os fatores de risco (visto que a resiliência trata da capacidade de superar essas adversidades) e com os fatores de proteção (fundamental para a promoção de processos de resiliência).

As pesquisas com crianças, adolescentes e jovens com trajetórias de rua comumente descrevam e enfatizem vulnerabilidades, situações de risco e resultados desenvolvimentais considerados negativos (Morais, Raffaelli, & Koller, 2012). Contudo, a análise de indicadores positivos nesse público pode colaborar para a ampliação de narrativas, oferecendo subsídios fundamentais para a proposição de intervenções que busquem promover e fortalecer fatores de proteção. De um lado, podemos considerar os aspectos referentes a melhorias na qualidade de vida (Lima & Moraes, 2016) e, de outro, as reverberações da situação de rua, a partir de uma perspectiva crítica de análise das condições sociais de produção de vida em contextos vulneráveis e de risco.

Na literatura consultada sobre resiliência e bem-estar subjetivo, não encontramos estudos com adolescentes e jovens LGBTQ+ com trajetórias de rua. Contudo, as pesquisas sobre o tema, realizadas com crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, e em situação de rua, podem ser tomadas como referência e como um modo de manejar a lacuna de dados específicos. Esses estudos são fundamentais, na medida em que, como já afirmamos anteriormente, recusamos a ideia de que todas as crianças, adolescentes e jovens em situação de rua sejam heterossexuais e cisgêneros, sendo assim, consideramos a

existência de pessoas LGBTQ+ dentro desses grupos sociais, ainda que continuem invisibilizadas como grupo de análise nos estudos sobre o tema.

Algumas pesquisas realizadas com jovens em vulnerabilidade revelaram que a existência de relações afetivas significativas tem efeitos protetivos, resultando em melhorias dos níveis de ajustamento psicossocial, satisfação e bem-estar subjetivo (Siqueira & Dell’Aglia, 2010; Morais, Koller, & Raffaelli, 2012; Schütz et al., 2015). Em um estudo longitudinal com crianças e adolescentes em situação de rua, descrito por Lima & Morais (2016), foi observado que os participantes avaliaram de modo positivo a satisfação com a vida, sendo que o número de afetos positivos relatados foi superior aos negativos, mesmo considerando a vivência de eventos estressores. A investigação também verificou uma associação positiva entre afetos negativos e impacto dos eventos estressores vivenciados. Além disso, os afetos negativos foram associados negativamente ao fator de proximidade da rede de apoio. Dessa forma, Lima & Morais (2016) ressaltam que dimensões como a expressão de afetos positivos, satisfação com a vida e a importância da rede de apoio para promoção do bem-estar não foram afetadas, a despeito das adversidades.

Numa análise mais ampla, Lima e Morais (2019) descreveram diferentes perfis de bem-estar subjetivo de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, destacando que os altos níveis de bem-estar beneficiaram esses sujeitos produzindo adaptações positivas mesmo diante de condições de vida desafiadoras. Nessa direção, de acordo com as autoras, os laços familiares fortalecidos e boas relações institucionais estiveram associados com bem-estar positivo. Lima e Morais (2016) chamam atenção para fato de que “os jovens em situação de rua descrevem-se a si mesmos como contentes, espertos, fortes etc.” (p.30), algo que, para as autoras, difere das imagens preconceituosas e estereotipadas que integram o imaginário social desse público.

Apesar de não tratar da situação de rua de adolescentes e jovens LGBTQ+, nem de pessoas trans, o estudo de Lira & Morais (2018) possibilita uma reflexão crítica sobre a investigação de processos de resiliência com o grupo de lésbicas, gays e bissexuais. As autoras, a partir de uma revisão integrativa da literatura, verificaram que a medição e/ou compreensão da resiliência no grupo estudado não é uma tarefa simples, devendo-se observar e relacionar fatores de risco, de proteção e a adaptação positiva. Além disso, analisar dialeticamente os diferentes níveis e contextos do público pesquisado, seja individual e familiar, seja comunitário e cultural.

Outro aspecto a ser considerado nas pesquisas sobre adolescentes e jovens, sobretudo aqueles(as) que experienciam vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, tem a ver com as

expectativas de futuro e a construção de projetos de vida. Neiva-Silva (2003) destaca que crianças e adolescentes em situação de rua não encontram facilmente no cotidiano oportunidades para a estruturação de projetos de vida, contudo, isso não implica, necessariamente, que esse público não se interesse, pense ou os tenha. O autor ressalta que os projetos de futuro não devem se restringir a área profissional/educacional, mas também abranger outras áreas da vida como família, moradia, dentre outros, sendo necessário, assim, estudos mais aprofundados que analisem a temática (Neiva-Silva, 2003).

De acordo com Coscioni (2017), os projetos de vida devem ser compreendidos através de uma perspectiva contextual e sistêmica, tendo em vista mecanismos históricos. Nesse sentido, Marcelino et al. (2009) definem os projetos de vida como uma intenção de transformação da realidade orientada por uma representação que se ancora em condições reais, de modo que o passado e o presente na perspectiva de um futuro estejam embricadas numa dimensão relacional. Os autores destacam ainda a importância de haver uma reflexão crítica em torno das experiências individuais, permitindo que ocorra um processo de conscientização sobre a realidade atual, no sentido de compreender o que é ou não passível de superação visando o alcance das aspirações e projeções futuras.

Dessa forma, para Coscioni (2017), os projetos de vida são constituídos de maneira multidimensional, contemplando e articulando diferentes aspectos, que englobam tanto dimensões socioafetivas e sociocognitivas – considerando uma dialética entre a subjetividade da pessoa e o mundo externo – quanto a dimensão espaço-temporal, que limita os contornos do tempo presente, do que é vivido como o agora. Importa destacar ainda que os projetos de vida podem se associar aos contextos e aos processos nos quais a pessoa está inserida, algo salutar para esta pesquisa, que se propõe analisar os diferentes contextos nos quais adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua se inserem no cotidiano de suas vidas.

Isto posto, para encerrar esta seção, é fundamental reforçarmos duas questões. A primeira tem a ver com a ideia basilar de que a resiliência precisa ser entendida de modo contextualizado, que contemple não apenas aspectos individuais, mas também os demais contextos políticos, históricos e socioeconômicos, sendo isso fundamental para a superação de tendências etnocêntricas e neoliberais, como bem argumentado por Schwarz (2018). A segunda questão trata da premissa de que os processos de resiliência devem ser entendidos como o resultado da combinação de estratégias interligadas de fatores de proteção, recursos disponíveis e apoios individuais, sociais, ecológicos/ambientais e comunitários. Assim, não se configuram jamais como um fenômeno isolado (Cénat, Derivois & Merisier, 2013; Cénat, Derivois, Hébert et al., 2018; Ungar, 2004; Ungar et al., 2013).

Capítulo 3. Caminhos e encruzilhadas metodológicas

3.1 Objetivos e delineamento da pesquisa

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar as experiências vividas por adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua, considerando os fatores de risco e proteção para o desenvolvimento. Nesse sentido, buscamos verificar as reverberações dessas experiências em suas trajetórias de vida e na própria relação estabelecida nos diferentes contextos de desenvolvimento em que se encontram, como a rua, a família e as instituições/organizações.

O processo investigativo teve ainda como objetivos específicos: 1) identificar os motivos de ida para a rua de adolescentes e jovens LGBT+, verificando as possíveis relações com os campos da sexualidade e do gênero; 2) verificar, avaliar e analisar os fatores de risco e proteção para o desenvolvimento de adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua; 3) identificar as redes de apoio social e afetivo de adolescentes e jovens LGBT+ com trajetórias de rua; e, 4) descrever as expectativas em relação ao futuro e os projetos de vida de adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua.

Trata-se de um estudo empírico com delineamento descritivo e natureza qualitativa, uma vez que possibilita a construção de um retrato contextual da realidade a partir da visão dos participantes (Godoy, 1995). Nessa direção, a construção dos dados a partir da realização de entrevistas reflexivas (Pessoa, Medeiros, Fonseca & Lienbeberg, 2017; Pessoa, Harper, Santos, & Gracino, 2019) e a aplicação da técnica de análise temática (Braun & Clarke, 2006; 2013) possibilitaram o alcance dos objetivos deste estudo.

3.2 Participantes

Participaram do estudo dois adolescentes e oito jovens LGBT+ em situação de rua, negros(as) e com idades entre 16 e 22 anos. Em relação a identidade de gênero, quatro se identificaram como mulher cis, uma como mulher trans, três como homem cis e duas como pessoas não-binárias (gênero livre). No tocante à orientação sexual três se afirmaram lésbicas, um como gay (“bicha”; “viado”), duas como pessoas não binárias que se relacionam com homens cis (“gay”), três como bissexuais e uma como heterossexual (“mulher trans hetero”). Uma participante informou ser candomblecista (religião de matriz afro-brasileira), duas se afirmaram evangélicas e os(as) demais disseram não ter religião definida (quatro desse grupo

afirmaram ter proximidade com o candomblé, sendo que um desses também disse ter proximidade com a fé evangélica).

Ressaltamos que todos(as) os(as) participantes tem trajetórias de rua marcadas por experiências anteriores e/ou atuais nesse contexto. Além disso, frequentam um projeto social que atende crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social e situação de rua na cidade de Salvador/Ba, com uma média aproximada de sete anos de inserção nesse contexto, participando de atividades arteducativas relacionadas, principalmente, à dança, capoeira e percussão para a dança.

O projeto social em questão, onde foi realizado o estudo, é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), o Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente, que atua na capital baiana desde 1990, através de estratégias inovadoras como a Educação de Rua e a Arteducação. No Projeto Axé, há o entendimento de que a “Arte é Educação”, o que justifica a decisão política e metodológica do termo Arteducação (e a variação ‘arteducadores(as)’), que se ampara conceitualmente nos princípios da Pedagogia do Desejo (Carvalho, 2000). Trata-se de um método de trabalho original desenvolvido pela OSC que entende a escuta das demandas dos sujeitos atendidos como uma premissa, propondo, assim, ações concretas de acolhimento, cuidado e educação para a construção da cidadania e defesa dos direitos humanos.

Dito isto, apresentamos na Tabela 1 as características dos(as) adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua que participaram desta pesquisa. Para a escolha dos nomes fictícios nos inspiramos em cores, pois acreditamos que dialogam com o modo como os(as) participantes se expressam nos relatos sobre suas experiências e trajetórias de vida.

Tabela 1

Características dos(as) participantes do estudo

Nº	Participantes	Idade (anos)	Cor/Raça /Etnia	Identidade de gênero	Orientação sexual	Escolaridade	TPS (anos)
1	Kobicha	21	Preta	Mulher Cis	Lésbica	MI	7
2	Iris	19	Preta	Mulher Cis	Lésbica	MI	11
3	Turquesa	20	Preta	Mulher Cis	Lésbica	FI	10
4	Rosa Choque	22	Parda	Pessoa Não-Binária	“Gay”	FI	10
5	Dourado	20	Preta	Homem Cis	Gay	FI	6
6	Urucum	19	Preta	Pessoa Não-Binária	“Gay”	MI	5
7	Ébano	21	Preta	Homem Cis	Bissexual	MI	12
8	Oliva	17	Preta	Mulher Cis	Bissexual	MI	4
9	Terracota	16	Preta	Homem Cis	Bissexual	FI	6
10	Esmeralda	21	Preta	Mulher Trans	Heterossexual	MC	3

Nota. Abreviações utilizadas: FI = fundamental incompleto; MI = médio incompleto; MC = médio completo; e, TPS (anos) = tempo de projeto social.

Já na Tabela 2 registramos uma apresentação pessoal de cada participante. Essa informação era solicitada no início de cada entrevista a partir dos enunciados “Quem é você?” e “O que é importante saber sobre você?”. Essa iniciativa foi uma maneira que encontramos de fortalecer ainda mais a participação dos(as) adolescentes e jovens, viabilizando a possibilidade de uma auto apresentação livre neste trabalho com palavras e referências próprias. Cabe destacar que, quando necessário, fizemos pequenas adaptações nos textos para preservar o anonimato dos(as) participantes, a exemplo de nomes, lugares etc.

Tabela 2

Apresentação pessoal dos(as) participantes do estudo

Participantes	“Quem é você? O que é importante saber sobre você?”
Kobicha (21, m. cis, lésbica)	Uma jovem menina mulher, lésbica, negra, de religião de matriz africana e que teve que encarar a responsabilidade da vida muito cedo. Tem um irmão de dez anos que cria como filho. Criada pela avó materna e pelo pai. Uma pessoa observadora, sensível, carinhosa e mãe, daquela de conselho, bronca e direção aos filhos de axé, irmãos e amigos. Muito aberta ao aprendizado, troca de conhecimentos, que gosta de sorrisos e abraços, de sinceridade, transparência. Respeito e caráter é o mais importante.
Iris (19, m. cis, lésbica)	Eu amo tocar. Eu amo percussão. E é só isso aí mesmo. Amizades, eu gosto de fazer amizades mais ou menos. Eu sou de poucos amigos. Ah, eu gosto de me divertir, de sair. Gosto de namorar.
Turquesa (20, m. cis, lésbica)	Eu sou de Salvador. Eu danço. Jogo capoeira. Gosto de dormir. É isso. Penso demais. Tenho muitos pensamentos e, às vezes isso, isso tira o sono, aí eu deito e não consigo dormir, e às vezes eu consigo.
Rosa Choque (22, p. não-binária, “gay”)	Eu sou livre. Eu amo dançar, quando eu danço é como se eu tivesse na barriga da minha mãe, me sinto orbitando. Dançar é como voltar para barriga da minha mãe.
Dourado (20, h. cis, gay)	Sou muito sentimental, muitas coisas me magoam, palavras. Sou amigo, gosto de dar conselhos. Uma pessoa alegre e extrovertida que tá vivendo a vida. Gosto de dançar, de conversar, de chorar também. Quando não tô no melhor dos dias eu choro, e isso me alivia.
Urucum (19, p. não-binária, “gay”)	Um homem gay negro, que é o mais importante, saber das nossas raízes. Eu sou pessoa! Gosto de tudo de mim, eu mudo muito rápido, tipo comportamento, físico, o jeito. Gosto de dançar, quando danço eu me expresso muito. Eu gosto de sair pra beber, de tá com pessoas que eu me sinto bem.
Ébano (21, h. cis, bissexual)	Um menino extrovertido que gosta de brincar. Às vezes, com um humor ácido. Aonde eu chego, se eu ficar quieto todo mundo sabe que tá acontecendo alguma coisa comigo, porque sempre a minha energia é boa, de alegria. Então me identifico como extrovertido, aonde eu chego eu contagio. Eu amo dançar.
Oliva (17, m. cis, bissexual)	Faço dança, faço capoeira, jogo bola na Escolinha do V. Gosto de jogar bola na rua, por aí, aqui na quadra também com os meninos. De tocar percussão!
Terracota (16, h. cis, bissexual)	Sou um menino alegre, sorridente, de bem com a vida. Eu gosto de viver. Sou bi. Bicha também, um menino feminino. Gosto de dança, de capoeira, de desenhar também. Acho que tenho uma vida grande pela frente. Eu sou debochado, às vezes, gosto de fazer amigos, de me divertir. Eu sou fecheção!
Esmeralda (21, m. trans, heterossexual)	Sou mulher trans, sempre destacando isso. É um orgulho pra mim! Sou mulher preta, gosto de sair, curto cinema. Acho interessante lugares de debates que fala sobre militância, sobre preconceito.

Salientamos ainda que para participar do estudo era necessário atender aos seguintes critérios: identificar-se como LGBT+; ter idade entre 14 e 24 anos; ter experiência de situação de rua, seja anterior e/ou atual; e, ser identificado(a) em contextos como a rua, instituições e/ou projetos que atendem a população em situação de rua. Já os critérios que impediam a participação no estudo foram: estar sob efeito de substâncias psicoativas (SPAs) no momento da entrevista; e, apresentar comprometimentos cognitivos que impedissem a compreensão do roteiro semiestruturado para as entrevistas.

A idade para participar da pesquisa foi definida com base no ECA (Brasil, 1990) que estabelece que a manutenção de relações sexuais com menores de 14 anos é considerada estupro de vulnerável, isso em relação a idade mínima. No que se refere a idade máxima, utilizamos como referência a definição de juventude da OIT (2022) que estabelece a idade de 24 anos como limite desse grupo geracional. Ainda que o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) amplie essa marca até os 29 anos, acreditamos que, em se tratando do fenômeno estudado, possivelmente, os sujeitos com 25 anos ou mais teriam experiências de vida muito distintas do grupo escolhido para fazer parte da pesquisa.

Sobre a identificação e recrutamento dos(as) participantes e as especificidades do trabalho de campo utilizamos a Inserção Ecológica (Koller et al., 2016). Trata-se de uma estratégia metodológica que se fundamenta na TBDH e prevê a entrada e permanência do(a) pesquisador(a) por um período nos contextos em que se encontram os participantes.

Neste caso é oportuno mencionar que o autor desse trabalho atua como técnico em atividades educacionais na organização da sociedade civil (OSC) na qual realizamos a inserção no campo e recrutamento dos(as) participantes. Dentre as atividades desenvolvidas podemos citar o acompanhamento técnico da equipe de arteducadores(as), através de supervisões e encontros de análise da prática, que incluem orientações, discussão e estudos de caso. Assim, visando ampliar a interação com os(as) adolescentes e jovens *in loco*, condição fundamental para o processo de inserção ecológica, intensificamos a ida ao campo para além dos momentos de acompanhamento da equipe técnica, visto que o pesquisador é lotado em outra unidade onde se concentram as atividades administrativas da OSC.

A duplicidade de papéis do autor (pesquisador e trabalhador), condição denominada na literatura como “pesquisador nativo” (Cunha Filho, 2019), por um lado, implicou desafios específicos, sobretudo, relacionados a demandas próprias do cotidiano de trabalho. Por outro, facilitou a recepção da pesquisa por parte da própria OSC. Além disso, essa condição do pesquisador ampliou as possibilidades de acesso e manutenção de contato com os(as) participantes, fortalecendo os laços de confiança e abertura para a partilha de suas

experiências e trajetórias de vida. Tendo em vista os temas mobilizados nesta dissertação consideramos que esta condição peculiar do pesquisador contribuiu significativamente para a viabilidade das estratégias de recrutamento dos(as) participantes e concretização desse estudo.

3.3 Procedimentos de construção dos dados

3.3.1 Instrumentos e materiais

Neste trabalho utilizamos a técnica de entrevista reflexiva (Pessoa, Harper, Santos, & Gracino, 2019), que prevê algumas especificidades na condução de entrevistas em profundidade com populações vulneráveis, como a realização de mais de um encontro com o(a) participante visando o estabelecimento de laços de confiança e minimização de sentimentos de ansiedade e desconfiança de modo a possibilitar a coleta de dados substanciais. Nesse sentido, antes do momento da entrevista, foram realizados alguns encontros com os participantes visando o mapeamento do interesse sobre os temas mobilizados pelo estudo, informações sobre suas experiências nas ruas, as relações estabelecidas com a família e outros espaços nos quais estavam inseridos(as). Esses dados foram retomados no momento das entrevistas, possibilitando o aprofundamento de questões, experiências e percepções dos(as) participantes.

Assim, aplicamos um *Roteiro de Entrevista Reflexiva Semiestruturado* (Apêndice A), construído especificamente para esta pesquisa, visando o acesso a dados aprofundados sobre a história de vida dos participantes do estudo. O roteiro é organizado a partir de sete pontos que se inter cruzam de modo a investigar as possíveis relações entre as dimensões da sexualidade e gênero com a experiência de rua, sendo estes: 1) percepções sobre sexualidade e gênero; 2) relações familiares; 3) trajetória de rua; 4) relações com contextos institucionais (projetos sociais, unidades de acolhimento institucional e escola); 5) violações de direitos, violências percebidas e nomeadas nos contextos de vida e estratégias de enfrentamento e autocuidado; 6) rede de apoio social e afetivo; e, 7) expectativas de futuro e projetos de vida.

3.3.2 Orientações éticas e procedimentos para realização das entrevistas

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), observando as normativas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde, em suas resoluções 466/2012 (Brasil, 2012) e

510/2016 (Brasil, 2016a), tendo sido aprovado em 28/jun/2022 (CAAE: 56597322.0.0000.5686 | Número do Parecer: 5.494.754) (Apêndice D).

Concluída esta etapa fundamental, iniciamos o processo de apresentação formal da pesquisa para a OSC no qual as entrevistas seriam realizadas, o Projeto Axé. Com a anuência institucional do Coordenador de Arteducação, responsável pelas unidades arteduchativas do projeto, apresentamos a pesquisa para a equipe de arteducadores(as) (professores(as) de dança, capoeira e percussão para a dança, bem como a gerente e o supervisor) da Unidade de Arteducação Augusto Omolu de Dança e Capoeira (UAO), um dos locais onde o pesquisador atua como técnico de referência.

Feito isso, a partir da inserção ecológica (Koller et al., 2016) e do acompanhamento cotidiano realizado no contexto de pesquisa, identificamos possíveis participantes dentre os educandos(as) da unidade arteduchativa considerando os critérios de inclusão anteriormente mencionados. Finalizado esse levantamento, acionamos os(as) adolescentes e jovens LGBTQ+ com trajetórias de rua identificados(as) com o intuito de apresentar a proposta de pesquisa. Com a sinalização positiva dos(as) adolescentes e jovens quanto à participação, as entrevistas foram gradualmente realizadas, considerando sempre o desejo e disponibilidade dos(as) participantes, tendo em vista as oficinas arteduchativas que frequentam cotidianamente. Todas as entrevistas foram realizadas na UAO, com exceção de duas que ocorreram em outras unidades do projeto social, sendo a primeira, na Unidade Central (UC) e a segunda, na Unidade de Arteducação do Pelourinho (UAP), onde são oferecidas oficinas arteduchativas de música, artes visuais, moda e iniciação às artes.

Antes de detalhar o processo de realização das entrevistas é fundamental observar algumas questões sobre a utilização do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (Apêndice D) (para aqueles(as) com idades entre 14 e 17 anos) e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) na versão para participantes com idades entre 18 e 24 anos (Apêndice B) e versão para responsáveis por participantes menores de 18 anos (Apêndice C). Isso porque há especificidades quanto ao uso desses instrumentos com o público em situação de risco, vulnerabilidade, principalmente, em situação de rua.

Primeiramente a Resolução 510/2016 (Brasil, 2016a) prevê que para as pessoas que apresentam dificuldades de letramento em função da baixa escolaridade e receio de assinatura de documentos – característica identificada na população em situação de rua –, dentre outros, o assentimento e/ou consentimento podem ser obtidos verbalmente, sendo esse momento registrado através de gravação de áudio pelo(a) pesquisador(a). Outra especificidade de pesquisas com adolescentes em situação de risco é a necessidade de dispensa da assinatura do

termo de consentimento por pais e/ou responsáveis em determinadas pesquisas (Borges & Dell'Aglio, 2017), tanto pela dificuldade de acesso a estes, por conta da situação de rua dos participantes no caso desta pesquisa, quanto pelas especificidades do tema pesquisado, já que este pode criar constrangimentos e maiores riscos. Isso se aplica a esta pesquisa por ela mobilizar temas relacionados às minorias sexuais e de gênero, particularidade que pode não ter sido tratada abertamente pelo(a) participante com seus responsáveis ou ainda, pode ter sido justamente o motivo de afastamento e/ou rompimento dos laços familiares.

Nesse sentido, Jager et al. (2013) destacam que a exigência irrestrita da assinatura do TCLE por parte de um adulto responsável para permitir a participação de adolescentes em pesquisas pode dificultar a realização de determinados estudos ou ainda intimidar a participação dos(as) adolescentes. As autoras argumentam ainda que essa dificuldade pode se acentuar, sobretudo, no caso de pesquisas que abordam temas delicados da adolescência como uso de substâncias psicoativas, sexualidade, comportamentos sexuais de risco, identidade de gênero, dentre outros.

Assim, é preciso mencionar que, mesmo com todas essas justificativas apresentadas, o Comitê de Ética no qual o projeto foi submetido, não aprovou a dispensa do TCLE assinado por um responsável para os(as) participantes com idades entre 14 e 17 anos. Para atender as orientações do CEP inserimos tanto o TCLE quanto TALE como requisitos de participação na pesquisa, mas para contornar as dificuldades descritas aqui mobilizamos a equipe do projeto social responsável pelo acompanhamento às famílias para mediar o diálogo e permitir a participação dos(as) dois adolescentes com menos de 18 anos que compõem a amostra.

Dito isto, podemos retornar para o detalhamento do processo de realização das entrevistas desta dissertação, que ocorreram no ano de 2022, entre os meses de maio e dezembro. Em cada encontro com os(as) adolescentes e jovens era escolhido um local que oferecesse as condições mínimas de privacidade, geralmente uma sala de aula que não estava sendo utilizada. O pesquisador responsável, antes de iniciar a aplicação do instrumento, retomava a proposta e os objetivos da pesquisa, apresentando (em alguns casos lendo junto em voz alta) o TCLE para os maiores de 18 anos e o TALE para aqueles(as) com idade inferior a essa (tendo sido recolhido o TCLE assinado pelos responsáveis). Assim, foram repassadas aos participantes todas as informações e considerações éticas sobre sigilo, liberdade de interrupção da participação a qualquer tempo, exposição mínima a danos e riscos, a destinação final dos materiais e análises geradas, bem como a natureza voluntária da participação, que não incorre nem em despesas nem em ganhos materiais.

As entrevistas tiveram duração média de uma hora e meia e foram gravadas em áudio. Devido à natureza dos dados mobilizados no momento das entrevistas como relatos de violências, experiências de perdas, sofrimento, dentre outros, seguimos o procedimento de interromper a entrevista sempre que necessário, manejar a situação e acolher os(as) participantes. Nesses casos a entrevista só continuava com a anuência dos(as) adolescentes e jovens.

Em consonância com os dilemas éticos discutidos por Moraes et al. (2017), que destacam a função social das pesquisas, sobretudo, em se tratando de investigações com públicos vulneráveis, realizamos orientações sobre cuidados em saúde demandadas pelos(as) adolescentes e jovens, a exemplo de dúvidas sobre redução de danos e riscos, infecções sexualmente transmissíveis, além do acesso a equipamentos e serviços de saúde. Nesse processo realizamos um encaminhamento para atendimento especializado em saúde mental e saúde sexual e reprodutiva. O acompanhamento posterior foi possível uma vez que o pesquisador, como mencionado anteriormente, trabalha no projeto social, *lócus* da pesquisa.

Por fim, todo o material produzido a partir da pesquisa (gravações, transcrições etc.) foi devidamente armazenado em equipamentos de uso exclusivo e pessoal do pesquisador, não sendo repassado para o projeto social onde foi realizado, uma preocupação, inclusive, esboçada por alguns participantes. O sigilo sobre a identificação pessoal dos(as) adolescentes e jovens foi mantido durante todo o processo, sendo que nesta dissertação, como já mencionado, são utilizados nomes fictícios (cores) como forma de garantir a não identificação dos sujeitos participantes.

3.4 Procedimentos de análise dos dados

As entrevistas reflexivas foram integralmente transcritas resultando em um total de 133 laudas (65.332 palavras) referentes a oito horas e meia de gravação de áudio. Esses dados foram padronizados numa mesma formatação para aplicação da Análise Temática (AT), técnica utilizada pelo autor e pela pesquisadora orientadora. A AT é definida como um método de identificação, análise e descrição de temas dentro de um conjunto de dados, organizado e descrito com riqueza de detalhes (Braun & Clarke, 2006; 2013). Dessa forma, é aplicada para refletir a realidade dos dados produzidos, no sentido de desvelar significados não superficiais (Braun & Clarke, 2006), possibilitando a investigação das experiências e significados a partir da realidade dos(as) participantes. O método de análise de dados da AT prevê seis passos (Souza, 2019), sendo estes: 1) familiarização com os dados transcritos; 2)

elaboração de códigos iniciais a partir da seleção de trechos das entrevistas; 3) identificação de possíveis temas; 4) reavaliação dos temas identificados; 5) definição e nomeação dos temas; e, 6) redação dos resultados.

Na primeira etapa “familiarização com os dados transcritos”, as transcrições foram lidas exaustivamente pelo autor e pela pesquisadora orientadora a fim de produzir uma familiarização com os dados. As entrevistas transcritas foram organizadas em um banco de dados em formato de planilha. Na medida em que liam e reliam as transcrições de maneira independente, as pesquisadoras escreviam anotações buscando registrar padrões, diferentes significados e possíveis relações entre os conteúdos das respostas dos(as) participantes. Esses registros foram de grande utilidade para as etapas posteriores da AT.

Na segunda etapa “elaboração de códigos iniciais a partir da seleção de trechos das entrevistas”, as pesquisadoras começaram o processo de geração dos códigos levando em consideração as questões de interesse da pesquisa, principalmente, os fatores de risco e proteção identificados, além das relações estabelecidas pelos(as) participantes nos diferentes contextos de desenvolvimento. Outro aspecto observado foram as especificidades referentes a condição de ser LGBTQ+. Cabe destacar que os processos de codificação foram realizados de maneira manual, sem o auxílio de *softwares*, sendo que foram selecionados trechos das entrevistas para cada código gerado.

Já na terceira etapa “identificação de possíveis temas”, a equipe de pesquisa buscou identificar os principais códigos gerados na etapa anterior, de modo a destacar temas potenciais. Esse processo foi feito de maneira colaborativa a partir de encontros nos quais os códigos e os trechos selecionados eram lidos e discutidos. Foi gerada uma planilha com esse material, incluindo uma breve descrição para cada código. Nessa etapa alguns códigos foram descartados, outros foram aglutinados, gerando assim outros códigos. Foi construída uma lista de temas potenciais, com uma descrição para cada, além dos trechos significativos das entrevistas.

Em encontros posteriores, a equipe de pesquisadoras realizou a quarta etapa da AT “reavaliação dos temas identificados”, buscando avaliar os temas gerados quanto à coerência dos padrões, das descrições, bem como se os trechos selecionados das transcrições eram suficientemente fortes para justificar a criação do tema. Também foram avaliadas as relações entre os temas, bem como a coerência e dinâmica dos subtemas. Nesse processo, alguns temas e subtemas foram descartados, sendo que alguns subtemas foram transformados em temas. Em dois casos dois temas foram remanejados para a categoria de subtemas. Dessa forma, a quinta etapa “definição e nomeação dos temas”, realizada em seguida, envolveu a nomeação

dos temas e subtemas, com a redação de uma descrição detalhada de cada um e a indicação dos respectivos trechos que os justificam. Esse processo também buscou relacionar os temas e subtemas com os objetivos e hipóteses iniciais do estudo.

A etapa final “redação dos resultados” englobou a descrição detalhada dos temas e subtemas com citações de trechos das transcrições que ilustram as argumentações em diálogo com a literatura consultada. Buscou-se construir um detalhamento dos dados analisados de modo a destacar as percepções e leituras de mundo dos(as) participantes, enfatizando não apenas as experiências de risco e proteção nos diferentes contextos, como também processos resiliência e estratégias de cuidado. Os temas e subtemas serão apresentados no próximo capítulo, considerando o mapa temático elaborado e as seleções de trechos das entrevistas que compõem a redação e discussão dos resultados da pesquisa.

Capítulo 4. Resultados e discussão

No presente capítulo apresentamos e discutimos os resultados deste estudo de maneira concomitante com base na literatura e referenciais teóricos utilizados. Os temas e seus respectivos subtemas resultantes da AT são apresentados na primeira seção, através do mapa temático e dos trechos extraídos das transcrições das entrevistas que ilustram a análise realizada.

Já na segunda seção, apresentamos uma sistematização dos fatores de risco e proteção para adolescentes e jovens LGBTQ+ em situação de rua identificados pela pesquisa a partir de dois infográficos construídos para este fim. Junto a isso, buscamos discutir também algumas questões referentes aos processos de resiliência vivenciados pelos participantes a partir de um diálogo com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) (Bronfenbrenner, 1979/1996; 1989; 1995; 1999; 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998) e a Teoria do Estresse de Minoria (EM) (Meyer, 1995; 2003; 2015; Meyer & Frost, 2013).

4.1 Temas e subtemas

A partir da análise temática (Braun & Clarke, 2006; 2013) das entrevistas reflexivas (Pessoa, Harper, Santos, & Gracino, 2019) realizadas identificamos seis temas e 18 subtemas, sendo estes:

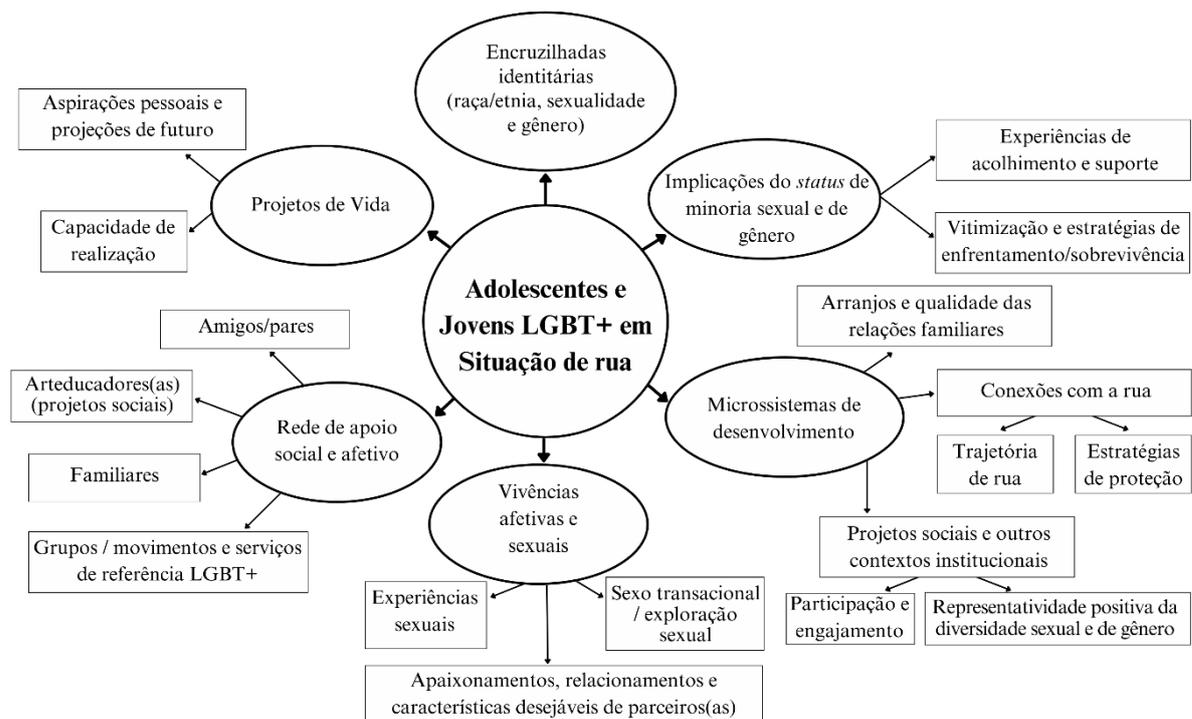
- *Tema 1) Encruzilhadas identitárias (raça/etnia, sexualidade e gênero);*
- *Tema 2) Implicações do status de minoria sexual e de gênero, com dois subtemas “experiências de acolhimento e suporte” e “vitimização e estratégias de enfrentamento/sobrevivência”;*
- *Tema 3) Microsistemas de desenvolvimento, com sete subtemas “arranjos e qualidade das relações familiares”, “conexões com a rua” (“trajetória de rua” e “estratégias de proteção”) e “projetos sociais e outros contextos institucionais” (“participação e engajamento” e “representatividade positiva da diversidade sexual e de gênero”);*
- *Tema 4) Vivências afetivas e sexuais, com três subtemas “experiências sexuais”, “apaixonamentos, relacionamentos e características desejáveis de parceiros(as)” e “sexo transacional / exploração sexual”;*

- *Tema 5) Rede de apoio social e afetivo*, com quatro subtemas “amigos/pares”, “familiares”, “arteducadores (projetos sociais)” e “grupos / movimentos e serviços de referência LGBT+”; e,
- *Tema 6) Projetos de vida*, com dois subtemas “aspirações pessoais e projeções de futuro” e “capacidade de realização”.

Nessa direção, a Figura 2 apresenta o mapa temático resultante da análise das entrevistas, sendo que as flechas mais destacadas indicam os seis temas identificados, que representamos através de formas circulares. Já as flechas menos destacadas, por sua vez, apontam para os 18 subtemas, que simbolizamos a partir de formas retangulares.

Figura 2

Mapa temático da pesquisa com adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua com seis temas e 18 subtemas identificados

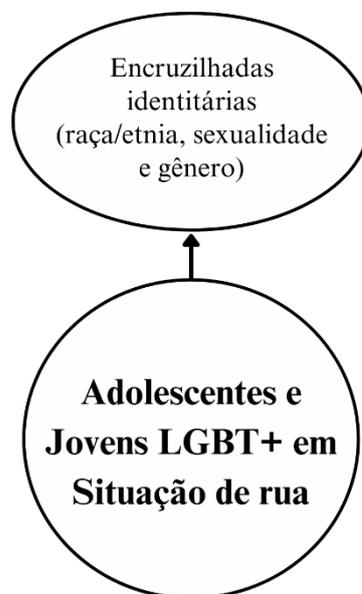


Cada tema e seus respectivos subtemas serão detalhados a seguir. Para facilitar a referência ao mapa temático, desmembramos os dados da Figura 2, referentes a cada tema e subtema, para gerar outras seis figuras, dispostas no início de cada seção temática.

1) TEMA 1 – Encruzilhadas identitárias (raça/etnia, sexualidade e gênero)

Figura 3

Tema 1 - Encruzilhadas identitárias (raça/etnia, sexualidade e gênero)



Conforme Figura 3, este primeiro tema engloba dimensões relacionadas aos processos de construção das identidades raciais, étnicas, sexuais e de gênero do ponto de vista dos(as) participantes. Visto que na adolescência e juventude se produz um movimento complexo de aprendizagem que é atravessado por normas, valores e práticas sociais (Meira et al., 2006), buscamos observar de que modo os adolescentes e jovens percebem e subjetivam os marcadores sociais da diferença que podem, ou não, engendrar assunções identitárias.

Ademais, também analisamos os relatos referentes a ações e comportamentos sobre as dimensões performáticas de gênero (Butler, 2019), considerando as relações estabelecidas com os diferentes modos de expressão das masculinidades, feminilidades e seus entrelaçamentos. Nesse caminho, tendo em vista as expectativas geradas em torno da produção de um saber sobre a própria sexualidade, que engloba as relações com o corpo, regras sociais, responsabilidades pessoais e sociais, limites e padrões éticos (Baum, 2006; Cerqueira-Santos, 2021), também refletimos sobre a dimensão das preferências e orientações sexuais a partir dos relatos dos(as) participantes, que apontam tanto para afirmações identitárias quanto para desdobramentos que envolvem estratégias de proteção diante dos desafios relacionados ao preconceito contra as diversidades sexuais e de gênero.

Os(as) participantes deste estudo, em sua maioria, afirmaram o seu pertencimento ao grupo racial negro, demonstrando uma percepção crítica quanto aos atravessamentos de

gênero e sexualidade, considerando a condição de ser mulher trans ou cis negra e bicha preta (“*Sou preta, sou mulher e sou lésbica*”; “*sou uma bicha preta*”; “*Sou mulher trans, travesti, são sinônimos pra mim. Sou mulher preta*”). Assim como de classe, referente à condição de ser pobre, em situação de vulnerabilidade social (“*Quando a gente nasce gay sabe que a vida não vai ser fácil. Gay e pobre, então. E preta, pra variar*”).

Nesse sentido, observamos um processo de identificação racial altamente afirmativo, envolvendo consciência racial. Destacamos a problematização levantada pela participante Rosa Choque sobre a categoria parda quando diz “*Sei que sou preta de pele clara. Eu sabia que eu não era branca, mas não tinha cor para ser preta, não era escura. Meu cabelo é crespo, sarará (...) ficava com medo de não se preta o suficiente*”. Podemos relacionar essa dimensão da autopercepção da identidade racial de pessoas negras de pele clara ao que a psicanalista e psiquiatra Neusa Santos Souza (2021) nomeia de “tornar-se negro”, processo que implica uma operação complexa que põe no centro da discussão os efeitos devastadores do racismo, que tem em suas bases a destruição da identidade negra, a partir de mecanismos de embranquecimento. As participantes Kobicha e Terracota demonstraram estar mais resolvidas(os) quanto a essa questão (“*Eu sou mulher, lésbica e me considero preta de pele clara, mas preta*”; “*Eu sou pardo. Quer dizer, eu sou preto claro, bote preto, faz parte*”).

No que se refere à questão da sexualidade, chama atenção a dimensão da abertura e fluidez quanto a experimentação de práticas sexuais, que não necessariamente apontam ou se limitam a uma identificação com determinada orientação sexual. Isso é apontado por Macedo et al. (2013) ao destacarem que, na adolescência, a sexualidade envolve diferentes aspectos como o exercício da liberdade, afetividade, sentimentos, práticas e desejos. A cisgeneridade (Jesus, 2012) é tomada em oposição à transgeneridade, sendo presente a percepção nos(as) participantes de que se não se é trans, logo, se é cis, sendo que não observamos se tratar de categorias facilmente acessíveis e refletidas no cotidiano dos(as) adolescentes e jovens (“*O que é isso de cisgênero? [...] Entendi, então eu sou isso aí, cisco, como é mesmo?*”; “*Eu sou um homem, cisgênero, porque eu não sou trans, nem travesti*”). A participante trans, Esmeralda, é uma exceção, visto que demonstra em seu relato compreender conceitualmente as dimensões da cis e transgeneridade.

Quanto à expressão de gênero destacamos os diferentes desdobramentos relacionados às vivências de feminilidade e masculinidade a partir de um conjunto de comportamentos e atos performativos (Butler, 2019), apontados como atributos com diferentes significações a depender do contexto. Ora valorações positivas promovendo um reconhecimento de pertença ao gênero feminino, conforme descrito por Esmeralda, ora como negativas, passíveis de

exposição a mais situações de preconceito no caso de participantes que destacaram as implicações de ser mais ou menos afeminado (“*ficava mais à vontade por não ser uma bichinha feminina*”; “*Eu acho que é porque eu sou educada, não sou fechativa, não saio por aí lacrando como as bichas*”), ou ainda das participantes lésbicas e bissexual que relatam a preferência por performances de gênero consideradas socialmente masculinas (“*Essas coisas de maquiagem, vestido, eu não gosto, não é porque é coisa de mulher, não, porque eu sou mulher, mas é que não me sinto bem usando essas coisas. Gosto do meu boné, da minha trança, meu blusão, minha bermuda, me sinto bem assim*”; “*Comecei a vestir as roupas que visto hoje, bermuda, blusa de homem e boné, porque já não me sentia bem com o que vestia antes. Hoje me sinto mais confortável*”).

No geral, são adolescentes que questionam a rigidez desses elementos no rol de expectativas dos papéis de gênero e das práticas sexuais que integram o padrão cisheteronormativo, ao passo que demonstram acolher essas diferenças, se sentindo parte das minorias sexuais e de gênero, com destaques para expressão de afetos positivos relacionados a orgulho, autoestima e afirmação da orientação sexual e identidade de gênero, bem como práticas sexuais. Os trechos das entrevistas que ilustram este primeiro tema podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3

Tema 1 – Encruzilhadas identitárias (raça/etnia, sexualidade e gênero)

Tema	Trechos extraídos das transcrições das entrevistas
Encruzilhadas identitárias (raça/etnia, sexualidade e gênero)	Quando a gente nasce gay sabe que a vida não vai ser fácil. Gay e pobre, então. E preta, pra variar. Se eu fosse rica ia poder dar close normal, sem sofrer tanto, mas ser pobre e bicha. Eu me vejo como uma pessoa não-binária, sou um homem gay, porque nasci assim. Depois eu vou me descobrindo como uma pessoa, que não precisa pegar homem e levar o título de gay. Eu estou nessa fase de descobrimento. (<i>Urucum, 19, p. não-binária, “gay”</i>)
	Sou preta, sou mulher e sou lésbica. Eu sempre fui eu, gosto de ser eu. Sempre gostei de menina e depois que eu entendi que para os outros isso podia ser um problema, mas o problema é do outro, não meu. É só não vim tirar onda e me diminuir, não vim mexer comigo. Eu sempre me respeitei e gosto de mim assim. Comecei a vestir as roupas que visto hoje, bermuda, blusa de homem e boné, porque já não me sentia bem com o que vestia antes. Hoje me sinto mais confortável. (<i>Iris, 19, m. cis, lésbica</i>)
	Eu sou pardo. Quer dizer, eu sou preto claro, bote preto, faz parte. Hoje eu me considero bissexual. Eu fico com mulher, apesar de gostar de homem. Eu acho que não sou todo gay. Então, por enquanto, sou bi. (<i>Terracota, 16, h. cis, bissexual</i>)
	Sei que sou preta de pele clara. Eu sabia que eu não era branca, mas não tinha cor para ser preta, não era escura. Meu cabelo é crespo, sarará. Tem companhias com balé só de pretos e eu ficava com medo de não se preta o suficiente, mas depois de dançar, ir vivendo e me entendendo como preta isso foi mudando. Eu sou uma bicha preta, mas acho que não sei o significado disso porque não sei andar como uma, não sei explicar. Aceito bicha, gay, trans, menos viado, por isso uso gênero livre, não-binário. No feminino me sinto bem, eu mesma. Eu tinha vontade de mudar meu corpo, mas hoje eu quero meu corpo malhado, de homem, mas vestido de menina. (<i>Rosa Choque, 22, p. não-binária, “gay”</i>)
	O que é isso de cisgênero? [...] Entendi, então eu sou isso aí, cisco, como é mesmo? [...] Isso aí. Não sou trans, então sou uma mulher cisgênero. (<i>Turquesa, 20, m. cis, lésbica</i>)
Eu sou normal. Eu me relaciono com os dois. Acho que eu sou bissexual. Eu nunca contei nada pra ninguém, o povo que descobre. Às vezes a gente nem quer falar nada, não fala nada e as pessoas que dizem o que a gente é. O povo descobre primeiro que a gente. (<i>Oliva, 17, m. cis, bissexual</i>)	

Eu sou um homem, cisgênero, porque eu não sou trans, nem travesti. Sou bi, mas não é um lugar de confirmação para mim. Eu gosto mais de homens, mas quando dá vontade eu fico com meninas. Eu me monto, mas minha maquiagem é algo simples, base, brilho, pó compacto, faz uma sobancelha. Meu corte de cabelo, eu boto o máximo mais hétero. Às vezes afeminado. Meus amigos brincam “Poxa Ébano, você, às vezes, nem parece que é gay, viado”. Penso que sofri menos por não ser afeminado, mas eu não fiz de propósito, eu gostava de coisas de meninos e isso facilitou de alguma forma, eu ficava mais à vontade por não ser uma bichinha feminina. Às vezes eu brincava de búzios, de gude, de bola, de tampinha, de pipa, esconde-esconde, baleô, mas quando era pra eu empinar minha bunda pra dançar, como mulher, eu dançava e eles não falavam nada. (*Ébano, 21, h. cis, bissexual*)

Sou mulher trans, travesti, são sinônimos pra mim. Sou mulher preta. Sei que não estou na passabilidade, mas tô buscando com terapia hormonal. Não é fácil olhar no espelho e não gostar do que vê, gogó, voz grossa. Vem a internet, a comparação com a trans que tem uma vida totalmente diferente, tem pais, um status, aí a autoestima cai, porque você sabe que pra chegar naquele nível você vai ter que lutar mais que ela, né? Ela já tem certas facilidades, apoio. Eu não me sinto tão feminina, acredito que eu vou ficar. Sou hetero, sinto atração por homem, nunca senti por mulher. Já fiquei forçada, no tempo que eu era homossexual, gay e não tinha feito transição ainda. (*Esmeralda, 21, m. trans, heterossexual*)

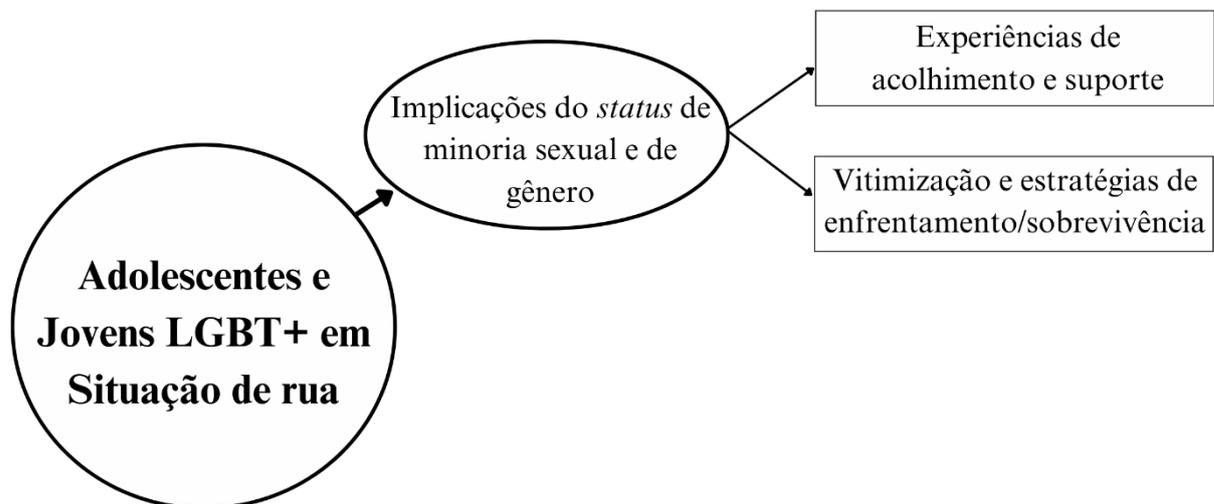
Eu sou mulher, lésbica e me considero preta de pele clara, mas preta. Sou de candomblé, importante. Essas coisas de maquiagem, vestido, eu não gosto, não é porque é coisa de mulher, não, porque eu sou mulher, mas é que não me sinto bem usando essas coisas. Gosto do meu boné, da minha trança, meu blusão, minha bermuda, me sinto bem assim. (*Kobicha, 21, m. cis, lésbica*)

Eu me identifico como gay, mas quando eu tô bebendo eu fico com mulheres, com homens. Nunca fiquei com trans, mas geralmente é isso que acontece. Sou bem recebida em todo lugar que eu vou, eu sei chegar e sei sair. Acho que é pelo meu jeito, falam que eu tenho carisma. Eu acho que é porque eu sou educada, não sou fechativa, não saio por aí lacrando como as bichas. Porque eu sou bonita, eu acho que as pessoas tratam melhor por isso. (*Dourado, 20, homem cis, preta, gay*)

2) TEMA 2 – Implicações do status de minoria sexual e de gênero

Figura 4

Tema 2 – Implicações do status de minoria sexual e de gênero e subtemas



Este tema, como explicitado na Figura 4, refere-se aos desdobramentos de ser e/ou parecer LGBT+, isto é, as implicações diretas e indiretas, explícitas e implícitas de se identificar como uma minoria sexual e de gênero, ou ter o *status* de minoria atribuído por outras pessoas (Silva & Robinson, 2021) em diferentes contextos nos quais os(as) participantes estão inseridos(as). Este tema é composto por dois subtemas: “experiências de

acolhimento e suporte” e “vitimização e estratégias de enfrentamento/sobrevivência”, detalhados a seguir.

Subtema 2.1 “experiências de acolhimento e suporte”

Neste subtema são descritas as experiências de acolhimento das diversidades sexuais e de gênero vivenciadas pelos(as) participantes, contemplando relatos de suporte em diferentes contextos, incluindo tratamentos respeitosos e dignos que se relacionam com sentimentos positivos, sensação de aceitação, segurança e bem-estar. Dentro de uma perspectiva da Teoria do Estresse de Minoria (EM), a existência desses fatores moderadores pode funcionar como elementos protetivos, envolvendo diferentes estratégias, como conexão com pares e comunidade, possibilidade de abertura (“revelação”) da orientação sexual e, suporte social, conforme apontado pela literatura (Doty et al., 2010; Mereish & Poteat, 2015; Lira & Morais, 2019).

Nessa direção, partindo da premissa de que a presença de suporte social tem relações diretas com a redução de impactos negativos das experiências oriundas de estresse de minoria, isto é, o preconceito e discriminação contra diversidades sexuais e de gênero (Wong et al., 2014), observamos, a partir dos relatos, o quão diferencial o acolhimento e o suporte familiar e social se apresentam na vida dos(as) participantes, uma vez que são referidas experiências de apoio, aceitação, valorização e proteção. Contudo, verificamos que há, em alguns momentos, uma negociação dessas dimensões no âmbito das relações familiares, evidenciando atravessamentos de uma complexa trama que risca os contornos entre amor e violência. Um exemplo disso é quando a mãe de Ébano pede ao filho que “*não vire travesti, só isso*”, indicando que há limites e condicionalidades para esse acolhimento e suporte ora ofertados. Isso também se relaciona ao que Jesus (2012) enfatiza sobre a “confusão” sobre orientação sexual e identidade de gênero.

Outro exemplo que marca essa condicionalidade para o suporte da família é descrito por Kobicha, quando comenta sobre o silenciamento em torno da orientação sexual nesse contexto, ao afirmar que os parentes respeitam, aceitam, “*mas não falam nada, um silêncio, mas não fica próximo, não quer muito perto*”. Já no relato do participante Dourado, observamos que o acolhimento e suporte da família possibilitou a superação da exposição ao contexto da rua, usada como espaço de vivências amorosas e sexuais que precisam de encobrimento (“*Um namoro que eu tive melhorou, depois que a gente contou para as nossas famílias, porque antes a gente se via na rua, longe, em lugares escondidos*”).

Destacamos também o fato dos(as) participantes relatarem, com certa frequência, que esperavam reações negativas e violentas dos seus familiares quanto à abertura da orientação sexual. Isso é descrito por Meyer (2003) como um estressor proximal denominado expectativas de rejeição e ocultação da orientação sexual, no qual há uma antecipação do preconceito considerando a condição de minoria sexual e de gênero que envolvem situações de discriminação e violência vivenciadas no cotidiano. Podemos verificar isso nas falas de Ébano quando diz *“Quando eu não era assumido pensava “todo mundo aqui é cristão, vai me julgar, vai me expulsar de casa. Minha mãe descobriu e me chamou pra conversar. Fui morrendo de medo”* e de Dourado *“Eu achei ia ser aquele desgaste, aquela tristeza, que ninguém ia gostar de mim, que seria uma destruição da família. Tipo assim “saia da minha casa, seu imundo, seu doente”. Já tava esperando isso”*.

Grande parte dos participantes vivenciam experiências de acolhimento e suporte, sobretudo na família e no projeto social que participam. No contexto familiar são referidas tanto figuras maternas (*“Minha mãe teve esse cuidado feminino comigo. Tudo que eu queria, boneca, ela me dava. Ela me protegia, nunca me rejeitou”*; *“Toda namorada eu levo e apresento pra minha mãe. Aí vira da família, né? Minha família é de boa, aceita e o resto a gente vai vendo”*; *“minha família é muito presente, muito unida, me aceitaram. Minha mãe é meu porto seguro. Ela disse que já sabia e tava esperando eu contar”*), quanto figuras paternas (*“Meu pai me ouviu e hoje tô aqui. Ele sempre soube escutar e saber o que falar”*; *“A gente não convivia até os doze anos, mas quando eu contei, foi maravilhoso. Ele brinca comigo hoje, não deixa ninguém me destratar, me apresenta pra todos os amigos. É uma convivência ótima, não vou mentir, eu amo meu pai por isso”*). Já no projeto social observamos esse relato de suporte e acolhimento na fala de Dourado quando diz *“E tem aqui o projeto onde as pessoas me acolheram bem, me deu o pontapé pra eu dizer quem sou eu. Antes, eu tava com medo na rua, mas depois eu falei “eu sou isso e a sociedade vai ter que aceitar” e aqui me ajudou nisso, me apoiou”*. Esses dois microssistemas de desenvolvimento serão mais detalhados no terceiro tema.

Ainda sobre experiências de suporte social e acolhimento a participante Kobicha cita como exemplo positivo o contexto religioso que faz parte, sobre o qual acredita que poderia, assim como na família, apresentar parceiras e ser acolhida pela comunidade religiosa *“Minha mãe de santo tem filho gay, filha lésbica, tem pessoas lá na roça [terreiro de candomblé] que é LGBT. É como família, meu pai pequeno me respeita e conversa comigo. Nunca apresentei ninguém para mãe de santo, mas acho que não seria o fim do mundo.”*. Já a participante Urucum relata uma experiência significativa que a marcou positivamente em um contexto de

trabalha, ainda que acredite ser essa uma situação incomum para pessoas LGBTQ+ “*Ela me via na rua, o meu jeito e ainda assim me deu uma oportunidade, viu que eu tinha capacidade, deu confiança. Eu senti que ser LGBTQ teve um valor, foi uma experiência boa pra mim (...) Mas tipo, de cem, essa situação é um por cento de acontecer*”.

Trata-se de um cenário que se mostra diferente do apontado pela literatura (Hyde, 2005; Rew et al., 2005; Whitbeck et al., 2004) que destacam uma frequência maior de experiência de rejeição e ausência de suporte. Contudo, cabe salientar que, como veremos mais adiante, risco e proteção se apresentam como um binômio, estando presentes de maneira paradoxal nos diferentes contextos nos quais os(as) participantes estabelecem relações. Para exemplificar esse subtema, apresentamos na Tabela 4 os trechos ilustrativos extraídos das entrevistas realizadas.

Tabela 4

Tema 2 – Implicações do status de minoria sexual e de gênero – Subtema 2.1 “experiências de acolhimento e suporte”

Subtema	Trechos extraídos das transcrições das entrevistas
2.1 “experiências de acolhimento e suporte”	<p>Minha mãe teve esse cuidado feminino comigo. Tudo que eu queria, boneca, ela me dava. Ela me protegia, nunca me rejeitou. Ela procurava, me dar educação. Quando mexiam comigo na rua, tinha vezes que ela jogava pedra pra me defender. (<i>Rosa Choque, 22, p. não-binária, “gay”</i>)</p> <p>Meu pai me ouviu e hoje tô aqui. Ele sempre soube escutar e saber o que falar. Ele chega em casa e vê que tô com alguém, diz ‘eu vou aqui e volto’, para eu poder organizar as coisas. Hoje eu posso ser eu em todos os lugares, me sinto acolhida. Entro, saio, em qualquer lugar. Com os amigos, levo uma pessoa, depois chego com outra, apresento normal. Todo mundo já sabe e entende, respeita. Os parentes respeitam, eles sabem, mas não falam nada, um silêncio, mas não fica próximo, não quer muito perto, então eu evito, jamais eu vou levar alguém ou falar nada, não vou querer passar por esse constrangimento. Minha mãe de santo tem filho gay, filha lésbica, tem pessoas lá na roça [terreiro de candomblé] que é LGBTQ. É como família, meu pai pequeno me respeita e conversa comigo. Nunca apresentei ninguém para mãe de santo, mas acho que não seria o fim do mundo. (<i>Kobicha, 21, m. cis, lésbica</i>)</p> <p>Quando eu não era assumido pensava “todo mundo aqui é cristão, vai me julgar, vai me expulsar de casa”. Minha mãe descobriu e me chamou pra conversar. Fui morrendo de medo. Ela aceitou, mas disse que ia ficar com vergonha de os outros saber que eu era gay. Falou pra prevenir das doenças, pra tomar cuidado, que o mundo não era fácil pra pessoas igual a mim. O que me doeu foi ela falar que ia sentir vergonha de mim. Eu chorei muito. Isso mudou, não preciso me esconder como antes. Ela sempre falava “por que você deixa as pessoas te chamar de Musa? É nome de mulher, coisa de viado”. Hoje ela não faz mais isso. A única coisa que ela me pede é “não vire travesti, só isso”. Eu não vou virar, mas ela fica com medo. Ela tá tranquilizada e aberta, pede conselho de skincare, faço a sobrancelha dela, eu saio com ela, brinco. Meu pai nunca foi presente, me abandonou na infância. A gente não convivia até os doze anos, mas quando eu contei, foi maravilhoso. Ele brinca comigo hoje, não deixa ninguém me destratar, me apresenta pra todos os amigos. É uma convivência ótima, não vou mentir, eu amo meu pai por isso. (<i>Ébano, 21, h. cis, bissexual</i>)</p> <p>Ia colocar câmera na lanchonete que eu ia trabalhar, mas a dona disse que ia colocar em todas menos nessa porque confiava em mim. Ela me via na rua, o meu jeito e ainda assim me deu uma oportunidade, viu que eu tinha capacidade, deu confiança. Eu senti que ser LGBTQ teve um valor, foi uma experiência boa pra mim. E olhe que ela era crente, sabe? Então isso bugou minha mente, quem a gente menos espera, às vezes, é quem ajuda a gente. Isso me mostrou que eu tinha valor. Mas tipo, de cem, essa situação é um por cento de acontecer. (<i>Urucum, 19, p. não-binária, “gay”</i>)</p> <p>Toda namorada eu levo e apresento pra minha mãe. Aí vira da família, né? Minha família é de boa, aceita e o resto a gente vai vendo. Minha mãe me acolheu, ela sempre falou que independente de qualquer coisa o amor é o mesmo. Não tem essa de preconceito com eles não. Andando no certo pra ela já é tudo, tipo, não roubar, não matar, não se envolver com droga. E eu não faço isso, quer dizer,</p>

não mais. Ela não vê erro em eu ser eu. Sempre foi tranquilo. Nem precisou dizer, desde sempre todo mundo já entendeu que eu gostava de mulher, pelo meu jeito. (*Iris, 19, m. cis, lésbica*)

Eu achei ia ser aquele desgaste, aquela tristeza, que ninguém ia gostar de mim, que seria uma destruição da família. Tipo assim “saia da minha casa, seu imundo, seu doente”. Já tava esperando isso. Mas minha família é muito presente, muito unida, me aceitaram. Minha mãe é meu porto seguro. Ela disse que já sabia e tava esperando eu contar. Meus tios e primos me olharam estranho no início, mas quando ela falou que me apoiava todo mundo riu, brincou, dizendo que já sabia, aí todo mundo me abraçou e eu me senti acolhido (...) Um namoro que eu tive melhorou, depois que a gente contou para as nossas famílias, porque antes a gente se via na rua, longe, em lugares escondidos. (...) E tem aqui o projeto onde as pessoas me acolheram bem, me deu o pontapé pra eu dizer quem sou eu. Antes, eu tava com medo na rua, mas depois eu falei “eu sou isso e a sociedade vai ter que aceitar” e aqui me ajudou nisso, me apoiou. (*Dourado, 20, h. cis, gay*)

Subtema 2.2 “vitimização e estratégias de enfrentamento/sobrevivência”

Neste subtema são registrados e discutidos os relatos de preconceitos, discriminações e violências de natureza LGBT+fóbica em diferentes contextos. São elementos descritos como estressores de minoria para as diversidades sexuais e de gênero que envolvem tanto estressores distais (externos e contextuais), quanto proximais (internos e subjetivos) (Meyer, 2015; Meyer & Frost, 2013). A partir disso, também são descritas as estratégias de enfrentamento/sobrevivência utilizadas pelos(as) participantes diante dessas adversidades. Cabe destacar que os recursos que as minorias sexuais e de gênero mobilizam para lidar com essas experiências de vitimização podem ser escassos e limitados pelas condições dos ambientes nos quais essas pessoas estão inseridas, conforme reiterado por Catelan (2021).

Foram relatadas pelos(as) participantes experiências como discriminações interpessoais diretas; xingamentos; apelidos e “brincadeiras” estigmatizantes e preconceituosas; desvalorização; humilhações; rejeição familiar com situações de expulsão de casa e sugestão de ocultação da sexualidade; constrangimentos públicos e desrespeito à identidade de gênero; exposição à violência física, verbal e sexual, incluindo, assédio e tentativas de abuso sexual; dentre outros. Todos esses indicadores corroboram com a literatura específica apresentada anteriormente, sobre a maior susceptibilidade à expulsão/fuga de casa, assim como a sujeição à rejeição familiar e a problemas psicológicos (Bidell, 2014; Durso & Gates, 2012; Hyde, 2005; Marshal et al., 2013; Newcomb et al., 2012; Ray, 2006; Rew et al., 2005; Snapp et al., 2015; Tunåker, 2015; Whitbeck et al., 2004).

Os estressores de minoria estiveram presentes em diferentes contextos como a família, a rua e a escola produzindo sentimentos negativos de inadequação, insegurança e sofrimento mental (tristeza, ansiedade, confusão, apreensão, baixa autoestima etc.) nos(as) adolescentes e jovens participantes, algo que corrobora o observado na literatura que trata sobre as reverberações negativas desses estressores para a saúde mental (Clark et al., 2020; Dyar et al., 2019; King et al., 2008; Lucassen et al., 2017). Citamos como exemplo dois relatos. O

primeiro do participante Terracota que diz “às vezes, eu preciso de ajuda, choro a noite pensando nas coisas que as pessoas falam comigo (...) são muitos comentários que eu escuto que magoam. Eu sou forte em muitas situações, mas tem muitas vezes que eu me encontro sozinho e fico pensando “Por que o mundo não me aceita como eu sou?””. E o segundo de Esmeralda “tem alguma parte do meu dia que eu me sinto mal, minha autoestima cai, não consigo equilibrar”.

Outro relato que chama atenção é de Turquesa, quando comenta sobre a ambiguidade presente no tratamento decorrente da sua sexualidade no contexto familiar “minha prima fala pra mim que se for pra ser, que seja discreto, não mostre que é, que ser lésbica é errado e ruim, que não é de Deus. Isso me deixa triste, ansiosa, confusa, até porque ela acolhe e depois não, aí eu fico apreensiva de a qualquer momento sofrer preconceito dentro de casa”. Essa situação se relaciona com as limitações e condicionalidades para a “aceitação e acolhimento” das diversidades sexuais e de gênero, que discutimos anteriormente, e engloba uma certa negociação da tolerância da diferença no âmbito das relações interpessoais no contexto familiar, por exemplo. Podemos traçar um paralelo com a fala da participante Oliva quando afirma ter “sorte” de não ter sofrido violências por conta de sua sexualidade, quando, na verdade, tal fato, aparentemente, está atrelado à aceitação dessa condição de discriminação e ocultação do *status* de minoria “nunca sofri violência por ficar com mulher e homem. Acho que tenho sorte [Sorte?] Sei lá, sou tranquila, discreta, fico na minha”.

As vitimizações no contexto da família englobam constrangimentos e violências verbais que geram repercussões negativas para a saúde mental, a exemplo dos relatos de Ébano “recebia muitas críticas, piadinhas e fofocas “Ah porque na minha família não tem viado, não tem bicha. Ébano é da rua”, então eu me retrai” e de Rosa Choque “parentes me chamam de viadinho, “cu sujo”, pobre. Quando eu ia para o projeto diziam que eu estava me prostituindo, sempre jogaram essa palavra de maldição. Muita gente diz “É viadinho, ou vai entrar pra vida [prostituição] ou morrer””. A participante Iris também menciona um episódio de violência verbal atrelada tanto a orientação sexual, quanto a pertença racial “minha irmã me xingava, tentava me diminuir por ser lésbica. Outro dia a gente discutiu (...) aí ela (...) me chamou de “preta sapatão”, só porque eu sou mais preta que ela”, acentuando uma condição de violência vivida por uma sobreposição de dois *status* de minoria (Meyer, 2003; Meyer & Frost, 2013; Pachankis et al., 2015).

O participante Dourado descreve uma situação de preconceito e rejeição familiar por parte da figura paterna “quando soube de mim não aceitou, disse que virei gay porque ajudava em casa lavando prato, porque não tinha um homem dentro de casa, que a culpa era

da minha mãe que deixou eu fazer dança, coisa de bicha". Aqui chama atenção os argumentos do pai do participante que de maneira evidente parte da ideia de uma heterossexualidade natural que é desviada por ações e comportamentos lidos como tipicamente femininos (tarefas domésticas e engajamento em atividades artísticas), sendo que, na perspectiva dele, a presença de um "homem de verdade" teria "resolvido" a situação. Trata-se de uma visão estereotipada de gênero que pressupõe uma linearidade entre gênero e sexualidade (Bento & Pelúcio, 2012) que, em muitas situações, justificam violências contra minorias sexuais e de gênero (Ramos & Cerqueira-Santos, 2020) a partir da heteronormatividade (Scandurra et al., 2020).

As violências físicas também são relatadas pelos participantes no contexto da família, no caso de Rosa Choque "*meu pai não gostava do meu jeito de ser, dava martelada no meu pé*". Também podemos observar esta situação no relato de Terracota, sendo que neste caso a violência verbal e física resultaram na expulsão de casa "*minha mãe é homofóbica, cristã, acha que ser gay é uma coisa errada e quando descobriu que eu fiquei com menino ficou me chamando de viadinho, bichinha, me bateu. Meu padrasto me botou pra fora de casa, mas eu fui pra rua e depois voltei*". A expulsão de casa por conta de conflitos familiares relacionados ao *status* de minoria sexual e de gênero também aparece no relato de Esmeralda "*a relação com minha mãe já foi muito ruim, de não me aceitar, me botar pra fora de casa todos os dias, de brigar comigo por tudo, pelo meu jeito, pelo andar, meu falar, por eu brincar de boneca. Eu ia pra rua e voltava depois*".

No contexto da escola são descritas experiências de violências tanto verbais, simbólicas, quanto físicas, como no caso de Rosa Choque "*até a quinta série a escola era de boa, mas depois eu sofri por ser diferente, era viadinho, puxavam meu cabelo, derrubavam na lama, batiam, chamavam de cabelo duro. Acho que eu parecia gay, indefeso*"; de Esmeralda, ao comentar vivências nesse contexto antes da transição de gênero "*eu sofri muito homofobia na escola, mais por palavras*"; e, por Ébano "*na escola era um bocado de apelido "viadinho, marica, kiuuuu". Eu sofri homofobia, preconceito de verdade*". No contexto da rua também são descritas vitimizações variadas relacionadas ao preconceito contra as diversidades sexuais e de gênero, como podemos observar nos relatos de Terracota "*na rua eu já sofri e sofro muitas violências, tem muitas pessoas homofóbicas, me xingam de viado e outras coisas*" e de Rosa Choque "*na rua jogavam tomate do lixo em mim, provocavam, xingavam. Tenho certeza que era por causa do meu jeito de ser, espalhafatoso*".

A maior frequência de histórico de violência física e/ou sexual, seja na família, seja nas ruas é apontado por pesquisas com adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua

(Coates & McKenzie-Mohr, 2010; Edidin et al., 2012; Marshal et al., 2013; Newcomb, et al., 2012; Snapp et al., 2015; Tunåker, 2015; Whitbeck et al., 2004). Sobre as violências de cunho sexual, destacamos que o assédio sexual e tentativas de abuso sexual foram relatadas como experiências vividas pelos(as) participantes deste estudo, sobretudo gays, tanto na rua quanto em ambientes como shoppings e banheiros públicos, não sendo citadas vivências dessa natureza no contexto da família.

Nesse sentido, o participante Terracota relata duas experiências de violências sexuais que ele acredita estarem relacionadas à sua condição de minoria sexual e que trouxeram consequências negativas para sua saúde mental. A primeira ocorreu perto do seu local de moradia *“o menino queria que eu fizesse relações, tentou me obrigar, mas eu consegui sair correndo. Não consegui gritar. Eu fiquei deprimido, triste, sem graça, acho que ele achou que eu queria por ser gay, eu tinha uns 14 anos, ele uns 19”*. Já a segunda experiência referida por Terracota aconteceu no contexto da rua, sendo frequentes situações como essa no cotidiano. Ele diz *“tipo os homens ficar chamando pra fazer coisas sexuais, sabe? E achar que ser gay é ser um objeto. Uma vez um homem bem mais velho pegou na minha perna, ficou roçando em mim, ele tava excitado, eu fiquei assustado, aí peguei um garfo e enfiei no joelho dele, aí apareceu outra pessoa e me defendeu”*. Ao refletir sobre essas experiências execráveis de violência, Terracota demonstra certa criticidade ao não atribuir culpa a si nem à sua condição de minoria sexual, mas sim ao preconceito e ao estigma social sobre a promiscuidade que recai sobre pessoas homossexuais. Ou seja, não parece se tratar de uma situação de internalização da homofobia, um dos elementos do EM descritos por Meyer (2003).

Sobre essa dimensão da internalização da homofobia (Meyer, 2003) podemos observar os relatos dos participantes Dourado e Urucum, que vivenciaram juntos uma situação de assédio sexual no transporte público e, ao menos em se tratando do momento do ocorrido, acreditaram ser culpados pela violência sofrida. Os dois jovens relataram um grande mal-estar, pois as pessoas presentes atribuíram o ocorrido ao fato de ambos pertencerem a uma minoria sexual e de gênero. Dourado diz *“escutei uma mulher falar “isso é porque é gay”. Aí vi que o homem estava quase ejaculando atrás de mim no ônibus. Achei aquilo um absurdo, fiquei nervoso, comecei a gritar, aí o homem desceu. Eu fiquei muito mal e acabei acreditando que a culpa era minha no início. Eu não estava fazendo nada, só porque sou gay o cara acha que tô querendo alguma coisa?”*. Ao passo que Urucum descreve a mesma situação do seu ponto de vista *“tinha um homem (...) roçando em mim e no meu amigo, eu fiz um show, aí ele saiu correndo, ele não esperava essa reação, porque geralmente os homens*

heteros acham que a gente tá ali pra servir eles, pra dá o que eles querem e não é bem assim. Meu amigo tava com medo, porque tinha gente falando que a culpa era nossa”.

Felizmente, ambos conseguiram elaborar criticamente a violência experienciada relacionando inclusive com a dimensão do machismo e sexismo que tem a cultura do estupro como mecanismo de incitação à violência sexual contra mulheres (Sousa, 2017), ao que podemos estender a população LGBTQ+. Ressaltamos, ainda, a fala de Dourado, ao relatar que experiências de assédio sexual são muito frequentes com adolescentes e jovens LGBTQ+ (vide relatos dos participantes Terracota e Urucum), algo que podemos considerar um risco específico desse público (e de mulheres cis e trans), sobretudo no contexto da rua. Sobre isso ele diz *“isso as mulheres sofrem bastante, de ser assediada e tocada nos ônibus, e ninguém faz nada. Nos banheiros públicos, na rua, os homens ficam olhando a gente, os viados, as bichas, os gays e chamando pra fazer coisas, acontece muito, aconteceu comigo”.*

Em relação ao enfrentamento e estratégias de sobrevivência diante das vitimizações podemos observar, a partir das entrevistas, a realização de ações e movimentos que visam tanto a prevenção quanto ao manejo possível diante das violências sofridas. Em síntese, destacamos a ocultação do *status* de minoria como a principal estratégia de sobrevivência, sendo referidos comportamentos de descrição, ocultação da orientação sexual, tentativas de “não parecer LGBTQ+” a partir da performance de comportamentos sexuais heterossexuais, assim como estratégias para “disfarçar/mascarar” a expressão de gênero em determinadas situações. São citadas também estratégias de não reação às situações de violência como forma de autopreservação, assim como seu contrário, situações nas quais os(as) participantes reagem verbal e fisicamente para se defenderem de preconceitos, discriminações e violências.

Observa-se que essas estratégias de sobrevivência remetem a um tipo de resignação e submissão a uma posição de subalternidade dos(as) participantes, isto é, diante das violências e insipiência de recursos de enfrentamento materiais e simbólicos, esses(as) adolescentes e jovens lançam mão de estratégias de sobrevivência e autopreservação diante das condições aniquiladoras de subjetividades as quais são submetidos(as). Podemos citar como exemplos sobre performar a heterossexualidade como estratégia de proteção/sobrevivência as falas de duas participantes lésbicas. A primeira, de Kobicha, referente ao contexto familiar *“tive relação e namorei com homem pra esconder tudo isso de minha vó. Tinha medo, ela não gostava dessas coisas, xingava, batia. Eu ficava escondida, na rua, aquela coisa toda”.* E a segunda, de Turquesa, referente ao contexto escolar *“na escola eu não era assumida, ninguém sabia. Eu era calada na minha. Eu não sou masculina, então ninguém me perturbava por ser lésbica. Quando eles desconfiaram, eu comecei a pegar homem e aí ninguém falava nada”.*

Cabe destacar que a participante Kobicha menciona que ser lésbica e “*não ser tão feminina*”, na sua percepção, faz com que seja mais respeitada entre homens em situações de trabalho com música. Isso é citado por Santana (2011) como uma estratégia de proteção usada por adolescentes do gênero feminino no âmbito da rua. Já a participante Urucum relata a estratégia de “disfarçar” sua performance de gênero, tentando atender a expectativa da cisheteronormatividade, sobretudo, em situações relacionadas ao mercado de trabalho. A participante, nesse sentido, questiona o estigma sobre pessoas LGBTQ+ serem menos sérias e capazes. Podemos verificar no trecho onde diz “*quando eu vou fazer entrevista de emprego tento me mascarar para poder ser aceita, ser menos eu para ver se me contratam. Sempre chego muito disfarçada nos trejeitos e comportamentos, nas roupas. As pessoas não querem dar um emprego para gente como eu. É bastante difícil isso. Duvidam muito da capacidade das LGBTQ*”.

Sobre essa dimensão da expressão de gênero, podemos destacar os relatos de Rosa Choque e Urucum, que comentam sobre o fato de terem sido lidas como dissidentes ainda na infância, quando nem entendiam ou compreendiam o significado da palavra “gay”, ou ainda “viado”, “bicha”. A primeira diz “*“viado”, nem sabia o que era isso*” e a segunda “*antes de falar que era gay todo mundo da família já brincava, faziam chacota me chamando de bicha, viadinho; me sentia mal, mas tentava não pensar nisso, nem sabia o que era, depois entendi*”. Essas duas situações nos remetem ao que Jesus (2015) diz sobre o processo que engendra de maneira precoce no âmbito social os estereótipos de gênero e sexualidade com base em uma lógica binária de masculino (homem) e feminino (mulher), numa matriz de inteligibilidade heterossexual (Butler, 2013; 1990/2018) e cisgênera (Jesus, 2015).

Características pessoais como ser tranquilo(a), gentil, discreto(a) e “pegar amizade/ser legal com todo mundo” também foram reportadas como estratégias de proteção/sobrevivência, podendo gerar mais aceitação em contextos de socialização como a rua, a escola e outros ambientes institucionais. Como exemplos podemos referir a fala de Esmeralda, que ressalta a importância dessa estratégia para a continuidade dos seus estudos “*melhorou no ensino médio, peguei amizade com todo mundo, pelo meu jeito, mas era uma estratégia também né, ser legal com todo mundo. Eu nunca abandonei a escola porque era diferente pra mim, sei que não é assim pra todo mundo que é diferente*”. Além da fala de Terracota, que sublinha os efeitos positivos dessa estratégia no contexto da rua “*é isso, na rua, meu jeito de ser, mais discreto, fico na minha, sou legal, gentil, eu uso isso a meu favor pra cativar os adultos, aí eles me protegem quando eu preciso*”.

Não reagir a situações de preconceito, discriminação e violência verbal também aparece como uma estratégia protetiva e de sobrevivência relatada pelos(as) participantes, em diversas situações. Na família, citada por Iris “*virei as costas e saí de casa, voltei uns dois dias depois (...) sei que não vale a pena estragar minha vida por causa desse preconceito todo*”; na rua, por Rosa Choque “*eu uso roupa de mulher, mas não gosto de fazer ‘aquendamento’ [esconder o órgão genital masculino de modo a disfarçar sua existência], aí faz o volume na roupa, aí é pirraça e bullying, eu levo na brincadeira, dou um sorrisinho de leve, disfarço. Para não chamar essa atenção negativa para mim*”; e, de um modo geral, pelo participante Dourado “*na escola os hetero me pergunta como é ser gay e eu falo que é superbom. Sofre algumas coisas no começo, abusos, experiências ruins, gente fazendo mal, maltratando, porque acha que você não tem valor por ser gay, mas é deixar no esquecimento e seguir a vida, é o que eu tento fazer*”. Por outro lado, também houve relatos de enfrentamentos mais diretos envolvendo reações como discutir e brigar fisicamente, sendo que os(as) participantes demonstraram ter consciência das possíveis implicações, a exemplo de Terracota “*eu não me deito pra macho, pra hetero, tipo, não me abaixo, não dou ousadia, já briguei, já bati, já apanhei por causa dessas coisas, na escola é um salva-se quem puder*”.

Outrossim, salientamos também a importância da organização entre pares como uma estratégia coletiva de enfrentamento e sobrevivência às diferentes vitimizações relatadas pelos(as) adolescentes e jovens. A participante Kobicha destaca, por exemplo, o fato de sempre sair com “*a galera de confiança*” como uma forma de proteção, sobretudo, à noite. Outro exemplo é o da participante Urucum, quando conta sobre a experiência de vitimização sofrida em um banheiro público no qual uma pessoa o ameaçou com um discurso político reacionário e violento. Nessa situação, a participante descreve ter ficado sem reação, tendo sido fundamental a intervenção de “*outras bichas*” na sua defesa e na condução da situação à polícia. Infelizmente, como relata a participante, situações como essa, geralmente “*não deu em nada*”. Uma restrição de acesso ao direito político de reportar uma situação de vitimização (Cronin et al., 2020). Cabe mencionar que a participante disse que, depois essa experiência de violência, passou a usar o banheiro reservado para pessoas com deficiência como forma de prevenção e autocuidado.

Uma vez que as possibilidades de experimentação de estressores proximais são atravessados pelos marcadores sociais de gênero, raça/etnia, classe, dentre outros (Meyer, 2015; Meyer & Frost, 2013), podemos observar, além dos estressores compartilhados pelos participantes, alguns específicos relacionados, especialmente, a um status identitário (Meyer, 2020), a exemplo de Esmeralda, participante trans, que relata a questão da “passabilidade” e

os efeitos sobre a construção de sua feminilidade, significando que quanto mais feminina, mais passável (menos episódios de transfobia), e quanto menos feminina, menos passável (mais episódios de transfobia). Cabe salientar que a própria participante situa a passabilidade como algo desejável para se sentir mais feminina, mas sua avaliação pelas outras pessoas é entendida como uma experiência transfóbica, sobretudo, relacionada ao julgamento externo da sua voz mais grave e da presença do pomo-de-adão (“gogó”), elementos lidos socialmente como característicos da masculinidade.

Esmeralda destaca ainda os atravessamentos de sua pertença racial ao analisar as leituras possíveis de sua reação a experiências transfóbicas por outras pessoas a partir da imagem da “preta raivosa”, um estereótipo racial que recai sobre as mulheres negras. Ademais também relata a alta expectativa em torno do corpo de mulheres trans que incluem elementos estéticos como estar sempre arrumada, bem-vestida, maquiada e com “um corpão turbinado”, sendo que ser muito magra, neste caso, pode ser lido, segundo ela, como sinônimo de ter doenças sexualmente transmissíveis, um estereótipo comumente associado as minorias sexuais e de gênero. Essa pressão por adequação visual com o fito de atender a um padrão imagético, corporal e comportamental cisgênero (passabilidade) é descrito por Tan et al. (2019) como um estresse de minoria específico das pessoas transgênero. Ademais, na Tabela 5 se encontram descritos os trechos que ilustram o subtema ora discutido.

Tabela 5

Tema 2 – Implicações do status de minoria sexual e de gênero – Subtema 2.2 “vitimização e estratégias de enfrentamento/sobrevivência”

Subtema	Trechos extraídos das transcrições das entrevistas
2.2 “vitimização e estratégias de enfrentamento/sobrevivência”	<p>Graças a Deus, nunca sofri violência por ficar com mulher e homem. Acho que tenho sorte [Sorte?] Sei lá, sou tranquila, discreta, fico na minha. (<i>Oliva, 17, m. cis, bissexual</i>)</p> <p>Minha irmã me xingava, tentava me diminuir por ser lésbica. Outro dia a gente discutiu, aí ela começou a falar um bucado de coisa, que ia atrasar meu lado aqui no trabalho, me chamou de “preta sapatão”, só porque eu sou mais preta que ela, no caso, ela é parda. Eu virei as costas e saí de casa, voltei uns dois dias depois, porque se eu ficasse ia dá merda pro lado dela. E eu sei que não vale a pena estragar minha vida por causa desse preconceito todo. (<i>Iris, 19, m. cis, lésbica</i>)</p> <p>Minha prima fala pra mim que se for pra ser, que seja discreto, não mostre que é, que ser lésbica é errado e ruim, que não é de Deus. Isso me deixa triste, ansiosa, confusa, até porque ela acolhe e depois não, aí eu fico apreensiva de a qualquer momento sofrer preconceito dentro de casa. Eu já falei que ia embora por causa dessas coisas, mas ela não deixa. A gente se desentende, mas conversa e fica de boa. Eu ajudo com a filha dela, com a casa. Quem não me aceitava muito era a minha tia, mas hoje ela releva, respeita, não critica. Na escola eu não era assumida, ninguém sabia. Eu era calada na minha. Eu não sou masculina, então ninguém me perturbava por ser lésbica. Quando eles desconfiaram, eu comecei a pegar homem e aí ninguém falava nada. (<i>Turquesa, 20, m. cis, lésbica</i>)</p> <p>Parentes me chamam de viadinho, “cu sujo”, pobre. Quando eu ia para o projeto diziam que eu estava me prostituindo, sempre jogaram essa palavra de maldição. Muita gente diz “É viadinho, ou vai entrar pra vida ou morrer”. Meu pai não gostava do meu jeito de ser, dava martelada no meu pé. Na rua jogavam tomate do lixo em mim, provocavam, xingavam. Tenho certeza que era por causa do meu jeito de ser, espalhafatoso. Eu uso roupa de mulher, mas não gosto de fazer ‘aquendamento’, aí faz o volume na roupa, aí é pirraça e bullying, eu levo na brincadeira, dou um sorrisinho de leve, disfarço. Para não chamar essa atenção negativa para mim. Até a quinta série a escola era de boa,</p>

mas depois eu sofri por ser diferente, era viadinho, puxavam meu cabelo, derrubavam na lama, batiam, chamavam de cabelo duro. Acho que eu parecia gay, indefeso. ‘Viado’, nem sabia o que era isso. Por isso eu preferia vir pro projeto e pra Fundação, pra dançar, me sentia melhor nesses lugares, deixava de ir para escola para dançar escondido. (*Rosa Choque, 22, p. não-binária, “gay”*)

Passabilidade é quando uma mulher trans chega num nível de feminilidade absurda, ao ponto da pessoa dizer “me passei, nem parece trans”. É uma frase transfóbica. Eu escuto isso, quando estou bem arrumada, a pessoa me olha, me trata como ela, mas quando falo, começa a errar o meu pronome. E não pode descer do salto, aí vira a preta raivosa e violenta. Isso desgasta, a gente cansa de estar o tempo todo ensinando. As pessoas não sabem se comunicar e parecem não querer aprender. Eu sofri muito homofobia na escola, mais por palavras. Melhorou no ensino médio, peguei amizade com todo mundo, pelo meu jeito, mas era uma estratégia também né, ser legal com todo mundo. Eu nunca abandonei a escola porque era diferente pra mim, sei que não é assim pra todo mundo que é diferente. Tinha medo, esperava que talvez eu não ia concluir os estudos, primeiro por causa da homofobia, e com a transição, por causa da transfobia. Mas era meu sonho concluir e fazer a minha formatura. A relação com minha mãe já foi muito ruim, de não me aceitar, me botar pra fora de casa todos os dias, de brigar comigo por tudo, pelo meu jeito, pelo andar, meu falar, por eu brincar de boneca. Eu ia pra rua e voltava depois. Nossa última briga foi horrorosa, eu saí de casa, chorei. Ela veio atrás e me convenceu a ficar, mas se eu tivesse saído naquele dia eu não sei o que seria de mim hoje. Tem alguma parte do meu dia que eu me sinto mal, minha autoestima cai, não consigo equilibrar. É uma cobrança surreal que pesa, tá sempre arrumada, de unha feita, tem que ter um corpão turbinado, porque se você é magra, as pessoas dizem que você tem doença, HIV, AIDS. Eu não consigo ser forte o tempo todo. Ainda que eu seja na sua frente, quando chego em casa eu desabo. (*Esmeralda, 21, m. trans, heterossexual*)

Eu tive relação e namorei com homem pra esconder tudo isso de minha vó. Tinha medo, ela não gostava dessas coisas, xingava, batia. Eu ficava escondida, na rua, aquela coisa toda. Na Banda D* tem que ser bem feminina e tudo isso eu não gosto, não uso. Eu fiz meu cabelo cacheado, solto, vesti a roupa feminina, botei brinco, maquiagem. Fui tocar, e depois tirei tudo, peguei meu dinheiro e fui pra casa. Eu sempre fui brincalhona. Eu não gosto dessas coisas, mas eu vou ter que fazer, né? É muito difícil a galera aceitar, respeitar, querer ver a mulher na música. Tem essa coisa de ser lésbica também, talvez até isso facilite, em alguns casos, os caras respeitam mais, assim como eu, não ser tão feminina. Já toquei em várias bandas, e quando tem os homens que se acha, eu faço melhor, mas peço ajuda, por mais que eles esteja sendo cavalo, eles respeitam mais se a gente não chegar mostrando que sabe mais. E quando eu vejo que tá demais, eu saio. Para gente, trabalho é sempre mais difícil, pelo jeito da gente, como é, se veste. Ser artista é um pouco diferente, eu achava muito difícil trabalhar com música na noite, mas hoje é de boa, eu saio com a galera de confiança, uma forma de proteção. (*Kobicha, 21, m. cis, lésbica*)

Recebia muitas críticas, piadinhas e fofocas “Ah porque na minha família não tem viado, não tem bicha. Ébano é da rua”, então eu me retraí. Na escola era um bocado de apelido “viadinho, marica, kiuuuu”. Eu sofri homofobia, preconceito de verdade. Teve muita coisa que machucou, uma vez na casa de um amigo, o pai dele chegou bêbado e falou “não quero viado aqui” e me deu um murro na cara. Eu acho que todo gay sofre, é uma pressão também, sempre a pergunta “mas você é o quê? Você é viado?”. Eu não queria falar, era coisa minha, sabe? Eu tava descobrindo, me conhecendo e também, não precisava falar, tava na cara eu ser viado. (*Ébano, 21, h. cis, bissexual*)

Minha mãe é homofóbica, cristã, acha que ser gay é uma coisa errada e quando descobriu que eu fiquei com menino ficou me chamando de viadinho, bichinha, me bateu. Meu padrasto me botou pra fora de casa, mas eu fui pra rua e depois voltei, não era relacionamento sério, nada de sexo ainda, só ficar, beijo. Já tentei falar com minha mãe, mas fiquei com medo da reação. Ela já sabe, só não quer aceitar. Depois que ela tomou cinco tiros numa briga, lá onde eu morava, ela voltou pra igreja e mudou com a família. Eu já sofri abuso sexual, o menino queria que eu fizesse relações, tentou me obrigar, botou o pênis pra fora, mas eu consegui sair correndo. Não consegui gritar. Eu fiquei deprimido, triste, sem graça, acho que ele achou que eu queria por ser gay, eu tinha uns 14 anos, ele uns 19. Na rua eu já sofri e sofro muitas violências, tem muitas pessoas homofóbicas, me xingam de viado e outras coisas. Pelo fato de eu conhecer muita gente nunca aconteceu nada de tipo de agressão física, é mais verbal, e assédio sexual, tipo os homens ficar chamando pra fazer coisas sexuais, sabe? E achar que ser gay é ser um objeto. Uma vez um homem bem mais velho pegou na minha perna, ficou roçando em mim, ele tava excitado, eu fiquei assustado, aí peguei um garfo e enfiei no joelho dele, aí apareceu outra pessoa e me defendeu. É isso, na rua, meu jeito de ser, mais discreto, fico na minha, sou legal, gentil, eu uso isso a meu favor pra cativar os adultos, aí eles me protegem quando eu preciso. Eu não me deito pra macho, pra hetero, tipo, não me abaixo, não dou ousadia, já briguei, já bati, já apanhei por causa dessas coisas, na escola é um salva-se quem puder. Às vezes, eu preciso de ajuda, choro a noite pensando nas coisas que as pessoas falam comigo, mas aí sempre tem alguém que me ajuda com isso, amigos. São muitos comentários que eu escuto que magoam. Eu sou forte em muitas situações, mas tem muitas vezes que eu me encontro sozinho e fico pensando “Por que o mundo não me aceita como eu sou?” [Pausa longa. Emocionado] (*Terracota, 16, h. cis, bissexual*)

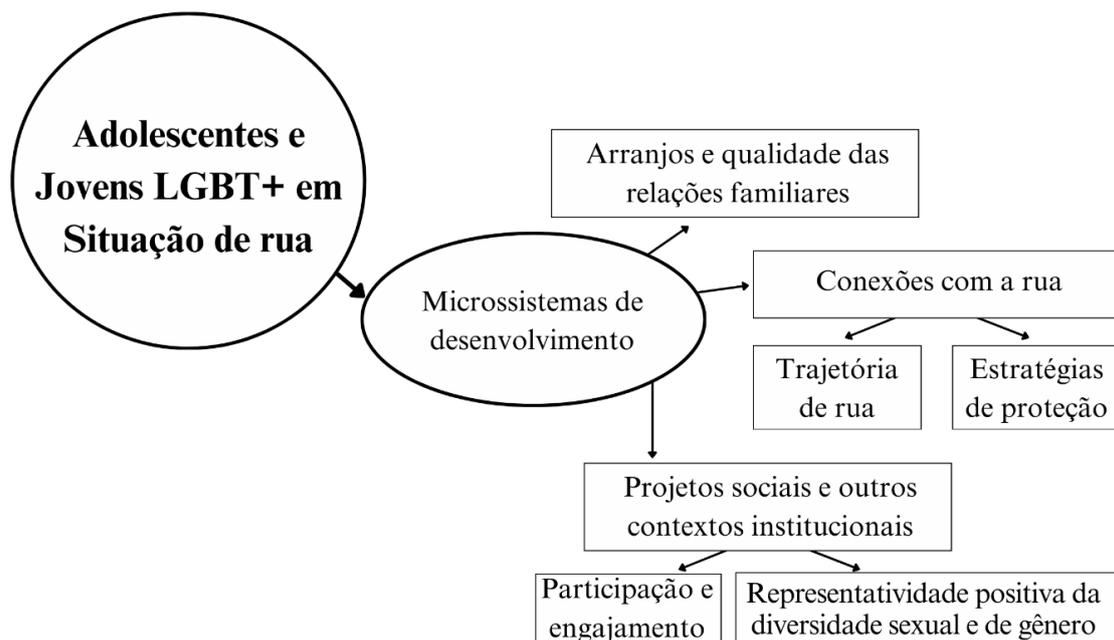
Antes de falar que era gay todo mundo da família já brincava, faziam chacota me chamando de bicha, viadinho; me sentia mal, mas tentava não pensar nisso, nem sabia o que era, depois entendi. Uma vez no metrô, no banheiro masculino, um homem achou que eu era mulher; eu falei “eu to no banheiro certo” e ele disse “Bolsonaro tá vindo aí pra matar esses viado tudo”. Eu tava só, fiquei paralisada, sem reação, mas do nada brotaram outras bichas, começou a bater boca, a gente foi pra delegacia prestar queixa, mas não deu em nada. Hoje uso o banheiro de cadeirante pra não passar por isso, pra prevenir, né? Quando eu era pequena, 13 anos, peguei um ônibus e tinha um homem com a coisa dura roçando em mim e no meu amigo, eu fiz um show, ai ele saiu correndo, ele não esperava essa reação, porque geralmente os homens heteros acham que a gente tá ali pra servir eles, pra dá o que eles querem e não é bem assim. Meu amigo tava com medo, porque tinha gente falando que a culpa era nossa. Eu acho que isso acontece muito com mulheres e bichas, é maldade que as pessoas tem na cabeça, só pode. Quando eu vou fazer entrevista de emprego tento me mascarar para poder ser aceita, ser menos eu para ver se me contratam. Sempre chego muito disfarçada nos trejeitos e comportamentos, nas roupas. As pessoas não querem dar um emprego para gente como eu. É bastante difícil isso. Duvidam muito da capacidade das LGBT, como se a gente não tivesse a capacidade de trabalhar em qualquer coisa. (Urucum, 19, p. não-binária, “gay”)

Meu pai saiu de casa quando eu tinha dois anos, e quando soube de mim não aceitou, disse que virei gay porque ajudava em casa lavando prato, porque não tinha um homem dentro de casa, que a culpa era da minha mãe que deixou eu fazer dança, coisa de bicha. Eu fiquei muito triste e magoado, mas eu perdoo, eu gosto dele. Eu continuo sendo eu, isso é só uma parte da minha vida. É sobre respeito, né? Na escola os hetero me pergunta como é ser gay e eu falo que é superbom. Sofre algumas coisas no começo, abusos, experiências ruins, gente fazendo mal, maltratando, porque acha que você não tem valor por ser gay, mas é deixar no esquecimento e seguir a vida, é o que eu tento fazer. Já aconteceu um assédio sexual comigo, eu escutei uma mulher falar “isso é porque é gay”. Aí vi que o homem estava quase ejaculando atrás de mim no ônibus. Achei aquilo um absurdo, fiquei nervoso, comecei a gritar, aí o homem desceu. Eu fiquei muito mal e acabei acreditando que a culpa era minha no início. Eu não estava fazendo nada, só porque sou gay o cara acha que to querendo alguma coisa? Isso as mulheres sofrem bastante, de ser assediada e tocada nos ônibus, e ninguém faz nada. Nos banheiros públicos, na rua, os homens ficam olhando a gente, os viados, as bichas, os gays e chamando pra fazer coisas, acontece muito, aconteceu comigo. Eu ia chamar o segurança, mas era bem capaz dele achar que a gente que tava querendo. Todo mundo acha isso. (Dourado, 20, h. cis, gay)

3) TEMA 3 – Microssistemas de desenvolvimento

Figura 5

Tema 3 – Microssistemas de desenvolvimento e subtemas



Este terceiro tema, como pode ser observado na Figura 5, contempla a análise dos três principais microssistemas de desenvolvimento dos(as) participantes deste estudo: a família, a rua e as instituições (projetos sociais, escola, dentre outros), uma vez que, para a TBDH, arcabouço teórico desta pesquisa, o desenvolvimento é compreendido como resultado de um processo interacional contínuo e recíproco entre a pessoa e os diferentes contextos vivenciados por ela ao longo do tempo (Bronfenbrenner, 1979/1996; 1989; 1995; 1999; 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Outrossim, os(as) participantes deste estudo são considerados como agentes ativos que atribuem significados às suas vivências e estabelecem sentidos singulares aos diferentes contextos em que vivem de maneira constante e dinâmica (Petrucci et al., 2016). Nessa perspectiva, são consideradas nesta análise as dimensões não só da pessoa em desenvolvimento, neste caso os(as) adolescentes e jovens e suas características (gênero, raça/etnia, habilidades etc.), como também as dimensões do processo, incluindo o engajamento deles(as) nas atividades cotidianas e processos proximais com outras pessoas, objetos e símbolos, nos três contextos mencionados, ao longo do tempo.

Cada contexto que integra o microssistema dos(as) participantes é representado por um subtema, sendo que dois deles se desdobram em outros elementos temáticos. O primeiro subtema é denominado de “arranjos e qualidade das relações familiares” referente ao contexto família. O segundo subtema, chamado de “conexões com a rua”, engloba mais dois elementos temáticos do contexto rua, sendo eles “trajetória de rua” e “estratégias de proteção”. Já o terceiro subtema se refere aos contextos institucionais, sendo ele “projetos sociais e outros contextos institucionais”. Este terceiro subtema trata ainda dos elementos temáticos “participação e engajamento” e “representatividade positiva da diversidade sexual e de gênero”. A seguir são descritos cada subtema e seus respectivos trechos ilustrativos.

Subtema 3.1 “arranjos e qualidade das relações familiares”

Este subtema trata das configurações familiares dos participantes, com destaque para as significações de família, modalidades de cuidado, arranjos e qualidade dos laços familiares. Observamos que os diferentes arranjos familiares dos participantes incluem tanto contextos familiares mais acolhedores e protetivos, quanto aqueles marcados por experiências de rejeição, violência e risco. Cabe salientar que estamos nos referindo a famílias atravessadas pela pobreza e vulnerabilidade social, sendo que algumas delas vivenciam a rua como possibilidade de sobrevivência e tem como característica importante a circulação do cuidado com os filhos(as), conforme descrito por Fonseca (2006).

Destacamos que os significados atribuídos à família por parte dos(as) participantes envolvem definições positivas diversas como amor, acolhimento, ser tratado bem, união, proteção e família como uma base importante, um ambiente onde não deve haver julgamentos. Podemos observar a referência a concepções mais amplas de família, que extrapolam os laços consanguíneos, incluindo, assim, amizades, como ressalta Urucum “*eu aprendi que família não é só laço sanguíneo. Eu tenho amigos que considero, que escolhi como família e eles me escolheram*”; e, também é reforçado por Ébano “*minha família é minha mãe e meus amigos, pessoas que eu posso contar, que me conhece de verdade*”, além de Esmeralda que também cita amigas como família considerada “*tenho várias amigas que eu levo pra minha vida, como uma família que eu considero, de eu confiar de olhos fechado, de eu saber que se eu precisar elas vão estar ali*”.

Os laços familiares de consideração também são estendidos para os contextos institucionais, com destaque para o projeto social no qual estão inseridos(as). Podemos observar isso nas falas de participantes como Kobicha, que enfatiza “*aqui é praticamente uma família, todo mundo conversa, se entende, a gente tenta resolver e explica o momento, o que é certo, o que é errado. Eu tenho um pouco de família aqui no projeto, viu?*” e Iris, que sinaliza algo nessa direção. A participante Oliva destaca que considera como família, não só o projeto social, mas também qualquer outro contexto que a trate bem “*o projeto eu considero família, a escolinha de futebol, na verdade, qualquer lugar que eu chego e faço uma amizade, eu considero minha família. Família pra mim é ser tratado bem*”, algo que se relaciona com o seu próprio conceito de família.

Vale ressaltar que essas relações com contextos e pessoas identificadas pelos(as) participantes como “família escolhida” ou “considerada” são valoradas positivamente e parecem fazer alguma suplência em relação às experiências vivenciadas junto à família de origem (nuclear e estendida), sobretudo, àquelas marcadas por ausência de apoio e acolhimento. Nesse sentido, conforme destacam Silva e Robison (2021), são experiências de suporte social (incluindo as famílias que acolhem e apoiam os(as) participantes) que se configuram como uma importante estratégia para minimização dos efeitos negativos dos estressores de minoria, sejam distais ou proximais (Kertzner et al., 2009; Meyer, 2003; 2015; Meyer & Frost, 2013).

Foram reportadas nas entrevistas cinco experiências de acolhimento das diversidades sexuais e de gênero que resultaram, segundo os(a) adolescentes e jovens, na aceitação da orientação sexual, a partir do diálogo, orientações de cuidado e suporte. Podemos citar como exemplos as falas de participantes como Dourado, que destaca a importância do suporte

recebido, sobretudo, da figura materna “*minha família é meu tudo, muito unida, presente no meu dia a dia. Minha mãe é meu porto seguro, me dá uma força. Eu não tenho palavras para descrever o quanto eu sou apoiado na minha casa*”; Kobicha, que ressalta aspectos da qualidade das relações familiares e o tipo de suporte recebido “*a gente se ensina, se entende, tem uma relação massa (...) pessoas que tão ali junto, que pergunta, se preocupa, dá carinho, amor, afeto, procura saber se está bom, incentiva, aconselha o caminho certo*”; Urucum, que salienta a relação de cuidado e apoio existente com dois irmãos, considerando que perdeu a mãe aos 14 anos e a figura paterna é distante “*meu irmão sempre cuidou de mim quando era pequena, hoje moro com ele, a relação é normal (...) tem minha irmã mais velha que a gente se ajuda quando precisa*”; Rosa Choque, que também destaca a relação de afeto com o irmão, ainda que marcada por certo distanciamento “*apesar da gente não conversar muito, ele diz aos meus amigos que me ama, que fica preocupado comigo*”; e, Iris, que comenta sobre a aceitação da sua orientação sexual por toda família “*todo mundo me aceita e trata bem*”.

Nesses casos citados é possível afirmar o quanto suporte recebido no contexto familiar se relaciona diretamente com os sentimentos de autoconfiança, segurança e aceitação, corroborando com a literatura quanto aos efeitos positivos do suporte familiar, considerados como geradores de maiores níveis de bem-estar (Feinstein et al., 2014; Ryan et al., 2010; Shilo & Savaya, 2011). Por outro lado, também foram relatadas experiências de rejeição da orientação sexual e da identidade de gênero, resultando em impactos negativos na qualidade das relações familiares, em alguns casos, incluindo violências verbais, físicas e até expulsão de casa. Os conflitos com a família de origem são apontados pelos(as) participantes como motivações de ida para rua, algo que é ressaltado pela literatura (Santana & Vezedek, 2019; OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020).

A expulsão de casa por conta de conflitos familiares é citada pelas participantes Urucum, Turquesa e Terracota (como mencionado no tema anterior, na situação em que ele foi expulso de casa pelo padrasto depois que a mãe descobriu sobre a sua orientação sexual). Terracota ressalta que não encontra abertura para se relacionar com a mãe, justamente pela ausência de suporte e apoio no tocante a sua orientação sexual, como podemos observar no trecho em que diz “*não tenho muita relação com minha mãe, não falo muito, porque não tem abertura. Meu pai é homofóbico, machista. Eu falo bem pouco com ele, não mora comigo*”. A ausência de suporte familiar é também citada por Esmeralda “*família é não julgar e se colocar no lugar do outro, e minha família não faz isso, eu não acho essa rede de apoio, esse olhar amigo*”.

Observamos também três situações relacionadas ao estressor proximal denominado de expectativas de rejeição e ocultação da orientação sexual (Meyer, 2003) no contexto da família. A primeira, no caso de Oliva, que afirma preferir não falar para a família sobre sua bissexualidade “*minha mãe e meu pai não sabem de mim, mas isso não me preocupa, mas eu prefiro não contar*”. A segunda situação é relatada por Dourado, que tinha uma expectativa negativa sobre o momento de abertura da sexualidade, que acabou não se concretizando “*achei que ia ser aquele desgaste, tristeza, que ninguém ia gostar de mim, eles aceitou muito bem minha sexualidade*”. Já a terceira, mencionada por Urucum, descreve uma expectativa de rejeição que também não se concretizou, ao menos, de uma maneira explícita como a participante imaginava, mas que resultou no afastamento por parte da figura paterna “*meu pai até reagiu de boa sobre mim, não me bateu, não me expulsou de casa, não foi como eu imaginei que ele faria, só que depois ficou distante, começou a beber muito, arranjou uma mulher e tipo ganhou o mundo*”.

Cabe destacar que, apesar da frequência dos conflitos e outras adversidades vivenciadas no contexto familiar, observamos que há a manutenção dos laços familiares dos(as) participantes, algo presente na literatura (Ferreira et al., 2014; Tfouni & Moraes, 2003). Ainda sobre isso, a pesquisadora Froma Walsh (2016), ao discutir sobre a dinâmica e os modos de funcionamento das configurações familiares, destaca o quanto é importante se conhecer os impactos das mudanças traumáticas no funcionamento das famílias em termos dos recursos e vulnerabilidades que dispõem e vivenciam, respectivamente. Para ela, há um potencial para o crescimento pessoal e relacional que pode ser forjado a partir das adversidades, ou seja, ainda que as famílias sejam atravessadas por infortúnios, a depender dos recursos e possibilidades de arranjos disponíveis a nível de contexto, as relações podem ser significativas e promotoras de cuidado, ainda que de maneira paradoxal e com limitações.

Nesse caminho, é oportuno salientar que identificamos situações de acolhimento e suporte familiar, mesmo com algumas condicionalidades e limites, sobretudo, relacionados a comportamentos e condutas das diversidades sexuais e de gênero. Nesse sentido, além dos casos citados no primeiro tema dessa seção, como de Ébano (que a mãe pede que ele não seja travesti), e também de Turquesa (que a prima sugere que ela seja mais discreta e não demonstre ser lésbica), podemos citar a situação de Esmeralda, na qual a participante relata que é estabelecido um contrato tácito de convivência possível no contexto familiar, uma vez que a relação com a mãe é atravessada por outras questões, não detalhadas pela participante em entrevista, mas que se relaciona com condutas moralmente questionáveis, como podemos observar no trecho “*minha mãe não é flor que se cheire, ela faz muitas coisas erradas, a*

gente mora junta, mas nem eu me meto na vida dela e nem ela na minha. Por mais que eu sinta a falta dela, eu acho que ela perto de mim não daria certo”.

A literatura acentua o quanto a condição de minoria sexual e de gênero pode impactar negativamente diversas dimensões da vida (Meyer, 2003) como a saúde mental, incluindo altos níveis de ansiedade, depressão dentre outros desfechos (Clark et al., 2020; Dyar et al., 2019; King et al., 2008; Lucassen et al., 2017). Sobre isso podemos observar o relato de Turquesa, que descreve os impactos negativos da relação conflituosa com sua mãe para sua saúde mental, quando diz *“minha mãe eu não tô considerando família, a gente briga sempre, ela fala muita coisa que me ofende. Depois que minha avó morreu a gente foi morar com ela; deixava a gente sozinho em casa, tratava mal, botava pra fora de casa, a gente ficava na rua, xingava. E palavras machucam, né? Quem sofre de ansiedade, fica com essas coisas na cabeça”.*

De um modo geral, consideramos que o contexto familiar, ainda que marcado por ambiguidades, limites de acolhimento e aceitação, perdas significativas, dentre outras situações adversas, ainda se constitui como um microsistema significativo de referência para os(as) participantes da pesquisa. Vale salientar o quanto o papel das famílias se apresenta de modo extremamente paradoxal na vida dos participantes. Há por parte deles(as) uma certa idealização de um imaginário social de família que se traduz na afirmação *“família é família”* que reitera a noção de que a família nuclear/origem goza de um status inevitável, quase um destino do qual não se escapa, que é preciso mesmo se relacionar. Aqui se observa o quanto nos contextos familiares há um encontro entre discursos e práticas em dimensões da amorosidade e da violência, considerando toda contradição que pode caber nesse encontro amalgamado que ora ama e acolhe, ora violenta e exclui e/ou expulsa. Nesse sentido, na Tabela 6, são exemplificados os trechos extraídos das entrevistas que ilustram esse subtema.

Tabela 6

Tema 3 – Microsistemas de desenvolvimento – Subtema 3.1 “arranjos e qualidade das relações familiares”

Subtema	Trechos extraídos das transcrições das entrevistas
3.1 “arranjos e qualidade das relações familiares”	<p>Família pra mim é amor, acolhimento, união, proteção. Meu pai catava garrafa, mas deu três crises convulsivas, não trabalha mais. Minha mãe catava papelão, tinha um problema na cabeça porque foi atropelada quando era criança. Meu irmão hoje vende queijo na praia, tá estudando e vem pro projeto direitinho. Antes ele trabalhava no tráfico, dormia na rua, quebrava carro e quando minha mãe morreu ele se endireitou e eu piorei, virei “banda voou”, não queria escola, nem projeto. Acontece de eu ir pra rua, aí ele cuida da casa e do meu pai. Apesar da gente não conversar muito, ele diz aos meus amigos que me ama, que fica preocupado comigo. Com meu pai eu falo, cumprimento, mas não fico muito tempo perto, não gosto. Ele bebia e batia na minha mãe (<i>Rosa Choque, 22, p. não-binária, “gay”</i>)</p> <p>Família é tudo que tem de bom e importante. Todo mundo mora perto, meus irmãos, sobrinhos, cunhada, minha mãe. Meu pai é falecido. Todo mundo me aceita e trata bem. A relação com minha</p>

mãe é boa, com os irmãos, mais ou menos, a gente não briga tanto porque não fico muito em casa, tô trabalhando, fazendo minhas coisas. De noite eu saio da escola e fico na casa da minha namorada, nem fico mais na rua. Tem aqui o projeto, que eu considero como minha família também. (*Iris, 19, m. cis, lésbica*)

Minha mãe faleceu eu tinha 14, dormi com ela e acordei sem. Não tive nem tempo de sofrer. Até hoje eu não pude sentir. Eu aprendi que família não é só laço sanguíneo. Eu tenho amigos que considero, que escolhi como família e eles me escolheram. Meu irmão sempre cuidou de mim quando era pequena, hoje moro com ele, a relação é normal. A minha casa que eu tô construindo é do lado, eu fiz a fundação sozinho, comprei o material e ele é o pedreiro. A gente não se vê, eu passo o dia na rua, tem escola, aqui o projeto e fico na rua mesmo, fazendo minhas coisas. Meu pai até reagiu de boa sobre mim, não me bateu, não me expulsou de casa, não foi como eu imaginei que ela faria, só que depois ficou distante, começou a beber muito, arranjou uma mulher e tipo ganhou o mundo. Tem minha irmã mais velha que a gente se ajuda quando precisa, a outra eu não falo, porque me expulsou de casa, quando meu pai vendeu a casa. (*Urucum, 19, p. não-binária, "gay"*)

Minha mãe, meu pai e quatro irmãos que mora com a gente. Família é a base pra tudo que você precisar. O projeto eu considero família, a escolinha de futebol, na verdade, qualquer lugar que eu chego e faço uma amizade, eu considero minha família. Família pra mim é ser tratado bem. Minha mãe e meu pai não sabem de mim, mas isso não me preocupa, mas eu prefiro não contar. As minhas irmãs tudo sabe. Minha irmã mais velha é lésbica, minha prima também é, um irmão aqui no projeto. (*Oliva, 17, m. cis, bissexual*)

Meu Pai, meu irmão, dois tios e um primo. A gente se ensina, se entende, tem uma relação massa. Tem um tio lá em casa que a gente não se dá muito. Eu considero família as pessoas que tão ali junto, que pergunta, se preocupa, dá carinho, amor, afeto, procura saber se está bom, incentiva, aconselha o caminho certo. Meu irmão nasceu, eu fui ficar com minha avó para cuidar dele. Depois nasceu outro. Quando minha avó faleceu, fui morar com meu pai e peguei meu irmão, se não ele ia parar no juizado que nem o mais novo. Minha mãe perdeu a guarda pra outra parte da família. Cada filho é um pai, ela tem vários vícios, sempre ficava na rua (...) Aqui é praticamente uma família, todo mundo conversa, se entende, a gente tenta resolver e explica o momento, o que é certo, o que é errado. Eu tenho um pouco de família aqui no projeto, viu? (*Kobicha, 21, m. cis, lésbica*)

Minha mãe e meus irmãos, são oito, mas só uma mora comigo. Eu considero todos família, e mesmo não querendo, o meu padrasto. Família é a única coisa que eu tenho, caso eu faça algo errado, só eles vão poder me apoiar. Não tenho muita relação com minha mãe, não falo muito, porque não tem abertura. Meu pai é homofóbico, machista. Eu falo bem pouco com ele, não mora comigo. (*Terracota, 16, h. cis, bissexual*)

Minha família é minha mãe e meus amigos, pessoas que eu posso contar, que me conhece de verdade. Moro com meu padrasto, minha mãe e os meus irmãos. Meu pai me ajuda com coisas materiais, às vezes. Mas apoiar, falar, conversar, é mais a minha mãe. (*Ébano, 21, h. cis, bissexual*)

Minha família é meu tudo, muito unida, presente no meu dia a dia. Minha mãe é meu porto seguro, me dá uma força. Ao total eu tenho seis irmãos, mas só mora comigo o caçula. Eu não tenho palavras para descrever o quanto eu sou apoiado na minha casa. Eu achei que ia ser aquele desgaste, tristeza, que ninguém ia gostar de mim, eles aceitou muito bem minha sexualidade. (*Dourado, 20, h. cis, gay*)

Tem minha prima, a filhinha e o marido dela, moro com eles e considero como família. Minha mãe eu não tô considerando família, a gente briga sempre, ela fala muita coisa que me ofende. Porque eu acho que mãe precisa ser amiga, conversar as coisas, te acolher, mas ela é o contrário disso, sempre foi complicada a relação, a gente ficava com minha avó, são vários irmãos, sete comigo. Ela nunca conseguiu morar com a gente, ela saía e ficava meses na rua. Depois que minha avó morreu a gente foi morar com ela; deixava a gente sozinho em casa, tratava mal, botava pra fora de casa, a gente ficava na rua, xingava. E palavras machucam, né? Quem sofre de ansiedade, fica com essas coisas na cabeça. Ela continua na rua. Hoje eu vou na casa dela, mas tem hora que não pra conviver. Eu já morei na casa de várias pessoas, eu e meus irmãos, pulando de casa em casa. Mais recente que eu fui morar com minha prima, aí as coisas melhoraram, em partes pelo menos. (*Turquesa, 20, mulher cis, preta, lésbica*)

Família é não julgar e se colocar no lugar do outro, e minha família não faz isso, eu não acho essa rede de apoio, esse olhar amigo. Minha mãe não é flor que se cheire, ela faz muitas coisas erradas, a gente mora junta, mas nem eu me meto na vida dela e nem ela na minha. Por mais que eu sinta a falta dela, eu acho que ela perto de mim não daria certo. Nunca apresentei ninguém a minha mãe, tenho vontade, mas não tem pessoas. Eu sinto falta de um pai hoje, mas minha mãe fala que ele era preconceituoso e que se tivesse vivo eu não teria me tornado trans, então acredito, que tem males que vem para bem. E tenho várias amigas que eu levo pra minha vida, como uma família que eu considero, de eu confiar de olhos fechado, de eu saber que se eu precisar elas vão estar ali. (*Esmeralda, 21, m. trans, heterossexual*)

Subtema 3.2 “conexões com a rua” – “trajetória de rua” e “estratégias de proteção”

Neste subtema são apresentados os elementos que compõem as conexões estabelecidas com o microssistema rua. O primeiro elemento se relaciona a “trajetória de rua” dos(as) participantes, contemplando dimensões como os motivos de ida para a rua, atividades realizadas nesse espaço, o tempo de experiência e possíveis situações de risco/violências sofridas nesse contexto. Nessa direção, são analisadas como um segundo elemento as “estratégias de proteção” mobilizadas na rua frente as adversidades vivenciadas especificamente nesse contexto de desenvolvimento, incluindo comportamentos de autopreservação e outros meios de cuidado desenvolvidos pelos(as) participantes.

A partir da categorização das principais motivações que geram a ida para rua proposta por Santana et al. (2021), podemos observar a prevalência do motivo “rua liberdade”, que contempla os casos em que os(as) adolescentes e jovens são atraídos(as) para a rua pela dimensão de liberdade que ela representa, no sentido de abertura de possibilidade de vivências da sexualidade e identidade de gênero, bem como para escapar das regras e obrigações do ambiente doméstico, dentre outros. A rua, nessa perspectiva, é considerada pela maioria dos(as) participantes como um espaço importante de socialização, de vivência de experiências sexuais e de gênero dissidentes, além de estar intimamente ligada a dimensão socioeconômica, visto que é nítida a dificuldade e/ou ausência de acesso seguro a bens culturais e outros serviços. Podemos tomar como exemplos disso falas como de Kobicha “*precisava da rua pra poder viver minhas coisas, saía escondido, ia pra festas, voltava para casa no outro dia*”; de Dourado “*já dormi na rua, mas assim no bairro, pra namorar, fazer minhas coisas*”; de Urucum “*minha rua é muita festa, eu venho pras festas, não tenho como voltar pra casa, porque não tem dinheiro, nem ônibus, aí fico na rua, durmo, assim mesmo na calçada e só volto pra casa no outro dia*”; e, de Turquesa “*agora a rua é quando eu saio, vou ali [Risos] que não é sempre. Porque eu vou pra ficar, fazer minhas coisas e fica tarde*”.

Ainda nesse caminho, é oportuno citar mais dois exemplos da “rua liberdade”. O primeiro é do participante Ébano, que descreve explicitamente a diferença de tratamento que percebe em relação a outros adolescentes e jovens heterossexuais no que se refere a vivência da sexualidade e o uso do espaço da rua para esta finalidade. Ele diz “*eu já dormi muito na rua, por causa de festas, para namorar, me divertir. Eu faltava escola para ir atrás dos moleques para ficar, namorar, na rua mesmo. É que não dá pra fazer isso perto de casa como os hetero faz. A rua sempre foi o lugar onde eu ia para viver minhas coisas*”.

A segunda situação é a de Terracota, que além de considerar a rua como um espaço fundamental de expressão e de vivência de sua sexualidade, o faz em oposição ao ambiente familiar, marcado por rejeição e falta de suporte. Nesse sentido ele relata *“recentemente, eu dormi umas seis vezes porque eu não queria voltar pra casa, tinha brigado com minha mãe (...) fico de noite e madrugada, aí pela rua, só pra não voltar pra casa, lá não posso ser eu. Eu uso a rua pra me divertir, me expressar (...) sou mais eu na rua, sou uma pessoa alegre, sou divertida, uma coisa que não sou em casa”*. A participante Rosa Choque menciona algo também nessa direção, sobre não se sentir bem em casa, se sentir incomodada e por isso prefere estar na rua. O mesmo para a participante Esmeralda, afirmando que não gostava de ficar em casa e que por isso ia para a rua, mas ressalta nunca ter dormido nesse contexto.

Outros motivos de ida para a rua também aparecem em sobreposição com a “rua liberdade”, e entre si. O motivo “rua cuidadores”, que englobam os casos de histórico de situação de rua de parte ou de toda a família, é citado por quatro participantes: Rosa Choque *“minha família quando me teve estava morando na rua. Lembro da gente pedindo para quem passava, nos mercados. A gente comia do lixo e ficava numa casa abandonada, meu pai e minha mãe catando. Foi uma época difícil”*; Turquesa *“eu era da rua, minha família toda, fazia malabarismo, pedia dinheiro. Eu ia direto com minha mãe e meus irmãos. Ela levava todo mundo, passava o dia lá pra ganhar a vida na sinaleira”*; Terracota *“fiquei um tempo na rua com a minha mãe e alguns irmãos. A gente dormia na rua e tudo, foi entre meus 10 e 12 anos”*; e, Esmeralda *“já fui sem teto, morei em ocupação com minha mãe. Eu sempre fiquei muito tempo na rua”*.

Já o motivo “rua fuga”, que inclui os casos de “expulsão” de casa por fatores como morte de pelo menos um dos responsáveis, por violência doméstica, situações de negligência, dentre outros; e, a “rua trabalho”, que contempla a ida para a rua visando a realização de atividades de geração de renda, também aparecem em sobreposição. Assim como o motivo “rua drogas”, especificamente, quanto a atuação do participante Dourado na rede do tráfico de drogas *“eu tava precisando de dinheiro e buscava droga, olhava a rua, eu tava no tráfico”*. Importa destacar que, neste caso, não foi observada a questão do uso/abuso de substâncias psicoativas, que também é uma dimensão contemplada por essa categoria proposta por Santana et al. (2021).

Como ressaltamos anteriormente, a rua entendida como um contexto de desenvolvimento, tanto pode implicar riscos quanto situações protetivas (Santana et al., 2018; Santana & Vezedek, 2020). Em síntese, no que se refere aos riscos vivenciados nesse contexto, os(as) participantes do estudo apontaram os seguintes elementos: a insegurança

alimentar e nutricional; ausência de espaços seguros para descanso e dormida; o uso abusivo de substâncias psicoativas por parte dos responsáveis, bem como as violências e risco de morte relacionadas a atuação na rede do tráfico de drogas; a falta de recursos financeiros e materiais que podem resultar, por exemplo, na dificuldade ou impedimento de retorno para casa por falta de dinheiro para pagar transporte (público e/ou outros); exposição a situações de assédio/abuso sexual; violência urbana e policial; ser/parecer LGBTQ+ como condição que expõe a vitimizações, que incluem violências físicas, verbais e simbólicas decorrentes do preconceito e discriminação contra as diversidades sexuais e de gênero, além do racismo; e, especificamente, a exposição a situações que envolvem a exploração sexual e/ou o sexo transacional (Meireles, 2020), a partir do uso do sexo como meio de acesso a bens e recursos.

É oportuno destacar que a questão da exposição à violência policial no contexto da rua é uma dimensão referida pela literatura (Milburn et al., 2006; Snapp et al., 2015; Tunåker, 2015), com destaque para o fato de agentes da segurança pública serem referidos como os principais violadores de direitos/autores das violências sofridas nas ruas contra crianças, adolescentes e jovens em situação de rua (Santana & Vezedek, 2019; OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020). Podemos verificar essa questão no relato do participante Terracota *“na rua eu tenho medo é da polícia, porque eles não querem saber de nada, chega atirando e perguntando depois, bate em criança, velho, mulher grávida, quem tiver na frente”*. E da participante Iris *“Só não me sinto segura com a polícia, então eu evito qualquer situação que tenha ou dê polícia”*, que relata uma experiência na qual ser reconhecida como do gênero feminino funcionou como um fator protetivo, ainda que, para ela, ser mulher na rua ofereça riscos específicos, como maior exposição ao assédio e abuso sexual *“uma vez um policial achou que eu era menino, aí me pegou e quando descobriu que eu era menina, me soltou. Nesse caso, é o contrário, ser menina ajudou. Mas com certeza é mais difícil ser menina na rua”*.

Ademais, no tocante às estratégias de proteção desenvolvidas na rua frente às adversidades vivenciadas nesse contexto, o principal cuidado destacado pelos(as) participantes tem a ver com estar na rua em grupo, seja com pares, principalmente aqueles(as) que também se constituem como minorias sexuais e de gênero, quanto adultos que se tornam referência a partir do desenvolvimento de laços de amizade. Nesse sentido, conhecer a rua e se fazer conhecido(a), ou seja, “fazer amizades”, constitui-se como uma importante estratégia de proteção nesse contexto.

Sobre essa dimensão podemos citar como exemplos os relatos de alguns(as) participantes: Esmeralda *“sempre saio acompanhada, em grupo, se eu for para algum lugar preciso ter o dinheiro para voltar, ou voltar cedo, porque morro de medo de passar por*

alguma coisa, de ser morta”; Urucum *“eu nunca saio sozinha, acho mais perigoso ficar na rua sozinha, ainda mais sendo LGBTQ+”*; e, Oliva *“na rua eu só me sinto segura porque tinha outros amigos comigo. Então estava sempre em grupo. Com o pessoal da nossa vibe, diferente”*. As três participantes lésbicas também citam essa estratégia de andar em grupo como forma de proteção e ainda especificam o receio de ser assediada: Kobicha *“nunca fico sozinha na rua (...) sempre evitei (...) a rua de noite é mais perigosa para quem é mulher, né? Lésbica também (...) eu tentava andar de galera, fazer amizade na rua. Porque se alguém mexesse comigo eu ia ter quem me ajudasse”*; Turquesa *“na rua hoje em dia eu procuro sempre não ficar sozinha. De ficar em grupo, pra se proteger mesmo, também ser mulher na rua é difícil, medo de alguém querer mexer, fazer mal”*; e, Iris *“eu nunca gostei de andar sozinha, ainda mais de noite, tinha medo de algum homem mexer comigo e ser mais forte que eu”*. Sobre isso, Tebbe et al. (2018) afirmam que mulheres lésbicas são mais frequentemente expostas a objetificação sexual e assédio.

Uma vez que ser LGBTQ+ para os(as) participantes é compreendido com uma condição que os(as) expõe a mais riscos na rua, também são utilizadas estratégias que visam amenizar características, comportamentos e elementos que são lidos socialmente como constitutivos do *status* de minoria sexual e de gênero. A primeira delas é parecer menos afeminado (comportamentos mais discretos visando *“disfarçar”*, *“lacrar menos”*, *“não dar muita pinta”* *“andar de cara fechada parecendo hétero”* etc.), no caso dos participantes gays e não-binários. Podemos citar como exemplos a fala de Ébano, que diz *“na rua, é uma questão também de não dar muita pinta. Pra não chamar tanta atenção, porque tem gente que pode se achar no direito de fazer mal a gente, entendeu? Precisa disfarçar um pouco. Quando dá né, às vezes, não dá”*. Além de Dourado que comenta *“as pessoas, principalmente, homens e moleques ficam mexendo com a gente e os meninos começam a lacrar pra botar medo neles, mas eu fico na minha, tenho medo. Acho perigoso. Por isso passei a andar na rua muito plantado (...) falam que eu ando na rua parecendo hétero (...) ando de cara fechada (...) não abro sorriso para qualquer um”*.

A segunda estratégia é parecer mais masculina (*“se vestir como homem”*, uso de bonés, bermudas, camisas, comportamentos considerados masculinos etc.), em relação às mulheres lésbicas, que indicam ser essa uma característica pessoal, que tem efeitos protetivos, mas não configura uma intencionalidade explícita para este fim. Podemos observar isso no relato de Iris *“eu gosto de me vestir assim, boné, bermuda, parecendo um menino, e acho que isso me protegia de alguma forma”*.

Outras estratégias são citadas como não reagir a provocações, pirraças e chacotas (“*pagar de maluca e desentendida*”); ser um LGBT+ mais tranquilo(a), gentil e “*pegar amizade/ser legal com todo mundo*” como forma de construir relações com pessoas que possam ajudar e proteger em situações de necessidade; em casos de dormida na rua, divisão de tarefas entre quem dorme e quem fica de vigília protegendo o grupo, bem como dormir de dia para ficar desperto à noite; e, fortalecer-se psicologicamente para não sucumbir, deprimir e até mesmo morrer como consequência da exposições cotidianas a episódios de violência.

Ressaltamos ainda que os(as) participantes também referiram a reação direta como forma de proteção em casos de violências sofridas no contexto da rua, incluindo o ato de discutir verbalmente (“*bater boca*”, “*gritar*”, “*dar show*”, “*lacrar*”, “*bater palminha*”), assim como reagir fisicamente, através de luta corporal. De modo a ilustrar este subtema, apresentamos, na Tabela 7, trechos extraídos das entrevistas realizadas.

Tabela 7

Tema 3 – *Microsistemas de desenvolvimento* – Subtema 3.2 “*conexões com a rua*”

Subtema	Trechos extraídos das transcrições das entrevistas
3.2 “conexões com a rua”	<p data-bbox="831 1037 1027 1072">“trajetória de rua”</p> <p data-bbox="427 1070 1434 1261">Quando era pequena passava muito tempo na rua, cresci na rua, né? Ia pra praia, jogar bola, passear, passava o dia pela cidade. Já cheguei a dormir na rua na adolescência. Eu precisava da rua pra poder viver minhas coisas, saía escondido, ia pra festas, voltava para casa no outro dia. Uma vez fui atrás de uma mulher, me bateu uma loucura e fiquei lá pela rua mesmo, só voltei no outro dia porque tinha projeto e ia tocar. Sempre saía pra namorar, porque minha avó era uma agonia, um aperto de mente, mas depois foi tranquilo porque fui morar com meu pai. Hoje em dia eu parei mais com isso, saio pouco, fico mais perto de casa, sou uma senhorinha. (<i>Kobicha, 21, m. cis, lésbica</i>)</p> <p data-bbox="427 1279 1434 1581">Minha família quando me teve estava morando na rua. Lembro da gente pedindo para quem passava, nos mercados. A gente comia do lixo e ficava numa casa abandonada, meu pai e minha mãe catando. Foi uma época difícil. Meu irmão começou a roubar, a traficar, parou de estudar e meu pai só bebia, muito álcool, a ponto dele dormir na rua embriagado. Quando ele sumia a gente ia atrás dele na rua. Não consigo me sentir à vontade em casa, me incomoda. Eu fico muito na rua, nem tomava café, porque muitas vezes nem tinha nada. Não ia pra escola. Ficava até de noite, madrugada. Na rua eu dava meus pulos, meus corres, pedia comida, tem pessoas no bairro que conhecem já e ajudam, quando podem. Eu já trabalhei entregando alimentos, fazendo faxina, atendendo mesa na praia, com acarajé, cerveja. Agora, graças a Deus, eu voltei pro projeto e tem essa bolsa de aprendiz, vai ajudar muito. A gente briga muito, eu e meu irmão, pelo fato de eu viver na rua. Ele acha que eu tenho dinheiro, que uso com as pessoas da rua. (<i>Rosa Choque, 22, p. não-binária, “gay”</i>)</p> <p data-bbox="427 1599 1434 1843">Eu já dormi na rua, mas assim no bairro, pra namorar, fazer minhas coisas. Mas eu não gosto muito de amanhecer na rua, porque sempre acho que vai acontecer alguma coisa, tiro, morte, onde moro é perigoso. Eu tava precisando de dinheiro e buscava droga, olhava a rua, eu tava no tráfico. É que tem uma ideia que botam na cabeça da gente que essa é a única vida que a gente pode ter, que é pro resto da vida, e eu descobri que não, que é possível outras coisas, outros caminhos. Tem muito adolescente e jovem ainda que pensa isso. É triste. Quando eu entrei no projeto descobri outra rua, que as pessoas vão pra se divertir, que tem amigos, pra aproveitar a vida, não ficar nesse mundo de violência. Aí eu decidi que não queria mais aquilo pra minha vida. Eu saí, mas todo mundo me conhece, respeita, fala comigo. Até pede conselho. (<i>Dourado, 20, h. cis, gay</i>)</p> <p data-bbox="427 1861 1434 1939">Minha rua é muita festa, eu venho pras festas, não tenho como voltar pra casa, porque não tem dinheiro, nem ônibus, aí fico na rua, durmo, assim mesmo na calçada e só volto pra casa no outro dia. (<i>Urucum, 19, p. não-binária, “gay”</i>)</p> <p data-bbox="427 1957 1434 2036">Eu fico na rua, mas não é, assim, largada, vou para jogar bola, fico até tarde, de madrugada, até o sangue dizer chega. Eu já amanheci muito na rua, mas não considero assim, que dormi, deitei e dormi. Não sei. Mas eu conheço bem a rua. Eu tento voltar pra casa, né? (<i>Oliva, 17, m. cis, bissexual</i>)</p> <p data-bbox="427 2054 1434 2076">Eu era da rua, minha família toda, fazia malabarismo, pedia dinheiro. Eu ia direto com minha mãe e</p>

meus irmãos. Ela levava todo mundo, passava o dia lá pra ganhar a vida na sinaleira. Eu odiava, são muitos riscos, tinha maloqueiro brigando, esturador, homens que fica querendo mexer na gente que é mulher, eu tinha medo. Minha mãe já tomou garrafada na cabeça. Depois disso fiquei com medo, aí comecei a vir pro projeto e conseguir sair dessa situação de vez, porque era uma parte no projeto e outra na Escola, aí eu só voltava pra casa pra dormir, e não ia para rua. E agora a rua é quando eu saio, vou ali [Risos] que não é sempre. Porque eu vou pra ficar, fazer minhas coisas e fica tarde. Tem vezes de não conseguir voltar para casa, de não ter dinheiro, ônibus. (*Turquesa, 20, m. cis, lésbica*)

Já fui sem teto, morei em ocupação com minha mãe. Eu sempre fiquei muito tempo na rua, não gostava de ficar em casa. Brincava, fazia minhas coisas, mas assim, nunca cheguei a dormir, mas amanhecia o dia. Hoje em dia não, tenho medo mesmo. (*Esmeralda, 21, m. trans, heterossexual*)

Eu já dormi muito na rua, por causa de festas, para namorar, me divertir. Eu faltava escola para ir atrás dos moleques para ficar, namorar, na rua mesmo. É que não dá pra fazer isso perto de casa como os hetero faz. A rua sempre foi o lugar onde eu ia para viver minhas coisas. Tem os paredão da vida também, muita bicha, todo mundo lá, e vai aí ficando. (*Ébano, 21, h. cis, bissexual*)

Eu fiquei um tempo na rua com a minha mãe e alguns irmãos. A gente dormia na rua e tudo, foi entre meus 10 e 12 anos. Recentemente, eu dormi umas seis vezes porque eu não queria voltar pra casa, tinha brigado com minha mãe. Tem vezes que eu amanheço na rua, assim, em algum rolê. Quando dá, durmo na casa de amigos. Era até pra eu dormir mais na rua, se não fosse algumas pessoas que me acolhem, amigos, porque é difícil ficar em casa, não gosto de lá. Eu fico de noite e madrugada, aí pela rua, só pra não voltar pra casa, lá não posso ser eu. Eu uso a rua pra me divertir, me expressar. Sei lá, eu sou mais eu na rua, sou uma pessoa alegre, sou divertida, uma coisa que não sou em casa. Eu saio, canto, danço, me divirto, bebo um pouco. É a melhor coisa a rua do que em casa. Eu boto uma guia pra vender água em festas, na rua, na sinaleira e todo sábado eu faço rifa também e saio pela rua vendendo. (*Terracota, 16, h. cis, bissexual*)

“estratégias de proteção”

No meu bairro me sinto um pouco segura, porque todo mundo me conhece. Mas fora de lá eu sou uma pessoa que engulo sapo, me pago de maluca, de desentendida pra não dar ousadia para pirraças, pra que uma coisa grave venha acontecer. Já cheguei a mostrar minha identidade na rua, me rebaixei, As pessoas não me respeitam na rua. Eu tô tracionando na frente deles. E me sinto maltratada em muitos momentos. As violências que eu sofro é mais verbal. E fico atenta a noite, porque é muito inseguro mesmo para uma pessoa como eu. Antes da transição eu já sofria porque era uma bicha feminina, agora porque sou uma mulher trans. Sempre saio acompanhada, em grupo, se eu for para algum lugar preciso ter o dinheiro para voltar, ou voltar cedo, porque morro de medo de passar por alguma coisa, de ser morta. (*Esmeralda, 21, m. trans, heterossexual*)

Pra me proteger eu uso minhas mãos, porque se vier uma pessoa assim contra mim eu sei que vai ser eu ou ela e tem que ser ela, né meu amor? Fico já preparada pra me defender, com o corpo mesmo, eu acho que sou forte. Teve uma vez que a gente veio pra uma festa aí ficamos na rua. Um fica de butuca e os outros dorme. Por isso que eu nunca saio sozinha, acho mais perigoso ficar na rua sozinha, ainda mais sendo LGBT+. Se bem que eu não ligo muito para questionamentos, olhares, por onde eu passo sou olhado, falado, sou visto e sofro coisas por ser assim, gay, feminina. Ser quem sou me faz ser visto, as pessoas notam minha presença, minhas roupas, e eu sei que tem muita gente que não gosta do que tá vendo, não gosta de ver eu existindo. Eu tento me fortalecer, não ouvir as críticas, me blindar. Muitas pessoas já morreram com isso. Por desacreditar de si por se sentir fraco, por ser diferente, ser LGBT+ e todo mundo que tá fora do que é esperado. Sou uma pessoa que por mais que eu me sinta fraca em alguns momentos, eu sei que quero viver, preciso me fortalecer com quem me fortalece, com o que me fortalece. (*Urucum, 19, p. não-binária, “gay”*)

Na rua eu só me sinto segura porque tinha outros amigos comigo. Então estava sempre em grupo. Com o pessoal da nossa vibe, diferente. Ai depois voltava para casa. Seja no mesmo dia ou no outro dia. Eu não gosto muito de dormir fora de casa, então eu passo tempo na rua assim, mas eu tento voltar para casa. Se não der eu tento dormir na casa de alguém. (*Oliva, 17, m. cis, bissexual*)

Eu nunca fico sozinha na rua, sempre com alguém, algum amigo. Sempre evitei, desde pequena. A rua de noite é mais perigosa para quem é mulher, né? Lésbica também, pra mulher no geral. Então, eu tentava andar de galera, fazer amizade na rua. Porque se alguém mexesse comigo eu ia ter quem me ajudasse, alguém para pedir ajuda. (*Kobicha, 21, m. cis, lésbica*)

Na rua, é uma questão também de não dar muita pinta. Pra não chamar tanta atenção, porque tem gente que pode se achar no direito de fazer mal a gente, entendeu? Precisa disfarçar um pouco. Quando dá né, às vezes não dá. (*Ébano, 21, h. cis, bissexual*)

Na rua as pessoas dizem ‘olha o viadinho, a bichinha’. Já escutei muito isso. Quando eu tô com algumas delas que são mais bichas ainda, mais femininas acontece muito mais. As pessoas, principalmente, homens e moleques ficam mexendo com a gente e os meninos começam a lacrar pra botar medo neles, mas eu fico na minha, tenho medo. Acho perigoso. Eu não entendo por que fazem isso, a gente tá lá vivendo nossa vida e a pessoa se incomoda com a nossa existência. Por isso passei a

andar na rua muito plantado, tanto que as pessoas hoje falam que eu ando na rua parecendo hétero. Eu ando de cara fechada, eu não abro sorriso para qualquer um. (*Dourado, 20, homem cis, preta, gay*)

Já dormi muito na rua, mas a verdade é que a gente não dorme né? É um olho aberto e outro fechado. Eu sempre queria dormir de dia, mas tinha que ficar na sinaleira. Na rua hoje em dia eu procuro sempre não ficar sozinha. De ficar em grupo, pra se proteger mesmo, também ser mulher na rua é difícil, medo de alguém querer mexer, fazer mal. (*Turquesa, 20, m. cis, lésbica*)

Eu sou muito observadora na rua. Tenho moral com todo mundo, quem é da vida errada e quem não é, me sinto segura. Só não me sinto segura com a polícia, então eu evito qualquer situação que tenha ou dê polícia. Eu nunca gostei de andar sozinha, ainda mais de noite, tinha medo de algum homem mexer comigo e ser mais forte que eu. Eu gosto de me vestir assim, boné, bermuda, parecendo um menino, e acho que isso me protegia de alguma forma. Uma vez um policial achou que eu era menino, aí me pegou e quando descobriu que eu era menina, me soltou. Nesse caso, é o contrário, ser menina ajudou. Mas com certeza é mais difícil ser menina na rua. (*Iris, 19, m. cis, lésbica*)

Sou gentil, alegre, discreto, não procuro confusão. Eu ando sozinho na rua, na maioria das vezes, mas a rua que eu ando conheço todo mundo, então me sinto seguro por isso, as pessoas gostam de mim, do meu jeito. Não é intencional, mas acho que funciona como uma proteção mesmo e eu uso isso a meu favor pra cativar os adultos, aí eles me protegem quando eu preciso. Muitas vezes eu parto pra agressão, também. Brigo pra me defender, mesmo sabendo que pode dá muito ruim, porque eu sou pequeno. Eu acho que sei me defender na rua, pelo menos eu tento. Se alguém vem me assediar, alguma coisa vou ter que fazer, eu grito, eu bato, eu corro, bato palminha, sei lá. Na rua eu tenho medo é da polícia, porque eles não querem saber de nada, chega atirando e perguntando depois, bate em criança, velho, mulher grávida, quem tiver na frente. (*Terracota, 16, h. cis, bissexual*)

Subtema 3.3 “projetos sociais e outros contextos institucionais” – “participação e engajamento” e “representatividade positiva da diversidade sexual e de gênero”

O presente subtema versa sobre os contextos institucionais, incluindo ambientes escolares, religiosos e, principalmente, a experiência em projetos sociais, com destaque para as vivências no projeto social de referência no qual os(as) participantes do estudo foram recrutados(as). Para tanto, analisamos dois elementos, sendo eles a “participação e engajamento” e “representatividade positiva da diversidade sexual e de gênero” que serão detalhados a seguir.

O primeiro elemento denominado de “participação e engajamento”, engloba informações sobre o histórico de experiências institucionais dos(as) participantes, enfocando os modos de circulação por esses contextos, o tempo de experiência, qualidade das relações estabelecidas com pares e adultos, bem como os tipos de atividades e ações nos quais eles(as) participam e se engajam. Buscamos compreender de que modo esses contextos se constituem como locais de referência, quais tipos de atrativos e benefícios são oferecidos e como os adolescentes e jovens se relacionam com essas dimensões.

Sobre o projeto social de referência, podemos observar que este é um espaço significado pelos participantes como uma experiência positiva e importante em suas vidas, sendo este um microsistema significativo de desenvolvimento, seja por promover o engajamento em atividades artísticas e culturais, seja por possibilitar um ambiente de socialização, interação e trocas entre pares e adultos. As principais atividades das quais os(as) participantes se engajam cotidianamente são a dança e a capoeira, incluindo especificidades

da percussão para a dança, no caso das jovens Kobicha e Iris, e do teatro (atividade oferecida em parceria com outro projeto social) no caso de Urucum.

O tempo de participação no projeto varia entre três e 12 anos, com relatos expressivos de acolhimento, principalmente das diversidades sexuais e de gênero, sendo que a totalidade dos(as) participantes relataram a abertura (“revelação”) da orientação sexual para amigos e arteducadores(as) nesse contexto. Salientamos que isso não significa que neste espaço não ocorram situações de preconceito e discriminação contra as minorias sexuais e de gênero. Contudo, como relatam os(as) participantes, o fato de haver abertura para essas questões, bem como a tratativa a partir de diálogos e conversas sobre episódios de discriminação contribuem para que este espaço seja considerado seguro, onde os(as) adolescentes podem ser eles mesmos, algo que afirmaram não acontecer em outros contextos como a família.

Dessa forma, são frequentes falas que reiteram o acolhimento e o suporte social e afetivo vivenciado no projeto social, sendo que em algumas situações, os(as) participantes compararam essa experiência ao contexto familiar, como podemos observar na fala de Terracota *“aqui me sinto acolhido, me sinto eu. Queria morar aqui ou que minha casa fosse um pouco como aqui”*. Outra fala que segue nesse sentido é a de Esmeralda, que considera o projeto como sendo sua primeira casa *“é um lugar que eu me sinto acolhida, temos educadores e educandos, os dois estão aprendendo, o educador também aprende, ensinando. É o lugar aonde se julgar o outro, vai ter alguém pra conversar, tentar melhorar esses relacionamentos. É por isso que eu sinto que aqui é minha segunda casa, na verdade, é minha primeira casa [Risos]”*. Outra participante que cita a importância do acolhimento e suporte que recebe no projeto, afirmando não o encontrar em outros locais é Turquesa *“aqui eu me sinto super acolhida, demais. Eu sou o que eu não consigo ser lá fora, lá em casa”*.

Podemos destacar outras falas que seguem nessa direção, incluindo situações em que o projeto é tido como uma família considerada, no caso de Kobicha, como mencionamos anteriormente. Além disso, também se incluem situações nas quais o projeto social é considerado um importante aliado que apoia as pessoas LGBTQ+, como podemos verificar na fala de Urucum *“nunca fui negada pelo meu jeito de ser, o projeto tem isso de positivo, é um espaço que acolhe a diferença, principalmente LGBTQ e isso é importante”*, que também cita a relevância dos projetos sociais e artísticos para as minorias sociais, tanto de sexualidade e gênero, quanto de raça e classe social *“esses espaços é que abre portas pra gente que é negro e gay, sempre fortalece e a gente precisa de espaços assim, a gente se sente pertencente”*.

Também são relatadas experiências em outros contextos institucionais, como a escola, ambientes religiosos e outros projetos sociais e artísticos. A participante Oliva descreve o

ambiente religioso que frequenta como importante, onde exerce papéis e responsabilidades, sendo frequentado por ela três vezes na semana. Contudo, ela enfatiza que prefere que as pessoas nesse espaço não saibam da sua bissexualidade, pois entende ser este um elemento muito pessoal e íntimo, algo que poderíamos considerar como uma expectativa de rejeição e ocultação da sexualidade (Meyer, 2003), visto que, em contraste, no projeto social, ela afirma e fala abertamente sobre sua sexualidade.

Observamos que os(as) participantes se engajam em outros projetos com atividades que dialogam com suas experiências no campo artístico e cultural, com destaque para situações de participação e protagonismo que posicionam participantes como Urucum, Oliva e Kobicha no mercado de trabalho a partir desses conhecimentos e habilidades adquiridas, na maior parte das vezes, no projeto social de referência (Projeto Axé), a exemplo de Urucum que começou a dar aulas de dança para outros adolescentes e jovens no Centro de Referência Integral de Adolescente (CRIA), onde também faz aula de teatro.

Ainda sobre o contexto do Projeto Axé, duas participantes, Iris e Esmeralda, que integram o Programa Jovem Aprendiz, comentam sobre a importância dessa experiência entendida por elas como uma oportunidade marcante em suas trajetórias. No caso de Iris, ter se tornado aprendiz contribuiu para superar a exploração pela rede do tráfico de drogas *“eu abri a mente e aproveitei a oportunidade de ter uma vida diferente. Hoje eu não ando tanto na rua, trabalho como aprendiz aqui e de noite vou pra escola. Eu peguei a visão logo, os meninos do tráfico em cima de mim pedindo para eu olhar a rua, pra eu ajudar, com o tempo o projeto foi abrindo minha mente e me dando oportunidade. E eu abracei. Não foi fácil resistir, quando eu tava dentro eu achava essa vida uma maravilha, tudo rápido, empolgante, mas agora de fora, com outra visão, eu vejo que é só ilusão isso. Essa vida, que de fácil não tem nada”*.

Já no caso de Esmeralda, a experiência de trabalho marcou uma mudança importante nas suas expectativas negativas oriundas das barreiras de acesso ao mercado de trabalho vivenciadas por ela e por outras pessoas trans. Também possibilitou que ela superasse a situação de exposição ao sexo transacional, que se iniciou como uma situação de exploração sexual, como veremos em um subtema específico, mais adiante. Em seu relato, Esmeralda diz *“as coisas mudaram quando me tornei jovem aprendiz agora, é a primeira experiência de trabalho formal, primeira oportunidade. Minha autoestima mudou, eu tô amadurecendo, fazendo minhas coisas, eu não imaginava que isso podia acontecer comigo. Eu pensava “será que eu vou conseguir um emprego? Será que alguém vai me ver diferente? Vai ver uma capacidade em mim? Não vai ver só o lado da travesti, que eu sou muito mais, né?”*”.

No segundo elemento temático desse subtema, “representatividade positiva da diversidade sexual e de gênero”, visamos discutir, especificamente, as experiências institucionais nas quais os(as) participantes identificaram representações positivas das diversidades sexuais e de gênero, seja em pares ou adultos de referência, e de que maneira isso impactou as relações estabelecidas, a participação, o engajamento e a continuidade nesses espaços. Analisamos essa dimensão da representatividade entendendo-a como parte fundamental para a promoção de culturas organizacionais acolhedoras das diferenças, além de uma possibilidade de enfrentamento aos estressores de minoria, sendo que a ausência desse elemento pode, de algum modo, contribuir para a diminuição do engajamento e/ou rompimento das relações institucionais com alguns espaços.

Nessa perspectiva, os relatos dos(as) participantes apontam para o reconhecimento da presença de arteducadores(as) que se identificam abertamente como LGBTQ+ nesse espaço institucional como um fator de proteção que contribui para a promoção do seu bem-estar e de sentimentos de segurança. Há relatos nos quais a representatividade da diversidade sexual e de gênero a partir das figuras de referência produziu efeitos positivos na superação da internalização de preconceitos e crenças que desvalorizam as pessoas LGBTQ+ e mesmo pessoas negras e pobres, como a homonegatividade (Herek, 2004; Morrison & Morrison, 2002), a LGBTQ+fobia internalizada (Lin et al., 2019; Meyer, 2003), dentre outros. Como exemplos podemos destacar falas como a de Rosa Choque “*eu posso ser eu aqui no projeto, é mais seguro. E tem gente como eu, isso é importante*”; de Dourado “*aqui eu posso ser eu, tem gente como eu aqui, não é só o colega, é meu professor. Isso me mostra que eu sendo gay, posso chegar lá também*”; de Terracota “*ser LGBTQ+ aqui é até bom porque tem gente como eu aqui. O projeto apoia, dá pra ver pelos professores, educadores, sempre apoiam as pessoas LGBTQ, ajuda muito conversando, querendo saber como estamos*”; e, Turquesa “*Eu me descobri mesmo quando eu vim para o projeto, vi que aqui não tinha problema ser diferente, que tinha muita gente que era mesmo, e não tava nem aí. Quando eu cheguei aqui eu negava que tinha vontade, eu falava ‘Deus me livre pegar mulher, negócio nojento. Dessa água eu não vou beber’ [Risos] Aí eu bebi. [Risos]*”.

Além disso, os relatos demonstram que essas representações no contexto do projeto social passam gradualmente a se constituir como uma referência de família “escolhida/considerada”, moderador que atua como um fator importante de suporte social (Silva & Robison, 2021). Assim, podemos considerar que o projeto social, bem como outros contextos institucionais mencionados pelos(as) participantes, constituem-se como parte de um microsistema significativo que promovem suporte afetivo e social, contribuindo, assim, para

amenizar os efeitos negativos dos estressores de minoria, sejam distais (externos) ou proximais (internos), conforme apontado pela literatura (Kertzner et al., 2009; Meyer, 2003; 2015; Meyer & Frost, 2013). Além disso, também possibilitam uma alteração da relação com o contexto da rua, oferecendo possibilidades de interação, acolhimento e inclusão, sendo assim um fator protetivo para superação de adversidades relacionadas à situação de rua. Isto posto, tem-se na Tabela 8 a exposição dos trechos extraídos das entrevistas que visam ilustrar este subtema.

Tabela 8

Tema 3 – Microsistemas de desenvolvimento – Subtema 3.3 “projetos sociais e outros contextos institucionais”

Subtema	Trechos extraídos das transcrições das entrevistas
3.3 “projetos sociais e outros contextos institucionais”	<p style="text-align: center;">“participação e engajamento”</p> <p>Eu tô no projeto há seis anos, pra mim é a melhor coisa. Aqui, me sinto acolhido, me sinto eu. Queria morar aqui ou que minha casa fosse um pouco como aqui. (Terracota, 16, h. cis, bissexual)</p> <p>Hoje eu tô só aqui no projeto, faço dança e capoeira, mas minha paixão é percussão. Todo mundo sabe de mim aqui, é tranquilo, me sinto acolhida, tem respeito. Na escola também é de boa, todo mundo sabe. Eu fui nascida e criada na igreja, vou toda terça, sábado e domingo, tem o grupo jovem e de adolescente. Eu sou mídia nos projetos e atividades, tiro fotos e ajudo a pesquisar no computador. Eu gosto de lá, é legal, tenho amigos. Lá ninguém sabe de mim, eu prefiro que eles não saiba, é minha vida pessoal. Eu Já participei do Olodum, Tabores e Cores, A mulherada e Didá. Eu sai dos outros projetos porque tinha que fazer umas coisas que eu não gosto, se arrumar, coisas de maquiagem. Mas não foi só por isso, eu entrei na escolinha de futebol também. Eu jogo com todo mundo, os meninos aceita eu jogar, até me elogia porque eu sou boa, né? E foi assim que me descobriram, a escolinha do Vitória, aí tô lá vendo o que vai ser, jogando. (Oliva, 17, m. cis, bissexual)</p> <p>Estou no projeto desde os 14 anos e nunca fui negada pelo meu jeito de ser, o projeto tem isso de positivo, é um espaço que acolhe a diferença, principalmente LGBT e isso é importante. O outro projeto onde faço aula de teatro é maravilhoso, posso me expressar muito mais, entende? Ainda mais que a temática que a gente tá trabalhando lá é sobre homofobia, racismo, capacitismo, gordofobia e todas essas coisas. Esses espaços é que abre portas pra gente que é negro e gay, sempre fortalece e a gente precisa de espaços assim, a gente se sente pertencente. Hoje, com o que aprendi, dou aula no CRIA de alongamento corporal e ensino passos, coreografias para outros adolescentes e jovens. Comecei quando voltou da pandemia. Eu ganho duas bolsas, uma de aluno e uma pra dar apoio nas aulas, é o dinheiro que tô usando pra levantar a minha casa. Eu já fiz aula de dança da FUNCEB também. (Urucum, 19, p. não-binária, “gay”)</p> <p>Entreí no projeto em 2019, é um lugar que eu me sinto acolhida, temos educadores e educandos, os dois estão aprendendo, o educador também aprende, ensinando. É o lugar aonde se julgar o outro, vai ter alguém pra conversar, tentar melhorar esses relacionamentos. É por isso que eu sinto que aqui é minha segunda casa, na verdade, é minha primeira casa [Risos]. As coisas mudaram quando me tornei jovem aprendiz agora, é a primeira experiência de trabalho formal, primeira oportunidade. Minha autoestima mudou, eu tô amadurecendo, fazendo minhas coisas, eu não imaginava que isso podia acontecer comigo. Eu pensava “será que eu vou conseguir um emprego? Será que alguém vai me ver diferente? Vai ver uma capacidade em mim? Não vai ver só o lado da travesti, que eu sou muito mais, né?” (Esmeralda, 21, m. trans, heterossexual)</p> <p>Aqui eu me sinto super acolhida, demais. Eu sou o que eu não consigo ser lá fora, lá em casa. Aqui eu sempre gostei da capoeira. Fiz a prova do supletivo, se eu não passar vou ter que voltar a estudar, eu fiquei ‘banda voou’. Gostava de ir pra escola, não tinha reclamação de mim, ótima aluna, interessada, estudiosa, mas desgostei, quero terminar logo pra trabalhar. (Turquesa, 20, m. cis, lésbica)</p> <p>Tenho uns dez anos de projeto. Antes eu era da Fundação, entrei com 7 e fazia capoeira e dança. Eu tinha uma professora preta maravilhosa que me incentivou a vir para o projeto. A Fundação abraçou minha família, às vezes me deixavam fazer coreografia, eu já ensinava para os mais novos. Quando eu cheguei aqui no projeto tinha presença, já era a mais avançada. E eu só continuei crescendo, mudando de vida, graças aos projetos. (Rosa Choque, 22, p. não-binária, “gay”)</p> <p>São sete anos de projeto. No início foi precisão. Entrei primeiro lá na música, fiquei três anos, depois</p>

pedi para vir tocar para a dança. Aqui é praticamente uma família, todo mundo conversa, se entende, a gente tenta resolver e explica o momento, o que é certo, o que é errado. Eu tenho um pouco de família aqui no projeto, viu? E tá aqui pra mim sempre foi tranquilo, sempre me senti bem comigo mesma. Já participei de vários projetos com o que aprendi aqui, Olodum, Orquestra Rumpilez de Letieres, Tambores e Cores e outras bandas. *(Kobicha, 21, m. cis, lésbica)*

Depois que eu entrei no projeto e descobri que queria dança pra minha vida, eu procurei lá fora também. Participo de uma Associação de blocos Afro do meu bairro, não tô fazendo mais por causa das brigas de facção do tráfico. Eu decidi largar um namorado meu depois que eu entrei no projeto porque fui percebendo que tinha de fato outras possibilidades pra vida. Eu até quis trazer ele, mas continuou no crime. *(Dourado, 20, h. cis, gay)*

Tenho 11 anos de projeto, considero como minha família. Aqui sou acolhida demais. É a forma de dar o carinho, o amor, a forma de tratar, de acolher. Eu me sinto segura, até mesmo de ser uma mulher preta lésbica. Nunca tive nada de preconceito, essas coisas aqui dentro. Conselhos e orientação que recebi aqui, sabe? Eu abri a mente e aproveitei a oportunidade de ter uma vida diferente. Hoje eu não ando tanto na rua, trabalho como aprendiz aqui e de noite vou pra escola. Eu peguei a visão logo, os meninos do tráfico em cima de mim pedindo para eu olhar a rua, pra eu ajudar, com o tempo o projeto foi abrindo minha mente e me dando oportunidade. E eu abracei. Não foi fácil resistir, quando eu tava dentro eu achava essa vida uma maravilha, tudo rápido, empolgante, mas agora de fora, com outra visão, eu vejo que é só ilusão isso. Essa vida, que de fácil não tem nada. Ah eu converso direto com os meninos que continuam na rua, os que são traficantes, os que andam por aí roubando. Todo mundo me respeita. *(Iris, 19, m. cis, lésbica)*

“representatividade positiva da diversidade sexual e de gênero”

Eu posso ser eu aqui no projeto, é mais seguro. E tem gente como eu, isso é importante. Tem a ver com identificação, você e Sol são gays também. O que eu quero dizer é que Sol é uma referência, você, Biel, o outro educador. Eu tô falando de ser acolhido, conviver. As LGBT daqui tem essa referência nele. Sol sempre cuida, fala para se proteger, o cuidado com as roupas quando saímos na rua, pois tem homofobia, tantas coisas. Sol, é um pai e uma mãe pra mim, meu educador. *(Rosa Choque, 22, p. não-binária, “gay”)*

O projeto me acolheu super bem, deu o pontapé pra eu dizer quem sou eu. Aqui prepara para ser alguém lá fora e ser quem a gente é de verdade. Aqui eu posso ser eu, tem gente como eu aqui, não é só o colega, é meu professor. Isso me mostra que eu sendo gay, posso chegar lá também. Tem Sol, Tereza, que é minha mãezona, que conversa comigo, dá conselhos. Aqui pra mim não é só dançar, aqui é pra vida, é minha casa, onde a gente pode ser e crescer. *(Dourado, 20, homem cis, preta, gay)*

Eu gosto de você porque você é, pelo menos parece ser [Risos], diferente como eu. Aí eu falo, brinco, elogio, converso, me sinto a vontade, tem gente diferente aqui. *(Oliva, 17, mulher cis, preta, bissexual)*

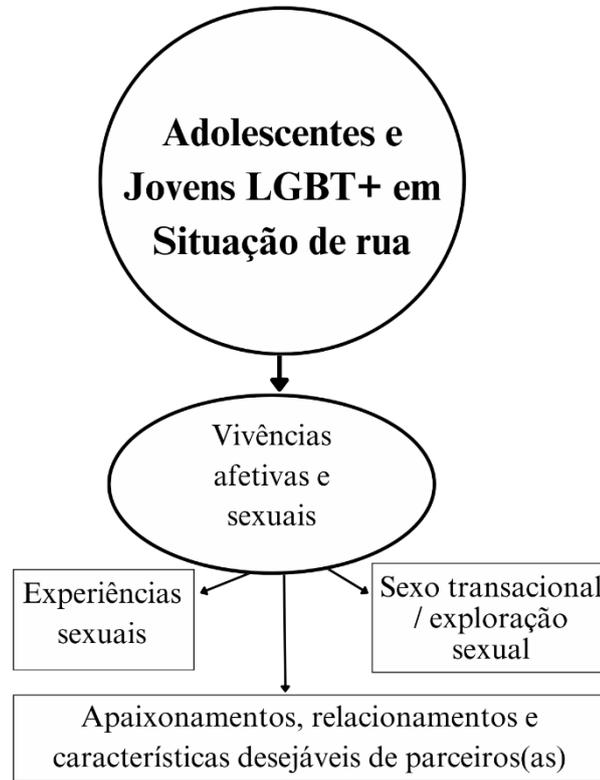
Eu já pensei em me fazer mal por ser diferente, mas eu vejo no projeto pessoas diferentes e iguais a mim, educadores tipo você, que é LGBT. A própria arte. Eu gosto muito de dança afro, quando tô no afro é a melhor coisa, esqueço os problemas de lá de fora. Quando acontece alguma homofobia aqui eu rebato, chamo o educador e sempre resolve. Alguém faz alguma coisa pra resolver. Ser LGBT+ aqui é até bom porque tem gente como eu aqui. O projeto apoia, dá pra ver pelos professores, educadores, sempre apoiam as pessoas LGBT, ajuda muito conversando, querendo saber como estamos. Aqui nessa unidade eu cheguei recente ainda não tenho assim um educador de confiança, mas logo vou encontrar, sempre tem alguém que a gente se identifica mais. *(Terracota, 16, h. cis, bissexual)*

Eu me descobri mesmo quando eu vim para o projeto, vi que aqui não tinha problema ser diferente, que tinha muita gente que era mesmo, e não tava nem aí. Quando eu cheguei aqui eu negava que tinha vontade, eu falava ‘Deus me livre pegar mulher, negócio nojento. Dessa água eu não vou beber’ [Risos] Aí eu bebi. [Risos]. *(Turquesa, 20, mulher cis, preta, lésbica)*

4) TEMA 4 – Vivências afetivas e sexuais

Figura 6

Tema 4 – Vivências afetivas e sexuais e subtemas



Neste quarto tema são analisadas as dimensões das experiências afetivas e sexuais relatadas pelos(as) participantes, como explicitado na Figura 6. Isso é feito a partir de três subtemas, sendo o primeiro denominado de “experiências sexuais”, seguido por “apaixonamentos, relacionamentos e características desejáveis de parceiros(as)” e o último subtema “sexo transacional / exploração sexual”, que serão detalhados a seguir.

Subtema 4.1 “experiências sexuais”

Este subtema contempla aspectos relacionados aos comportamentos sexuais dos(as) participantes, incluindo relatos sobre o início da vida sexual e práticas sexuais seguras, além de relatos de experiências que envolvem riscos. Nesse sentido, são destacadas vivências de práticas sexuais marcadas por experimentações mais livres não, necessariamente, associadas a assunções identitárias em termos de orientação sexual, além de relatos de iniciação sexual como elemento de descoberta a partir de “brincadeiras” sexuais na infância.

São descritas experiências de relações casuais, referidas pela participante Esmeralda que diz “*essas relações são mais líquidas, rasas. Aí meio que se encontra ali, se tiver que rolar alguma coisa, rola. Se tiver que marcar alguma coisa pode marcar, pra fazer alguma coisa, mas não romantiza tanta coisa, não cria muitos laços não, sem compromisso, só curtir o momento*”. Já a participante Kobicha destaca que suas primeiras relações sexuais foram com homens, tendo isso sido uma estratégia para ocultar sua orientação sexual por conta do medo do preconceito no contexto familiar “*comecei a ter relações com quinze anos, primeiro com homem pra esconder tudo isso de minha vó. Tinha medo, ela não gostava dessas coisas*”.

A conscientização quanto ao uso de preservativo foi mencionada pelo participante Terracota, que enfatiza a questão do estereótipo que recai sobre homens gays quanto a prevalência de relações sexuais desprotegidas. Nesse sentido, o participante Ébano menciona a falta de informações sobre práticas sexuais protegidas, algo que se alterou a partir do seu contato com serviços de referência durante uma Parada do Orgulho LGBTQ+ (situação que discutiremos mais adiante na seção sobre suporte social e afetivo). Nessa perspectiva, são apresentados na Tabela 9 os trechos ilustrativos desse subtema.

Tabela 9

Tema 4 – Vivências afetivas e sexuais – Subtema 4.1 “experiências sexuais”

Subtemas	Trechos extraídos das transcrições das entrevistas
4.1 “experiências sexuais”	Na minha infância os meus amigos hétero sempre me apoiou. Eu fazia “fuá” com eles, “brincava”, entendeu? Mas sempre me apoiaram, além dessas brincadeiras bobas e gostosas eles não ligavam, porque eu não era aquele gay, eu não era uma gay afeminada, porque eu não brinquei de boneca, sempre queria brincar com brincadeira de meninos (...) Minhas relações sexuais muitas vezes não eram com camisinha (...) Porque quando eu comecei a ter relação sexual, que foi muito mais cedo, antes de eu me assumir com 16, eu não sabia de algumas coisas e na parada gay eles abriram essa porta pra mim. Fiz os meus exames, deu tudo negativo, graças a Deus (<i>Ébano, 21, h. cis, bissexual</i>)
	Eu já fiquei com bichas, assim, sexual, beijei, mas entendi que não é minha preferência. Fiquei com mulher, não houve penetração, houve oral, beijo, mas a minha onda mesmo é homem. O tempo vai passando e a gente vai decidindo se quer ou não. Hoje eu gosto realmente de hétero que curta a vibe. Eu sempre fui avançada, livre. E sempre peguei homens. Minha primeira experiência sexual foi com oito anos, coisa de criança, mas só vim conhecer o que é homem com dez, a pessoa pode estranhar a idade, mas eu não fui estúpida não, era coisa de criança com criança, com os meninos da minha idade mesmo, descobertas. (<i>Rosa Choque, 22, p. não-binária, “gay”</i>)
	Eu comecei a ter relações com quinze anos, primeiro com homem pra esconder tudo isso de minha vó. Tinha medo, ela não gostava dessas coisas. Aí eu ficava meio assim, mas depois fui conhecendo, que eu sentia atração em mulher e fui indo. (<i>Kobicha, 21, m. cis, lésbica</i>)
	Eu me identifico como gay, mas quando eu tô bebendo [Risos] Eu fico com mulheres, com homens, nunca fiquei com trans, mas geralmente é isso que acontece. (<i>Dourado, 20, h. cis, gay</i>)
	Essas relações são mais líquidas, rasas. Aí meio que se encontra ali, se tiver que rolar alguma coisa, rola. Se tiver que marcar alguma coisa pode marcar, pra fazer alguma coisa, mas não romantiza tanta coisa, não cria muitos laços não, sem compromisso, só curtir o momento. (<i>Esmeralda, 21, m. trans, heterossexual</i>)
Eu transei recente, com 15 anos e sim, mesmo que não pareça, eu usei camisinha. Todo mundo acha que gente como eu não usa, porque é feminina. (<i>Terracota, 16, h. cis, bissexual</i>)	

Subtema 4.2 “apaixonamentos, relacionamentos e características desejáveis de parceiros(as)”

Este subtema descreve os aspectos relacionados à dimensão das experiências afetivas dos(as) participantes, incluindo vivências de paixões, amores e relacionamentos, assim como as preferências por parceiros(as) e modalidades de relacionamentos. De maneira geral, os(as) participantes referem não se preocuparem com a rotulação das experiências amorosas, com destaque para nomeações como *“ficante fixo”*, *“ficante fiel”*, *“amizade colorida”*. Contudo, também são citados relacionamentos afetivos mais casuais e namoros convencionais com características monogâmicas.

O namoro é considerado pela maioria como algo sério que demanda responsabilidades, sendo que, em se tratando de especificidades das minorias sexuais e de gênero, são elencados alguns elementos tidos como cruciais que se referem ao *status* da relação (importância de estabelecer relações públicas que não sejam escondidas de amigos, familiares e pessoas no geral), a demonstração pública dos afetos (como beijar, abraçar e andar de mãos dadas em público) e o apoio mútuo, visando a construção e fortalecimento de projetos de vida em comum. Sobre isso, destacamos o relato de Ébano, que comenta sobre uma experiência afetiva que o fez se sentir acolhido e aceito *“já fiquei sério uma vez. Apaixonei mesmo, até hoje eu sou boba por esse menino. A gente se conheceu na rua. Foi a primeira pessoa que não tinha vergonha de mim, que eu saí de mão dada, beijando em público, de sentar, se abraçar. Eu me senti acolhido, aceito, porque eu queria ter isso, como os casais héteros”*.

Observamos que, em poucos casos, os relacionamentos amorosos foram assumidos publicamente e receberam o apoio da família. A participante Iris mencionou o apoio e suporte da família, reconhecendo que essa situação não parece tão comum em se tratando de pessoas LGBT+. Sobre isso ela diz *“já tem um ano e pouco que namoro (...) já tive outros relacionamentos, e toda namorada minha eu levo em casa, apresento pra minha mãe, aí vira da família, né? Ai a gente sai normal, vai pros lugares, coisa de namorada. Nunca tive problema com isso, eu sei que é raro, muita gente não consegue isso, a família não aceita, tem as violência, por aí”*. Urucum relata ter tido dois relacionamentos que foram vivenciados publicamente *“teve dois desses que foi normal, de sair, curtir, fazendo coisas de casal normal”*. Já Terracota menciona uma experiência na qual seu parceiro tornou público o status da relação no contexto do projeto social que participa, sendo que a relação terminou por conta da atuação do namorado na rede do tráfico de drogas *“teve um que foi por agora, ele mesmo falou pras pessoas que namorava comigo, eu me senti ótimo, porém veio um monte de pessoa*

me julgar. Ele é um ano mais velho, era daqui do projeto, mas precisou sair por causa do tráfico”.

O participante Dourado descreve uma situação na qual o status da sua relação amorosa era público, incluindo para sua família, fato considerado como significativo por ele. Contudo, seu namorado fora assassinado, acontecimento que o marcou profundamente “*o primeiro durou dois anos e me assumiu logo. A gente saía, bebia, curtia. Ele se preocupava comigo, cuidava de mim. Gostava tanto dele, mas infelizmente mataram ele, ninguém sabe se foi bandido ou polícia. Foi muito triste. Eu chorei muito. [Pausa longa]*”. Após essa experiência, ele relata que não quis mais se relacionar com pessoas que não pudessem assumir publicamente o namoro, sendo que em sua última experiência o companheiro abriu o *status* da relação somente para a família, atendendo parcialmente a condição de Dourado. Ele cita que isso ocorreu por conta de o namorado atuar na rede do tráfico de drogas, e por isso temer o preconceito, discriminação e violência caso o relacionamento se tornasse público. Sobre isso ele comenta “*ele se assumiu só pra família dele, mas não podia se assumir pro tráfico, até tem viado, bicha, sapatão no tráfico, o pessoal até respeita. No caso dele era o medo do preconceito e da violência mesmo, na rua, as piadinhas, palavras maldosas*”.

Grande parte das relações estabelecidas pelos(as) participantes foram mantidas em segredo por medo da homofobia/transfobia, que podem incluir preconceitos sutis ou mais explícitos, além de violências mais graves (Duncan et al., 2017; Meyer, 2012), configurando-se assim, como estresses de minoria aos quais os(as) adolescentes e jovens LGBTQ+ são submetidos(as). A respeito disso citamos as falas de Oliva “*eu tô bem, mas não tenho tempo pra sofrer. Era boa essa relação, mas quase ninguém sabia, era segredo. A gente morava uma perto da outra*” e de Terracota “*todos os meus relacionamentos foram bem escondidos mesmo*”.

Os participantes gays que se consideram afeminados relataram dificuldades nos relacionamentos no tocante a este aspecto, pois acreditam que o preconceito e a discriminação são mais recorrentes nestes casos. Duas especificidades valem ser observadas: a primeira no caso da participante Rosa Choque, que afirma não se interessar por pessoas “*da mesma linguagem*”, isto é, homens gays, afeminados ou não, mas sim por homens cis heterossexuais, entendidos por ela como bissexuais não assumidos. Ela acredita que sua expressão de gênero atrapalha o estabelecimento de relações amorosas/namoros, ameaçando de alguma forma seus parceiros preferenciais, visto que estes se relacionam apenas “*no sigilo*”, algo que, para ela, justifica nunca ter tido um namoro/relacionamento que pudesse ser exposto publicamente. Rosa Choque também expressa o desejo de que essa situação ocorresse diferente, que não

fosse atravessada frequentemente por interesses financeiros por parte dos seus parceiros amorosos. Em seu relato ela diz *“o cara pegava mulher, outras gays e trans. Eu ali amando, apaixonada, mas só pegava escondido. Acho que eles me veem muito espalhafatosa e tem esse medo. Nunca fiquei com hétero aberto, era chamou, vamos fazer, o famoso sigilo. Queria que fosse de outra forma, mas é difícil, muitas vezes o hetero tá ali porque por dinheiro, roupa, uma comida, até mesmo carro, moto, até uma casa, sabe? Tem muita gente que usufrui da gente por interesse”*.

A outra especificidade tem a ver com o relato de Urucum, participante que descreve as implicações do estresse de minoria para o estabelecimento de relações afetivas, visto que, conforme argumenta, as violências cotidianas como rejeição e negação do afeto tem como consequência o desenvolvimento de dependência emocional no caso de pessoas LGBTQ+. Dessa forma, reitera que, diante desse cenário, as pessoas LGBTQ+ tendem a acreditar que encontrar pessoas que as tratem bem é algo raro e difícil, sendo isso justificativa para manutenção de relações a qualquer custo. Em sua fala Urucum destaca a importância do amor-próprio e da autoestima como uma estratégia para lidar com essa tendência à dependência emocional.

Vale salientar, ainda, a situação da participante Esmeralda, que relata as dificuldades enfrentadas para o estabelecimento de relacionamentos/namoros considerando a sua condição de mulher trans. Ela afirma ser um desejo e um sonho ter um namoro/relacionamento, mas que teme a perda da sua autonomia, bem-estar e da própria vida, visto que percebe o peso do estigma da prostituição e da hipersexualização que recai sobre corpos trans. Assim, ela diz *“enquanto mulher trans, a gente sonha com um relacionamento, porque é muito difícil lidar com os homens que a gente encontra na nossa vida. Geralmente eles veem a gente como um objeto sexual, na prostituição. As relações amorosas são mais difíceis”*. Dessa forma, Esmeralda entende como uma condição fundamental para se relacionar com alguém, que a pessoa compreenda essas dimensões e seja minimamente consciente das implicações de namorar uma mulher trans e negra, considerando o preconceito e discriminação que ela enfrenta no cotidiano.

Por fim, as parcerias amorosas ideais são descritas pelos(as) participantes a partir de características que aludem ao amor/apaixonamento; suporte e cuidado mútuos; ao desejo de crescer e se desenvolver juntos, a partir de projetos em comum; a aceitação e compreensão, com abertura para assumir publicamente a relação; respeito; monogamia; ser verdadeiro e transparente; e, companheirismo. Nessa direção, são explicitados trechos extraídos das entrevistas na Tabela 10, que visam ilustrar o subtema ora apresentado.

Tabela 10

Tema 4 – Vivências afetivas e sexuais – Subtema 4.2 “apaixonamentos, relacionamentos e características desejáveis de parceiros(as)”

Subtemas	Trechos extraídos das transcrições das entrevistas
4.2 “apaixonamentos, relacionamentos e características desejáveis de parceiros(as)”	<p>Amor, ainda não consegui. Nunca tive um relacionamento duradouro. Teve uma pessoa que eu gostei pra caralho, mas o ciúme besta, eu acabava traindo mesmo, queria ficar só e sumia. Sou um pouco ciumenta, relacionamento tem que ter um pouquinho de ciúme. Eu prefiro seguir pro fixo, ficar sério, porque namoro é coisa muito séria e minha mente não dá pra isso. Se eu tiver uma namorada um dia quero uma pessoa que me entenda, que não fique me prendendo. Que seja pra ajudar, conversar, entender quando eu tiver precisando de alguma coisa. <i>(Kobicha, 21, m. cis, lésbica)</i></p> <p>Nunca namorei. Eu ficava com as pessoas normal, recebia convites pra namorar, mas nunca pensava que eu era capaz ou suficiente pra namorar. Acho que ficar sério é namorar, uma amizade colorida. Já fiquei sério uma vez. Apaixonei mesmo, até hoje eu sou boba por esse menino. A gente se conheceu na rua. Foi a primeira pessoa que não tinha vergonha de mim, que eu saí de mão dada, beijando em público, de sentar, se abraçar. Eu me senti acolhido, aceito, porque eu queria ter isso, como os casais héteros. Hoje não quero mais rotular nada, pra me relacionar tinha que ser uma pessoa amiga, que me apoiasse, me aceitasse do jeito que eu sou, às vezes afeminado, às vezes não, que me aceite das minhas diversas formas, corte de cabelo, bigode, barba, com ou sem. Eu quero essa vibe de não ter vergonha de andar na rua, que seja uma pessoa compreensiva, que se vista bem, porque eu me visto bem, que se preocupe com estética, que seja do meu tamanho pra cima. Ainda não encontrei ninguém com essas qualidades todas, mas o importante é não ter vergonha de mim. Vale a atitude da pessoa. <i>(Ébano, 21, h. cis, bissexual)</i></p> <p>Eu não costumo me relacionar com pessoas da minha mesma linguagem, assim gays femininos, normais, que se vestem de menino. Eu gosto de héteros que curtam gays e trans. Até porque para mim o hétero que curte essa vibe, ele é bi, ele só não é assumido pra sociedade. O cara pegava mulher, outras gays e trans. Eu ali amando, apaixonada, mas só pegava escondido. Acho que eles me veem muito espalhafatosa e tem esse medo. Nunca fiquei com hétero aberto, era chamou, vamos fazer, o famoso sigilo. Queria que fosse de outra forma, mas é difícil, muitas vezes o hetero tá ali porque por dinheiro, roupa, uma comida, até mesmo carro, moto, até uma casa, sabe? Tem muita gente que usufrui da gente por interesse. Eu tenho uma amiga trans que tem um marido, ele é exposto, anda no carro dela, todo mundo sabe que eles são marido e mulher. Era o que eu queria. <i>(Rosa Choque, 22, p. não-binária, “gay”)</i></p> <p>Enquanto mulher trans, a gente sonha com um relacionamento, porque é muito difícil lidar com os homens que a gente encontra na nossa vida. Geralmente eles veem a gente como um objeto sexual, na prostituição. As relações amorosas são mais difíceis, eu tava conhecendo uma pessoa, mais velho, quase 30, a gente ia assumir algo, mas ele exigia coisas “Você gosta que os caras mexa com você? Você se veste parecendo uma prostituta. Me ofendeu com várias coisas.”. Eu nem deixei a coisa se prolongar porque se eu mudasse minha roupa ele ia começar a falar das minhas amizades. Uma hora ia acontecer coisa pior. Outro mais novo, eu perguntava sempre “é isso mesmo que você quer, você tá preparado” Por causa de tudo isso, a família, os amigos, a sociedade, o povo lá, as pessoas na rua. Mas quero encontrar uma pessoa que eu não precise ficar ensinando, não estou aqui pra ficar amadurecendo homem. Sou muito segura, ou assume ou então nem vem. Tenho sonho de namorar, casar, ter filhos. O que me atrai é inteligência e maturidade, nem é tanto beleza. Precisa entender sobre preconceito, sobre transfobia, ele precisa estar por dentro de tudo isso, porque pra namorar uma travesti não é fácil, tem que saber lidar com isso, nada de mente fechada, por isso prefiro pessoas mais velhas, apesar de idade não dizer nada, mas no decorrer da nossa vida é muito difícil não amadurecer com o tempo, ou você amadurece ou apodrece. <i>(Esmeralda, 21, m. trans, heterossexual)</i></p> <p>Tive ficante fiel, que tem tudo de namoro, mas não é namoro e namorei sério duas vezes, foi bom. O último foi complicado, depois do término passei a ter ansiedade. Não tô pensando nisso mais não, quero só focar na minha carreira agora. Mas pra namorar precisa ter respeito, simplicidade, um monte de coisa, né? Até um certo momento foi assim e depois desandou o amor. <i>(Turquesa, 20, m. cis, lésbica)</i></p> <p>Depois do meu último relacionamento eu não quero mais. Três anos, mas acabou. Eu tô bem, mas não tenho tempo pra sofrer. Era boa essa relação, mas quase ninguém sabia, era segredo. A gente morava uma perto da outra. Eu quero curtir minha vida, mas se for namorar de novo um dia a pessoa tem que ser tranquila, gente boa, não pode ser ciumenta, só um pouquinho. <i>(Oliva, 17, m. cis, bissexual)</i></p> <p>Já tem um ano e pouco que namoro. No começo é difícil, mas hoje tá de boa. Antes tinha</p>

galinhagem mesmo, traição das duas partes. Eu já tive outros relacionamentos, e toda namorada minha eu levo em casa apresento pra minha mãe, aí vira da família, né? Ai a gente sai normal, vai pros lugares, coisa de namorada. Nunca tive problema com isso, eu sei que é raro, muita gente não consegue isso, a família não aceita, tem as violência por aí. Pra namorar e se relacionar precisa ter consideração, respeito e amor ao próximo. São poucos que tem amor ao próximo, que se importa com o outro, e isso eu encontrei nessa minha namorada. Então pra mim é suficiente. (*Iris, 19, m. cis, lésbica*)

Comecei a me plantar com 14 anos, era tímido e agora comecei a me soltar, a ter novos relacionamentos, conheci pessoas. Todos os meus relacionamentos foram bem escondidos mesmo, mas teve um que foi por agora, ele mesmo falou pras pessoas que namorava comigo, eu me senti ótimo, porém veio um monte de pessoa me julgar. Ele é um ano mais velho, era daqui do projeto, mas precisou sair por causa do tráfico. Para me relacionar a pessoas precisa me amar, não me trair, porque eu não gosto de traição, já fui traído e não é bom. E basta ter um coração aberto, ser verdadeiro. (*Terracota, 16, h. cis, bissexual*)

Ser assim, bicha afeminada, influencia nos relacionamentos, mas eu sei que sou bonita, o difícil são os outros que implicam com as nossas relações. Eu namorei duas vezes: o primeiro durou dois anos e me assumiu logo. A gente saía, bebia, curtia. Ele se preocupava comigo, cuidava de mim. Gostava tanto dele, mas infelizmente mataram ele, ninguém sabe se foi bandido ou polícia. Foi muito triste. Eu chorei muito. [Pausa longa]. O outro a relação era boa, me compreendia, mas eu não queria mais alguém que não pudesse sair comigo de mão dada na rua. Quando eu percebi que eu tinha direito a isso também, eu não aceitei mais. Consegui tirar ele lá da rua, do tráfico por um tempo, mas aí ele voltou. Ele se assumiu só pra família dele, mas não podia se assumir pro tráfico, até tem viado, bicha, sapatão no tráfico, o pessoal até respeita. No caso dele era o medo do preconceito e da violência mesmo, na rua, as piadinhas, palavras maldosas. Tô solteiro e conhecendo algumas pessoas, mas não quero um relacionamento tão cedo, não tô igual uma galinha [risos], mas me cuidando sempre, eu fiz exames, tô tomando PREP. Não que eu vá transar sem camisinha, mas se acontecer, tô protegido, né? Sim, e me cuidando emocionalmente também para não ficar com a cabeça ruim. (*Dourado, 20, h. cis, gay*)

Eu tive quatro relacionamentos e eu comecei a perceber que tinha coisas importantes que eu queria, poxa se você não pegar na minha mão a gente não vai pra frente, eu não quero ter uma relação escondida. Teve dois desses que foi normal, de sair, curtir, fazendo coisas de casal normal. Hoje em dia eu só procuro a felicidade em mim mesma, porque a gente que é LGBT+ tem muita tendência a ter dependência emocional. Porque amor e afeto não é uma coisa que a gente é acostumado a ter. O afeto é negado dentro da casa da gente. Aí quando acha alguém que trata bem, a gente quer segurar essa pessoa pra sempre, sendo que não é dessa forma, a vida não é desse jeito, ao mesmo tempo que o amor te dá asa, ele pode te matar. Preciso me amar primeiro, um relacionamento tem que ter confiança, afeto. Ficar eu fico com muita gente, agora namorar eu sou muito seletiva. Tô construindo a minha casa, e se for pra ter uma relação eu prefiro que seja com pessoas com a mente de crescer e tipo de evoluir. (*Urucum, 19, p. não-binária, "gay"*)

Subtema 4.3 “sexo transacional / exploração sexual”

Este subtema se propõe analisar experiências relacionadas ao sexo transacional, no qual os atos sexuais são usados como moeda de troca por dinheiro, bens e/ou benefícios, sendo chamado também de “sexo por sobrevivência” (Grejier & Doek, 2016). Essa situação foi referida por quatro participantes do estudo, sendo fundamental destacar que, além de se constituir como um risco, nos casos de adolescentes se configura como uma situação de exploração sexual.

O participante Terracota afirma que precisa trabalhar vendendo água e fazendo rifa para conseguir ter o próprio dinheiro. Mas em outro momento da entrevista descreve que recebe presentes e outros benefícios quando fica com uma pessoa específica que já é maior de idade. Ele expressa um estranhamento quando relata a situação, sendo esse um motivo de reflexão sobre o qual ainda não tem uma opinião formada. A participante Urucum mencionou

a prática em sua entrevista, mas não deu mais detalhes, afirmando que atualmente não realiza mais essa atividade.

Já a participante Esmeralda descreve os motivos que a levaram a se submeter ao sexo transacional, tanto antes de completar 18 anos (se enquadrando numa situação de exploração sexual) quanto depois. Esmeralda reflete sobre a condição de ser uma mulher trans que tem necessidades muito específicas decorrentes do processo de transição de gênero (compra de roupas, acessórios, hormônios etc.). Diante do preconceito e da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, bem como a ausência de apoio da família, ela foi submetida à essa condição, sendo explicitada a situação de risco e vulnerabilidade que vivenciou e as consequências para sua saúde mental. Cabe ressaltar que esse estressor de minoria específico de pessoas trans também é mencionado pela participante Rosa Choque quando cita ter amigas trans nesta condição *“tem uma amiga que era gay e agora virou trans. Está em fase de transição e tudo. Aí é um corre de montagem, para colocar as coisas, fazer as mudanças no corpo para acompanhar a mente. Ah precisa se arrumar para pista”*.

Em seu relato, a participante Rosa Choque também descreve a experiência de “ir para a pista” por duas vezes, mas afirmou não ter conseguido sustentar sua decisão, uma vez que se encontrou num dilema moral em relação a outros recursos que ela poderia dispor a partir de suas habilidades com a dança. Sobre isso ela diz *“me sentia mal, me bateu na mente ‘Não acredito que estou aqui, eu danço, jogo capoeira, eu sei fazer, sei ensinar, sei aprender, e estou fazendo o que aqui?’. As pessoas já sujaram minha imagem, não que seja ruim, porque a necessidade quando ela vem, ela nem bate na porta meu amor, já entra de voadora. Mas depois disso entendi que a forma como eu sei que posso ganhar dinheiro é fazendo o que eu mais amo fazer na vida que é dançar”*. Dessa forma podemos considerar que seu engajamento nas atividades artísticas, que lhe proporcionou a aquisição de habilidades específicas, funcionou como um fator protetivo nessa situação.

Contudo, no relato de Rosa Choque podemos observar ainda uma situação, em certa medida, inversa, no tocante a realização de sexo transacional, na qual é ela quem oferece benefícios, bens materiais e dinheiro em troca de sexo com homens cisgênero heterossexuais numa modalidade descrita por ela como *“modo sigiloso”*. A esse respeito ela descreve a existência de um movimento de adolescentes e jovens em sua comunidade que realizam sexo transacional com homens gays e mulheres trans e travestis como uma alternativa à escassez de recursos, pobreza e à atuação na rede do tráfico de drogas. Isso se evidencia no trecho em que ela diz *“no bairro que eu moro tem muita gente na mesma linguagem. Porque os meninos são marcados no calendário. Eles vão atrás em troca da roupinha. Os que não trabalham, não*

tem como comprar ou que não quer fazer nada de errado, tipo tráfico, vender droga, roubar. Então entra no modo sigiloso e acaba ficando". A tabela 11 apresenta os trechos extraídos das entrevistas e tem o intuito de ilustrar o presente subtema.

Tabela 11

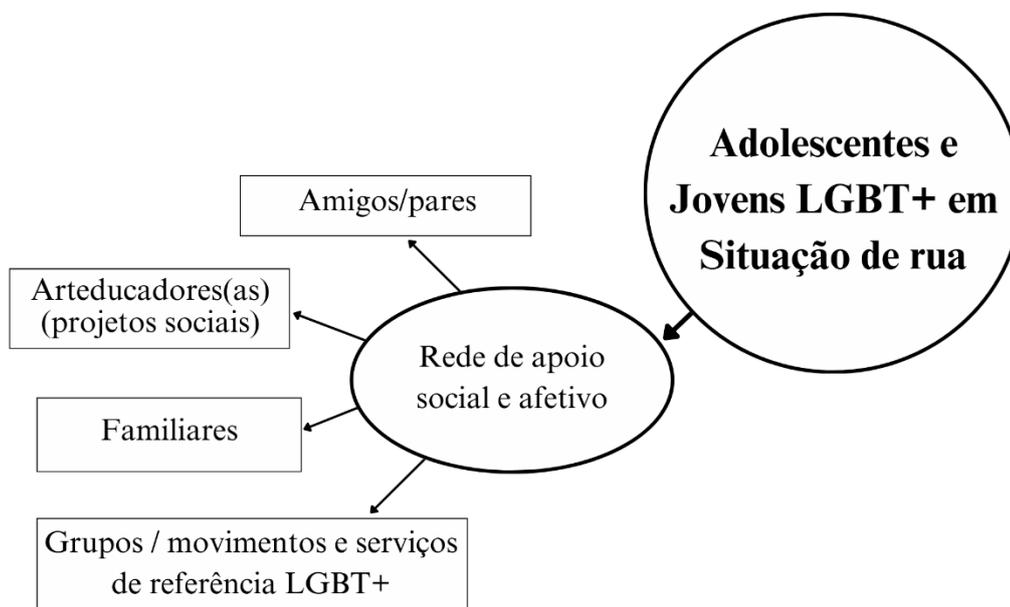
Tema 4 – Vivências afetivas e sexuais – Subtema 4.3 “sexo transacional / exploração sexual”

Subtemas	Trechos extraídos das transcrições das entrevistas
4.3 “sexo transacional / exploração sexual”	<p>Sempre tem alguém que me ajuda, esse sábado mesmo uma pessoa que eu tinha ficado, ela gosta de mim, porém eu não sinto o mesmo. Ela é mais velha um pouquinho, aí quando a gente fica ele me dá uns presentes. Ele me chamou para uma festa e arcou com tudo, a festa, a bebida, a comida e outras coisas. Eu fiquei pensando isso é tipo uma troca? Ai não sei, eu me sinto estranho com isso. (<i>Terracota, 16, h. cis, bissexual</i>)</p> <p>É que eu não falo muito disso, mas quando aperta mesmo, eu faço umas coisas em troca de dinheiro [Pausa breve], mas não quero falar sobre isso, eu não faço mais. (<i>Urucum, 19, pessoa não-binária, preta, “gay”</i>)</p> <p>Já cheguei a fazer sexo por dinheiro, porque só eu sei das minhas necessidades, mas graças a Deus não preciso fazer hoje, consegui um trabalho, no caso, o aprendiz. Não julgo, não tenho preconceito com nenhuma das meninas que estão lá, elas não estão porque querem, mas isso não pode ser um destino, eu me recuso a acreditar e aceitar isso. Prostituição não é uma vida fácil. Não vou mentir, não é legal, o risco, a vulnerabilidade é muito grande, de uma pessoa que não gosta de você passar ali e dá um monte de tiro. Isso acontece na rua e não dá em nada, você só vai morrer e acabou, mais um CPF cancelado. Graças a Deus minha passagem por lá foi rápida. É muito nojento, sujo, às vezes, a pessoa vem sem tomar banho [Expressão de muita angústia]. Não vou negar que isso aconteceu quando eu era menor de idade também. Eu parei mesmo porque não aguentei, eu não fiquei bem psicologicamente. Eu fazia pelo dinheiro mesmo, pelo aquê. Mesmo continuando precisando de dinheiro para minhas coisas, pra minha transição. Aí fui fazer rifa. As relações por dinheiro que acontecia era caso marcado, marcava, saía, fazia e recebia o dinheiro. Na pista mesmo foi uma vez, mas eu tenho noção do que é, tenho amigas lá e elas me contam muito como é. (<i>Esmeralda, 21, m. trans, heterossexual</i>)</p> <p>Eu falo assim ‘Aí b, tudo bem? Quando é que mamãe vai ter sua moral no sigilo?’ Aí eu uso três requisitos que é: o sigilo é a garantia do replay; tudo no off é mais gostoso; calada vence porque calada come sempre. Eu sempre uso isso. Exemplo: Eu intimei um menino, ele disse que tinha namorada e que não curtia. E por que então ele me pediu a sandália? Eu olhei como uma esperteza. Ver que eu quero ficar e acha que eu posso pegar e dá algo por isso. Ele compartilhou comigo uma foto de uma loja que vende relógio. Isso são toques, eu insistindo na moral, e ele me mandando pedindo coisas. No bairro que eu moro tem muita gente na mesma linguagem. Porque os meninos são marcados no calendário Eles vão atrás em troca da roupinha. Os que não trabalham, não tem como comprar ou que não quer fazer nada de errado, tipo tráfico, vender droga, roubar. Então entra no modo sigiloso e acaba ficando. Eles beijam, chupa o peito, penetra. Acaba até de eu pegar bofes heteros que fazem a masturbação em mim. Até meus 17 anos eu sempre peguei os meninos sem eles me cobrarem nada. E hoje, das vezes que eu quero fazer algo com alguém, eu chamo. Lembro que peguei um menino que me cobrou assim ‘E aí vai me deixar forte?’. É esse o linguajar que eles usam ‘Vai dar alguma coisa e tal?’. Eu dei, só que não foi o que ele pediu, foi o que eu tinha, mas eu também não quis mais, porque não gostei da química. Eu já cheguei a fazer programa, mas eu não me identifiquei. Tem uma amiga que era gay e agora virou trans. Está em fase de transição e tudo. Aí é um corre de montagem, para colocar as coisas, fazer as mudanças no corpo para acompanhar a mente. Ah precisa se arrumar para pista. Eu até me arrumei e fui duas vezes e não consegui fazer nenhum programa. Eu me sentia mal, me bateu na mente ‘Não acredito que estou aqui, eu danço, jogo capoeira, eu sei fazer, sei ensinar, sei aprender, e estou fazendo o que aqui?’. As pessoas já sujam minha imagem, não que seja ruim, porque a necessidade quando ela vem, ela nem bate na porta meu amor, já entra de voadora. Mas depois disso entendi que a forma como eu sei que posso ganhar dinheiro é fazendo o que eu mais amo fazer na vida que é dançar. (<i>Rosa Choque, 22, p. não-binária, “gay”</i>)</p>

5) TEMA 5 – Rede de apoio social e afetivo

Figura 7

Tema 5 – Rede de apoio social e afetivo e subtemas



O quinto tema, representado na Figura 7, é composto por quatro subtemas que versam sobre as referências que compõem a rede de afetos e apoio/suporte social dos(as) participantes, sendo eles “amigos/pares”, “familiares”, “arteducadores (projetos sociais)” e “grupos / movimentos e serviços de referência LGBT+”. Podemos considerar que a rede de apoio social e afetivo dos(as) participantes é presente de maneira significativa, oferecendo diferentes suportes seja financeiro seja emocional, afetivo e social.

Em linhas gerais os(as) adolescentes e jovens indicaram os familiares como principal rede de apoio financeiro, sendo que os(as) arteducadores(as) e amigos(as) foram referidos como principal rede de suporte emocional, afetivo e social. Nesses dois últimos grupos, destacamos a presença de mais pessoas que também se constituem como parte das diversidades sexuais e de gênero, sendo um importante fator de identificação para o estabelecimento das relações de proximidade. No caso dos(as) arteducadores(as) observamos a constituição de laços familiares de consideração por parte dos(as) participantes, como já mencionado anteriormente, sendo figuras de referência fundamentais para diálogos, conversas, orientações em saúde, conselhos, escutas, dentre outros.

Aqui é oportuno retomar a consideração de que os contextos familiares dos(as) participantes deste estudo apresenta um paradoxo nas suas vidas. De um lado, são marcados por experiências adversas, apresentando uma ambiguidade nas relações, algo ilustrado pelas

condicionalidades para o acolhimento e aceitação das diversidades sexuais e de gênero, por exemplo. De outro, esse contexto de desenvolvimento também se constitui como um microsistema significativo de referência, apoio e suporte, ainda que seja atravessado pela precariedade de recursos, vulnerabilidades e por um imaginário social de família normativo.

Outra questão fundamental que vale ser destacada engloba dois aspectos que se referem à dimensão da representatividade dos marcadores sociais da diferença e do papel das artes na promoção do cuidado e de processos de resiliência. As diversidades sexuais, de gênero, raciais e suas intersecções são presentes no cotidiano do projeto social que os(as) adolescentes e jovens frequentam. Isso se configura como um potente fator protetivo uma vez que gera processos de identificação a partir de representações positivas dessas diferenças.

Sobre o papel das artes, Pessoa, Coimbra, Murgo, Van Breda e Baker (2018), destacam o significado e a potência da participação e engajamento de jovens expostos a contextos vulneráveis em atividades artísticas. Para os autores essas experiências em programas educacionais por meio da arte contribuem para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, produzindo cidadania, garantia de direitos e, sobretudo, a vivência de processos de resiliência.

Em síntese, podemos afirmar que a participação em atividades artísticas e culturais, assim como a convivência com representações positivas das diversidades raciais, sexuais e de gênero, através da presença de profissionais/arteducadores(as) que refletem essas diferenças, são elementos que se constituem como protetivos. Tratam assim, de condições contextuais que colaboram para a criação e o fortalecimento do suporte social e afetivo de adolescentes e jovens LGBTQ+ em situação de vulnerabilidade e/ou rua, ao funcionarem como fatores moderadores do estresse de minoria (Meyer, 2003), possibilitando o acesso a recursos de enfrentamento em um nível comunitário (Silva & Robison, 2021).

No tocante às relações estabelecidas com grupos, movimentos sociais e serviços de referência para o público LGBTQ+, destacamos que grande parte dos(as) adolescentes e jovens não participam dessas instituições, alguns não conhecem, mas de modo geral reconhecem a importância de suas funções políticas e sociais para as minorias sexuais e de gênero. O Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTQ+ da Bahia (CPDD LGBTQ+) / Casarão da Diversidade foi citado como uma referência para dois participantes. O primeiro, Ébano, refere o cuidado recebido relacionado à saúde sexual e reprodutiva, citando a Profilaxia Pré-Exposição ao HIV (PREP), tratamento que conheceu numa parada do orgulho LGBTQ+ e a importância do serviço para sua vida *“esse serviço é ótimo pra comunidade LGBTQ+. Minhas relações sexuais muitas vezes não eram com camisinha (...) quando eu comecei a ter relação*

sexual (...) eu não sabia de algumas coisas e (...) eles abriram essa porta pra mim. Fiz os meus exames, deu tudo negativo (...) eu tento voltar lá de seis em seis meses. Hoje em dia, só transo com camisinha. Às vezes, eu dou algum vacilo, né? Aí eu corro lá pra tomar o PEP [Profilaxia Pós-Exposição]. É o corre da proteção”.

A outra participante que cita como referência o CPDD LGBT é Esmeralda, que relata o seu acompanhamento referente ao processo de transição de gênero (acesso a serviços de retificação de documentos e terapia hormonal). Sobre sua participação em movimentos ela demarca a condição de morar muito distante de onde normalmente ocorrem atividades dessa natureza, o que dificulta a sua inserção nesses espaços, sendo esse um desejo dela.

Podemos destacar também o CRIA (Centro de Referência Integral de Adolescentes) citado com um espaço importante para Urucum. Já o Grupo Gay da Bahia (GGB) foi citado pela participante Kobicha, que reconhece este como um espaço de maior referência para homens gays, não tanto para as lésbicas. Ela demarca ainda não conhecer movimentos e grupos organizados de mulheres lésbicas. Os trechos extraídos das entrevistas que ilustram esse quinto tema e seus respectivos subtemas podem ser observado na Tabela 12.

Tabela 12

Tema 5 – Rede de apoio social e afetivo

Subtemas	Trechos extraídos das transcrições das entrevistas
5.1 “amigos/pares”	<p>Eu guardo pra mim meus sentimentos, não gosto de me abrir com ninguém não, nem com a namorada, eu falo pouco dos meus sentimentos, mas eu tenho amigos que sabem de mim, e é tranquilo, eu procuro elas para conversar, são duas minha amiga e a irmã dela. (Oliva, 17, m. cis, bissexual)</p> <p>Eu procuro as pessoas que vão me ajudar e não vão passar na cara a ajuda. Tipo meus amigos mais novos, conseguem fazer isso, mais do que os mais velhos. (Rosa Choque, 22, p. não-binária, “gay”)</p> <p>E tem a Iris daqui do projeto, que é como eu, e a gente se aproximou e conversa muito. Ela é lésbica. Mulher. Percussionista. Eu criei esse carinho, essa confiança nela. (Kobicha, 21, m. cis, lésbica)</p> <p>Eu não consigo me abrir muito, pois já tomei muito na cara, aí eu guardo muita coisa pra mim. Eu sei que falam que guardar as coisas faz mal, tem que sentar e conversar, mas é difícil eu confiar. Eu tenho muitos amigos que são LGBTs e héteros também, mas eu ando mais com mulheres, se não é mulher, é gay. E eu confio em alguns, e por isso acho que não vou me sentir só quando eu morar sozinho, depois que minha mãe for embora, porque eu tenho pessoas para me escutar. (Dourado, 20, h. cis, gay)</p> <p>Eu procuro muito a natureza [Risos] É porque, geralmente, quando eu tô com a cabeça muito a mil eu vou pra praia de noite e fico lá sozinho, às vezes, durmo por lá. Eu também procuro meu amigo Dourado, porque eu desabafo muito com ele ou procuro outro amigo Joel. E são todas bichas também, a gente se ajuda. (Urucum, 19, p. não-binária, “gay”)</p> <p>Meus amigos de rua são hetero e tem alguns que são bi, quer dizer, são hetero que pega gay. Eu ando mais com pessoas héteros. Porque eu tenho poucas amizades mesmo, e dessas quase nenhum é LGBT. E eu considero assim pra amizade, pessoas que cresceram comigo e como eu sempre andava com meninos na rua, entre os moleques, a maioria são homens e heteros e alguns bi, que come viado, como assim por dizer. E tem Rosa Choque que eu tô tendo afinidade agora, criando amizade. Proximidade por causa do Jovem Aprendiz. (Iris, 19, m. cis, lésbica)</p> <p>Hoje em dia é Maiara, que me mostrou real que ela é minha amiga de verdade. Algumas coisas que eu confio em contar, aí eu conto. E o que eu não confio eu guardo pra mim, tenho dificuldade de desabafar. (Turquesa, 20, m. cis, lésbica)</p> <p>Os amigos que eu posso contar são bem mais velhos, adultos, de onde já morei. Eles me ajuda com coisas psicológicas, às vezes eu preciso de ajuda por causa que é muita coisa que eu acabo levando pra mim, às vezes, eu choro a noite pensando nas coisas que as pessoas falam comigo, mas aí sempre tem</p>

	<p>alguém que me ajuda com isso, amigos. <i>(Terracota, 16, h. cis, bissexual)</i></p> <p>Procuo sempre minhas amizades, é onde desabafo quase tudo. Atualmente é uma só amiga. Ela me ajuda no apoio emocional, ainda que ela me julgue por alguma coisa que eu faça, sempre me ajuda com a palavra pra me levantar sabe? Pra eu me erguer, ela sempre quer minha melhora. É a minha amiga, porque minha mãe, não dá mesmo. <i>(Esmeralda, 21, m. trans, heterossexual)</i></p>
5.2 “familiares”	<p>Se eu precisar de alguma coisa material procuro meu tio, o meu padrinho, minha mãe. <i>(Oliva, 17, m. cis, bissexual)</i></p> <p>Se eu sei que vou ter uma dificuldade financeira não vou procurar um amigo meu que também o mesmo problema, né? Nesse caso, eu procuro meu irmão, minha irmã. <i>(Urucum, 19, p. não-binária, “gay”)</i></p> <p>Qualquer coisa eu sempre corro pro meu pai, digo “pow meu pai to precisando conversar com você. Tá acontecendo um negócio”. Aí depois ele mesmo chama, me orienta pelo certo. Se tiver como resolver, vai resolver. <i>(Kobicha, 21, m. cis, lésbica)</i></p> <p>Minha mãe, sempre, pra qualquer tipo de apoio, qualquer coisa que eu preciso. Se ela não puder vou pra minha irmã e ela sempre ajuda <i>(Dourado, 20, h. cis, gay)</i></p> <p>Eu procuro minha mãe e minha namorada, só. É quem eu tenho pra tudo. <i>(Iris, 19, m. cis, lésbica)</i></p> <p>Minha prima, com quem eu moro, e minha imã mais velha, que me ajuda, às vezes. É quem eu tenho. Minha mãe, assim, quando ela consegue me dá uma coisinha, mas joga na cara, aí eu nem aceito. Porque ela dá, mas pede para pagar, pra devolver depois. <i>(Turquesa, 20, m. cis, lésbica)</i></p> <p>Só tem uma pessoa que eu posso contar de vez em quando que é a minha irmã. Somos tipo os excluídos dos irmãos e um ajuda o outro. Até onde sei ela não é LGBT+, mas me apoia e acho que isso também chateia minha mãe. Eu conto algumas coisas pra ela. Ah, tem a minha prima também que eu falei que é lésbica, minha mãe também não gosta dela. <i>(Terracota, 16, h. cis, bissexual)</i></p> <p>Eu procuro mais a minha mãe, acima de tudo, porque eu não sei se todo mundo quer o meu bem ou quer se aproximar de mim, sou muito desconfiado. Sei que eu posso contar com ela sempre. <i>(Ébano, 21, h. cis, bissexual)</i></p>
5.3 “arteducadores (projetos sociais)”	<p>Sol é uma das pessoas, meu arteducador. Tipo, com alimento, além de perguntas sobre corpo, cuidados com higiene pessoal, sobre sexo, camisinha, essas coisas; tipo uma bolinha, uma coisinha que tá coçando demais, aí eu vou lá e pergunto. Ele me instrui bem, diz, “se oriente, precisa procurar um médico, fazer exame e acompanhamento regular”. <i>(Rosa Choque, 22, p. não-binária, “gay”)</i></p> <p>Eu tenho Paulinho que eu considero como pai, meu arteducador, ele foi uma das pessoas que me abraçou e me ensinou, sempre me incentivou, me botando pra cima, disse que sou boa. Depois que eu entrei na dança eu criei um carinho por Jaci, minha educadora de família. Eu procuro ela para conversar, me dá conselhos, para falar das minhas coisas <i>(Kobicha, 21, m. cis, lésbica)</i></p> <p>Guerreiro, meu educador, é a pessoa pra conversar sobre minhas coisas, pedir conselho, essas coisas. Se eu precisar de financeiro é Guerreiro, com certeza [Risos] <i>(Iris, 19, m. cis, lésbica)</i></p> <p>Eu tenho meus arteducadores, você aqui, Edu lá nas artes, que me ajudava com essas pessoas homofóbicas. Vocês são exemplos para mim. Eu acho que quero falar sobre o motivo que fez eu me aceitar LGBT+, eu me toquei, fui crescendo, entendendo as coisas, e eu falei, dane-se. Não vou deixar de ser quem eu sou pelo fato de que outras pessoas quererem que eu seja algo que eu não sou. Foram conversas com vocês meus arteducadores. <i>(Terracota, 16, h. cis, bissexual)</i></p>
5.4 “grupos / movimentos e serviços de referência LGBT+”	<p>Eu posso falar o PREP [Profilaxia Pré-Exposição ao HIV]? Porque eu participo de atividades lá do CPDD e faço acompanhamento. Eu conheci quando teve uma parada gay em Paripe. Pediram meu contato lá e depois me ligaram chamaram pra fazer exames. Eu nunca tinha feito nada. Tem muitas pessoas que não sabem. Esse serviço é ótimo pra comunidade LGBT. Minhas relações sexuais muitas vezes não eram com camisinha. Então queria fazer porque já tinha condição de entender isso. Porque quando eu comecei a ter relação sexual, que foi muito mais cedo, antes de eu me assumir com 16, eu não sabia de algumas coisas e na parada gay eles abriram essa porta pra mim. Fiz os meus exames, deu tudo negativo, graças a Deus. É isso, hoje eu estou esperta. Eu tento voltar lá de seis em seis meses. Hoje em dia, só transo com camisinha. Às vezes, eu dou algum vacilo, né? Aí eu corro lá pra tomar o PEP [Profilaxia Pós-Exposição]. É o corre da proteção. Eu sei que tem os movimentos e os grupo, não sei o nome direito, mas eu participaria, porque eu acho importante lutar por direitos, né? <i>(Ébano, 21, h. cis, bissexual)</i></p> <p>Conheço o Afro-bafo, que é esse movimento de bichas pretas. Acho eles incríveis e eu um dia ainda vou, nem que seja só para fazer um close com elas. Tem o Bonde das Bonecas, um grupo de gays que dançam ‘brega funk’ também. <i>(Rosa Choque, 22, p. não-binária, “gay”)</i></p> <p>Eu não conheço esses movimentos e grupos e prefiro não participar, não me interessa muito. Se eu encontrar pessoas que são eu converso e tal, mas participar de coisas assim, eu não gosto. Se você quiser encontrar é só você chegar no Rio Vermelho, sete horas da noite, em um sábado. Você encontra uma galera [Risos] Eu vou sempre, tô quase todo dia lá na rua. Viro noite lá. <i>(Oliva, 17, m. cis,</i></p>

bissexual)

Nunca participei, mas sei que tem muitos. Eu nunca tive vontade de ir conhecer, mas eu sei que é uma coisa boa pra gente. (Dourado, 20, h. cis, gay)

Conheço bem o GGB [Grupo Gay da Bahia], não frequento assim, mas quando tem as coisas lá eles chamam. Eu não gosto muito de ficar no meio porque eu tenho uma vibe mais tranquila. Eu acho que a gente não precisa se amostrar, tipo ‘Ah, sou gay’, e lá tem muito isso. A galera gosta de “fechar” um pro outro, entre eles, tem briga entre eles mesmo, aí fala mal. Eu não gosto de tá no meio desse negócio. É que o GGB é mais pros homens gays, né. Eu não conheço nenhum de lésbicas. Eu sei que tem e são importante pra galera entender, pra quem é, e para quem não é, que a galera quer respeito, igualdade, independente do que seja. Se eu tivesse tempo, participaria. (Kobicha, 21, m. cis, lésbica)

Eu não gosto muito desses movimentos, de muvuca, muita gente. Eu gosto de sair com pessoas que eu conheço, que eu confio. Deve ser importante assim, no geral, mas eu não queria participar não. Pra mim eu sou de amizade mesmo, de poucas amizades. E agora eu só fico em casa, trabalhando e tô namorando também, como é que vou participar de coisas assim? (Iris, 19, m. cis, lésbica)

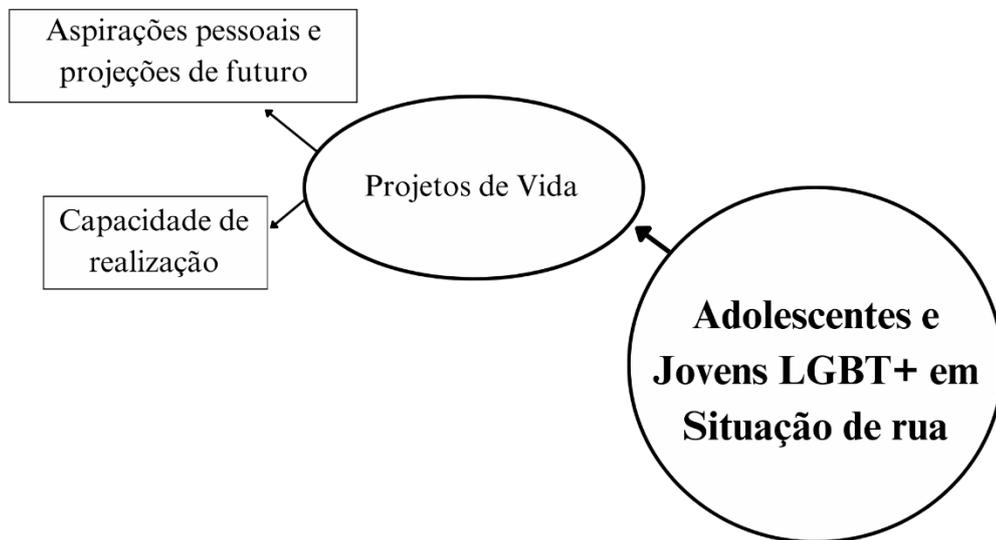
Tem o Casarão da Diversidade, que é onde eu faço acompanhamento, onde me ajudou a retificar os documentos e onde tô fazendo meu tratamento hormonal. No caso, tá sendo com a ajuda deles. Mas eu queria ir mais, mas eu moro longe, tudo é muito longe, então ainda não participo (Esmeralda, 21, m. trans, heterossexual)

Pra mim é o CRIA [Centro de Referência Integral de Adolescentes], me inspira muito lá, porque a gente fala nas peças sobre homofobia, gordofobia, racismo, tudo isso. Tipo, eu tô em cena passando por isso e na vida real também. Ensina muito. (Urucum, 19, p. não-binária, “gay”)

6) TEMA 6 – Projetos de vida

Figura 8

Tema 6 – Projetos de vida e subtemas



Por fim, o sexto tema identificado trata dos projetos de vida relatados pelos(as) participantes, sendo composto por dois subtemas específicos, conforme Figura 8. O primeiro se refere a “aspirações pessoais e projeções de futuro” e o segundo à “capacidade de realização”. É oportuno salientar que partimos da definição de projetos de vida apresentada por Marcelino et al. (2009), sobretudo no tocante à importância de haver uma reflexão crítica

em torno das experiências individuais e uma conscientização sobre a realidade vivenciada no momento presente, identificando o que pode ou não ser superado em relação ao que se espera alcançar a partir das aspirações e projeções de futuro.

Nessa direção, no que se refere ao primeiro subtema “aspirações pessoais e projeções de futuro” observamos que os projetos pessoais dos(as) participantes se relacionam a melhorias das suas condições materiais de vida, incluindo, sobretudo, a dimensão do trabalho como uma via para alcançar essas metas. É interessante observar que os(as) participantes apresentam aspirações de trabalho que se relacionam às atividades artísticas que desenvolvem, como a dança, a capoeira, a percussão, bem como o futebol, no caso da participante Oliva, que joga numa escolinha atualmente. Trata-se de uma premissa importante, uma vez que os projetos de vida se associam tanto aos contextos quanto aos processos nos quais os participantes estão inseridos(as) (Coscioni, 2017).

Três jovens destacam o desejo de se tornarem arteducadores(as) e ensinarem as linguagens artísticas nas quais mais se engajam, sendo frequente o desejo de se envolver em outros projetos, incluindo experiências de vida em outros países. A conquista da moradia própria para si e para a família é um tema presente na maioria dos relatos, com destaque para a participante Urucum que relata o seu movimento de construir sua casa, projeto já em curso. Esse tema também se fez presente em outras pesquisas com esse público (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020; Santana & Vezedek, 2019). A participante Esmeralda destaca seu desejo de concretizar as intervenções cirúrgicas que integram o seu processo de transição de gênero, e junto com a participante Oliva, referem a vontade de constituir suas próprias famílias.

Esmeralda demonstra ter uma visão crítica e consciente sobre a sua condição atual de ser jovem, preta e pobre. Ainda assim, coloca-se como alguém disposta a construir projeções de futuro e projetos de melhoria das condições de vida. Ressaltamos que a estabilidade financeira foi mencionada algumas vezes, estando acompanhada de estabilidade emocional, ao que podemos destacar o relato de Turquesa quando cita, especificamente, o desejo de ter melhorias em sua saúde mental, além de questões relacionadas a trabalho, melhores condições de vida e qualidade das relações familiares “*queria um trabalho, a minha casa própria e Saúde mental. Quero saúde mental em dias, porque não está não. Está abalada aí. No futuro quero tá vivendo com minha família, com melhores condições, com dinheiro, porque não tenho nada hoje*”.

Quanto ao subtema “capacidade de realização”, observamos a avaliação dos(as) participantes quanto à mobilização e organização no sentido de concretização de suas aspirações e projetos de vida. Ademais refletimos se de alguma maneira, os(as) adolescentes e

jovens se sentem mais ou menos capazes de realizar seus projetos pessoais sendo uma pessoa LGBTQ+ com trajetória de rua. Dessa forma, observamos que, na quase totalidade dos relatos aparece a palavra “oportunidade”, empregada em muitos momentos no plural, algo que reflete uma consciência social e política dos(as) adolescentes e jovens em relação aos seus anseios e projetos de vida, visto que, apresentam aspirações e projeções de futuro coerentes com as atividades que se engajam no presente, dimensão destacada por Coscioni (2017), no que se refere a questão relacional entre passado, presente e futuro.

De maneira geral os(as) participantes se veem como aptos(as) e capazes de realizar os seus projetos de vida, ainda que reconhecendo as dificuldades relacionadas a condição de minoria sexual e de gênero, racial e de classe social. Podemos citar como exemplos as falas de Esmeralda, que destaca a dificuldades nos relacionamentos por ser uma mulher trans “às vezes, eu acho que não existe amores pra nós trans. Mesmo vindo por aí, trans namorando, eu sinto uma indiferença, talvez nunca aconteça na minha vida, embora eu quero que aconteça muito” e Turquesa, que menciona a compreensão de que existe uma desigualdade de gênero por conta do machismo, que pode impedi-la de realizar alguma projeto “não acho que tenha nada que eu não possa ou consiga fazer, mas assim, como as mulheres são sempre desvalorizadas, eu acho que deve ter alguma coisa que eu não vá conseguir, só não sei pensar nisso agora. Sempre dizem que a gente mulher não tem capacidade igual ao homem, mas eu não acredito nisso”. Esses dados diferem dos apontados por Rew et al. (2005), que referem maior insegurança e incerteza do público pesquisado quanto a perspectivas de futuro.

No presente estudo, à despeito de todas as adversidades vivenciadas pelos(as) adolescentes e jovens, há uma compreensão de que o trabalho e o esforço (dimensões que poderíamos considerar como características da pessoa, de acordo com a TBDH), somado a condições contextuais, isto é, acesso a oportunidades, podem gerar mudanças significativas em suas vidas. Nesse sentido, tendo em vista a percepção dos(as) adolescentes e jovens, o acesso a espaços como o projeto social, a oportunidades educativas, artísticas e culturais, contribuiu e segue contribuindo para o fortalecimento e apoio aos seus projetos de vida, que englobam perspectivas positivas, de autoconfiança e melhoria da qualidade de vida.

Podemos verificar isso na fala de Kobicha ao afirmar “Acho que para gente, trabalho é sempre mais difícil, pelo jeito da gente, como a gente é, se veste. Ser artista é um pouco diferente, mas no geral, eu achava muito difícil. Hoje em dia eu acho isso mais não. Eu virei artista e eu sei que posso muita coisa. É uma questão de oportunidade, também”; de Iris “eu sinto que eu posso fazer qualquer coisa porque eu já passei por tanta coisa. Já sobrevivi e venci tanta coisa, então eu posso fazer o que eu quiser. Eu acho que isso vem daqui, do

projeto, dos conselhos e orientação que recebi aqui, sabe? Eu abri a mente e aproveitei a oportunidade de ter uma vida diferente, da rua, do errado”. E de Terracota, quando diz “eu gosto de ser como sou. Acho que serei alguém, melhor, eu sou alguém, eu existo, e tenho descoberto coisas, que posso ter amigos, posso usar roupas que eu gosto e ser como eu gosto de ser, que eu posso desenhar, dançar, ser LGBT+, jogar capoeira. Que eu tenho tudo pela frente. Acho que ser LGBT não é um impedimento pra nada, pelo menos pra mim”,

Ressaltamos que os projetos de vida podem ser considerados como fatores protetivos no caso dos(as) adolescentes e jovens participantes desta pesquisa, assim como aponta a literatura, visto que motivam uma atitude positiva frente à vida, por exemplo, o que pode se relacionar com a geração de bem-estar e qualidade da saúde mental (Damon, 2009; Dellazzana-Zanon & Freitas, 2015). Nesse caminho, na Tabela 13 podem ser observados os trechos extraídos das transcrições que ilustram este último tema e seus subtemas.

Tabela 13

Tema 6 – Projetos de Vida

Subtemas	Trechos extraídos das transcrições das entrevistas
6.1 “aspirações pessoais e projeções de futuro”	<p>Meu grande sonho é uma casa de verdade, bem dividida, porque na minha casa não tem formação de quarto, de cozinha, de banheiro. Quero ser rica pra poder comprar o que tenho vontade e ajudar as pessoas que eu já prometi. Eu acredito que três coisas podem me ajudar a conseguir isso: primeiro é o meu esforço, que eu não vou desistir, vou lutar. Segundo, a dança, oportunidades como essa do projeto. E o teatro que eu ainda vou fazer. Eu tenho esse sonho de atuar. Eu quero ficar rica como artista. Como uma estrela. (<i>Rosa Choque, 22, p. não-binária, “gay”</i>)</p> <p>Por mais que minha vó fosse chata e insuportável, ela me criou e eu amo muito, queria que ela tivesse aqui, para ver que vou ser arteducadora no projeto. Tô mudando de vida, né? Uma vida tranquila e possível, diferente do que era. Queria que eu e o meu pai tivesse organizando a nossa vida para comprar nossas coisas, a nossa casa. Com a vida organizada, eu creio que eu vou ter um pouquinho de cabeça pra ter um relacionamento, um amor, no futuro. Eu creio que se a gente não tiver comprado uma casa nossa, a gente vai ter pelo menos arrumado a casa que a gente mora. E outras coisas, meu pai quer comprar o carro dele, eu quero tirar minha habilitação (<i>Kobicha, 21, m. cis, lésbica</i>)</p> <p>Meu sonho é jogar na Seleção Brasileira ou São Paulo. Também gostaria de ser conhecida por tocar e tocar com Carlinhos Brown. Daqui a cinco anos, se eu tiver viva, eu quero adotar um filho. Eu pretendo adotar uma criança, mas não quero tá com ninguém. Mãe Solo? Sozinha? Isso não. Mãe solteira [Risos], porque ninguém cria filho sozinho. Aí, se aparecer alguém, de repente. Vixe, eu vou ter 22 anos, eu não pretendia ter filho tão nova. Deixa pra depois então. (<i>Oliva, 17, m. cis, bissexual</i>)</p> <p>Fico pensando muito na minha carreira de dançarino. Deus me deu um dom e eu não posso abrir mão, porque eu sei que tenho garra, eu danço bem, passei muito tempo me preparando aqui no projeto. Meu desejo é trabalhar com o que eu gosto, chegar ali, fazer uma audição e passar, no balé folclórico, em outros lugares. É isso, eu quero me estabilizar financeiramente e mentalmente. No futuro eu quero construir minha casa, fazer outros cursos, com o meu próprio dinheiro que eu conseguir com a dança e daqui há cinco anos tá ajudando a minha mãe. (<i>Ébano, 21, h. cis, bissexual</i>)</p> <p>Eu quero dançar fora, penso em morar fora, mas eu tô focado mais no agora, em dançar, pra futuramente assim ganhar dinheiro, sabe? Eu me imagino num apartamento, na Barra, com a minha moto. Eu vou ser uma maricona de moto [Risos]. Eu quero mudar de bairro, minha rua é calma, não vê os meninos com armas, não vê troca de tiro, no bairro nem tanto. Quero conhecer gente nova, viver num condomínio, e se alguém reclamar do meu varal, me perdoe. [Risos] (<i>Dourado, 20, h. cis, gay</i>)</p> <p>Eu já pensei, eu vou crescer com dança, mas primeiro eu tenho que me fortalecer com a minha casa, me estabelecer e poder viver melhor. Quero terminar minha casa, porque casa é a base da gente, né? Eu não quero ser uma pessoa com um trabalho normal, eu penso em algo melhor pra mim, quero coisas com dança, com teatro ou moda porque eu acho que eu tenho muito talento pra isso. Para o futuro? Eu desejo oportunidades, a base de tudo, porque por mais que a gente seja a melhor pessoa do mundo, se a gente não tiver oportunidades, a gente não chega lá. Eu sou uma pessoa muito econômica, guardo meu</p>

	<p>dinheiro, vou juntando, trabalhando aos poucos para conseguir o que eu quero, pra ir comprando material pra minha casa e algumas coisas pra mim, que eu preciso. (<i>Urucum, 19, p. não-binária, "gay"</i>)</p> <p>Eu gostaria de virar uma grande percussionista, ir pra fora do Brasil, levar minha família. Estados Unidos depois na África. Na África é muito massa. Os percussionistas de lá, o som é diferente, e eu quero ir lá aprender outros toques. E nos Estados Unidos, é como eu venho conversando com Leo, educador daqui que foi pra lá tocar, ele disse que lá tem percussionista, mas não tem do jeito que a gente é aqui. Tipo eu sonho em levar coisas daqui pra lá. Mostrar a nossa diferença. No futuro eu quero me tornar educadora aqui, ficar um bom tempinho, depois me ajeitar, ir pra fora do país, levar coisas, aprender e depois ir levando minha família (<i>Iris, 19, m. cis, lésbica</i>)</p> <p>Eu sou jovem, mas sou pobre [Risos] É mais difícil, mas tudo que eu sonho é minha casa própria, depois ter condições de fazer cirurgias plásticas, porque não dá pra ficar se montando toda, morando na casa dos outros. A terceira prioridade é dar uma vida melhor pra minha mãe, não vou mentir, porque é um assunto muito delicado a vida dela. Casa própria, siliconada, com meu marido e minha filha. E estabilidade financeira e emocional, né? Morar fora daqui do país, é um sonho também. Ou até que não more fora do país, mas pelo menos fora de Salvador. (<i>Esmeralda, 21, m. trans, heterossexual</i>)</p> <p>Queria um trabalho, a minha casa própria e Saúde mental. Quero saúde mental em dias, porque não está não. Está abalada aí. No futuro quero tá vivendo com minha família, com melhores condições, com dinheiro, porque não tenho nada hoje. Eu queria tá vivendo, trabalhando como capoeirista, não sei se é trabalho, quer dizer, é sim, que aqui a gente tem arteducador capoeirista, então é trabalho. É o que eu quero ser. (<i>Turquesa, 20, m. cis, lésbica</i>)</p> <p>Dinheiro? Olha, eu gostaria de sair de casa. Já falei com a minha mãe pra ela me libertar, como que diz? [Emancipar?] Isso. Eu quero sair da casa dela, mas eu sou de menor. Eu não me sinto bem em casa, tudo que eu preciso fazer é fora de casa, inclusive namorar. Eu quero ter meu espaço, poder ser eu, cuidar das minhas coisas, cuidar de mim. No futuro quero fazer minha faculdade. Quero fazer biologia, uma moça disse que tenho que fazer isso para me tornar paleontólogo, que é o que eu quero ser. Vou fazer o ensino médio técnico agora. Futuramente eu vou tá morando sozinho, tomara. Namorado? Talvez. Penso em viajar. Eu queria ser modelo, mas eu acho que não tenho mais idade [Risos] me disseram que tem que começar de criança e eu não sou mais criança, né? [Risos] (<i>Terracota, 16, homem cis, preta, bissexual</i>)</p>
6.2 "capacidade de realização"	<p>Eu posso fazer qualquer coisa. Eu não tô nem aí com a opinião dos outros. Tipo, tem o preconceito contra LGBT, contra mulher no futebol, na percussão, mas eu não tô nem aí pra isso. É difícil é, mas eu não tô nem aí. Tudo é oportunidade. (<i>Oliva, 17, m. cis, bissexual</i>)</p> <p>Participar desse projeto, dançar, me faz acreditar que eu posso fazer tudo, tem que ter muito trabalho duro, mas oportunidade também, né? Hoje eu sei que posso fazer qualquer coisa. Sim, porque eu sou bonita também [Risos]. Mas assim, eu queria fazer um curso de segurança do trabalho e minha mãe disse que ela tinha medo desses homens de obras, que você sabe, eles dão uma de machão e tal. Aí o medo dela é eu ser segurança do trabalho e não ser levado a sério. Eles tipo vê que eu sou gay e tentar fazer alguma coisa comigo lá fora. Entende? Mas não existe isso. Eu vou fazer sim, é um desejo meu. Eles tem que ser profissional, como eu vou ser também. (<i>Ébano, 21, h. cis, bissexual</i>)</p> <p>Eu acredito que ser bicha, gênero livre não me impede de fazer nada. Talvez seja só uma coisa de oportunidade. Porque assim, por eu ser uma pessoa de uma vida muito sofrida, o dinheiro não é só pra luxar, é pra ajudar mesmo, mudar as coisas. (<i>Rosa Choque, 22, p. não-binária, "gay"</i>)</p> <p>Acho que para gente, trabalho é sempre mais difícil, pelo jeito da gente, como a gente é, se veste. Ser artista é um pouco diferente, mas no geral, eu achava muito difícil. Hoje em dia eu acho isso mais não. Eu virei artista e eu sei que posso muita coisa. É uma questão de oportunidade, também. (<i>Kobicha, 21, m. cis, lésbica</i>)</p> <p>Uma coisa que eu nunca vou conseguir fazer é jogar bola [Risos] porque eu não me vejo fazendo isso, não sei por onde começa. É que é difícil ser gay e jogar futebol, né? Ser das artes é mais fácil ou mais possível, né? Mas assim, tem uma coisa que eu descobri, que mesmo sendo gay eu posso colocar um bloco sem cima do outro, botar cimento, construir sabe, uma casa. Isso foi o auge, porque eu achava que viado não podia fazer isso, só homem mesmo, tipo hétero, e depois disso aí, eu posso fazer qualquer coisa. (<i>Urucum, 19, p. não-binária, "gay"</i>)</p> <p>Não acho que tenha nada que eu não possa ou consiga fazer, mas assim, como as mulheres são sempre desvalorizadas, eu acho que deve ter alguma coisa que eu não vá conseguir, só não sei pensar nisso agora. Sempre dizem que a gente mulher não tem capacidade igual ao homem, mas eu não acredito nisso. (<i>Turquesa, 20, m. cis, lésbica</i>)</p> <p>Eu gosto de ser como sou. Acho que serei alguém, melhor, eu sou alguém, eu existo, e tenho descoberto coisas, que posso ter amigos, posso usar roupas que eu gosto e ser como eu gosto de ser, que eu posso desenhar, dançar, ser LGBT+, jogar capoeira. Que eu tenho tudo pela frente. Acho que ser LGBT não é um impedimento pra nada, pelo menos pra mim. (<i>Terracota, 16, homem cis, preta, bissexual</i>)</p> <p>Relacionamento, pois, às vezes, eu acho que não existe amores pra nós trans. Mesmo vindo por aí, trans namorando, eu sinto uma indiferença, talvez nunca aconteça na minha vida, embora eu quero que</p>

aconteça muito. Isso é muito fútil, né? Tem coisas que são importantes também como viajar pra outro país, mas está muito longe do meu alcance hoje. Sou pobre. Agora eu quero morar só, tem que assumir dinheiro para aluguel, pra me manter. Trabalho também, eu achei que nunca conseguiria, mas tive essa oportunidade aqui no projeto, de ser aprendiz. Eu senti importância. Valor por isso. Eu sei que não sou apenas uma trans. Foi muito bom pra autoestima. (*Esmeralda, 21, m. trans, heterossexual*)

Eu sinto que eu posso fazer qualquer coisa porque eu já passei por tanta coisa. Já sobrevivi e venci tanta coisa, então eu posso fazer o que eu quiser. Eu acho que isso vem daqui, do projeto, dos conselhos e orientação que recebi aqui, sabe? Eu abri a mente e aproveitei a oportunidade de ter uma vida diferente, da rua, do errado. (*Iris, 19, m. cis, lésbica*)

Eu não deixo as pessoas colocar na minha cabeça que eu não vou conseguir algo por se gay, eu sempre falei, eu quero, eu posso, eu consigo. Aqui no projeto me ensinou isso, e minha mãe também sempre me apoiou. (*Dourado, 20, homem cis, preta, gay*)

4.2 Fatores de risco e proteção para adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua

Para analisar os fatores de risco e proteção identificados neste trabalho retomaremos oportunamente algumas premissas conceituais, sobretudo, no que se refere à compreensão de que esses fatores se configuram como variáveis tanto individuais quanto contextuais (Souza, Sena & Pessoa, 2023). Dessa forma, podem se fazer presentes não apenas no nível dos microsistemas de desenvolvimento nos quais os(as) participantes estão inseridos (relações proximais e cotidianas), como também no nível do macrossistema, tendo em vista as estruturas sociais mais amplas que são marcadas por desigualdades e vulnerabilidades sociais (Pessoa & Coimbra, 2020).

Nessa perspectiva, a presente pesquisa parte do pressuposto de que tanto os **fatores de risco** – entendidos como variáveis que se manifestaram na vida de uma pessoa, de sua família e/ou comunidade, que podem gerar repercussões desfavoráveis ao desenvolvimento (Zappe & Dell'Aglio, 2016; Morais, Raffaelli, & Koller, 2012) –, quanto os **fatores de proteção** – variáveis materiais e subjetivas que promovem o desenvolvimento saudável, podendo atenuar ou mesmo barrar os efeitos adversos decorrentes da exposição aos fatores de risco (Paludo & Koller, 2005; Sapienza & Pedromônico, 2005; Yunes, 2006) –, não são universais e, em se tratando de adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua, são constituídos por especificidades próprias da condição de situação de rua e do pertencimento às minorias sexuais e de gênero e seus entrelaçamentos com os demais marcadores sociais da diferença (cor/raça/etnia, classe social, religiosidade, acessibilidade, dentre outros).

Ademais, os fatores de risco e de proteção não são tomados neste trabalho a partir de uma oposição restrita, dicotômica, mas sim como um binômio, como paradoxais. Isso porque um mesmo contexto por ser, concomitantemente e paralelamente, prejudicial (risco) e favorável (proteção) para a trajetória de desenvolvimento desses(as) adolescentes e jovens. Isso significa ainda que a ausência de um fator de proteção específico não é entendida,

necessariamente, como uma exposição direta a um fator de risco, visto que a rua, enquanto um contexto de desenvolvimento complexo e dinâmico, na relação com outros microsistemas, pode gerar uma variância dos fatores de risco, o que, conseqüentemente, possibilita a mobilização de diversas estratégias de enfrentamento e proteção, incorrendo assim, em diferentes desfechos desenvolvimentais (Paludo & Koller, 2005).

Os fatores de proteção identificados, nesse sentido, podem gerar efeitos protetivos em determinadas situações, mas resultar em prejuízos em outras (Souza, Sena e Pessoa, 2023), demandando assim uma análise sempre relacional e contextual, sobretudo, no que se refere ao desenvolvimento e promoção de processos de resiliência, que tem caráter interacional e se configura como um resultado possível decorrente do enfrentamento de fatores de risco, considerando a presença de variáveis protetivas individuais e contextuais (Wright & Masten, 2015). As autoras reforçam ainda que diante de situações adversas significativas que possam ameaçar os recursos pessoais e contextuais disponíveis, a resiliência atua justamente a partir de uma série de processos que viabilizam para as pessoas, famílias e comunidades a possibilidade de construção e fortalecimento de respostas de enfrentamento que venham a superar essas adversidades.

Isso posto, nesta seção apresentamos uma sistematização dos fatores de risco (Figura 9) e dos fatores de proteção (Figura 10) para adolescentes e jovens LGBTQ+ em situação de rua, elaborada a partir da análise temática das entrevistas realizadas. A produção desses dois infográficos tem o intuito de promover a disseminação dos resultados da pesquisa, podendo integrar materiais formativos voltados para profissionais, educadores(as), dentre outros.

Na medida em que discutiremos os fatores de risco e de proteção, buscaremos estabelecer uma articulação tanto dos pressupostos teóricos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) (Bronfenbrenner, 1979/1996; 1989; 1995; 1999; 2011; Bronfenbrenner & Morris, 1998), quanto da teoria do Estresse de Minoria (EM) (Meyer, 2015; Meyer & Frost, 2013), destacando alguns processos de resiliência que foram vivenciados pelos(as) participantes a partir dos elementos protetivos (fatores de proteção) mobilizados no enfrentamento das adversidades (fatores de risco). Cabe destacar que as numerações dos fatores não incorrem em uma hierarquização, tendo sido usada apenas para fins de organização do texto, uma vez que, em grande parte dos casos, podemos observar que esses fatores se interrelacionam.

Figura 9

Fatores de risco para adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua



Os **fatores de risco** para adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua identificados neste estudo, conforme explicitados na Figura 9 e detalhados a seguir, estão relacionados tanto a variáveis macro quanto microsistêmicas. Assim, englobam não apenas as dimensões presentes nas relações cotidianas, como também aspectos sociais, culturais, políticos, dentre outros.

1) a *exposição a desigualdades e vulnerabilidades sociais* – inclui a escassez de recursos, pobreza e insegurança alimentar e nutricional, sendo estes elementos decorrentes do sistema capitalista que atravessa e influencia diretamente o cotidiano dos(as) participantes, além de serem variáveis que historicamente produzem a situação de rua;

2) as *barreiras de acesso às políticas públicas* – a exemplo do acesso a políticas educacionais, de trabalho e renda, assistência social, saúde (em especial, saúde sexual e reprodutiva), culturais e artísticas, além das dificuldades de acesso aos equipamentos da segurança pública, sobretudo, em casos de necessidade de reportar vitimizações relacionadas a LGBT+fobia e outras violências;

3) a *atuação na rede do tráfico de drogas* – que expõe os(as) adolescentes e jovens a situações de violência e ao risco de morte, sendo uma dimensão também relacionada ao fator da violência urbana e policial;

4) o *racismo* – entendido como um dispositivo de racialidade que perpetua discriminações e desigualdades raciais em diversas esferas da sociedade (Carneiro, 2023), vitimando populações negras e indígenas, e não brancas em geral;

5) a *violência urbana e policial* – dimensões que se relacionam a várias questões sociais, sendo essa última citada pelos(as) participantes como um risco que vivenciam no cotidiano das ruas;

6) o *preconceito, discriminação e violência contra as diversidades sexuais e de gênero em diferentes contextos (LGBT+fobia)* – experiências relatadas pelos(as) participantes que são vivenciadas no cotidiano das relações proximais com pessoas e contextos no qual estão inseridos(as), assim como em um nível macro, a partir das reverberações de crenças e manifestações conservadoras sobre a sexualidade, gênero, dentre outros marcadores sociais;

7) a *exposição a assédio, abuso e/ou exploração sexual e/ou sexo em troca de bens e recursos* – dimensões complexas que se ancoram em preconceitos e estigmas como o da hipersexualização e da objetificação sexual (principalmente de mulheres cis e trans e de pessoas negras) e da promiscuidade direcionado, sobretudo, às pessoas LGBT+;

8) *expectativa de rejeição e ocultação do status de minoria sexual e de gênero* – estressores de minoria aos quais as pessoas LGBTQ+ são submetidas, tendo sido relatadas pelos(as) participantes do estudo em diversos contextos, sobretudo familiar;

9) *sofrimento mental* – inclui desfechos como tristeza, ansiedade, confusão mental, depressão, baixa autoestima, dentre outros, além de se constituir como uma importante dimensão de análise do EM, visto que os estressores de minoria são diretamente associados como elementos que impactam a saúde mental de pessoas LGBTQ+, situação também observada entre os(as) participantes do estudo;

10) *pressão por adequação ao padrão corporal e comportamental cisheteronormativo* – dimensão que atinge de modo diferente a depender da especificidade de cada minoria sexual e de gênero, a exemplo das mulheres trans que são pressionadas a expressar ao máximo a feminilidade de modo a atingir uma passabilidade (não ser facilmente identificada como pessoa trans, como vimos no relato da participante Esmeralda). No caso de pessoas gays, bissexuais e não-binárias lidas socialmente como “afeminados(as)”, a pressão por adequação tem a ver com a rejeição da expressão de gênero feminina, algo que inclui a vivência de uma série de preconceitos e violências para “agir com um homem”, como vimos nos relatos dos(as) participantes, experiência que gera muitos sofrimentos. Já no caso das mulheres lésbicas que tem expressão de gênero lida socialmente com masculina observamos o oposto, uma pressão para que se tornem mais femininas e se adequem ao esperado em termos de uma performance de gênero de uma mulher cisgênero, fato que também se relaciona com vivências de violências, constrangimentos, dentre outros;

11) *invisibilidade de experiências afetivas/amorosas/sexuais* – fator de risco referido como uma condição imposta para pessoas LGBTQ+ diante do cenário amplo de preconceito e discriminação, sendo acompanhada por rejeição, julgamento e violências. Dessa forma, observamos vivências sexuais e afetivas marcadas pelo que a participante Rosa Choque denominou de “modo sigiloso”, que tomamos de empréstimo para refletir sobre essa dimensão citada pelos(as) participantes como um estressor de minoria, visto que desejam, assim como as pessoas cisgênero e heterossexuais vivenciarem suas relações sexuais e afetivas publicamente, sem serem violentadas por isso. Também se inclui aqui a dimensão das relações abusivas (que ocorrem não somente em relacionamentos sigilosos, vale lembrar), além da dependência emocional, referida pela participante Urucum como decorrente do fato de as pessoas LGBTQ+ vivenciarem a rejeição de maneira recorrente em suas vidas, e, por isso, quando se relacionam afetivamente tendem a desenvolver dependência emocional, mantendo-

se, em alguns casos, em relacionamentos não saudáveis por conta disso, pelo medo da solidão e da rejeição;

12) *rejeição e ausência de suporte social e afetivo* – relaciona-se a experiências de rejeição e conflitos familiares, violências diversas e, em alguns casos, expulsão da casa da família, sendo que a ausência de suporte social e afetivo se relaciona diretamente com consequências negativas para o desenvolvimento que são decorrentes dos estressores de minoria sexual e de gênero;

13) *reação às situações de vitimização* – configura-se como um fator de risco, pois ao reagir discutindo, brigando e, em determinadas situações, usando a força física para se defender, os(as) adolescentes e jovens LGBT+ podem se expor a mais riscos. Cabe destacar que a depender do contexto a reação pode ser um fator de proteção, a exemplo de situações nas quais a pessoa LGBT+ se encontra em grupo ou conta com algum apoio de outras pessoas no momento da violência;

14) *ausência de espaços seguros para descanso e dormida na rua* – fator de risco intimamente relacionado a situação de rua que, quando ocorre, expõe os(as) adolescentes e jovens a situações de estresse e riscos de sofrer algum tipo de violência quando estiverem dormindo e descansando; e,

15) *perdas significativas de pessoas de referência* – fator mencionado por alguns(as) participantes que engloba situações de morte e/ou prisão de responsáveis, ou ainda, os casos em que a pessoa de referência faz uso abusivo de substâncias psicoativas, podendo se tornar mais difícil o estabelecimento de práticas de atenção e cuidado voltadas para os(as) adolescentes e jovens.

Figura 10

Fatores de proteção para adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua



Os **fatores de proteção** identificados pelo estudo, explicitados na figura 10, também podem ser observados no nível macro e microssocial. Importa destacar novamente que as variáveis protetivas não estão postas em simples oposição aos fatores de risco, sendo assim, em alguns casos, há estratégias de proteção utilizadas pelos(as) participantes na rua, por exemplo, que podem atuar ora como protetivas, ora como promotoras de riscos.

1) *acolhimento e suporte social e afetivo em diferentes contextos* – inclui situações de acolhimento das diversidades sexuais e de gênero a partir do estabelecimento de relações significativas com pares e a comunidade, sobretudo no contexto institucional do projeto social no qual a pesquisa foi realizada. A presença do suporte social e afetivo para os(as) participantes se apresentou como significativa para os processos de enfrentamento das adversidades, possibilitando aos adolescentes e jovens a vivência de processos de resiliência frente a violências sofridas e a própria ausência de suporte no contexto familiar, por exemplo;

2) *representatividade positiva das diversidades sexuais e de gênero* – fator que se mostrou fundamental para a participação e engajamento dos(as) participantes em atividades culturais e artísticas, por exemplo. Trata-se de um fator de proteção que reafirma a importância da presença e da interação com pessoas que façam parte de minorias sexuais e de gênero nos diferentes contextos, uma vez que isso possibilita o desenvolvimento de relações significativas que auxiliam a criação e fortalecimento de sentimentos de afirmação do próprio *status* de minoria dos(as) participantes, a partir de sentimentos positivos de aceitação, bem-estar, autoestima, dentre outros.

3) a *afirmação do status de minoria sexual, de gênero e racial* – um elemento fundamental para a promoção de sentimentos positivos de autoaceitação e autoestima dos(as) participantes desse estudo. Ainda que, em muitos momentos, sejam submetidos(as) a situações de preconceito, discriminação e violência, observamos este fator protetivo nas trajetórias de vida de todos(as) os(as) participantes deste estudo;

4) *acesso a políticas públicas* – este é um fator fundamental do macrossistema, uma vez que implica diretamente o acesso a serviços de referência diversos (para pessoas LGBTQ+, em situação de rua e adolescentes e jovens), políticas culturais e artísticas, informações sobre saúde sexual e reprodutiva, direitos socioassistenciais, dentre outros. Observamos que ter acesso às políticas públicas a partir dessas instâncias, que incluem a educação, assistência social, a cultura, as artes, o trabalho e a renda etc., colabora para a minimização de riscos vivenciados nos contextos da rua, por exemplo;

5) *acesso a oportunidades educativas, formação profissional e ao trabalho digno associadas a projetos de vida e projeções positivas de futuro* – trata-se de um conjunto de

variáveis protetivas que contribuí diretamente para a superação de riscos vivenciados pelos(as) participantes. Um exemplo disso é o projeto social que participam, que se constitui como uma oportunidade educativa de formação profissional, sendo um contexto importante de desenvolvimento, apoio, suporte e promoção de direitos básicos como alimentação e acesso a outros serviços públicos como educação, saúde, a cultura e as artes. Defendemos aqui a articulação entre essas oportunidades com a promoção do acesso ao trabalho digno, no qual os(as) adolescentes e jovens possam pensar e organizar projetos de vida a partir de projeções positivas de futuro, com base em seus desejos, aspirações e horizontes alargados (que possam almejar profissões e ocupações de qualquer natureza). Observamos que os(as) adolescentes dessa pesquisa, apesar de todas as adversidades que vivenciam, possuem projetos de vida e projeções de futuro que se mostram coerentes com sua capacidade crítica de leitura da realidade, algo que acreditamos estar relacionado justamente às oportunidades educativas, culturais e artísticas dispostas como recursos contextuais;

6) *participação e engajamento em projetos sociais, artísticos, esportivos e culturais* – essa variável protetiva ficou bem evidente a partir dos relatos dos(as) participantes, visto que esses contextos institucionais ao se constituírem como espaços que acolhem minorias sexuais e de gênero, apoiando seus projetos de vida, fomentam a participação e o engajamento, colaborando direta e indiretamente para a qualidade de vida e bem-estar dos(as) participantes. Outro destaque é a formação política, crítica e cidadã, comprometida eticamente com as questões sociais, sobretudo, àquelas que os afetam diretamente. Um exemplo disso é o desejo que parte dos(as) participantes expressam de atuar em projetos que ofereçam oportunidades educativas como as que eles(as) acessam;

7) *ocultação do status de minoria para evitar vitimizações* – esse fator funciona como uma variável protetiva em alguns contextos e situações, sendo que em outros também se constitui como um fator de risco que incorre em prejuízos à saúde mental dos participantes, como vimos anteriormente. Neste caso, como um fator protetivo, são utilizadas diferentes estratégias visando o enfrentamento a adversidades decorrentes do preconceito contra as diversidades sexuais e de gênero. Para as pessoas gays, bissexuais e não-binárias lidas socialmente como “afeminados(as)” se relaciona com atitudes que visam “disfarçar/mascarar” a expressão de feminilidade, de modo a evitar chamar atenção em contextos potencialmente violentos, por exemplo, podendo incluir a mudança de vestimentas comportamentos, dentre outros. Vimos isso nos relatos de alguns participantes que referiram essa prática no contexto da rua e em situações de entrevista de emprego, por exemplo. No caso das pessoas trans pode ser citada a questão da busca por passabilidade (sendo que o não alcance disso, torna esse fato

uma variável de risco, como vimos anteriormente), ou seja, parecer ao máximo mais feminina para se proteger de possíveis violências transfóbicas. E no caso das mulheres lésbicas com expressão de gênero lida como masculina, em contextos como a rua, a performance de masculinidade se constitui como um fator de proteção (Santana, 2011), sendo que é referida também a estratégia de assumir relações heterossexuais visando ocultar o *status* de minoria sexual, usada em contextos como a família e a escola, de acordo com os relatos das participantes. Esse elemento é um dos exemplos mais expressivos do quanto risco e proteção são paradoxais e se constituem como um binômio, que devem ser analisados considerando dimensões individuais, coletivas e contextuais;

8) *circulação do cuidado e concepção ampliada de família* – trata-se de um elemento que compõe as estratégias de cuidado de famílias em vulnerabilidade social, sendo presente de modo significativo entre os(as) participantes da pesquisa. Observamos tanto a circulação de crianças entre diferentes figuras da família de origem e estendida, quanto entre os grupos com os quais se estabelecem laços familiares de consideração. Chama atenção que a visão mais ampliada do conceito de família opera como um efeito moderador na própria relação com a família de origem e para a composição da rede social e afetiva dos(as) participantes;

9) *manutenção dos laços familiares de origem* – esse fator pode ser entendido como uma variável protetiva na medida em que o estabelecimento de “combinados de convivência” entre os(as) adolescentes e jovens e seus responsáveis seja possível. Observamos isso no caso de Esmeralda, Ébano e Terracota, por exemplo. Contudo, pode também funcionar como uma variável de risco caso a convivência familiar seja frequentemente marcada por episódios de violência, sendo inclusive, os conflitos familiares decorrentes do preconceito contra as minorias sexuais e de gênero, um dos motivos que geram a situação de rua. Junto a isso a expectativa de rejeição e ocultação do status de minoria, como vimos;

10) *visibilidade e reconhecimento social de experiências afetivas/amorosas/sexuais* – esse é um fator referido pelos(as) participantes como algo desejável e uma condição para o estabelecimento de relações afetivas e sexuais. Inclui a demonstração pública de afetos e o respeito à orientação sexual e à identidade e expressão de gênero. Em experiências relatadas pelos(as) adolescentes e jovens foi possível perceber sentimentos positivos de valorização e acolhimento quando experimentaram relações nessas condições, além de ser um fator importante que diminui a utilização da rua como um contexto de vivência das experiências sexuais e afetivas, visto que a abertura da orientação sexual e do status das relações possibilita um trânsito mais livre entre os contextos nos quais os participantes estão inseridos(as) que dispensa comportamentos de ocultação, sentimentos de inadequação e exclusão, etc.;

11) *organização com pares na rua* – variável citada por quase a totalidade dos participantes, sendo uma estratégia de cuidado primaz no contexto da rua. Trata-se de uma estratégia que implica sempre andar em grupo como forma de se sentir mais seguro, aumentando as possibilidades de defesa contra violências e de dormir/descansar, visto que assim se torna possível a divisão de tarefas de quem dorme e de quem fica em vigília cuidando do grupo. Destacamos que a preferência, segundo os relatos dos(as) adolescentes e jovens, é estar em grupo com pares que sejam também parte das minorias sexuais e de gênero;

12) *construção de redes de proteção na rua* – se andar em grupo é uma ação entendida como uma estratégia de proteção indispensável, a construção de redes de apoio e proteção na rua aparece como um complemento essencial. Trata-se do investimento dos(as) adolescentes e jovens em conhecer e se fazer conhecido(a) nos diferentes territórios da rua, visando, sobretudo, a construção de relações de amizade que possam protegê-los(as) em situações de necessidades. Destacamos a utilização de habilidades sociais referidas pelos participantes como ser gentil, amigável, ser tranquilo, dentre outros;

13) *não reação às situações de vitimização visando autopreservação* – variável protetiva que é atravessada, sobretudo, por características pessoais dos(as) participantes, visto que a reatividade às situações de violência é avaliada como uma dimensão de traço de personalidade. Algumas participantes referiram que utilizam a estratégia de "*ignorar*" as pirraças e provocações, "*fazer de desentendida*", visando a autopreservação, mas como vimos, outros(as) participantes acabam reagindo, podendo se expor a riscos. É oportuno salientar que a não reação também pode ser um fator de risco, visto que não há garantia de que a situação de violência irá cessar, sendo uma condição determinante, como descrito anteriormente, permanecer em grupo em contextos que podem oferecer riscos como uma forma de proteção;

14) *usar banheiros públicos reservados para pessoas com deficiência (PCD)* – estratégia usada para prevenir assédios sexuais, importunação e tentativa de violência sexual em banheiros públicos, sobretudo, masculinos; e,

15) *cuidar da saúde mental* – estratégia citada pelos(as) participantes visando o enfrentamento às violências sofridas, que pode incluir o acionamento da rede de apoio social e afetivo e o envolvimento com atividades artísticas e culturais. Nos relatos percebemos movimentos como conversar com amigos, contemplar a natureza, usar o teatro, a música e a dança como forma de sublimação, dentre outros. Observamos que a saúde mental aparece nos projetos de vida e projeções de futuro com uma dimensão desejável e importante para os(as) participantes, sendo chamada de “estabilidade emocional”, demonstrando assim que é um fator que mobiliza os(as) adolescentes e jovens desse estudo.

Capítulo 5. Considerações finais

Este estudo teve o propósito de investigar as experiências vividas por adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua, considerando os fatores de risco e proteção para o seu desenvolvimento. Através de uma abordagem qualitativa, buscou-se compreender as reverberações dessas experiências em suas trajetórias de vida e na própria relação estabelecida nos diferentes contextos de desenvolvimento em que se encontram, como a rua, a família e os ambientes institucionais, sobretudo, projetos sociais nos quais estão inseridos(as). Nesse caminho, a pesquisa também teve como foco a identificação dos motivos de ida para a rua, da rede de suporte social e afetivo, bem como dos projetos de vida e expectativas de futuro.

Mesmo que as questões sobre identidade de gênero e sexualidade estejam presentes no cotidiano de vida de adolescentes e jovens, ainda são pouco compreendidas quando consideradas em relação a parcela desse grupo que vivencia a situação de rua, bem como as instituições que atendem esse público (OPN/CIESPI/PUC-Rio, 2020). Nessa direção, o movimento de adentrar as encruzilhadas da rua como contexto de pesquisa para refletir sobre as especificidades de adolescentes e jovens LGBT+ se configura como uma escolha política, que se sustenta num posicionamento ético e de compromisso com a defesa irrestrita da vida.

Isso se torna ainda mais profícuo se observarmos o quanto há uma invisibilidade das variáveis gênero e sexualidade nas pesquisas em geral e com esse público. Trata-se de investigações que ainda insistem em negar a diversidade e complexidade desses temas, que privilegiam o uso de categorias normativas e binárias, pressupondo que participantes de pesquisas são sempre heterossexuais e cisgênero. Soma-se a isso a ausência de posicionamento quanto às questões raciais e sociais no geral, que podem ser ilustradas por iniciativas de pesquisa que tratam variáveis como cor/raça/etnia, classe social, dentre outros marcadores, como dispensáveis e/ou opcionais. Definitivamente, os marcadores sociais da diferença e suas interseccionalidades não podem ser concebidos como meros recortes de pesquisa, mas sim como dados fundamentais que nos possibilitam compreender a complexidade dos sujeitos e contextos pesquisados. Dessa forma, a leitura interseccional dos fenômenos se configura como uma demanda pulsante que requer uma sensibilidade analítica como propõe Akotirene (2019).

Por isso este estudo – ao produzir um esforço de sistematização e análise de dados disponíveis na literatura específica que não demarcam, necessariamente, as variáveis de gênero, sexualidade, dentre outras –, recusa a ideia de que todos os sujeitos pesquisados são heterossexuais e cisgênero, o que torna possível o diálogo entre os resultados encontrados e a

literatura existente, salvaguardados os limites de comparação entre ambos. Assim, partimos da premissa de que atitudes como ofensas, ameaças, agressões físicas e/ou verbais que são dirigidas às diversidades sexuais e de gênero geram consequências nocivas ao desenvolvimento (Costa & Nardi, 2015; Cost et al., 2013; Costa et al., 2016; Díaz-Benítez & Figari, 2009). Ademais, englobam preconceitos e discriminações que tem como base noções normativas de sexualidade e gênero (Lloyd, 2013), que naturalizam a heterossexualidade e a cisgeneridade a partir de crenças amplamente difundidas social e culturalmente (Jesus, 2013; Silva & Robinson, 2021).

A pesquisa teve como hipótese inicial a ideia de que a rua ofereceria mais riscos para adolescentes e jovens LGBTQ+, tendo em vista sua condição de minoria sexual e de gênero (Paveltchuk & Borsa, 2020). Dessa forma, a partir de uma perspectiva interseccional (Collins & Bilge, 2021; Crenshaw, 1991) que engloba, assim, outros marcadores sociais da diferença como raça/etnia, classe social, podemos considerar a partir dos resultados produzidos que os(as) adolescentes e jovens LGBTQ+ quando expostos(as) à situação de rua vivenciam riscos específicos relacionados ao preconceito contra diversidades sexuais e de gênero, além daqueles que são compartilhados com outros grupos que experienciam a rua como um contexto de desenvolvimento (Neiva-Silva e Koller, 2002; Santana et al., 2018; Santana & Vezedek, 2019).

Assim, através de ferramentas teóricas como a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH) e a Teoria do Estresse de Minoria (EM) identificamos, a partir dos relatos dos(as) participantes, diversas experiências de estressores diretamente associados à sua condição de dissidência às normativas sociais de gênero e sexualidade (Meyer, 2003) nos diferentes microssistemas nos quais estão inseridos(as), como a família, a rua e as instituições (projetos sociais, escola, dentre outros). Os resultados corroboram as indicações da Resolução Nº 1 CNAS/CONANDA (Brasil, 2016b) quanto à LGBTQ+fobia figurar como um dos motivos de ida para rua, sendo esse contexto considerado pela maioria dos(as) participantes como um espaço importante de socialização, de expressão e vivência de suas experiências sexuais dissidentes, implicando, paradoxalmente, tanto situações de risco como fatores protetivos. Já o contexto da família, mesmo marcado por adversidades, violências e ausência de suporte, em alguns casos, ainda se constitui como um microssistema significativo de referência para os(as) participantes da pesquisa.

Em relação aos contextos institucionais, destacamos o projeto social no qual os(as) participantes estão inseridos(as), o Projeto Axé. Foi possível verificar o quanto este espaço se constitui como um microssistema diferencial nas experiências de vida desses(as) adolescentes

e jovens, principalmente por oferecer uma formação arteducativa, além de promover a participação e o engajamento em atividades artísticas e culturais e a interação e convivência comunitária. Destacamos ainda o acolhimento e suporte dado às diversidades sexuais e de gênero, um fator protetivo reconhecido pelos(as) participantes, sobretudo, pela presença de outras pessoas LGBTQ+ que se tornam figuras de referência, seja pares, seja arteducadores(as).

Como já referido, o Brasil é o país que mais registra violências e homicídios contra pessoas LGBTQ+, sobretudo contra pessoas trans (Brasil, 2016b; Michels, 2019). Esse dado se expressa nos resultados da pesquisa, uma vez que foram relatadas experiências de vitimizações que incluem violências verbais, físicas, psicológicas, sexuais, assim como situações de rejeição e ausência de suporte social e afetivo.

Nesse sentido, os fatores de risco para adolescentes e jovens LGBTQ+ em situação de rua identificados incluem: exposição a desigualdades e vulnerabilidades sociais; barreiras de acesso às políticas públicas; atuação na rede do tráfico de drogas; racismo; violência urbana e policial; preconceito, discriminação e violência contra as diversidades sexuais e de gênero em diferentes contextos (LGBT+fobia); exposição à assédio, abuso e/ou exploração sexual e/ou sexo em troca de bens e recursos; expectativa de rejeição e ocultação do status de minoria sexual e de gênero; sofrimento mental; pressão por adequação ao padrão corporal e comportamental cisheteronormativo; invisibilidade de experiências afetivas/amorosas/sexuais; rejeição e ausência de suporte social e afetivo; reação às situações de vitimização; ausência de espaços seguros para descanso e dormida na rua; e, perdas significativas de pessoas de referência.

Em termos de aspectos protetivos ao desenvolvimento de adolescentes e jovens LGBTQ+ em situação de rua, podemos destacar a dimensão do acolhimento e respeito às diversidades sexuais e de gênero nos diferentes contextos nos quais os(as) participantes estão inseridos(as), incluindo a questão fundamental do acesso a oportunidades educativas e a políticas públicas no geral. Salientamos o quanto a análise de indicadores positivos nesse público pode ampliar narrativas, imagens e práticas de cuidado que podem incidir na promoção e fortalecimento de fatores de proteção, e processos de resiliência, tanto no que se refere a melhorias na qualidade de vida, quanto a análise das condições sociais de produção de vida em contextos vulneráveis e de risco (Lima & Morais, 2016).

Os fatores de proteção para adolescentes e jovens LGBTQ+ em situação de rua identificados neste estudo englobam: acolhimento e suporte social e afetivo em diferentes contextos; representatividade positiva das diversidades sexuais e de gênero; afirmação do status de minoria sexual, de gênero e racial; acesso a políticas públicas; acesso a

oportunidades educativas, formação profissional e ao trabalho digno associadas a projetos de vida e projeções positivas de futuro; participação e engajamento em projetos sociais, artísticos, esportivos e culturais; ocultação do status de minoria para evitar vitimizações; circulação do cuidado e concepção ampliada de família; manutenção dos laços familiares de origem; visibilidade e reconhecimento social de experiências afetivas/amorosas/sexuais; organização com pares na rua; construção de redes de proteção na rua; não reação às situações de vitimização visando autopreservação; usar banheiros públicos reservados para pessoas com deficiência (PCD); e, cuidar da saúde mental.

Dito isto, é oportuno retomar a articulação teórica entre os fatores de risco e proteção e a discussão sobre processos de resiliência, sobretudo, em se tratando do contexto da rua, do público LGBTQ+ e o segmento geracional de adolescentes e jovens. Isso porque, podemos tecer paralelos interessantes em termos conceituais e de chaves de leitura desses fenômenos. Por um lado, a resiliência é entendida, como vimos, como um processo dinâmico (não como atributo fixo e estável); de caráter interativo e relacional que envolve aspectos intrapsíquicos e sociais (de ordens individuais, familiares e comunitários); que depende do inter jogo entre fatores de risco e proteção; e, fundamentalmente, está associada ao estabelecimento de relações em múltiplos níveis.

Por outro, a situação de rua também compartilha de todas essas características, sendo um fenômeno dinâmico, multicausal, que pode ser vivido de maneira transitória, intermitente, e mesmo quando de maneira permanente, é também atravessada por dimensões sociais, políticas e culturais, além dos aspectos pessoais. Nesse caminho, a situação de rua também implica uma interação entre fatores de risco e proteção, algo que esta pesquisa buscou refletir.

Vale retomar aqui a noção de capacidade de navegar e de negociar, proposta por Ungar (2008). Para o autor, a capacidade de navegar implica o movimento de ir em direção aos recursos diversos que podem ser mobilizados e promovem bem-estar, tanto numa perspectiva física, quanto psicológica, social e cultural. Já a segunda, a capacidade de negociar, é descrita por Ungar (2008) em um sentido de viabilização da disponibilidade desses recursos de forma culturalmente significativa, envolvendo os níveis pessoal e coletivo/comunitário. Dessa forma, ao percorrer novamente esses referenciais podemos movimentar os sentidos sobre as estratégias individuais e coletivas de cuidado que se produzem diante das adversidades enfrentadas por adolescentes e jovens em situação de rua que também se constituem como minorias sexuais e de gênero. Assim, torna-se possível conhecer os riscos, mas também nos ocupar das potências protetivas que promovem não

apenas desenvolvimento, mas, sobretudo, envolvimento pessoal e comunitário na defesa da vida.

Contudo, precisamos seguir nessa direção sem jamais recair no equívoco de centralizar a discussão em características individuais, essencialistas, ou ainda, na romantização das situações de violações de direitos que fazem a manutenção da complexa organização social brasileira marcada pelo racismo e pela extrema desigualdade social. Outrossim, é necessário nos mobilizarmos para a criação e fortalecimento de práticas psicológicas e clínicas, assim como práticas de pesquisa, dentre outras intervenções, que considerem as diferenças a partir de uma sensibilidade analítica interseccional (Akotirene, 2019).

Dessa forma, ao trabalhar com pessoas que vivenciam violações de direitos e violências de diversas naturezas, devemos combater a crença de que essas experiências sejam definidoras de futuro, que encerrem destinos, cristalizem esses sujeitos em determinados lugares simbólicos, sociais e políticos. Aqui recorreremos à Exu, divindade afro-brasileira, como uma referência epistêmica e inspiração filosófica e metodológica através do ditado de origem iorubá que diz “Exu matou um pássaro ontem, com a pedra que arremessou hoje”. A chave interpretativa é oferecida pelo Professor Renato Nogueira que nos orienta sobre Exu ser o Orixá que abre caminho para o movimento, “que reinventa o passado” e “ensina que as coisas podem ser reinauguradas a qualquer momento” (Oliveira, 2015). Assim, podemos reinaugar nossas práticas de cuidado e de pesquisa, em relação aos discursos, teorias e imagens sobre as diferenças que nos constituem, buscando “reaprender a prática de que diferenças não são necessariamente ameaçadoras” (Lorde, 2019, p.53) e que não devem ser vividas sob o signo da desigualdade a partir da hierarquização de sujeitos e coletividades (Pelúcio, 2011).

Consideramos que este estudo alcançou o seu objetivo ao analisar de que maneira adolescentes e jovens LGBTQ+ com trajetórias de rua vivenciam os diferentes contextos nos quais estão inseridos(as). Contudo, acreditamos que o fato de todos(as) os(as) participantes terem em comum o engajamento em um mesmo projeto social produziu uma certa similaridade de experiências, pelo fato de ser esse um espaço institucional que acolhe as diversidades sexuais e de gênero, elemento referido pelos(as) participantes. Trata-se assim de uma limitação da pesquisa, que pode ser superada em estudos futuros, tendo em vista investigação de experiências em outros contextos institucionais como as unidades de acolhimento institucional (UAIs) e até mesmo, a inclusão de adolescentes e jovens que estejam em situação de rua, mas não tenham vinculação com contextos institucionais.

Possivelmente essa ampliação possibilitará um aprofundamento das discussões realizadas neste trabalho.

Outra sugestão possível tem a ver com a diversificação dos instrumentos de coleta de dados, sendo interessante em investigações futuras a combinação de métodos quantitativos (como escalas, questionários, dentre outros) com os métodos qualitativos utilizados neste trabalho (inserção ecológica no campo de pesquisa e entrevista reflexiva), visando a ampliação da análise e comparação de dados com outras pesquisas. Reiteramos ainda a importância da utilização da TBDH e o EM como ferramentas de análise dos processos dinâmicos que envolvem a situação de rua de adolescentes e jovens LGBTQ+, principalmente, no tocante a análise dos fatores de risco e proteção e dos processos de resiliência vivenciados. Nessa direção, podemos destacar outros aspectos potentes do estudo, como:

a) a ênfase dada as dimensões do macrosistema e microsistema, o que ressalta o quão essencial são a participação política e a luta por garantia de direitos. Isso se relaciona ao pensamento de Brah (2006), que propõe pensarmos a diferença como um recurso de análise dos processos de constituição subjetiva de certas pessoas e grupos que vivenciam a diferença enquanto desigualdade, para assim, produzir outros sentidos e práticas de cuidado e bem viver;

b) o posicionamento político no tocante a questões relacionadas ao Comitê de Ética em pesquisa (CEP), no que se refere à consideração das especificidades de pesquisas com públicos vulneráveis, como é a população em situação de rua, e de temas de pesquisa sensíveis, como é as dimensões de gênero e sexualidade, sobretudo, na adolescência. Isso nos mostra o quanto o CEP pode funcionar de maneira extremamente normativa, podendo impedir, assim, a realização de pesquisas dessa natureza, sendo assim um lugar de disputa. Nessa perspectiva, é preciso ter em vista que as normatizações éticas são fundamentais, mas não podem nos impedir de ir ao encontro de temas de pesquisa e de públicos que ainda enfrentam invisibilização e amargam a incipiência de produções científicas. Essa dificuldade não impediu a realização da pesquisa, mas implicou uma reflexão profunda, além da necessidade de manejo junto às famílias dos(as) participantes, visto que suas orientações sexuais e identidade de gênero, em alguns casos, não eram temas abertamente tratados;

c) a recusa de vieses normativos e patologizantes em relação as discussões em gênero e sexualidade que, na maior parte dos casos, enfocam aspectos negativos. Sobre isso destacamos o quanto a disponibilidade para escutar verdadeiramente os(as) adolescentes e jovens sobre suas visões de mundo, suas experiências e desejos produziu efeitos positivos, além da produção dos dados em si, incluindo a possibilidade de realização de orientações

sobre cuidados em saúde, a exemplo de dúvidas sobre redução de danos e riscos, infecções sexualmente transmissíveis, além do acesso a equipamentos e serviços de saúde;

d) a realização da pesquisa no ambiente de trabalho do autor, condição chamada de pesquisador nativo (Cunha Filho, 2019), que engloba a vivência simultânea dos papéis de trabalhador e pesquisador. Esse elemento foi fundamental para a realização do estudo, seja por possibilitar o acesso profundo ao campo de pesquisa, assim como o enfrentamento aos desafios inerentes ao processo de produção dos dados. Trata-se de um lugar ético e político implicado em não se esbarrar na ideia ingênua de se pensar um(a) pesquisador(a) fora desse campo, numa posição de neutralidade, assumindo, inclusive, a responsabilidade pela devolutiva final dos resultados; e,

e) responsabilidade ética na devolução dos dados da pesquisa, incluindo apresentações do projeto, das atividades propostas e dos resultados para os(as) participantes e demais pessoas que atuam na instituição parceira. Destacamos a realização de duas oficinas em gênero, sexualidade e afetividade voltadas para todos(as) os(as) adolescentes e jovens que frequentam a unidade arteducativa *lócus* da pesquisa, incluindo os(as) participantes. Trata-se de uma ação que articulou pesquisa e extensão, proposta a partir da demanda dos(as) adolescentes e jovens que possibilitou a realização de uma intervenção psicossocial que garantiu um espaço de escuta, acolhimento e diálogo aberto sobre os temas mobilizados pela pesquisa. A experiência evidenciou o quanto os(as) adolescentes e jovens estão menos preocupados(as) com assunções identitárias e mais interessados(as) em falar e serem escutados(as) sobre suas experiências, sentimentos, dúvidas e dilemas;

Este trabalho foi movido pelo interesse genuíno pelas trajetórias de vida dos(as) adolescentes e jovens LGBT+ em situação de rua. Assim, buscou compreender não apenas os riscos vivenciados, mas, sobretudo, os aspectos protetivos, os interesses e modos de relação consigo, com seus pares e com as comunidades que integram. Esse movimento possibilitou observar o quanto os(as) participantes, apesar das intempéries da vida não se veem cristalizados como sujeitos adoecidos e vulneráveis. Ao contrário, expressam uma complexidade de sentimentos que incluem aspirações, esperanças de alcançar um futuro melhor, uma profunda vinculação com as artes, processos de afirmação e fortalecimento da autoestima, valorização de habilidades, mas sem romantizar as violências sofridas cotidianamente e o quanto isso impacta a saúde, as relações e demais esferas da vida. Isso por si só difere das imagens preconceituosas e estereotipadas que integram o imaginário social desse público, que costumam ressaltar aspectos negativos que contribuem para sua desumanização.

Por fim, salientamos o quanto a experiência de participação na pesquisa mobilizou os(as) adolescentes e jovens a refletirem sobre suas histórias de vida, as experiências vivenciadas nos diferentes contextos, principalmente a rua, além de sua própria condição de minoria sexual e de gênero. As falas das participantes Urucum e Esmeralda ilustram bem esse sentimento e nos parece um bom caminho de fechamento desse trabalho que fita uma abertura de sentidos para outras imagens, textos e práticas de cuidado e bem viver possíveis. Nas palavras generosas da Professora Suely Aires, “é porque eu escuto que o que ecoa e o que deve ressoar é o que é dito aí”:

“todas as perguntas me fizeram pensar, enxergar a pessoa que eu sou. Porque a gente põe pra fora o que sente e vai descobrindo coisas que a gente não sabia que existia. Quando você falou da entrevista achei que ia ser só sobre coisas ruins que acontece quando a gente é diferente, é LGBTQ+, mas aí você perguntou de amor, de afeto, de coisas sobre mim, minha personalidade, o que eu gosto e como eu sou, eu achei isso bom, diferente” (Urucum, 19, p. não-binária, “gay”)

“o povo já pensa que a gente não tem coisa boa pra contar, que não tem sonho, não tem desejo. Gostei muito de participar. Agradecida” (Esmeralda, 21, m. trans, heterossexual)

Referências

- Abraao, F., & Rodrigues, L. (2019). A criminalização da homofobia perante a luz do supremo tribunal federal. *Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior*, 11(2), 15.
- Akotirene, C. (2019). Interseccionalidade. Pólen.
- Alberto, M. D. F. P., Silva, A. C. S. da, Souza, G. P. de, & Nunes, T. da S. (2010). O trabalho infantil na rua. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(1), 59-71.
- Allport, G. W. (1979). *The nature of prejudice*. 3. ed. Wokingham: AddisonWesley. (Trabalho originalmente publicado em 1954)
- Almeida-Segundo, D. S. de, Vilanova, F. & Pizzinato, A. (2021). Diversidade sexual e de gênero: abordagens em psicologia política. In M. de M. Ramos & E. Cerqueira-Santos (Org.). *Psicologia & Sexualidade: Diversidade Sexual*. (1 ed., pp. 63-88). Dialética.
- Alves, S. G., Souza, N. P., & Gomes, M. P. C. (2023). “Nessa rua, nessa rua falta proteção”: uma revisão de escopo sobre crianças e adolescentes, em situação de rua no Brasil: “On this street, on this street lacks protection”: a scope review on children and adolescents living on the streets in Brazil. *Saúde em Redes*, 9(3), 4202-4202.
- American Psychological Association [APA]. (2009). Report of the APA task force on gender identity and gender variance. Retrieved from <https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/policy/gender-identity-report.pdf>
- Andrade, A. T. D. (2021). *Bixa preta: das narrativas de violência do estado às redes de enfrentamento ao genocídio de homens negros gays*. Dissertação (Mestrado)– Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru.
- Anjos, K. P. L. dos, & Lima, M. L. C. (2016). Gênero, sexualidade e subjetividade: algumas questões incômodas para a psicologia. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 10(2).
- Antoniazzi, A. S., Dell'Aglio, D. D., & Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping: uma revisão teórica. *Estudos de psicologia (Natal)*, 3, 273-294.
- Arantes, E. M. de M. (2008). *A reforma das prisões, a Lei do Ventre Livre e a emergência no Brasil da categoria “menor abandonado”*. In: 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos – CFP.
- Assis, M. M. (2018). *Gênero e a Formação de Psicólogas/os em Goiás: problematizando (in) visibilidades e reflexos no ensino acadêmico*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Goiás.
- Associação Beneficente O Pequeno Nazareno [OPN] / Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro [CIESPI/PUC-Rio]. (2020). *Projeto Conhecer para Cuidar – Relatório final do levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e em acolhimento institucional como medida protetiva à situação de rua*. Termo de Fomento n.º 852357/2017 – SDH.

- Avanci, J. Q., Assis, S. G., Oliveira, R. V., Ferreira, R. M., & Pesce, R. P. (2007). Fatores associados aos problemas de saúde mental em adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23, 287-294.
- Bah, Y. M. (2018). Drug abuse among street children. *Journal of Clinical Research in HIV AIDS and Prevention*, 3(3), 12-45.
- Balsam, K. F., Molina, Y., Beadnell, B., Simoni, J., & Walters, K. (2011). Measuring multiple minority stress: the LGBT People of Color Microaggressions Scale. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 17(2), 163.
- Barbosa, J. A. G., Souza, M. C. M. R., & Freitas, M. I. D. F. (2015). A abordagem da sexualidade como aspecto essencial da atenção integral de pessoas com transtornos mentais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20, 2165-2172.
- Baum, W.M. (2006). Compreender Behaviorismo: comportamento, cultura e evolução. Tradução de M. T. Araújo Silva, da 2ª ed. Ampliada de 2005. Porto Alegre: Artmed.
- Becker, M., Cortina, K. S., Tsai, Y. M., & Eccles, J. S. (2014). Sexual orientation, psychological well-being, and mental health: A longitudinal analysis from adolescence to young adulthood. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 1(2), 132.
- Bento, B. (2006). A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond.
- Bento, B., & Pelúcio, L. (2012). Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, 20, 569-581.
- Berger, C. (2005). What becomes of at-risk gay youths? *The Gay & Lesbian Review Worldwide* 12(6). (pp. 24–25).
- Bidell, M. P. (2014). Is there an emotional cost of completing high school? Ecological factors and psychological distress among LGBT homeless youth. *Journal of Homosexuality*, 61, 366–381. <https://doi.org/10.1080/00918369.2013.842426>.
- Borges, J. (2019). *Encarceramento em massa*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Borges, L. S., Canuto, A. D. A. A., Oliveira, D. P. D., & Vaz, R. P. (2013). Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. *Psicologia: ciência e profissão*, 33, 730-745.
- Borges, J. L., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Desafios éticos na pesquisa com adolescentes: implicações da exigência do consentimento parental. *Revista da SPAGESP*, 18(2), 43-57.
- Borillo, D. (2010). Homofobia: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica.
- Bourdieu, P. (2022). A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Trabalho originalmente publicado em 1998)
- Bowlby, J. (1990). Apego: A natureza do vínculo (Vol. 1). Martins Fontes. (Trabalho originalmente publicado em 1969)

- Bowlby, J. (2001). Formação e rompimento dos laços afetivos. Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1979)
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 26, p. 329-376, jan/jun.
- Branco, F. M. F. C., Carvalho, J., Sales, S., Trindade, F. R., Pessoa, M. D., Freitas, C. M. P. A., & da Silva, M. M. (2013). A percepção do portador de esquizofrenia sobre sua sexualidade. *Revista Interdisciplinar*, 6(2), 26-32.
- Bränström, R., Hatzenbuehler, M. L., & Pachankis, J. E. (2016). Sexual orientation disparities in physical health: Age and gender effects in a population-based study. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 51(2), 289-301.
- Brasil (1989). Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF.
- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências.
- Brasil (2006). Marco teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, DF.
- Brasil (2009a). Rua: Aprendendo a contar: Pesq. Nac. sobre população em situação de rua.
- Brasil (2009b). Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 – instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. Brasília, DF.
- Brasil (2012). Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e as normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: CNS.
- Brasil (2013). *Estatuto da Juventude*. Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.
- Brasil (2016a). Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. Ética na Pesquisa na área de Ciências Humanas e Sociais. Brasília: CNS.
- Brasil (2016b). *Resolução Conjunta CNAS/CONANDA Nº 1*, de 15 de dez. de 2016. Dispõe sobre o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua e inclui o subitem 4.6, no item 4, do Capítulo III do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília: CNAS/CONANDA.
- Brasil (2018). *Lei n.º 13.509, de 22 de novembro de 2017*. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Brasília, DF.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.

- Braun, V., & Clarke, V. (2013). *Successful qualitative research: A practical guide for beginners*. Sage.
- Brêtas, J. R. D. S., Ohara, C. V. D. S., Jardim, D. P., Aguiar Junior, W. D., & Oliveira, J. R. D. (2011). Aspectos da sexualidade na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16, 3221-3228.
- Brewster, M. E., Sandil, R., DeBlaere, C., Breslow, A., & Eklund, A. (2017). “Do you even lift, bro?” Objectification, minority stress, and body image concerns for sexual minority men. *Psychology of Men & Masculinity*, 18(2), 87.
- Bronfenbrenner, U. (1989). Ecological systems theory. In R. Vasta (Ed.), *Annals of Child Development*, 6, 187-249.
- Bronfenbrenner, U. (1995). Developmental ecology through space and time: A future perspective. In P. M. Moen, G. H. Elder, & K. Lüscher (Orgs.), *Examining lives in context* (pp. 619-647). American Psychological Association.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1979)
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: theoretical and operational models. In: Friedman, B.L. & Wachs, T.D. (Eds.). *Measuring environmental across the lifespan: emerging methods and concepts*. Washington, DC: *American Psychological Association*, pp.3-27.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos*. Artmed (originalmente publicado em 2005)
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon (Series Ed.) & R. M. Lerner (Volume Ed), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (Vol. 1, pp. 993-1028). New York: Wiley.
- Butler, J. (2013). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, (11), 11–42. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634457>
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Editora José Olympio (Trabalho publicado originalmente em 1990).
- Butler, J. (2019). Atos Performativos e constituição de gênero. *Caderno de Leituras*, 78, 1–16.
- Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (2004). Dominação e exclusão: representações sociais sobre minorias raciais e étnicas. *Congresso Português de Sociologia*, 5, Braga.
- Caccamo, A., Kachur, R., & Williams, S. P. (2017). Narrative Review: Sexually Transmitted Diseases and Homeless Youth—What Do We Know About Sexually Transmitted Disease Prevalence and Risk? *Sexually transmitted diseases*, 44(8), 466-476.
- Cacciatore, R., Korteniemi-Poikela, E., & Kaltiala, R. (2019). The Steps of Sexuality —A Developmental, Emotion-Focused, Child-Centered Model of Sexual Development and

Sexuality Education from Birth to Adulthood. *International Journal of Sexual Health*, 31(3), 319-338. <https://doi:10.1080/19317611.2019.1645783>

- Camargo, C. L. D., Alves, E. S., & Quirino, M. D. (2005). Violência contra crianças e adolescentes negros: uma abordagem histórica. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 14, 608-615.
- Campos, M. T. D. A., De Tilio, R., & Crema, I. L. (2017). Socialização, gênero e família: uma revisão integrativa da literatura científica. *Pensando famílias*, 21(1), 146-161.
- Canettieri, T. (2015). Uma nova segregação metropolitana: as periferias fractais—evidências encontradas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 17(2), 25-25.
- Cardoso, H. M., Moretti-Pires, R. O., & de Campos, D. A. (2020). Gênero, sexualidade e saúde: mapeamento das exclusões de pessoas LGBT em Situação de Rua nos serviços de saúde no Município de Florianópolis, SC. *Brazilian Journal of Development*, 6(8), 54255-54266.
- Cardozo, F., Grossi, M. P., Fernandes, F. B. M., Oltramari, L. C., Ahlert, M., Carneiro, M. L. B., Pereira, E. L., Fernandes, G. S. & Jesus, F. W. de. (2017). Iniciação sexual, gênero e homofobia: questões teóricas. In M. P. Grossi, F. B. M. Fernandes & F. Cardozo (Orgs.). *Sexualidades, juventude e representações docentes: uma etnografia em escolas públicas de Santa Catarina*. (1. ed., pp. 39-74). Copiart.
- Carleto, A. P., Faria, C. S., Martins, C. B., Souza, S. P., & Matos, K. F. (2010). Conhecimentos e práticas dos adolescentes da capital de Mato Grosso quanto à DST/AIDS. *Brazilian Journal of Sexually Transmitted Diseases*, 22(4), 206-211.
- Carlson, J. L., Sugano, E., Millstein, S. G., & Auerswald, C. L. (2006). Service utilization and the life cycle of youth homelessness. *Journal of Adolescent Health*, 38(5), 624-627.
- Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar.
- Carneiro, V. T., & Sampaio, S. M. R. (2015). Adulter emergente: um fenômeno normativo?. *Revista Saúde & Ciência*, 4(1), 32-40.
- Carone, I., & Bento, M. A. S. (2014). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. Ed. Vozes.
- Carvalho, J. M. de. (2019). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4. ed. Editora Companhia das Letras.
- Carvalho, M. A. C. (2000). O desejo na pedagogia do desejo. In A. Bianchi (org). *Plantando Axé: uma proposta pedagógica*, São Paulo: Cortez Editora.
- Carvalho, M. A. C., Santana, J. P., & Vezedek, L. (2017). *Sumário Executivo da Pesquisa Cartografias dos Desejos e dos Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil*. Projeto Axé.
- Carvalho, M. A. C., Santana, J. P., Pereira, M. L. S., & Vezedek, L. (2017). *Cartografias dos desejos e direitos: Quem são as pessoas em situação de rua, afinal? – Sumário*

Executivo da Pesquisa-ação Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador. Projeto Axé.

- Carvalho, A., Souza, C., & Macedo, J. P. (2020). Relações de gênero e étnico-raciais nos currículos de psicologia: aproximações e desafios. *Psicologia: ciência e profissão*, 40.
- Castaños-Cervantes, S., Turnbull, B., & Aguilar-Villalobos, J. (2017). Psychosocial differences between Mexican girls at risk of homelessness and those unsheltered, sheltered or emergency sheltered. *Vulnerable Children and Youth Studies*, 13(1), 72–80. doi:10.1080/17450128.2017.1367111
- Catelan, R. F. (2021). Psicoterapia afirmativa focada em minorias sexuais e de gênero. In M. de M. Ramos & E. Cerqueira-Santos (Org.). *Psicologia & Sexualidade: Diversidade Sexual*. (1 ed., pp. 111-135). Dialética.
- Cénat, J. M., Derivois, D., & Merisier, G. G. (2013). Ecole et résilience chez les enfants et adolescents dans l’Haïti post-séisme. *Revue Québécoise de Psychologie*, 34(2), 189–201.
- Cénat, J. M., Derivois, D., Hébert, M., Amédée, L. M., & Karray, A. (2018). Multiple traumas and resilience among street children in Haiti: Psychopathology of survival. *Child abuse & neglect*, 79, 85-97.
- Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas [CEBRID]. (2003, 10 de janeiro). Solventes ou Inalantes. Saúde em Movimento (Site). http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_exibe1.asp?cod_noticia=156
- Cerqueira-Santos, E. (2021). Sexualidade humana: uma leitura a partir da psicologia do desenvolvimento. In M. de M. Ramos & E. Cerqueira-Santos (Org.). *Psicologia & Sexualidade: Diversidade Sexual*. (1 ed., pp. 19-34). Dialética.
- Cerqueira-Santos, E. S., Azevedo, H. V. P., & Ramos, M. de M. (2020). Preconceito e Saúde Mental: Estresse de Minoria em Jovens Universitários. *Revista de Psicologia da IMED*, 12(2), 7-21. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2020.v12i2.3523>
- Cerqueira-Santos, E., & Ramos, M. de M. (2019). A socialização da sexualidade e as juventudes. In J. Silva, A. Faro, & E. Cerqueira-Santos (Org.). *Psicologia e Adolescência: gênero, violência e saúde*. (1 ed., pp. 149-162). CRV.
- Chaves, A. M. (2016). As casas de proteção a crianças pobres do século XVI ao XIX em Salvador. Palestra realizada em 24/02/2016 pela 7ª Curadoria Especial da Defensoria Pública do Estado da Bahia. Grupo de Estudos do Projeto Acolher.
- Chinazzo, Í. R., Lobato, M. I. R., Nardi, H. C., Koller, S. H., Saadeh, A., & Costa, A. B. (2021). Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26, 5045-5056.
- Cirino, D. C. D. S., & Alberto, M. D. F. P. (2009). Uso de drogas entre trabalhadores precoces na atividade de malabares. *Psicologia em Estudo*, v. 14, n. 3, p. 547-555.

- Clark, K. D., Capriotti, M. R., Obedin-Maliver, J., Lunn, M. R., Lubensky, M. E., & Flentje, A. (2020). Supporting sexual and gender minority health: Research priorities from mental health professionals. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health, 24*(2), 205-221.
- Coates, J., & McKenzie-Mohr, S. (2010). Out of the frying pan, into the fire: Trauma in the lives of homeless youth prior to and during homelessness. *J. Soc. & Soc. Welfare, 37*, 65.
- Cochran, B. N., Stewart, A. J., Ginzler, J. A., & Cauce, A. M. (2002). Challenges faced by homeless sexual minorities: Comparison of gay, lesbian, bisexual, and transgender homeless adolescents with their heterosexual counterparts. *American Journal of Public Health, 92*(5), 773-777.
- Collins, P. H., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo Editorial.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (1999). Resolução 001/1999: Normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Conselho Federal de Psicologia.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2018). Resolução nº 01/2018: Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Conselho Federal de Psicologia.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2020). Resolução nº 08/2020: Estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero. Conselho Federal de Psicologia.
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2022). Resolução nº 08/2022: Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais. Conselho Federal de Psicologia.
- Coscioni, V. (2017). *Projetos de Vida e Relações Interpessoais de Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo]*. Repositório Institucional UFES.
- Costa, A. B., Bandeira, D. R., & Nardi, H. C. (2015). Avaliação do preconceito contra diversidade sexual e de gênero: construção de um instrumento. *Estudos de Psicologia (Campinas), 32*, 163-172.
- Costa, A. B., Machado, W. de L., Bandeira, D. R., & Nardi, H. C. (2016). Validation study of the revised version of the scale of prejudice against sexual and gender diversity in Brazil. *Journal of Homosexuality, 63*(11), 1446-1463.
- Costa, A. B., & Nardi, H. C. (2015). Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: debate conceitual. *Temas em psicologia, 23*(3), 715-726.
- Costa, A. B., Peroni, R. O., Bandeira, D. R., & Nardi, H. C. (2013). Homophobia or sexism? A systematic review of prejudice against nonheterosexual orientation in Brazil. *International Journal of Psychology, 48*(5), 900-909.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Identity politics, intersectionality, and violence against women. *Stanford Law Review, 43*(6), 1241-1299.

- Cronin, T. J., Pepping, C. A., Halford, W. K., & Lyons, A. (2020). Minority stress and psychological outcomes in sexual minorities: the role of barriers to accessing services. *Journal of homosexuality*, 68(14), 2417-2429.
- Cunha, E. L. (2016). A psicanálise e o perigo trans (ou: por que psicanalistas têm medo de travestis?). *Revista Periódicus*, 1(5), 7-22.
- Cunha Filho, M. (2019). Os desafios do pesquisador nativo: reflexividade, triangulação e questões éticas em pesquisas qualitativas que envolvem o local de trabalho do pesquisador. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, 6(2).
- Cyrus, K. (2017). Multiple minorities as multiply marginalized: Applying the minority stress theory to LGBTQ people of color. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, 21(3), 194-202.
- D'Augelli, A. R. (2002). Mental health problems among lesbian, gay, and bisexual youths ages 14 to 21. *Clinical child psychology and psychiatry*, 7(3), 433-456.
- Damon, W. (2009). O que o jovem quer da vida? Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. (J. Valpassos, Trans.) São Paulo: Summus.
- Davim, R. M. B., Germano, R. M., Menezes, R. M. V., & Carlos, D. J. D. (2009). Adolescente/adolescência: revisão teórica sobre uma fase crítica da vida.
- Dellazzana-Zanon, L. L., & Freitas, L. B. de L. (2015). Uma revisão de literatura sobre a definição de projeto de vida na adolescência. *Interação em Psicologia*, 19(2). doi: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v19i2.35218>
- Díaz-Benítez, M. E., & Fígari, C. (2009). *Prazeres dissidentes*. RJ: Garamond.
- Distrito Federal (2022). Perfil da População em Situação de Rua no Distrito Federal – Relatório. Governo do Distrito Federal – Secretaria de Economia do Distrito Federal; Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Brasília.
- Doty, N. D., Willoughby, B. L., Lindahl, K. M., & Malik, N. M. (2010). Sexuality related social support among lesbian, gay, and bisexual youth. *Journal of Youth and Adolescence*, 39(10), 1134-1147. <https://doi.org/10.1007/s10964-010-9566-x>
- Douglass, R. P., & Conlin, S. E. (2020). Minority stress among LGB people: Investigating relations among distal and proximal stressors. *Current Psychology*, 1-11.
- Dovidio, J., Hewstone, M., Gilck, P., & Esses, V. (2010). The SAGE handbook of prejudice, stereotyping and discrimination. London: SAGE.
- Drescher, J. (2020). Queer diagnoses parallels and contrasts in the history of homosexuality, gender variance, and the Diagnostic and Statistical Manual (DSM) Review and Recommendations Prepared for the DSM-V Sexual and Gender Identity Disorders Work Group. *Focus*, 18(3), 308-335.
- Duarte, M. J. O. (2020). *Vidas precárias e lgbtqifobia no contexto da pandemia: a necropolítica das sexualidades dissidentes*. APES.

- Duncan, L. E., Mincer, E., & Dunn, S. R. (2017). Assessing politicized sexual orientation identity: Validating the queer consciousness scale. *Journal of Homosexuality*, 64(8), 1069-1091.
- Dunn, T. L., Gonzalez, C. A., Costa, A. B., Nardi, H. C., & Iantaffi, A. (2014). Does the minority stress model generalize to a non-US sample? An examination of minority stress and resilience on depressive symptomatology among sexual minority men in two urban areas of Brazil. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 1(2), 117.
- Dunne, G. A., Prendergast, S., & Telford, D. (2002). Young, gay, homeless and invisible: A growing population? *Culture, Health & Sexuality*, 4(1), 103-115.
- Durso, L. E., & Gates, G. J. (2012). *Serving Our Youth: Findings from a National Survey of Services Providers Working with Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Youth Who Are Homeless or At Risk of Becoming Homeless*. UCLA: The Williams Institute.
- Dyar, C., Newcomb, M. E., & Mustanski, B. (2019). Longitudinal associations between minority stressors and substance use among sexual and gender minority individuals. *Drug and alcohol dependence*, 201, 205-211.
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (2007). The advantages of an inclusive definition of attitude. *Social cognition*, 25(5), 582-602.
- Edidin, J. P., Ganim, Z., Hunter, S. J., & Karnik, N. S. (2012). The mental and physical health of homeless youth: a literature review. *Child Psychiatry & Human Development*, 43(3), 354-375.
- Embleton, L., Mwangi, A., Vreeman, R., Ayuku, D., & Braitstein, P. (2013). The epidemiology of substance use among street children in resource-constrained settings: A systematic review and meta-analysis. *Addiction*, 108(10), 1722-1733. <https://doi.org/10.1111/add.12252>
- English, D., Rendina, H. J., & Parsons, J. T. (2018). The effects of intersecting stigma: A longitudinal examination of minority stress, mental health, and substance use among Black, Latino, and multiracial gay and bisexual men. *Psychology of violence*, 8(6), 669.
- Erikson, E. H. (1950). *Childhood and Society* (pp. 251–263). New York, NY: W.W. Norton.
- Erikson, E. H. (1987). *Infância e Sociedade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Espelage, D. L., Merrin, G. J., & Hatchel, T. (2016). Peer victimization and dating violence among LGBTQ youth: The impact of school violence and crime on mental health outcomes. *Youth Violence and Juvenile Justice*. <https://doi.org/10.1177/1541204016680408>
- Favero, S. R., & Souza, F. H. (2019). (Des) patologizar é (des) diagnosticar? Inquietações sobre as disputas por autonomia no campo político. *Revista Periódicus*, 1(11), 303-323.
- Feinstein, B. A., & Dyar, C. (2017). Bisexuality, minority stress, and health. *Current sexual health reports*, 9, 42-49.

- Feinstein, B. A., Wadsworth, L. P., Davila, J., & Goldfried, M. R. (2014). Do parental acceptance and family support moderate associations between dimensions of minority stress and depressive symptoms among lesbians and gay men?. *Professional Psychology: Research and Practice*, 45(4), 239.
- Ferreira, R. S. F. (2003). *As “Bonecas” da Pista no Horizonte da Cidadania: uma jornada no cotidiano travesti*. Dissertação (Mestrado multidisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Belém.
- Ferreira, V. V. D. F., Littig, P. M. C. B., & Vescovi, R. G. L. (2014). Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 26, 165-174.
- Ferreira, M. M. D. S. R. D. S., & Torgal, M. C. L. D. F. P. R. (2011). Estilos de vida na adolescência: comportamento sexual dos adolescentes portugueses. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 45, 589-595.
- Ferro, E. G. (2014). O papel dos projetos sociais na vida de adolescentes em contextos potenciais de risco e processos de resiliência. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, São Paulo.
- Figueiredo, J. M. de A. (2021). Diversidade sexual e de gênero e as especificidades da população LGBTQ+ com transtornos mentais severos. In M. de M. Ramos & E. Cerqueira-Santos (Org.). *Psicologia & Sexualidade: Diversidade Sexual*. (1 ed., pp. 137-149). Dialética.
- Finer, L. B., & Philbin, J. M. (2013). Sexual initiation, contraceptive use, and pregnancy among young adolescents. *Pediatrics*, 131(5), 886-891.
- Fonseca, C. (2006). Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. *Cadernos pagu*, 11-43.
- Fortaleza (2021). Relatório do censo geral da população em situação de rua da cidade de Fortaleza/CE – 2021. Prefeitura Municipal de Fortaleza – Secretaria Municipal dos Direitos Humanos. Fortaleza.
- Foucault, M. (2007). *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. 24. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Fredriksen-Goldsen, K. I., Emler, C. A., Kim, H. J., Muraco, A., Erosheva, E. A., Goldsen, J., & Hoy-Ellis, C. P. (2013). The physical and mental health of lesbian, gay male, and bisexual (LGB) older adults: The role of key health indicators and risk and protective factors. *The Gerontologist*, 53(4), 664-675. doi: 10.1093/geront/gns123
- Fredriksen-Goldsen, K. I., Kim, H. J., Barkan, S. E., Muraco, A., & Hoy-Ellis, C. P. (2013). Health disparities among lesbian, gay, and bisexual older adults: Results from a population-based study. *American journal of public health*, 103(10), 1802-1809.
- Freitas, M. V. de. (2005). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Editora Ação Educativa.

- Freud, S. (1996). Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade. In Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud Volume VII: Um Caso de Histeria, Três Ensaios sobre a Sexualidade e outros Trabalhos (1901-1905). Imago. (Trabalho originalmente publicado em 1905)
- Gangamma, R., Slesnick, N., Toviessi, P., & Serovich, J. (2008). Comparison of HIV risks among gay, lesbian, bisexual and heterosexual homeless youth. *Journal of Youth and Adolescence*, 37(4), 456–464. <https://doi.org/10.1007/s10964-007-9171-9>
- Garcia, M. R. V. (2007). “*Dragões*”: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Garcia, M. R. V. (2013). Diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e contextos de vulnerabilidade ao HIV/AIDS. *Temas em Psicologia*, 21(3), 1005-1019
- Garcia, M. R. V., Salgado, F. M. M., Paiva, V. S. F., Costa, A. C. S. e Pascoal, B. T. M. (2010). “Vida Loka”: estilo de vida e vulnerabilidade à violência e ao abuso de drogas entre jovens LGBT em situação de rua. In *X Encontro Regional da ABRAPSO - São Paulo, Taubaté*. Anais do X Encontro Regional da ABRAPSO - São Paulo.
- Gaspodini, I. B. (2016). Preconceito contra diversidade sexual e de gênero e prática clínica em psicologia. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, São Leopoldo.
- Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2018). Diversidad Sexual y de Género en la Práctica Clínica en Psicología. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 28. doi:10.1590/1982-4327e2827
- Gaspodini, I. B., & de Jesus, J. G. (2020). Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. *Revista Universo Psi*, 1(2), 33-51.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. *Revista de administração de empresas*, 35(3), 20-29
- Gonzalez, K. A., Ramirez, J. L., & Galupo, M. P. (2018). Increase in GLBTQ minority stress following the 2016 US presidential election. *Journal of GLBT Family Studies*, 14(1-2), 130-151.
- Greijer, S., & Doek, J. (2016). Terminology Guidelines for the Protection of Children from Sexual Exploitation and Sexual Abuse. Luxembourg: ECPAT International.
- Guimarães, A. S. A. (1999). *Racismo e anti-racismo no Brasil*. Editora 34.
- Habigzang, L. F., Azevedo, G. A., Koller, S. H., & Machado, P. X. (2006). Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. *Psicologia: reflexão e crítica*, 19, 379-386.
- Hayes, J. A., Chun-Kennedy, C., Edens, A., & Locke, B. D. (2011). Do double minority students face double jeopardy? Testing minority stress theory. *Journal of College Counseling*, 14(2), 117-126. <https://doi.org/10.1002/j.2161-1882.2011.tb00267.x>
- Hein, L. C. (2011). Survival strategies of male homeless adolescents. *Journal of the American Psychiatric Nurses Association*, 17(4), 274-282.

- Hendricks, M. L., & Testa, R. J. (2012). A conceptual framework for clinical work with transgender and gender nonconforming clients: An adaptation of the Minority Stress Model. *Professional Psychology: Research and Practice*, 43(5), 460.
- Herek, G. M. (2004). Beyond “homophobia”: Thinking about sexual prejudice and stigma in the twenty-first century. *Sexuality research & social policy*, 1, 6-24.
- Herek, G. M. (2009). Sexual stigma and sexual prejudice in the United States: A conceptual framework. In *Contemporary perspectives on lesbian, gay, and bisexual identities* (pp. 65-111). New York, NY: Springer New York.
- Herek, G. M., Gillis, J. R., & Cogan, J. C. (2009). Internalized stigma among sexual minority adults: Insights from a social psychological perspective. *Journal of Counseling psychology*, 56(1), 32.
- Herek, G. M., & McLemore, K. A. (2013). Sexual prejudice. *Annual review of psychology*, 64, 309-333.
- Hershberger, S. L., & D'Augelli, A. R. (1995). The impact of victimization on the mental health and suicidality of lesbian, gay, and bisexual youths. *Developmental psychology*, 31(1), 65.
- Hyde, J. (2005). From home to street: Understanding young people's transitions into homelessness. *Journal of adolescence*, 28(2), 171-183.
- Iamamoto, M. V. (2008). Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, (21), 117-140.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2019). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas. *Informação Demográfica e Socioeconômica*, 41.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2019). *Atlas da Violência*. FBS.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2020). *Atlas da Violência*. FBS.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2021). *Atlas da Violência*. FBS.
- IPsyNet. (2017). Declaração sobre questões LGBTIQ+. IPsyNet – Rede Internacional de Psicologia para assuntos LGBTIQ+ – Lésbico, Gay, Bissexual, Transgênero e Intersexuais.
- Jacques-Neto, C. O. (2022). O elogio da ignorância: ascensão da extrema direita no Brasil após as eleições de 2018. Dissertação de Mestrado em Filosofia Política do Programa de Pós-graduação Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul.
- Jager, M. E., Gonçalves, J., Dias, A. C. G., & Beck, C. L. C. (2013). Ética em pesquisa com adolescentes: Uma revisão da literatura nacional. *Revista Psicologia em Foco*, 5(5), 134-149.
- Jesus, J. G. de. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos / Brasília/DF. Disponível em <http://www.sertao.ufg.br>.

- Jesus, J. G. de. (2013). O conceito de heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. *Psico-USF*, 18, 363-372.
- Jesus, J. G. de. (2014). Género sin esencialismo: feminismo transgénero como crítica del sexo. *Universitas Humanística*, 78(78).
- Jesus, J. G. de. (2015). Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In J. G. de Jesus e colaboradores. *Transfeminismo: teorias e práticas*. (2 ed., pp. 17-32). Metanoia.
- Jowett, A. (2020). Science evolves through consensus: The evolution of diagnostic criteria in relation to sexual orientation and gender identity. *Psychology of Sexualities Section Review*, 11(1), 54-59.
- Junqueira, R. D. (2010). Currículo Heteronormativo e Cotidiano Escolar Homofóbico. In *Espaço do Currículo - Relações de Gênero e Violência: Currículo e Vida na Escola*, v.2, n.2, pp.208-230
- Kertzner, R. M., Meyer, I. H., Frost, D. M., & Stirratt, M. J. (2009). Social and psychological well-being in lesbians, gay men, and bisexuals: The effects of race, gender, age, and sexual identity. *American Journal of Orthopsychiatry*, 79(4), 500- 510.
<https://doi.org/10.1037/a0016848>
- King, M., Semlyen, J., Tai, S. S., Killaspy, H., Osborn, D., Popelyuk, D., & Nazareth, I. (2008). A systematic review of mental disorder, suicide, and deliberate self harm in lesbian, gay and bisexual people. *BMC psychiatry*, 8, 1-17.
- Klotzbaugh, R., & Glover, E. (2016). A lesbian, gay, bisexual and transgender dedicated inpatient psychiatric unit in rural New England: A descriptive analysis in demographics, service utilisation and needs. *Journal of clinical nursing*, 25(23-24), 3570-3576.
- Koller, S. H., Morais, N. A., & Paludo, S. S. (2016). *Inserção ecológica um método de estudo do desenvolvimento humano*. Pearson Clinical Brasil.
- Lacerda, L. L. C., Santos-Cerqueira, B. & Vezedek, L. (2022). Colorindo a Rua: A Visibilização das Questões de Gênero e Sexualidades no Trabalho da Educação de Rua. In B. Santos-Cerqueira; E. S. Silva; L. Vezedek. (Org.). *Caderno de formação e navegação social Projeto Caboré Volume II: escritos de rua*. I ed. v. II, p. 186-215. Salvador: Projeto Axé.
- Lehmiller, J. J. (2017). *The psychology of human sexuality*. John Wiley & Sons.
- Lima, F. R. de (2019). A ascensão da extrema direita no brasil. *Revista Percurso*, 11(1), 207-215.
- Lima, M. E. O. (2023). Preconceito. In A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, E. M. Techio & L. Camino (Orgs.). *Psicologia social: temas e teorias*. – 3. ed., pp.405-444. São Paulo: Blucher.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de psicologia (Natal)*, 9, 401-411.
- Lima, R. F. F., & de Morais, N. A. (2016). Fatores associados ao bem-estar subjetivo de crianças e adolescentes em situação de rua. *Psico*, 47(1), 24-34.

- Lima, R. F. F., & Morais, N. A. D. (2019). Subjective well-being trajectories of street-involved youth: considerations of a longitudinal study. *Trends in Psychology, 27*, 909-923.
- Lima, V. M., & Vorcaro, Â. M. R. (2020). O pioneirismo subversivo da psicanálise nos debates de gênero e sexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão, 40*, e192180.
- Lin, Y. J., Israel, T., & Ryan, W. S. (2019). Releasing internalized stigma for empowerment: Development of theory-driven interventions for sexual and gender minorities. *Journal of LGBT Issues in Counseling, 13*(4), 276-292.
- Lira, A. N. D., & Morais, N. A. D. (2018). Estratégias metodológicas de investigação da resiliência em lésbicas, gays e bissexuais (LGBs): revisão integrativa de literatura. *Trends in Psychology, 26*, 1427-1445.
- Lira, A. N. D., & Morais, N. A. D. (2019). Validity evidences of the Internalized Homophobia Scale for Brazilian gays and lesbians. *Psico-USF, 24*, 361-372.
- Liu, R. T., Sheehan, A. E., Walsh, R. F., Sanzari, C. M., Cheek, S. M., & Hernandez, E. M. (2019). Prevalence and correlates of non-suicidal self-injury among lesbian, gay, bisexual, and transgender individuals: A systematic review and meta-analysis. *Clinical psychology review, 74*, 101783.
- Livingston, N. A., Flentje, A., Heck, N. C., Szalda-Petree, A., & Cochran, B. N. (2017). Ecological momentary assessment of daily discrimination experiences and nicotine, alcohol, and drug use among sexual and gender minority individuals. *Journal of consulting and clinical psychology, 85*(12), 1131.
- Lloyd, M. (2013). Heteronormativity and/as Violence: The “Sexing” of Gwen Araujo. *Hypatia, 28*(4), 818-834. doi:10.1111/hypa.12015
- Logan, C. R. (1996). Homophobia? No, homoprejudice. *Journal of Homosexuality, 31*, 31-53. doi:10.1300/J082v31n03_03
- Lorde, A. (2019). *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Autêntica Editora.
- Louro, G. L. (2014). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 16 Ed. Vozes.
- Louro, G. L. (2022). Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 4. ed. (pp. 7-42). Autêntica
- Lucassen, M. F., Stasiak, K., Samra, R., Frampton, C. M., & Merry, S. N. (2017). Sexual minority youth and depressive symptoms or depressive disorder: A systematic review and meta-analysis of population-based studies. *Australian & New Zealand Journal of Psychiatry, 51*(8), 774-787.
- Lucchini, R. (2003). A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In I. Rizzini (Coord.), *Vida nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: Trajetórias inevitáveis?* (pp. 45-86). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio. Loyola.

- Luna, I. T., Costa, A. G. M., Costa, M. S., Alves, M. D. S., Vieira, N. F. C., & Pinheiro, P. N. D. C. (2013). Conhecimento e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis entre os adolescentes em situação de rua. *Ciência, Cuidado e Saúde (Online)*, 12(1), 346-355.
- Luz, R. R. (2015). *Conjugalidades possíveis: um estudo sobre relacionamentos homossexuais*. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Editora Multifoco.
- Maccio, E. M., & Ferguson, K. M. (2016). Services to LGBTQ runaway and homeless youth: Gaps and recommendations. *Children and Youth Services Review*, 63, 47–57. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2016.02.008>.
- Macedo, S. D. R. H., Miranda, F. A. N. D., Pessoa Júnior, J. M., & Nóbrega, V. K. D. M. (2013). Adolescência e sexualidade: scripts sexuais a partir das representações sociais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 66, 103-109.
- Machado, R. W. G. (2019). População em situação de rua: uma análise das estruturas determinantes e condicionantes em torno dessa expressão da questão social. *Rev Serv Soc Deb.* ;1:12542
- Marcelino, M. Q. dos S., Catão, M. de F. F. M., & Lima, C. M. P. de. (2009). Representações sociais do projeto de vida entre adolescentes no ensino médio. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(3), 544-557. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932009000300009>
- Marshal, M.P., Burton, C.M., Chisolm, D.J., Sucato, G.S., & Friedman, M.S. (2013). Cross-sectional evidence for a stress-negative affect pathway to substance use among sexual minority girls. *Clinical and Translational Science*, 6(4), 321–322. <http://dx.doi.org/10.1111/cts.12052>.
- Mbembe, A. (2020). *Necropolítica*. Melusina.
- McCann, E., & Brown, M. (2019). Homelessness among youth who identify as LGBTQ+: A systematic review. *Journal of Clinical Nursing*. doi:10.1111/jocn.14818
- McDonald, A. R. (2018). "*Fact vs. Fiction: Uncovering the Experiences of Homeless/Street Youths' Involvement in Survival Sex*". Electronic Theses and Dissertations. 1472. <https://digitalcommons.du.edu/etd/1472>
- Medeiros, M. (1999). Olhando a lua pelo mundo da rua: representações sociais da experiência de vida de meninos em situação de rua. Tese de Doutorado, Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. doi:10.11606/T.83.1999.tde-25022003-082739.
- Medeiros, M., Ferriani, M. das G. C., Munari, D. B. e Gomes, R. (2001) "A sexualidade para o adolescente em situação de rua em Goiânia". *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 9(2), p. 35-41. doi: 10.1590/S0104-11692001000200005.
- Meira, M. E. M., Queiroz, A. B., de Oliveira, I. A., Moraes, R. Q., & Oliveira, T. H. (2006). Psicologia escolar, desenvolvimento humano e sexualidade: projetos de orientação sexual em instituições educacionais. *Revista Ciência em Extensão*, 2(2), 94-113.
- Meireles, I. D. (2020). "Os (in) visíveis": estudo sobre menores não acompanhados: refugiados que fazem sexo para sobrevivência em Atenas.

- Melo Neto, O. C., & Cerqueira-Santos, E. (2012). Comportamento sexual e autoestima em adolescentes. *Contextos Clínicos*, 5(2), 100-111.
- Menezes, A. B. D. C., & Brito, R. C. S. (2013). Diferenças de gênero na preferência de pares e brincadeiras de crianças. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26, 193-201.
- Mereish, E., & Poteat, V. P. (2015). Effects of heterosexuals' direct and extended friendships with sexual minorities on their attitudes and behaviors: Intergroup anxiety and attitude strength as mediators and moderators. *Journal of Applied Social Psychology*, 45(3), 147-157.
- Meyer, I. H. (1995). Minority stress and mental health in gay men. *Journal of health and social behavior*, 38-56.
- Meyer, I. H. (2003). Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. *Psychological bulletin*, 129(5), 674.
- Meyer, I. H. (2012). The health of sexual minorities. In A. Baum, T. A. Revenson, & J. Singer (Eds.), *Handbook of health psychology* (pp. 595–615). Psychology Press.
- Meyer, I. H. (2015). Resilience in the study of minority stress and health of sexual and gender minorities. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, 2(3), 209.
- Meyer, I. H. (2020). Rejection sensitivity and minority stress: a challenge for clinicians and interventionists. *Archives of sexual behavior*, 49(7), 2287-2289.
- Meyer, I. H., & Frost, D. M. (2013). Minority stress and the health of sexual minorities. In C. J. Patterson & A. R. D'Augelli (Eds.), *Handbook of psychology and sexual orientation* (pp. 252–266). Oxford University Press.
- Michels, E. (2019). *Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil - Relatório 2018*. Site Homofobia Mata – HM. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2020/02/relatorio.2018.2docx-2.pdf>
- Miguel, L. F. (2021). Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia. *Argumentum*, 13(2), 8-20.
- Milburn, N. G., Ayala, G., Rice, E., Batterham, P., & Rotheram-Borus, M. J. (2006). Discrimination and exiting homelessness among homeless adolescents. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 12(4), 658.
- Miskolci, R. (2007). A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In *Congresso de leitura do Brasil (COLE) 16, 2007, Campinas. Anais. Campinas: ALB Associação de Leitura do Brasil*, v. 1. p. 1-19.
- Mole, R. C. (2016). Nationalism and homophobia in Central and Eastern Europe. *The EU enlargement and gay politics: The impact of eastern enlargement on rights, activism and prejudice*, 99-121.
- Morais, N. A. de & Koller, S. H. (2010). Saúde de crianças e adolescentes em situação de rua. In N. A. de Moraes, L. Neiva-Silva & S. H. Koller (Org.). Endereço desconhecido:

- crianças e adolescentes em situação de rua (1 ed., pp. 235-262). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Morais, N. A., Koller, S. H., & Raffaelli, M. (2012). Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Universitas Psychologica, 11*(3), 779-791. <http://dx.doi.org/10.11144/779>
- Morais, N. A., Lima, R. F. F., Vezedek, L., Santana, J. P., & Koller, S. H. (2017). Ética na pesquisa com crianças e adolescentes em situação de rua: considerações a partir da resolução nº 510/2016. *Revista da SPAGESP, 18*(2), 27-42.
- Morais, N. A., Neiva-Silva, L. & Koller, S. H. (2010). Crianças e adolescentes em situação de rua: história, caracterização e modo de vida (Ogs) In *Endereço desconhecido: Crianças e adolescentes em situação de rua*. (1 ed., pp. 405-419). Casa do Psicólogo.
- Morais, N. A., Raffaelli, M., & Koller, S. H. (2012). Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. *Avances en Psicología Latinoamericana, 30*(1), 118-136.
- Moreira, J. O., Rosário, Â. B., & Santos, A. P. (2011). Juventude e adolescência: considerações preliminares. *Psico, 42*(4).
- Morrison, M. A., & Morrison, T. G. (2002). Development and validation of a scale measuring modern prejudice toward gay men and lesbian women. *Journal of homosexuality, 43*(2), 15-37.
- Nadal, K. L., Whitman, C. N., Davis, L. S., Erazo, T., & Davidoff, K. C. (2016). Microaggressions toward lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, and genderqueer people: A review of the literature. *The journal of sex research, 53*(4-5), 488-508.
- Narvaz, M. G. (2009). A (in) visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem (se) política. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Porto Alegre.
- Nascimento, L. (2021). Transfeminismo. Editora Jandaíra.
- Natalino, M. A. C. (2016). *Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)*. Nota Técnica, Disoc – Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. IPEA, n. 73.
- Neiva-Silva, L. (2003). *Expectativas futuras de adolescentes em situação de rua: Um estudo autofotográfico*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Neiva-Silva, L., & Koller, S. H. (2002). A rua como contexto de desenvolvimento. Em E. R. Lordelo, A. M. Carvalho, & S. H. Koller (Orgs.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 205-230). Casa do Psicólogo - EDUFBA.
- Neiva-Silva, L., Demenech, L. M., Moreira, L. R., Oliveira, A. T., Carvalho, F. T. D., & Paludo, S. D. S. (2018). Experiência de gravidez e aborto em crianças, adolescentes e jovens em situação de rua. *Ciência & Saúde Coletiva, 23*, 1055-1066.

- Newcomb, M.E., Heinz, A.J., & Mustanski, B. (2012). Examining risk and protective factors for alcohol use in lesbian, gay, bisexual, and transgender youth: a longitudinal multilevel analysis. *Journal of Studies on Alcohol and Drugs*, 73(5), 783–793. <http://dx.doi.org/10.15288/jsad.2012.73.783>.
- Nogueira, L. A. & Bellini, L. M. (2006). Sexualidade e violência, o que é isso para jovens que vivem na rua? *Texto & Contexto Enfermagem*, 15(4).
- Noto, A. R., Galduróz, J. C. F., Nappo, S. A., Fonseca, A. M., Carlini, C. M. A., Moura, Y. G., & Carlini, E. A. (2004). Levantamento nacional sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua nas 27 capitais Brasileiras – 2003. CEBRID; UNIFESP. <https://www.cebrid.com.br/category/livros/page/3/>
- Noto, A. R., Nappo, S., Galduróz, J. C. F., Mattei, R., & Carlini, E. A. (1994). III levantamento sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua de cinco capitais brasileiras – 1993. CEBRID; Escola Paulista de Medicina. <https://www.cebrid.com.br/category/livros/page/3/>
- Noto, A. R., Nappo, S., Galduróz, J. C. F., Mattei, R., & Carlini, E. A. (1998). IV levantamento sobre o uso de drogas entre crianças e adolescentes em situação de rua de seis capitais brasileiras – 1997. CEBRID; Escola Paulista de Medicina. <https://www.cebrid.com.br/category/livros/page/3/>
- Novaes, M. O. de. (2021). “Cura gay”: psicologia, política e religião, perspectivas em torno da problemática. *Revista Periódicus*, 2(16), 113-125.
- O’Sullivan, L.F, McCrudden, M.C. & Tolman, D.L. (2006). To your sexual Health! Incorporating sexuality into the health perspective. In J. Worrell, C.D. Goodheart. *Handbook of girls’ and women’s psychological health*. Oxford: Oxford University press.
- Oliveira, P. P. (1998). Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, 6 (1), 91-111.
- Oliveira, F. (2015, 22 de abril). As voltas que o mundo dá. Galedés. <https://www.geledes.org.br/as-voltas-que-o-mundo-da/>
- Organização Mundial da Saúde [OMS]. (2012). “Therapies” to change sexual orientation lack medical justification and threaten health. Retrieved from <https://www.paho.org/en/news/17-5-2012-therapies-change-sexual-orientation-lack-medical-justification-and-threaten-health>
- Organização Mundial da Saúde [OMS]. (2014). *Saúde para os adolescentes do mundo: uma segunda chance na segunda década*. Genebra: Organização Mundial da Saúde.
- Organización Internacional del Trabajo [OIT]. (2022). *Panorama Laboral 2022*: Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 242 p.
- Ozella S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. In M. L. J. Contini & S. H. Koller (Orgs.). *Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas*. p. 16-24. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Pachankis, J. E. & Safren, S. A. (2019). Adapting evidence-based practice for sexual and gender minorities: The current state and future promise of scientific and affirmative

treatment approaches. In J. E. Pachankis & S. A., Safren (Eds.). Handbook of evidence-based mental health Practice with Sexual and Gender Minorities, 3-24. Nova Iorque: Oxford University Press.

- Pachankis, J. E., Hatzenbuehler, M. L., Rendina, H. J., Safren, S. A., & Parsons, J. T. (2015). LGB-affirmative cognitive-behavioral therapy for young adult gay and bisexual men: A randomized controlled trial of a transdiagnostic minority stress approach. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 83*(5), 875-889.
- Page, M. (2017). Forgotten youth: Homeless LGBT youth of color and the Runaway and Homeless Youth Act. *Northwestern Journal of Law & Social Policy, 12*(2), 17.
- Paiva, I. K. S. D., Lira, C. D. G., Justino, J. M. R., Miranda, M. G. D. O., & Saraiva, A. K. D. M. (2016). Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. *Ciência & Saúde Coletiva, 21*, 2595-2606.
- Paiva, V., Calazans, G., Venturi, G., & Dias, R. (2008). Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros. *Revista de Saúde Pública, 42*, 45-53.
- Palombo, J., Bendicksen, H. K., & Koch, B. J. (2009). Guide to psychoanalytic developmental theories. New York, NY: Springer
- Paludo, S. D. S., & Koller, S. H. (2005). Resiliência na rua: um estudo de caso. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 21*, 187-195.
- Pavelchuk, F. de O., & Borsa, J. C. (2020). A teoria do estresse de minoria em lésbicas, gays e bissexuais. *Revista da SPAGESP, 21*(2), 41-54.
- Paz, D., Amazonas, M. C. L. de A., & Medrado, B. (2020). Repertórios linguísticos na literatura científica brasileira sobre "homofobia". *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 72*(1), 72-92.
- Pelúcio, L. (2011). Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. *Saúde e sociedade, 20*, 76-85.
- Pescosolido, B. A., & Martin, J. K. (2015). The stigma complex. *Annual review of sociology, 41*, 87-116.
- Pessoa, A. S. G., & Coimbra, R. M. (2020). Fatores de risco no contexto de adolescentes envolvidos no tráfico de drogas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia, 20*(1), 119-141.
- Pessoa, A. S. G., Coimbra, R. M., Koller, S. H., & Ungar, M. (2018). Resiliência Oculta na Vida de adolescentes com envolvimento no tráfico de drogas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 34*.
- Pessoa, A. S. G., Coimbra, R. M., Murgo, C. S., Van Breda, A., & Baker, A. (2018). Resilience processes of Brazilian young people: Overcoming adversity through an arts program. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais, 13*(3), 1-17.
- Pessoa, A. S. G., Coimbra, R. M., Noltemeyer, A., & Bottrell, D. (2017). Resilience processes within the school context of adolescents with sexual violence history. *Educação em Revista, 33*.

- Pessoa, A. S. G., Harper, E., Santos, I. S., & Gracino, M. C. S. (2019). Using Reflexive Interviewing to foster deep understanding of research participants' perspectives. *International Journal of Qualitative Methods*, 18, 1-9.
- Pessoa, A. S. G. & Koller, S. H. (2020). Por uma retórica latino-americana sobre resiliência e educação. In A. S. G. Pessoa & S. H. Koller (Org.). *Resiliência & Educação: perspectivas teóricas e práticas*. (1 ed. pp.17-28). Vetor Editora.
- Pessoa, A. S. G., Medeiros, J. K., da Fonseca, D. B., & Lienbeberg, L. (2017). The use of visual methods and reflexive interviews in the research with children living in foster care. In D. D. Dell'Aglio & S. H. Koller (Eds.) *Vulnerable Children and Youth in Brazil* (pp. 211-227). Springer, Cham.
- Petrucci, G. W., Borsa, J. C., & Koller, S. H. (2016). A Família e a escola no desenvolvimento socioemocional na infância. *Temas em Psicologia*, 24(2), 391-402. doi:<https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.2-01Pt>
- Petterson, L. J., VanderLaan, D. P., Persson, T. J., & Vasey, P. L. (2017). The relationship between indicators of depression and anxiety and sexual orientation in Canadian women. *Archives of Sexual Behavior*, 47, 1173-1182.
- Pimentel, R. F., & Silva, M. C. C. (2020). Atenção às pessoas em situação de rua que também fazem uso de drogas: Um cuidado orientado pelos princípios da redução de danos e da reforma psiquiátrica antimanicomial. In A. M. Gonçalves, A. C. G. Bastos & L. Vezedek (Orgs.), *Caderno de forma-ção e navegação social projeto Caboré: Diagnóstico, capacitação, assistência técnica, monitoramento e difusão de conhecimentos* (1ª ed., pp. 54-67). Centro Projeto Axé.
- Poletto, M., & Koller, S. H. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 25, 405-416.
- Polonia, A. C., Dessen, M.A. & Silva, N.L.P (2005). O modelo Bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In M.A. Dessen, & A.L. Costa Jr. (Eds.) *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Artmed. P. 71-89.
- Projeto Axé (1990). Levantamento de crianças de rua de Salvador – IBASE – Axé 1990 – Relatório de Pesquisa. Projeto Axé.
- Projeto Axé (1993). Meninos que vivem nas ruas de Salvador: mapeamento e contagem 1993 – Relatório de Pesquisa. Projeto Axé.
- Rabasco, A., & Andover, M. (2020). The influence of state policies on the relationship between minority stressors and suicide attempts among transgender and gender-diverse adults. *LGBT health*, 7(8), 457-460.
- Raffaelli, M. (2010). Prefácio. In N. A. de Moraes, L. Neiva-Silva & S. H. Koller (Org.). *Endereço desconhecido: crianças e adolescentes em situação de rua* (1 ed., pp. 19-28). São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Raffaelli, M., Koller, S. H., Reppold, C. T., Kuschick, M. B., Krum, F. M., Bandeira, D. R., & Simões, C. (2000). Gender differences in Brazilian street youth's family circumstances and experiences on the street. *Child Abuse & Neglect*, 24(11), 1431-1441.
- Raimondi, G. A., Moreira, C., & Barros, N. F. D. (2019). Gêneros e sexualidades na educação médica: entre o currículo oculto e a integralidade do cuidado. *Saúde e Sociedade*, 28, 198-209.
- Ramos, M. D. M., & Cerqueira-Santos, E. (2020). Afeminação, hipermasculinidade e hierarquia. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(1), 159-172.
- Ray, N. (2006). *Lesbian, gay, bisexual and transgender youth: an epidemic of homelessness*. National Gay and Lesbian Task Force Policy Institute and the National Coalition for the Homeless, New York.
- Reed, G. M., Drescher, J., Krueger, R. B., Atalla, E., Cochran, S. D., First, M. B., ... & Saxena, S. (2016). Disorders related to sexuality and gender identity in the ICD-11: revising the ICD-10 classification based on current scientific evidence, best clinical practices, and human rights considerations. *World psychiatry*, 15(3), 205-221.
- Reisner, S. L., White Hughto, J. M., Gamarel, K. E., Keuroghlian, A. S., Mizock, L., & Pachankis, J. E. (2016). Discriminatory experiences associated with posttraumatic stress disorder symptoms among transgender adults. *Journal of counseling psychology*, 63(5), 509.
- Rew, L., Whittaker, T. A., Taylor-Seehafer, M. A., & Smith, L. R. (2005). Sexual health risks and protective resources in gay, lesbian, bisexual, and heterosexual homeless youth. *Journal for Specialists in Pediatric Nursing*, 10(1), 11-19.
- Ribeiro, J. S. B. (2006). Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. *cadernos pagu*, 145-168.
- Rice, E., Barman-Adhikari, A., Rhoades, H., Winetrobe, H., Fulginiti, A., Astor, R., ... Kordic, T. (2013). Homelessness experiences, sexual orientation, and sexual risk taking among high school students in Los Angeles. *Journal of Adolescent Health*, 52(6), 773-778. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2012.11.011>
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bágoas*, 5, 17-44. (Trabalho originalmente publicado em 1980)
- Richter, B. E., Lindahl, K. M., & Malik, N. M. (2017). Examining ethnic differences in parental rejection of LGB youth sexual identity. *Journal of Family Psychology*, 31(2), 244. <https://doi.org/10.1037/fam0000235>
- Rio de Janeiro (2023). Censo de população em situação de rua no município do Rio de Janeiro – 2022. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro – Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Rio de Janeiro.
- Rizzini, I. & Butler, U. M. (2003). Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas revisitando a literatura. In I. Rizzini & A. B. Soares. *Vida nas ruas. Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?* Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio; São Paulo: Edições Loyola.

- Rizzini, I. Caldeira, P., Ribeiro, R., & Carvano, L. M. (2010). *Crianças e adolescentes com direitos violados: situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano*. PUC-Rio/CIESPI.
- Rizzini, I., & Couto, R. M. D. (2018). *População infantil e adolescente em situação de rua no Brasil: Análises recentes*. Rio de Janeiro/CIESPI.
- Rose, N. (2011). Uma história crítica da Psicologia. In N. Rose. *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. p. 65 –98. Petrópolis: Vozes.
- Rosenthal, D., Mallett, S. & Myers, P. (2006). Moving Out Moving On: Young people's pathways in and through homelessness in Melbourne, Australian and New Zealand *Journal of Public Health* 30(3), p. 281-5.
- Rossi, L. M., Marcolino, T. Q., Speranza, M., & Cid, M. F. B. (2019). Crise e saúde mental na adolescência: a história sob a ótica de quem vive. *Cadernos de Saúde Pública*, 35, e00125018.
- Rufino, L. (2019). *Pedagogia das encruzilhadas*. Mórula editorial.
- Ryan, C., Russell, S. T., Huebner, D., Diaz, R., & Sanchez, J. (2010). Family acceptance in adolescence and the health of LGBT young adults. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 23(4), 205-213. <https://doi.org/10.1111/j.1744-6171.2010.00246.x>
- Salerno, J. P., Gattamorta, K. A., & Williams, N. D. (2023). Impact of family rejection and racism on sexual and gender minority stress among LGBTQ young people of color during COVID-19. *Psychological trauma: theory, research, practice, and policy*, 15(4), 637.
- Santana, J. P. (2003). *Instituições de atendimento a crianças em situação de rua: A relação entre os objetivos e significados atribuídos por seus dirigentes e pelas crianças atendidas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Santana, J. P. (2007). *Cotidiano, expressões culturais e trajetórias de vida: uma investigação participativa com crianças em situação de rua*. (Tese de doutorado). Portugal: Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança.
- Santana, J. P. (2011). Trajetórias de vida de meninas em situação de rua: o relato de uma investigação participativa. *Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, 4(8), 271-293.
- Santana, J. P. (2022, 16 de fevereiro). Um manifesto a favor da cultura da infância. Lunetas: múltiplos olhares sobre as múltiplas infâncias. <https://lunetas.com.br/manifesto-cultural-da-infancia/>
- Santana, J. P., Doninelli, T. M., Frosi, R. V., & Koller, S. H. (2004). Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16, 59-70.
- Santana, J. P., Raffaelli, M., Koller, S. H., & de Moraes, N. A. (2018). “Vocês me encontram em qualquer lugar”: realizando pesquisa longitudinal com adolescentes em situação de rua. *Psico*, 49(1), 31-42.

- Santana, J. P., Raffaelli, M., Vezedek, L., & Koller, S. H. (2021). Adolescentes, Rua, Drogas e Substâncias Psicoativas: Um Estudo sobre Risco e Proteção. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 37.
- Santana, J. P. & Vezedek, L. (2015). Adolescentes em situação de rua não heterossexuais: compreendendo fatores de risco e proteção no contexto institucional. (Comunicação Oral, Mai/2015). Anais do IX Congresso Norte-Nordeste de Psicologia (CONPSI), p.1063).
- Santana, J. P. & Vezedek, L. (2019). Cartografias dos desejos e direitos: caracterização e modos de vida de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Salvador/Ba. In I. G. Barbosa & M. A. Soares (Orgs.). Por uma luta sem fronteira na defesa dos direitos das crianças: políticas públicas e participação [livro eletrônico] – 1. ed., pp.500-512. Goiânia: Editora Vieira.
- Santana, J. P., & Vezedek, L. (2020). Sistematizando tecnologias de cuidado: O acolhimento e acompanhamento da população em situação de rua. In A. M. Gonçalves, A. C. G. Bastos & L. Vezedek (Orgs.), Caderno de forma-ção e navegação social projeto Caboré: Diagnóstico, capacitação, assistência técnica, monitoramento e difusão de conhecimentos (1ª ed., pp. 54-67). Centro Projeto Axé.
- Santos, I. S., Pessoa, A. S. G., Gomes, A. R., & Furukawa, L. Y. de A. (2021). Processos de Resiliência em Estudantes Universitários com Deficiência. *Revista Subjetividades*, 21(3), e11181-e11181.
- Santos, J. (2013). A cidade poli(multi)nucleada: A reestruturação do espaço urbano de Salvador. Salvador: EDUFBA.
- Santos, T. M. B. dos, Albuquerque, L. B. B. de, Bandeira, C. da F., & Colares, V. S. de A. (2015). Fatores que contribuem para o início da atividade sexual em adolescentes: revisão integrativa. *Revista de Atenção à Saúde*, 13(44), 64-70.
- São Paulo (2015). Censo da População em Situação de Rua da Cidade de São Paulo. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e Prefeitura de São Paulo – Secretaria de Assistência Social (SMADS). São Paulo.
- São Paulo. (2021). Relatório Completo do Censo 2021 – População em situação de rua – São Paulo. Prefeitura Municipal de São Paulo – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo.
- Sapienza, G., & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em estudo*, 10, 209-216.
- Scandurra, C., Monaco, S., Dolce, P., & Nothdurfter, U. (2020). Heteronormativity in Italy: psychometric characteristics of the Italian version of the heteronormative attitudes and beliefs scale. *Sexuality Research and Social Policy*, 18, 637-652.
- Schucman, L. V. (2016). Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. Veneta.
- Schucman, L., & Cardoso, L. (2014). Apresentação dossiê branquitude. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 6(13), 05–07.

- Schütz, F., Sarriera, J., Bedin, L. & Montserrat, C. (2015). Subjective well-being of children in residential care: Comparison between children in institutional care and children living with their families. *Psicoperspectivas*, 14(1),19-30.
<http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol14-issue1-fulltext-517>
- Szwarcz, L. M. (2001). *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha.
- Szwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito*. Editora Companhia das Letras.
- Schwarz, S. (2018). Resilience in psychology: A critical analysis of the concept. *Theory & Psychology*, 28(4), 528-541.
- Scott, J. W. (1988). *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press.
- Scott, J. W. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*. Porto Alegre, n.º 16.
- Shelton, J., Poirier, J. M., Wheeler, C., & Abramovich, A. (2018). Reversing erasure of youth and young adults who are LGBTQ and access homelessness services: Asking about sexual orientation, gender identity, and pronouns. *Child Welfare*, 96(2), 1–28.
- Shilo, G., & Savaya, R. (2011). Effects of family and friend support on LGB youths' mental health and sexual orientation milestones. *Family Relations*, 60(3), 318-330.
<https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2011.00648.x>
- Shipherd, J. C. (2015). Defining competence when working with sexual and gender minority populations: Training models for professional development. *Clinical Psychology: Science and Practice*, 22(2), 101-104. doi:10.1111/cpsp.12100
- Sicari, A. A., & Zanella, A. V. (2018). Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(4), 662-679.
- Silva, B. B., Figueiredo, G. H. P. & Cerqueira-Santos, E. (2017). Transgeneridade: A patologização Trans e os gêneros estabelecidos. In A. Faro; E. Cerqueira-Santos & J. Pereira (Org.). *Gênero, violência e saúde: diálogos no campo da psicologia*. 1ed. v. 1, p. 122-138. Aracaju: EDUFS.
- Silva, B. de B. & Robinson, A. K. (2021). Estigma, homofobia e estresse de minoria: terminologias e concepções teóricas acerca do preconceito contra a diversidade sexual. In M. de M. Ramos & E. Cerqueira-Santos (Org.). *Psicologia & Sexualidade: Diversidade Sexual*. (1 ed., pp. 185-208). Dialética.
- Silva, L. I. D. C., Pontes, F. A. R., Silva, S. D. B. D., Magalhães, C. M. C., & Bichara, I. D. (2006). Diferenças de gêneros nos grupos de brincadeira na rua: a hipótese de aproximação unilateral. *Psicologia: reflexão e crítica*, 19, 114-121.
- Silva, M. L. L. da. (2006). *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. 220 f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília.
- Silveira, A. C. T. da, Schnor, A. C., & Rocha, K. B. (2022). Percepções de Mulheres Lésbicas e Bissexuais sobre Risco e Estratégias Preventivas às Infecções Sexualmente

Transmissíveis. *Estudos E Pesquisas Em Psicologia*, 22(4), 1687–1708.
<https://doi.org/10.12957/epp.2022.71774>

- Siqueira, A. C., & Dell’Aglío, D. D. (2010). Crianças e adolescentes institucionalizados: Desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407-415. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722010000300003>
- Skinta, M. & Curtis, A. (2016). *Mindfulness and acceptance for gender and sexual minorities: A clinician's guide to fostering compassion, connection, and equality using contextual strategies*. Oakland, Califórnia: New Harbinger Publications.
- Slater, M. E., Godette, D., Huang, B., Ruan, W. J., & Kerridge, B. T. (2017). Sexual orientation-based discrimination, excessive alcohol use, and substance use disorders among sexual minority adults. *LGBT health*, 4(5), 337-344.
- Slootmaeckers, K. (2019). Nationalism as competing masculinities: Homophobia as a technology of othering for hetero-and homonationalism. *Theory and Society*, 48(2), 239-265.
- Snapp, S. D., Hoenig, J.M., Fields, A., & Russell, S.T. (2015). Messy, butch, and queer: LGBTQ youth and the school-to-prison pipeline. *Journal of Adolescent Research*, 30(1), 57–82. <http://dx.doi.org/10.1177/0743558414557625>.
- Soares, I. A. (2016). Violência doméstica contra meninas e meninos: esperanças e caminhos para a ruptura. *Caderno Espaço Feminino*, 29(1).
- Sodré, M. (2004). *Por um conceito de minoria. Comunicação e cultura das minorias*. São Paulo: Paulus.
- Sousa Filho, A. de (2009). A política do conceito: subversiva ou conservadora? Crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 3(04).
- Sousa, R. F. D. (2017). Cultura do estupro-a prática implícita de incitação à violência sexual contra mulheres. *Revista Estudos Feministas*, 25(1), 9-29.
- Souza, L. K. D. (2019). Pesquisa com análise qualitativa de dados: Conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(2), 51–67.
- Souza, M. S, Baptista, M. N., & Alves, G. A. S. (2008). Suporte familiar e saúde mental: Evidência de validade baseada na relação entre variáveis. *Aletheia*, 28, 32- 44.
- Souza, N. de F. H. C., Sena, B. C. S., & Pessoa, A. S. G. (2023). Resiliência e fatores de proteção: uma revisão integrativa da literatura a partir de pesquisas longitudinais conduzidas com adolescentes e jovens. *Revista Cocar*, (16).
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Spade, Dean (2015). *Una Vida ‘Normal’. Violencia Administrativa, Políticas Trans Críticas y los Límites del Derecho*. Edicions Bellaterra.
- Strayhorn, T. L. (2018). *College students' sense of belonging: A key to educational success for all students*. Routledge.

- Stuber, J., Meyer, I., & Link, B. (2008). Stigma, prejudice, discrimination and health. *Social Science & Medicine* (1982), 67(3), 351-357.
- Swimelar, S. (2019). Nationalism and Europeanization in LGBT rights and politics: A comparative study of Croatia and Serbia. *East European Politics and Societies*, 33(03), 603-630.
- Tan, K. K., Treharne, G. J., Ellis, S. J., Schmidt, J. M., & Veale, J. F. (2019). Gender minority stress: A critical review. *Journal of homosexuality*.
- Tebbe, E. A., Moradi, B., Connelly, K. E., Lenzen, A. L., & Flores, M. (2018). "I don't care about you as a person": Sexual minority women objectified. *Journal of counseling psychology*, 65(1), 1.
- Tebbe, E. N., & Moradi, B. (2012). Anti-transgender prejudice: A structural equation model of associated constructs. *Journal of Counseling Psychology*, 59(2), 251-261. doi: 10.1037/a0026990
- Tfouni, L. V., & Moraes, J. (2003). A família narrada por crianças e adolescentes de rua: a ficção como suporte do desejo. *Psicologia USP*, 14, 65-84.
- Tiengo, V. M. (2018). O fenômeno população em situação de rua enquanto fruto do capitalismo. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 17(1), 138-150.
- Tucker, J. S., Hu, J., Golinelli, D., Kennedy, D. P., Green, H. D., & Wenzel, S. L. (2012). Social network and individual correlates of sexual risk behaviour among homeless young men who have sex with men. *Journal of Adolescent Health*, 51(4), 386-392.
- Tudge, J. (2008). A teoria de Urie Bronfenbrenner: uma teoria contextualista? In L. V. C. Moreira & A. M. A. Carvalho (Eds.), *Família e educação: olhares da psicologia*. (pp. 209-231). Paulinas.
- Tunåker, C. (2015). "No Place Like Home?" Locating homeless LGBT youth. *Home Cultures*, 12(2), 241-259. doi:10.1080/17406315.2015.1046300
- Tyler, K. A. (2013). Homeless youths' HIV risk behaviors with strangers: Investigating the importance of social networks. *Archives of Sexual Behavior*, 42(8), 1583-1591. <https://doi.org/10.1007/s10508-013-0091-3>
- Ungar, M. (2004). A constructionist discourse on resilience: Multiple contexts, multiple realities among at-risk children and youth. *Youth & Society*, 35(3), 341-365. <http://dx.doi.org/10.1177/0044118X03257030>
- Ungar, M. (2008). Resilience across cultures. *British Journal of Social Work*, 38, 218-235.
- Ungar, M., Ghazinour, M., & Richter, J. (2013). Annual research review: What is resilience within the social ecology of human development? *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 54(4), 348-366. <http://dx.doi.org/10.1111/jcpp.12025>.
- Vala, J., & Monteiro, M. B. (2004). *Psicologia social*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Valdiserri, R. O., Holtgrave, D. R., Poteat, T. C., & Beyrer, C. (2018). Unraveling health disparities among sexual and gender minorities: A commentary on the persistent impact of stigma. *Journal of Homosexuality*. doi.org/10.1080/00918369.2017.1422944
- Van der doef, S., Reinders, J. (2018). Stepwise sexual development of adolescents: the Dutch approach to sexuality education. *Nature Reviews Urology*, *15*(3), 133–134. <https://doi.org/10.1038/nrurol.2018.3>
- Vaughan, G. M., & Hogg, M. A. (2013). *Social psychology* (7th ed.). Melbourne, VIC: Pearson Australia.
- Vezedek, L, Mendes, L., Goncalves, A. M. & Carvalho, M. A. C. (2022). Educação de Rua, Arteducação e Projeto Axé: Relatos de uma Prática Cotidiana. In: B. Santos-Cerqueira; E. S. S. & L. Vezedek. (Orgs.). Caderno de forma-ção e navegação social Projeto Caboré Volume II: escritos de rua. 1 ed. v. II, p. 26-55. Salvador: Projeto Axé.
- Waiselfisz, J. J. (2015). Mapa da Violência 2015: Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil. Flacso. http://flacso.org.br/files/2017/04/mapaViolencia2015_adolescentes-1.pdf
- Walls, N. E., & Bell, S. (2011). Correlates of engaging in survival sex among homeless youth and young adults. *Journal of Sex Research*, *48*(5), 423–436. <https://doi.org/10.1080/00224499.2010.501916>
- Walsh, F. (2016). Resiliência familiar: Resistência formada pela adversidade. In F. Walsh (Ed.), *Processos Normativos da Família: Diversidade e Complexidade* (4a ed., pp. 399–427). Porto Alegre: Artmed.
- Warner, M. (1991). Introduction: Fear of a queer planet. *Social text*, 3-17.
- Watarai, F., & Romanelli, G. (2005). Trabalho e identidade de adolescentes do sexo masculino de camadas populares. In Proceedings of the 1th Simpósio Internacional do Adolescente, São Paulo.
- Weinberg, G. (1972). *Society and the healthy homosexual*. New York, NY: St Martin's Press.
- West, K. (2018). Understanding and reducing sexual prejudice in Jamaica: Theoretical and practical insights from a severely anti-gay society. *The Journal of Sex Research*, *55*(4-5), 472-485.
- Whitbeck, L. B., Chen, X., Hoyt, D. R., Tyler, K. A., & Johnson, K. D. (2004). Mental disorder, subsistence strategies, and victimization among gay, lesbian, and bisexual homeless and runaway adolescents. *Journal of sex research*, *41*(4), 329-342.
- Wong, C. F., Schrage, S. M., Holloway, I. W., Meyer, I. H., & Kipke, M. D. (2014). Minority stress experiences and psychological well-being: The impact of support from and connection to social networks within the Los Angeles house and ball communities. *Prevention Science*, *15*(1), 44-55. <https://doi.org/10.1007/s11121-012-0348-4>
- World Health Organization [WHO]. (2000). Modulo 3 – Understanding substance use among street children. In World Health Organization, *Working with street children: A training package on substance abuse, sexual and reproductive health including HIV/AIDS and STDs* (pp. 1-56). World Health Organization.

- Wright, M. O. D., & Masten, A. S. (2015). Pathways to resilience in context. Youth resilience and culture: *Commonalities and complexities*, 3-22.
- Xavier Filha, C. (2015). Sexualidade e identidade de gênero na infância. *Rev. Diversidade e Educação*, v.3, n.6, p. 14-21, jul./dez.
- Yogyakarta Principles (2007). The Yogyakarta Principles. Principles on the Application of International Human Rights Law in Relation to Sexual Orientation and Gender Identity.
- Yogyakarta Principles (2017). The Yogyakarta Principles Plus 10: Additional Principles and State Obligations on the Application of International Human Rights Law in Relation to Sexual Orientation, Gender Identity, Gender Expression and Sex Characteristics, to Complement the Yogyakarta Principles.
- Yunes, M. A. M. (2006). Os discursos sobre a questão da resiliência: Expressões e conseqüências para a promoção do desenvolvimento saudável. *Psicologia do Desenvolvimento: Teorias, pesquisas e aplicações*, 225-246.
- Zappe, J. G., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: Risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. *Psico*, 47(2), 99-110. doi:10.15448/1980-8623.2016.2.21494

Apêndices

Apêndice A – Roteiro de Entrevista Reflexiva Semiestruturado

* Onde se lê LGBT+, deve-se usar o termo de preferência do participante, informado(a) pelo(a) mesmo(a/e).

1) Percepções sobre sexualidade e gênero

- Poderia falar um pouco sobre seus relacionamentos amorosos/sexuais?
- Descreva para mim o relacionamento e parceiro(a) que você gostaria de ter.
- Em sua opinião, como ser *LGBT+** influencia seus relacionamentos amorosos?
- Conte-me como ser *LGBT+**, influencia no dia a dia (*investigar em diferentes contextos que o(a) participante circula*).

2) Relações familiares

- Quem é sua família hoje? O que família significa para você?
- Conte-me como é a sua relação com sua família.
- Em sua opinião, ser *LGBT+** influenciou ou influencia a relação com sua família?

3) Trajetória de rua

- Conte-me sobre sua experiência na rua (*Investigar motivo de ida, estratégias de sobrevivência, sociabilidade, dormir na rua, dentre outros*).
- Conte-me como ser *LGBT+**, influencia/influenciou sua relação com a rua (*Investigar situações de risco, estratégias de proteção e cuidado, dentre outros*).

4) Relações com instituições (acolhimento institucional e escola) e projetos sociais

- Quais instituições/projetos você frequenta e/ou já frequentou? Conte sobre essas experiências. (*Investigar quais atividades o(a) participante faz nesses locais: escola, unidade de acolhimento, projetos sociais, Sistema de Garantia de Direitos etc.*)

5) Violações de direitos, violências percebidas e nomeadas nos contextos de vida e estratégias de enfrentamento e autocuidado

- Você já viveu alguma situação de violência por ser *LGBT+**? Se sim, poderia falar sobre isso? (*Investigar sentimentos, pessoas envolvidas, consequências, intervenções etc.*)
- O que você faz para se cuidar/proteger quando está na rua?

6) Rede de apoio social e afetivo

- O que você faz quando está com dificuldades e precisa de ajuda? (*Investigar quais lugares/pessoas que o participante procura e se de fato a ajuda é efetiva*)
- Quais os tipos de apoio/ajuda que você contar? (*Citar os locais e pessoas que o(a) participante indicar*).
- Você conhece algum grupo e/ou movimento de pessoas *LGBT+**? O que acha deles? Participa ou tem vontade de participar?

7) Expectativas de futuro e projetos de vida.

- O que você mais gostaria que acontecesse na sua vida hoje?
- Existe algo que você acha que nunca conseguirá fazer por ser *LGBT+**?
- O que você pensa sobre o futuro? Como se imagina daqui a cinco anos?

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Jovens

Olá,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Entre corres e cores: Trajetórias de rua de adolescentes e jovens LGBTIA+”, desenvolvida por Lucas Vezedek, discente do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Professora Dra. Juliana Prates Santana.

O objetivo dessa pesquisa é investigar as experiências vividas no contexto da rua por adolescentes e jovens LGBTIA+ considerando os fatores de risco e fatores de proteção para o desenvolvimento. Para participar é preciso que você se identifique como Lésbica, Gay, Bissexual, Pessoa Transgênero, Intersexual, Assexual ou outro (LGBTIA+); tenha entre 18 e 25 anos e tenha alguma experiência de vida na rua, seja atual ou em momentos anteriores.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato que constam no final desse documento. Se concordar, você participará de uma entrevista individual e responderá um questionário. Apenas a entrevista individual será gravada em áudio para posteriormente ser transcrita. A gravação servirá somente para este fim e não será divulgada ou repassada para ninguém além das pesquisadoras.

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora, e do questionário aproximadamente trinta minutos. Caso deseje, a entrevista poderá ser concluída em mais de um encontro/momento.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12.

Como já foi dito, sua participação na pesquisa é voluntária e não gera despesas nem ganho material de nenhuma natureza. Ao participar você poderá também acessar informações e orientações sobre a rede de proteção, serviços e outros voltados para a defesa e garantia de direitos de adolescentes, da população LGBTIA+ e população em situação de rua. Além disso, caso deseje, também poderá ser orientado(a) e encaminhado(a) para acessar algum desses serviços.

Essa pesquisa irá contribuir para o campo do conhecimento do tema estudado, que ainda tem pouca produção científica no Brasil, proporcionando dados científicos que poderão auxiliar na reflexão sobre as trajetórias de rua, considerando os fatores de risco e fatores de proteção para o desenvolvimento, de adolescentes e jovens LGBTIA+. Além disso, esta pesquisa também poderá oferecer subsídios para proposição de políticas públicas, programas e/ou ações de proteção e garantia de direitos e visibilidade social do tema.

Pode ser que você se sinta preocupado(a), ansioso(a) e/ou desconfortável com algumas questões ou temas tratados durante a entrevista. Caso isto ocorra, você pode mudar de assunto, interromper a entrevista ou até desistir de sua participação na pesquisa, sem qualquer prejuízo, como já comentado antes. Se você quiser, poderá conversar com o pesquisador e caso você deseje, ele poderá também te indicar para algum serviço de assistência psicológica ou da rede de proteção ao adolescente.

Os resultados dessa pesquisa serão divulgados em artigos científicos e na dissertação fruto desse projeto. Também poderão ser apresentados para a rede de proteção ao adolescente visando a proposição de serviços, políticas e ações de proteção e garantia de direitos. Como dito antes, você não precisa se preocupar em ser identificado(a), pois nenhuma informação pessoal sua que possa lhe identificar irá ser apresentada junto aos relatórios e dados finais da pesquisa.

Este Termo de Consentimento tem duas vias, as duas serão assinadas por mim e por você, sendo que cada um(a) de nós ficará com uma cópia.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia – CEP/IPS. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado
Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA | Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia, telefone (71)3283.6457, E-mail: cepips@ufba.br

Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep):

Tel: (61) 3315-5878 / (61) 3315-5879 | E-Mail: conep@saude.gov.br

Lucas Vezedek

Pesquisador Responsável

Tel.: (71) 992**-65**

E-mail: lucas.vezedek@gmail.com

Salvador, ____ de _____ de ____.

[] Tenho 18 anos ou mais e declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar, autorizando a gravação do áudio da entrevista apenas para fins de transcrição.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante: _____

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Responsáveis

Olá,

Neste Termo de Consentimento Informado Livre e Esclarecido, você encontrará informações sobre a pesquisa “Entre corres e cores: Trajetórias de rua de adolescentes e jovens LGBTIA+”, desenvolvida por Lucas Vezedek, discente do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Professora Dra. Juliana Prates Santana. O objetivo dessa pesquisa é investigar as experiências vividas no contexto da rua por adolescentes e jovens LGBTIA+ considerando os fatores de risco e fatores de proteção para o desenvolvimento.

Você está recebendo esse Termo por ser o(a) responsável legal por um(a) adolescente, devendo lê-lo na íntegra e avaliar se estar de acordo com a participação dele(a) na pesquisa. Cabe destacar que além do seu consentimento por ser responsável legal, também será solicitado o assentimento do(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável.

Para participar é preciso que o(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável se identifique como Lésbica, Gay, Bissexual, Pessoa Transgênero, Intersexual, Assexual ou outro (LGBTIA+); tenha entre 14 e 18 anos e tenha alguma experiência de vida na rua, seja atual ou em momentos anteriores.

A participação do(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável é voluntária, isto é, não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não que ele(a) participe, bem como retirar a participação dele(a) a qualquer momento. Nem você, nem (o)a adolescente pelo(a) qual é responsável será penalizado(a) de nenhuma maneira caso você decida retirar o consentimento ou o(a) própria adolescente decida retirar o assentimento e/ou desistir da participação na pesquisa. Seu consentimento é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas pelo(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável.

Qualquer dado/informação que possa identificar o(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador responsável informações sobre a participação do(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato que constam no final desse documento.

Se concordar com a participação do(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável, ele(a) participará de uma entrevista individual e responderá um questionário. Apenas a entrevista individual será gravada em áudio para posteriormente ser transcrita. A gravação servirá somente para este fim e não será divulgada ou repassada para ninguém além das pesquisadoras.

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora, e do questionário aproximadamente trinta minutos. Caso seja desejo do(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável, a entrevista poderá ser concluída em mais de um encontro/momento. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12.

Como já foi dito, a participação do(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável nesta pesquisa é voluntária e não gera despesas nem ganho material de nenhuma natureza. Ao consentir com a participação do(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável, você e também ele(a) poderão acessar informações e orientações sobre a rede de proteção, serviços e outros voltados para a defesa e garantia de direitos de adolescentes, da população LGBTIA+ e população em situação de rua. Além disso, caso seja desejo do(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável, ele(a) poderá ser orientado(a) e encaminhado(a) para acessar algum desses serviços.

Essa pesquisa irá contribuir para o campo do conhecimento do tema estudado, que ainda tem pouca produção científica no Brasil, proporcionando dados científicos que poderão auxiliar na

reflexão sobre as trajetórias de rua, considerando os fatores de risco e fatores de proteção para o desenvolvimento, de adolescentes e jovens LGBTIA+. Além disso, esta pesquisa também poderá oferecer subsídios para proposição de políticas públicas, programas e/ou ações de proteção e garantia de direitos e visibilidade social do tema.

Pode ser que o(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável se sinta preocupado(a), ansioso(a) e/ou desconfortável com algumas questões ou temas tratados durante a entrevista. Caso isto ocorra, o(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável poderá mudar de assunto, interromper a entrevista ou até desistir de sua participação na pesquisa, sem qualquer prejuízo, como já comentado antes. Se o(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável quiser, poderá conversar com o pesquisador e caso deseje, ele poderá também o(a) indicar para algum serviço de assistência psicológica ou da rede de proteção ao adolescente.

Os resultados dessa pesquisa serão divulgados em artigos científicos e na dissertação fruto desse projeto. Também poderão ser apresentados para a rede de proteção ao adolescente visando a proposição de serviços, políticas e ações de proteção e garantia de direitos. Como dito antes, você não precisa se preocupar com a identificação do(a) adolescente pelo(a) qual você é responsável, pois nenhuma informação pessoal dele(a) que possa o(a) identificar irá ser apresentada junto aos relatórios e dados finais da pesquisa.

Este Termo de Consentimento tem duas vias, as duas serão assinadas por mim, pesquisador responsável pela pesquisa e por você, responsável legal pelo(a) adolescente que participará da pesquisa, sendo que cada um(a) de nós ficará com uma cópia.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia – CEP/IPS. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado
Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA | Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia, telefone (71)3283.6457, E-mail: cepips@ufba.br | Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep): Tel: (61) 3315-5878 / (61) 3315-5879 | E-Mail: conep@saude.gov.br

Lucas Vezedek

Pesquisador Responsável

Tel.: (71) 992**-65** | E-mail: lucas.vezedek@gmail.com

Salvador, ___ de _____ de ____.

[] Sou responsável por um(a) adolescente entre 14 e 17 anos e declaro que li, estou ciente do conteúdo do TCLE e entendi os objetivos e condições da participação dele(a) na referida pesquisa. Diante disso, autorizo a participação do(a) adolescente pelo(a) qual sou responsável legal, concordando assim com a gravação do áudio da entrevista apenas para fins de transcrição e análise de dados no âmbito da pesquisa.

(Assinatura do responsável legal do(a) participante da pesquisa)

Nome do(a) responsável legal: _____

Telefone/E-mail: _____

RELAÇÃO COM O(A) PARTICIPANTE: () Mãe () Pai () Outro: _____

Nome do(a) participante: _____

Apêndice D – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) – Adolescentes

Olá,

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Entre corres e cores: Trajetórias de rua de adolescentes e jovens LGBTIA+”, desenvolvida por Lucas Vezedek, discente do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, sob orientação da Professora Dra. Juliana Prates Santana.

O objetivo dessa pesquisa é investigar as experiências vividas no contexto da rua por adolescentes e jovens LGBTIA+ considerando os fatores de risco e fatores de proteção para o desenvolvimento. Para participar é preciso que você se identifique como Lésbica, Gay, Bissexual, Pessoa Transgênero, Intersexual, Assexual ou outro (LGBTIA+); tenha entre 14 e 17 anos e tenha alguma experiência de vida na rua, seja atual ou em momentos anteriores.

Sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas.

Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato que constam no final desse documento.

Se concordar, você participará de uma entrevista individual e responderá um questionário. Apenas a entrevista individual será gravada em áudio para posteriormente ser transcrita. A gravação servirá somente para este fim e não será divulgada ou repassada para ninguém além das pesquisadoras.

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora, e do questionário aproximadamente trinta minutos. Caso deseje, a entrevista poderá ser concluída em mais de um encontro/momento.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso às mesmas o pesquisador e sua orientadora. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12.

Como já foi dito, sua participação na pesquisa é voluntária e não gera despesas nem ganho material de nenhuma natureza. Ao participar você poderá também acessar informações e orientações sobre a rede de proteção, serviços e outros voltados para a defesa e garantia de direitos de adolescentes, da população LGBTIA+ e população em situação de rua. Além disso, caso deseje, também poderá ser orientado(a) e encaminhado(a) para acessar algum desses serviços.

Essa pesquisa irá contribuir para o campo do conhecimento do tema estudado, que ainda tem pouca produção científica no Brasil, proporcionando dados científicos que poderão auxiliar na reflexão sobre as trajetórias de rua, considerando os fatores de risco e fatores de proteção para o desenvolvimento, de adolescentes e jovens LGBTIA+. Além disso, esta pesquisa também poderá oferecer subsídios para proposição de políticas públicas, programas e/ou ações de proteção e garantia de direitos e visibilidade social do tema.

Pode ser que você se sinta preocupado(a), ansioso(a) e/ou desconfortável com algumas questões ou temas tratados durante a entrevista. Caso isto ocorra, você pode mudar de assunto, interromper a entrevista ou até desistir de sua participação na pesquisa, sem qualquer prejuízo, como já comentado antes. Se você quiser, poderá conversar com o pesquisador e caso você deseje, ele poderá também te indicar para algum serviço de assistência psicológica ou da rede de proteção ao adolescente.

Os resultados dessa pesquisa serão divulgados em artigos científicos e na dissertação fruto desse projeto. Também poderão ser apresentados para a rede de proteção ao adolescente visando a proposição de serviços, políticas e ações de proteção e garantia de direitos. Como dito antes, você não precisa se preocupar em ser identificado(a), pois nenhuma informação pessoal sua que possa lhe identificar irá ser apresentada junto aos relatórios e dados finais da pesquisa.

Este Termo de Assentimento tem duas vias, as duas serão assinadas por mim e por você, sendo que cada um(a) de nós ficará com uma cópia.

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia – CEP/IPS. O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa para recurso ou reclamações do sujeito pesquisado
Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Psicologia (CEP/IPS) da UFBA | Rua Aristides Novis, Campus São Lázaro, 197, Federação, CEP 40.170-055, Salvador, Bahia, telefone (71)3283.6457, E-mail : cepips@ufba.br

Se desejar, consulte ainda a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep):

Tel: (61) 3315-5878 / (61) 3315-5879 | E-Mail: conep@saude.gov.br

Lucas Vezedek

Pesquisador Responsável

Tel.: (71) 992**-65**

E-mail: lucas.vezedek@gmail.com

Salvador, ____ de _____ de ____.

[] Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar, autorizando a gravação do áudio da entrevista apenas para fins de transcrição.

(Assinatura do participante da pesquisa)

Nome do participante: _____

Apêndice E – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

UFBA - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA (IPS) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Entre corres e cores: Trajetórias de rua de adolescentes e jovens LGBTIA+

Pesquisador: LUCAS VEZEDEK

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 56597322.0.0000.5686

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia - UFBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.494.754

Apresentação do Projeto:

O protocolo em análise, versão 03, refere-se a pesquisa de Mestrado com financiamento próprio. Tem como hipóteses de pesquisa: “que a identidade sexual e de gênero de adolescentes e jovens LGBTIA+, além de serem um elemento diferencial da experiência de vida na rua, se constituem como um fator de risco em decorrência da LGBTIA+fobia”, “que a rua é mais violenta para pessoas LGBTIA+ tendo em vista que o Brasil é o país que mais registra violências e homicídios de natureza LGBTIA+fóbica, sobretudo contra pessoas transgênero, de modo que esse público apresenta piores indicadores psicossociais em relação a pessoas não LGBTIA+, vivenciando uma experiência de gênero e sexualidade marcada por mais episódios de sofrimento e violência” e “que a LGBTIA+fobia restringe as oportunidades de inserção no sistema educativo formal e profissional de adolescentes e jovens LGBTIA+, o que possivelmente impacta nas perspectivas de futuro e projetos de vida.”. Trata-se de um estudo misto, que inclui técnicas qualitativas e quantitativas de forma integrada, visando a expansão do escopo e dos recursos analíticos dos objetivos da pesquisa. Os participantes da pesquisa são 20 adolescentes e jovens LGBTIA+ entre 14 e 25 anos com experiência de rua, identificados nas ruas e instituições que atendem essa população na cidade de Salvador.

Objetivo da Pesquisa:

Apresenta os mesmos objetivos nos diferentes documentos integrantes do protocolo de pesquisa.

O objetivo geral é “Investigar as experiências vividas no contexto da rua por adolescentes e jovens

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERAÇÃO

CEP: 40.210-730

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-6437

E-mail: cepips@ufba.br

UFBA - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA (IPS) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



Continuação do Parecer: 5.494.754

LGBTIA+ considerando os fatores de risco e fatores de proteção para o desenvolvimento”

Apresenta os seguintes objetivos específicos:

1- Identificar os motivos de ida para a rua de adolescentes e jovens LGBTIA+ verificando as possíveis relações com a identidade sexual e de gênero; 2- Identificar as redes de apoio afetiva e social de adolescentes e jovens LGBTIA+; e, 3- Descrever as expectativas em relação ao futuro e os projetos de vida de adolescentes e jovens LGBTIA+ em situação de rua.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram apresentados explicitamente os riscos e benefícios envolvidos.

No que se refere aos riscos envolvidos na realização da pesquisa, o pesquisador declara que, caso a participação do adolescente ou do jovem gerar desconforto de qualquer natureza, angústia, ansiedade ou estresse, a aplicação da pesquisa será imediatamente interrompida. O adolescente e/ou responsáveis legais poderão retirar o consentimento e interromper a coleta de dados a qualquer tempo, sendo que tal decisão não incorrerá em nenhum tipo de prejuízo pessoal para o participante, seus responsáveis legais ou mesmo para a instituição/serviço/projeto social em que a pesquisa será aplicada. Tem-se estabelecido que caso ocorra qualquer uma das situações descritas, os participantes, se assim desejarem, serão encaminhados e acompanhados para o acesso a atendimento especializado, ficando à vontade para retornar à participação na pesquisa se tiver interesse, tendo em vista que os instrumentos de coleta de dados podem ser concluídos em quantos encontros se fizerem necessários.

No que se refere aos benefícios, o pesquisador acredita que a participação na pesquisa poderá oferecer informações e orientações aos participantes no que se refere a rede de proteção, visto que os instrumentos e a conduta adotada pelo pesquisador prevêm a disseminação de informações sobre direitos e, em sendo necessário, encaminhamentos para a rede de proteção, em consonância com os dilemas éticos discutidos por Moraes et al (2017) que destacam a função social das pesquisas, sobretudo, em se tratando de investigações com públicos vulneráveis.

Avalia-se que os riscos existentes neste tipo de pesquisa são baixos. Entende-se que os benefícios possíveis com a realização da pesquisa em termos sociais e científicos superam os riscos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A proposta apresenta tema relevante e original, com visíveis possibilidades de contribuições sociais, econômicas e/ou científicas. E está em conformidade com a Resolução CNS 466/2012.

O método proposto está adequado à abordagem do objeto de estudo.

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA

Município: SALVADOR

CEP: 40.210-730

Telefone: (71)3283-6437

E-mail: cepips@ufba.br

**UFBA - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA (IPS) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA**



Continuação do Parecer: 5.494.754

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A proposta apresenta tema relevante e original, com visíveis possibilidades de contribuições sociais e/ou científicas. Está em conformidade com a Resolução CNS 466/2012.

O método proposto está adequado à abordagem do objeto de estudo.

Foram apresentados os seguintes termos obrigatórios para o tipo de pesquisa e população participante:

- 1- Termo de Autorização Institucional (em conformidade com o exigido pela CONEP);
- 2- Declaração de Concordância com o Desenvolvimento do Projeto de Pesquisa (em conformidade com o exigido pela CONEP);
- 3- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Foram apresentados dois termos: um para os participantes maiores de 18 anos e um para os responsáveis legais dos menores de 18 anos participantes, e ambos em conformidade com o exigido pela CONEP);
- 4- Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE; (em conformidade com o exigido pela CONEP);
- 5- Termo de Confidencialidade (em conformidade com o exigido pela CONEP);
- 6- Termo de Compromisso para Coleta de Dados em Arquivos (Não se aplica);
- 7- Termo de Compromisso do Pesquisador (em conformidade com o exigido pela CONEP);
- 8- Termo de autorização de instituição coparticipante (em conformidade com o exigido pela CONEP, apenas para uma instituição);
- 9- Termo de concessão (não se aplica);

Ambos os TCLE e o TALE estão redigidos sob a forma de convite, apresentando linguagem clara. Atendem aos princípios da autonomia, beneficência, não maleficência, justiça, privacidade, sigilo e anonimato. Estão apresentados conforme exigência para o tipo de pesquisa e participantes envolvidos.

Recomendações:

O protocolo em análise não apresenta inconsistências metodológicas que possam repercutir em aspectos éticos. No entanto, como está prevista a possibilidade de recrutamento de participantes a partir de outras instituição (além do Projeto Axé), recomenda-se que, em se concretizando tal ampliação, seja submetida uma emenda a este protocolo (após aprovado) informando tal ampliação e submetendo-se tantos termos de autorização de instituição coparticipante quantas sejam essas instituições.

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA

Município: SALVADOR

CEP: 40.210-730

Telefone: (71)3283-6437

E-mail: cepips@ufba.br

**UFBA - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA (IPS) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA**



Continuação do Parecer: 5.494.754

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

O/A pesquisador/a deverá apresentar relatório a este CEP após a conclusão da pesquisa. Solicitar modelo ao CEP quando de sua elaboração.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1905721.pdf	15/06/2022 20:34:08		Aceito
Outros	3_1_TCLE_Consentimento_Responsavel_legal_atualiz.pdf	15/06/2022 20:32:10	LUCAS VEZEDEK	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	2_Projeto_pesquisa_lucasvezedek_atualiza.pdf	15/06/2022 20:31:57	LUCAS VEZEDEK	Aceito
Cronograma	Cronograma_lucasvezedek_atualizado.pdf	15/06/2022 20:31:27	LUCAS VEZEDEK	Aceito
Outros	9_declaracao_de_concordancia_orientador.pdf	07/03/2022 10:57:56	LUCAS VEZEDEK	Aceito
Outros	8_termo_de_autorizacao_da_instituicao_coparticipante.pdf	07/03/2022 10:57:24	LUCAS VEZEDEK	Aceito
Declaração de Pesquisadores	7_termo_de_confidencialidade.pdf	07/03/2022 10:56:07	LUCAS VEZEDEK	Aceito
Declaração de concordância	6_termo_de_autorizacao_institucional.pdf	07/03/2022 10:55:47	LUCAS VEZEDEK	Aceito
Declaração de Pesquisadores	5_termo_de_compromisso_do_pesquisador.pdf	07/03/2022 10:55:29	LUCAS VEZEDEK	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	4_TALE_Assentimento.pdf	07/03/2022 10:54:48	LUCAS VEZEDEK	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	3_TCLE_Consentimento.pdf	07/03/2022 10:54:37	LUCAS VEZEDEK	Aceito
Folha de Rosto	1_folhaDeRosto_projetolucasvezedek_plataformabrasil.pdf	07/03/2022 10:46:25	LUCAS VEZEDEK	Aceito

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERAÇÃO

CEP: 40.210-730

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-6437

E-mail: cepips@ufba.br

UFBA - INSTITUTO DE
PSICOLOGIA (IPS) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA



Continuação do Parecer: 5.494.754

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 28 de Junho de 2022

Assinado por:

Mauro de Oliveira Magalhães
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Aristides Novis, 197

Bairro: FEDERAÇÃO

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-6437

CEP: 40.210-730

E-mail: cepips@ufba.br